

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Sistema de Produção Agrícola Familiar



**A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL-RS: UM
ESTUDO DE CASO EM CINCO COMUNIDADES.**

Maria do Carmo da Silva

Pelotas, 2010

MARIA DO CARMO DA SILVA

**A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL-RS: UM
ESTUDO DE CASO EM CINCO COMUNIDADES.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sistema de Produção Agrícola Familiar da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito parcial para
obtenção de título de Doutora em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky.

Co-Orientador: Prof. Dr. Flavio Sacco dos Anjos

Pelotas, 2010

S586P Silva, Maria do Carmo da

A pluralidade como estratégia de reprodução da agricultura familiar no município de Caçapava do Sul-RS: um estudo de caso em cinco comunidades. / Maria do Carmo da Silva. – Pelotas, 2010.

239f.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pelotas
2010.

Orientador: José Geraldo Wizniewsky
Co-orientador: Flavio Sacco dos Anjos

1. Agricultura familiar. 2. Pluriatividade. I. Maria do Carmo da Silva. II. Título

CDU 631.115.11

Maríndia Pôrto Nunes

CRB 10/1440

Banca Examinadora:

Prof.Dr. José Geraldo Wizniewsky

Prof. Dr. Adão José Vital da Costa

Profª . Dra. Giancarla Salamoni

Prof. Dr. Antonio Jorge Amaral Bezerra

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente aos meus pais Dorcilio Paes da Silva e Carmem (in memorian).

As minhas irmãs Ivone, Linda (a Bá) e Lucinéia, pela força e motivação, por tudo que fizeram para eu poder chegar até aqui;

Aos Irmãos: Dorcilio, Carlos, Willians e Célio;

Aos sobrinhos: Lúcio Alexandre, Pedro Henrique

As Sobrinhas: Carolina, Gabriela, Helena, Bárbara, Ana Beatriz e a Ana Clara e a Thâmis;

As Cunhadas: Neusa, Adriana e Regina

A Kátia Cilene Valmarath e a Sofia sua filha pela amizade e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sistema de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas pela oportunidade que me ofereceu para estudar e desenvolver este estudo.

Aos meus irmãos Ivone, Dorcilio, Linda (a Bá), Célio, Carlo, Willians, Lucinéia e aos sobrinhos e sobrinhas a quem recorro quando tudo fica muito difícil.

Agradeço especialmente ao professor José Geraldo Wizniewsky, meu orientador, por sua contribuição e acima de tudo por ser meu amigo.

Meus agradecimentos à Professora Marta Elena Gonzalez Mendes, sempre prestativa ao assinar meus requerimentos de matrículas.

Meus agradecimentos ao Professor Carlos Rogério Mauch Coordenador do Programa em Sistemas de Produção Agrícola Familiar.

Meus agradecimentos aos professores Flávio Sacco dos Anjos, Helvio Debli Casalinho, João Carlos Costa Gomes, que me possibilitaram ressignificar muitas das minhas vivências, valorizando-me enquanto aluna e profissional.

Aos meus colegas de curso Adão Vidal e Nádia pelo apoio recebido em todos os momentos que foram requisitados.

A todos os colegas do curso pelos momentos descontraídos e produtivos que passamos juntos.

Às amigas Rosalilia e Ana Maria Oliveira e Tiago Meira Lopes pela contribuição que deram a este estudo, meu muito obrigado.

Não poderia deixar de agradecer a todos os agricultores e suas famílias que colaboraram diretamente com esta pesquisa dando informações sobre suas vidas e suas opiniões, sem a participação de vocês esse trabalho não seria possível.

A Edson Dorneles técnico da EMATER/Caçapava do Sul pela disponibilidade, presteza, paciência e competência, fornecendo informações referentes aos agricultores familiares, fundamentais para a realização desse trabalho.

A Marcelo Cunha, técnico da Secretaria Municipal da Agropecuária de Caçapava do Sul, que contribuiu dando informações técnicas sobre o município, emprestando material e com quem tive a oportunidade de discutir algumas questões sobre o estudo, meu muito obrigado.

Meus agradecimentos á Secretaria Municipal de Educação e Cultura que permitiu meu afastamento para a coleta final dos dados, especialmente para o Secretário Professor Pedro Norton e Fernanda chefe de gabinete dessa instituição.

Enfim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo

A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL-RS: UM ESTUDO DE CASO EM CINCO COMUNIDADES.

SILVA, Maria do Carmo da. **A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar no município de Caçapava do Sul-RS: um estudo de caso em cinco comunidades.** 2010. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sistema de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas – RS.

Nesse estudo, além de descrevermos as estratégias acionadas por essa forma de produção que articula família, terra e trabalho, buscamos também a compreensão da questão da pluriatividade enquanto processo social decorrente das relações continuamente construídas pelos agricultores familiares. A pluriatividade consiste na realização de atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pela família rural e seus membros. Os problemas enfrentados pelo agricultor familiar, e em particular pelos agricultores do município de Caçapava do Sul, dizem respeito à geração de renda e de novas ocupações, pois o processo de pouca valorização de seus produtos é histórico. Nesse sentido, o estudo propõe compreender e analisar e descrever as estratégias alternativas adotadas pelas unidades de produção familiar que possibilitam a geração de trabalho e de renda para as famílias rurais, de modo que possam garantir sua reprodução social e econômica na atual conjuntura, particularmente, no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Além de conhecer as diversidades de estratégias adotadas, e verificar se a pluriatividade é um recurso de geração de renda e trabalho nas unidades produtivas. A pesquisa de campo foi realizada nos anos 2009 e 2010, nas seguintes comunidades rurais: Vila Progresso, Rincão de Lourdes, Rincão da Salete, Coxilha São José e Santa Barbinha, sendo aplicados 50 questionários e realizadas 23 entrevistas com produtores distribuídas entre as cinco comunidades, incluídas as entrevistas com técnicos, presidentes de associações rurais das

referidas comunidades. As características mais marcantes da pesquisa nas comunidades rurais assentam-se nos poucos recursos humanos e técnicos, na busca da valorização do seu potencial produtivo: escassez de terra, trabalho e equipamentos simples, e na ausência de qualquer tipo de planejamento.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Pluriatividade, Comunidades, estudo de caso.

Abstract

This study beyond describing the strategies used in a form of production that combines family, land and labor, also searched to understand the issue of multi-activity consists in agricultural and non-agricultural activities carried out and developed by family farm and its members. The problems faced by family farmers, particularly farmers in the municipality of Caçapava do Sul concerns to income generation and new occupations once the process of low value of their products is historical. In this sense, the study proposes to understand and analyze the alternative strategies adopted by family production units that enables the creation of jobs and income for rural households, in a way to ensure their social and economic reproduction in the present situation, particularly in the borough of Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul. Also to know the diversity of approaches adopted, and verify if multi-activity is a resource for work and income generation in the production units. The field work was carried out in the years 2009 and 2010 in the following communities: Vila Progresso, Rincão de Lourdes, Rincão da Salete, Coxilha de São José and Santa Barbinha, where was applied 50 (fifty) questionnaires and done 23 (twenty-three) interviews with producers distributed among the five communities, includes the interviews with technicians, rural associations presidents from the reported communities. The most outstanding features of the research in rural communities settle down on the few human and technical resources, in the pursuit of maximizing their potential productive: land shortage, simple labor and equipment, and in the lack of any planning.

Keywords: family farm, multi-activity, community, Case Study.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa do Estado do RS : localização do município de Caçapava do Sul no Rio Grande do Sul	98
Figura 02 - Mapa de Estudo de Macrozoneamento	100
Figura 03 - Regiões Homogêneas	105
Figura 04 - Plantação de Oliveiras	131
Figura 05 - Cooperativa de Apicultores de Caçapava do Sul	134
Figura 06 - Posto de Saúde Vila Progresso	136
Figura 07 – Capela da Vila Progresso	137
Figura 08 – Artesanato de moradores da Vila Progresso	142
Figura 09 – Comunidade Rincão da Salete	154
Figura 10 - Comunidade Coxilha de São José	160
Figura 11 - Comunidade Santa Barbinha	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Reconstrução da História agrária de Caçapava do Sul (matriz síntese).....	104
Quadro 02 – Perfil por tipo de estabelecimento.....	107
Quadro 03 - Contribuições setoriais na economia do município de . Caçapava do sul –RS 2007	123
Quadro 04 – Estrutura fundiária do Município de Caçapava do Sul (RS) – 2008	124
Quadro 05 -Produtos Agrícolas do Município de Caçapava do Sul.....	124
Quadro 06 - Pecuária no Município de Caçapava do Sul – 2008	126
Quadro 07 - Classes de solo do município de Caçapava do Sul	128
Quadro 08 - Estrutura da Terra na localidade de Santa Barbinha – 2006	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População do Rio Grande do Sul, da Região Sul e do Município de Caçapava do Sul – 1991	121
Tabela 02 - População Total do Município de Caçapava do Sul – 1970-1980 1991-2000-.....	122
Tabela 03 - Estabelecimentos Agropecuários em Caçapava do Sul - RS	127
Tabela 04 - Espaço ocupado pela atividade agrícola das propriedades	167

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI – Associação Comercial e Industrial de Caçapava do Sul.
APAC – Associação dos Pequenos Produtores de Caçapava do Sul
ASCAR- Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAIs – Complexo Agroindustriais
CBC – Companhia Brasileira do Cobre
COFASUL – Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Caçapava do Sul.
COFESUL – Cooperativa de Feijão de Caçapava do Sul.
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.
CONSEA – Congresso Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
COOAPI – Cooperativa dos Apicultores de Caçapava do Sul.
CORLAC – Companhia Laticínios Correlatos.
COTRISUL – Cooperativa Triticola Caçapavana
CPR- Compra da Agricultura Familiar com Doação.
CREHNOR – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural.
CRES – Centro Rural de Ensino Supletivo.
CUT – Central única dos Trabalhadores.
DESPAL – Associação Desportiva Passo da Lagoa.
EMATER/RS – Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul.
ETERRG – Escola Técnica Estadual Rubens da Rosa Guedes.
FAO – Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação.
FAEM – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
FEE/RS – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INDULAC - Indústria de Alimentos de Caçapava Ltda
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimentos dos Trabalhadores sem Terra.
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar.
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural.
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
SMA – Secretaria Município da Administração
SEMAG – Secretaria Municipal de Agropecuária.
SMEC – Secretaria de Município da Educação e Cultural de Caçapava do Sul.
UAR – União das Associações Rurais do Município de Caçapava do Sul.
UNIMEL – Unidade Apícola Ltda.
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1. A construção do objeto de estudo	20
1.2. Problema	25
1.3. Objetivos	25
1.3.1 Objetivo Geral	25
1.3.2 Objetivos Específicos	25
1.4 Considerações Metodológicas.....	26
 2. APROXIMAÇÃO TEÓRICA AO TEMA	33
2.1. CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DOS CLÁSSICOS	33
2.2. KAUTSKY E A QUESTÃO AGRÁRIA	34
2.3. LÊNIN E A DESINTEGRAÇÃO DO CAMPESINATO	38
2.4. CHAYANOV E A ECONOMIA CAMPONESA	40
2.5. AGRICULTOR FAMILIAR: UM “NOVO” PERSONAGEM?	45
2.5.1. AGRICULTURA FAMILIAR OU O (RE) SIGNIFICAR DA AGRICULTURA CAMPONESA	49
2.5.2. AGRICULTURAS FAMILIAR E O PROCESSO DE PRODUÇÃO MERCANTIL	57
2.5.3 AS DEFINIÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR	58
2.5.4 ESTRATÉGIAS E RACIONALIDADE ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR	66
2.5.5 O ARTESANATO E A INDÚSTRIA CASEIRA: FACE PLURIATIVA OU UMA ESTRATÉGIA REPRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR	67
2.6 AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE – O DESAFIO DA REPRODUÇÃO SOCIAL	72
2.6.1. AGRICULTURA EM TEMPO PARCIAL E PLURIATIVIDADE	72
2.6.2. PLURIATIVIDADE: UMA TRAJETÓRIA EM BUSCA DO CONSENSO ...	76
2.6.3. PLURIATIVIDADE: ELEMENTOS DO DEBATE	82
2.6.4 PLURIATIVIDADE E SEUS DIFERENTES SIGNIFICADOS	84
2.6.5 FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O CRESCIMENTO DA PLURIATIVIDADE	85
2.6.6. DAS CAUSAS DA PLURIATIVIDADE	86
2.6.7. PLURIATIVIDADE E AS NOVAS DINÂMICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR	89
2.6.8. PLURIATIVIDADE, MULTIFUNCIONALIDADE E AS ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS	90
2.6.9 MÚLTIPLAS ATIVIDADES NO MEIO RURAL.....	96
 3. FORMAÇÃO HISTÓRICA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL	99

3.1 REGIÕES HOMOGÊNEAS NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL - RS	106
3.2. O CONTEXTO ATUAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL	117
3.2.1. Fruticultura	129
3.2.2 Oliveiras	130
3.2.3. Apicultura	132
3.2.4 Comunidade de Vila Progresso.....	136
3.2.4.1 Perfil dos Produtores Pluriativos e Estratégias Familiares.....	145
3.2.4.2 Comunidade de Rincão da Saleta	152
3.2.4.3. Comunidade Coxilha São José	157
3.2.4.3.1. Perfil dos Produtores Pluriativos e Estratégias Familiares	160
3.2.4.4 Comunidade Santa Barbinha.....	161
3.2.4.4.1. Perfil dos Produtores Pluriativos e Estratégias Familiares.....	164
3.2.4.5. Comunidade Rincão de Lourdes	165
3.2.4.5.1. Perfil dos Produtores Pluriativos e Estratégias Familiares.....	168
4. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS FAMILIARES	169
4.1 O Nível de Escolaridade e Condições de Vida dos Produtores.....	172
4.1.1 A Origem das Propriedades e a Transmissão do Patrimônio Familiar.....	173
4.2 AGRICULTURA FAMILIAR: TERRA, A FAMÍLIA E O TRABALHO COMO	175
4.2. 1 Estrutura das Propriedades.....	178
4.2.2 O Uso da Terra.....	180
4.2.2.1 As Características do Trabalho Familiar.....	183
4.2.2.2 INDÚSTRIA CASEIRA: ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	184
4.3. ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO E MEIOS PARA AGREGAR VALORES AOS PRODUTOS	186
4.3.1. APOIOS RECEBIDOS E A GERAÇÃO DE RENDA	191
4.4 As Formas de Organização Social dos Produtores.....	194
4.4.1 APAC – Associação dos Pequenos Produtores de Caçapava do Sul.....	198
4.5 Colheita da Maça	201
4.6 Pluriatividade no Município de Caçapava do Sul.....	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
BIBLIOGRAFIA	212
APÊNDICES.....	224

INTRODUÇÃO

As unidades de produção rural estruturadas no trabalho familiar, no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sofreram ações de expansão e de retração conforme determinadas conjunturas econômicas. Desenvolveram-se subordinadas a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados no Brasil. Contudo, elas não foram eliminadas pelas transformações dos processos produtivos ocorridos a partir dos anos de 1960, resultantes da expansão do capitalismo no campo.

A inserção das unidades de produção familiar nas relações capitalistas, suas reorganizações e reprodução, a articulação entre família, terra e trabalho, evidenciam sua capacidade de adaptação a estes novos contextos, apontam para a diversidade dos processos que permitem sua integração na sociedade contemporânea e, mostram que, mesmo de forma marginal, as unidades de produção familiar continuam resistindo e mostrando a heterogeneidade desses segmentos de agricultores.

É sabido que a modernização tecnológica fragilizou ainda mais suas condições de reprodução, devido aos crescentes custos de produção e sua exclusão das políticas públicas veiculadas ao pacote da modernização da agricultura. A pretensão da política de modernização da agricultura brasileira era a de equipará-la à agricultura dos países desenvolvidos em termos de rentabilidade e de produtividade (MARTINE, 1987).

O processo de modernização da agricultura foi encaminhado através de um pacote tecnológico que ficou conhecido como “Revolução Verde” que se baseava no uso intensivo de capital, isto é, procurava o aumento do uso da força mecânica em detrimento da força de trabalho humano, assim como visava a substituição da adubação natural pela adubação química, o controle químico de pragas e doenças e também o uso de sementes melhoradas. Com isso visava a obtenção de uma produção regular, massificada e de alta produtividade.

Todo o processo de modernização da agricultura brasileira contou com a proteção do Estado, que criou políticas de financiamento a juros subsidiados, preferencialmente destinados aos grandes produtores. Os principais motivos que

levaram o Estado a adotar esse modelo tecnológico, foram a pressão do setor industrial, fortalecido após o processo de industrialização e de internacionalização do capital, e a necessidade de resolver problemas econômicos ligados à geração de divisas para o financiamento do padrão de acumulação após-64¹. A lógica que fundamentou a modernização da agricultura aproximava desenvolvimento agrícola a desenvolvimento rural.

Os anos 1980 mostram a agricultura brasileira num processo de consideráveis transformações envolvendo diversos aspectos, como relações de trabalho, padrão tecnológico, distribuição espacial da produção, relações intersetoriais, e a formação dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs). Também mostram o caráter socialmente excludente dessas transformações, orquestrados pelas políticas agrícolas e agrárias, o que ampliou a concentração da terra e favoreceu o êxodo rural.

A forma capitalista agrícola não faz com que sobre trabalhadores rurais apenas, ainda expulsa do campo os pequenos proprietários que não conseguem produzir neste modelo agrário, por não disporem de recursos para a modernização e por sua propriedade não compensar os investimentos necessários em virtude de sua pequena área.

As avaliações sobre o processo de modernização tecnológico difundido na agricultura brasileira dão conta de que as unidades de produção familiar não foram beneficiadas. O tamanho inadequado das áreas ocupadas mostra-se inadequado para o uso de máquinas, condições naturais adversas, sistemas produtivos assentados no esquema agricultura e pecuária, isto é, a não adoção da monocultura no sistema produtivo, além dos poucos recursos para investimentos, estão entre os fatores que impediram a modernização dessas unidades.

O objetivo desta pesquisa é compreender e analisar as estratégias adotadas pelas unidades de produção familiar e suas possibilidades de reprodução na atual conjuntura, particularmente, no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

1. Conforme Sorj, Bernardo & Wilkinson, John. Processos Sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, B. & A. M. H. Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1984, 164-190p.

Além disso, a pesquisa buscou conhecer a diversidade de estratégias adotadas expressas num rol de atividades às vezes rotineiras e outras bastantes variadas praticadas por esses produtores, e contribuir com os estudos que vêm sendo realizados sobre a agricultura familiar focando suas possibilidades de desenvolvimento social no espaço rural.

A partir das características e definições sobre as unidades familiares de produção rural apresentadas, principalmente, pelos autores Chayanov (1974), Wanderley (2001), Lamarche (1993) e Schneider (2009), priorizou-se o eixo norteador deste estudo. Desse modo, essas unidades produtivas apresentam centralidade dos meios de produção; trabalho e gestão assegurados diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação da produção de gêneros alimentícios e pluriatividade que leva à associação dos rendimentos agrícolas e não-agrícolas, determinando as estratégias de reprodução e manutenção dessas formas de produção familiar.

Os aportes clássicos, Kautsky (1980) e Lênin (1982) foram importantes por que mostram o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e suas conseqüências na estrutura de classes no campo. Lênin procurou mostrar que a ruína dos camponeses era conseqüência necessária ao processo de instalação e evolução do capitalismo. Kautsky discutiu seriamente a superioridade do grande estabelecimento agrícola sobre o pequeno e Chayanov, entretanto, defende a proposição de que a economia camponesa deve ser tratada como um sistema econômico próprio, o sistema não-capitalista.

Em anos recentes, mais precisamente na década de 1990, os estudiosos passaram a utilizar o termo agricultura familiar, termo que aparece simultaneamente nas esferas políticas e acadêmicas. O termo passa a designar uma unidade de produção agrícola administrada e trabalhada por uma família. Entretanto, as categorias identificadas como agricultor familiar já receberam outras designações de acordo com o período e contexto sócio – político. Ainda nos últimos anos, acalorados debates, oriundo de eventos científicos e de várias publicações, vêm insistindo no caráter desigual da agricultura familiar e sobre as especificidades regionais brasileira. Esse caráter desigual focado na produção rural familiar é decorrente da diversidade das estratégias de reprodução acionadas por essas

unidades produtivas. É preciso ressaltar que as transformações ocorridas nos processos produtivos provocaram aumento do trabalho assalariado, principalmente temporário; de outro lado, essa diversidade na forma de organização e estratégias de reprodução é dependente de uma série de fatores, como o tamanho da propriedade, o tamanho da família, da tecnologia disponível, a relação com o mercado, dentre outros fatores, refletindo-se em espaços locais ou regionais muito diferentes.

No entanto, ao mesmo tempo em que as análises expressam divergências entre muitos estudiosos, também mostram a convergências entre os conceitos utilizados, como a família, enquanto proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra. Essas unidades produtivas familiares lançam mão de uma série de combinações produtivas agrícolas e não-agrícolas e formas de trabalho não assalariadas, como a troca de serviços, o que tem permitido a manutenção e reprodução de seu patrimônio sociocultural.

Assim, a temática da agricultura familiar no espaço agrário brasileiro, está organizada em termos de uma produção diversificada. Ao contrário da lógica produtivista que maximiza a racionalidade econômica, mediante sistemas especializados, a agricultura familiar, apresenta em sua estrutura uma diversidade produtiva e de relações de trabalho. A diversidade dessas unidades produtivas visa não somente a segurança econômica, mas também a social e simbólica. Para tanto, utiliza de uma série de mecanismos contra a imposição das formas capitalistas, levando à necessidade de estudos que apresentem conhecimentos dessa forma de organização e contribuam na geração de políticas voltadas a esse segmento, justificando-se a realização deste estudo.

O interesse pela temática surgiu com a pesquisa realizada no Mestrado no município de Alecrim – RS, sobre a apropriação de terras devolutas em áreas marginalizadas pelo capital. Essa pesquisa procurou ressaltar as estratégias acionadas pelos produtores, estratégias que formaram no município uma situação camponesa de organização do processo produtivo, implantada pelos pioneiros e incorporada pelos que ocuparam a terra mais tarde e sustentadas por uma estratégia e por uma lógica (saber) que visa minimizar tanto os efeitos da estrutura fundiária _ pequenas áreas, terras altas, grandes porções improdutivas _, como os

de somente usar instrumentos de trabalho manuais e combinar cultura comerciais e de subsistência.

A partir destas reflexões, o presente estudo discute duas temáticas que se integram e inter-relacionam: agricultura familiar e a pluriatividade. A pluriatividade é vista como uma estratégia desenvolvida pelos grupos familiares visando sua reprodução social. Serão abordadas as definições e evolução recente do conceito de agricultura familiar e também sobre a origem e a evolução do conceito de pluriatividade até o entendimento atualmente alcançado.

O caminho metodológico percorrido na pesquisa envolveu, além da revisão da literatura pertinente à temática, levantamento, sistematização, análise e representação de dados de informações de fontes primárias e secundárias. A unidade de análise adotada foi a família porque esse é o espaço em que são tomadas as decisões relativas às estratégias de sobrevivência e de reprodução social e produtiva. Com esse critério, as unidades produtivas familiares selecionadas para o estudo foram aquelas que praticam a agricultura e atividades não-agrícolas, internas ou externas ao estabelecimento familiar.

A pesquisa realizada pode ser classificada como descritiva e sua abordagem qualitativa. O método de investigação adequado e o selecionado foi o estudo de caso. Os casos selecionados para o estudo foram cinco comunidades: Vila Progresso, Rincão de Lourdes, Rincão da Salete, Santa Barbinha e Coxilha São José, todas localizadas no município de Caçapava do Sul (RS).

A organização deste estudo divide-se em três grandes eixos de análises e discussão sobre a produção agrícola familiar e a pluriatividade, além da introdução e considerações finais. O primeiro eixo, localizado na segunda seção, estabelece o debate teórico, cujo objetivo é apresentar as reflexões analíticas sobre a produção rural estruturada no trabalho familiar. Constitui, assim, as principais variáveis destacadas pela literatura clássica e contemporânea, que nortearam a produção de informações e as análises dos dados obtidos na pesquisa empírica e em fontes secundárias, estabelecendo uma continuidade ao segundo eixo de discussão.

O segundo eixo, correspondente ao segundo capítulo, trata da discussão sobre a questão da pluriatividade e suas explicações. O terceiro eixo descreveu algumas características principais do município local de estudo do presente trabalho. Para que o leitor se inteirasse de algumas informações sobre o contexto

histórico, econômico e social em que se desenvolve a agricultura familiar caçapavana.

Em termos de considerações finais procuramos demonstrar, através da análise das informações empíricas dos estabelecimentos rurais familiares, as principais características que compõem essas unidades, as estratégias de reprodução familiar e o contexto no qual se encontram inseridas. No que se refere às estratégias familiares pudemos identificar a diversificação das atividades agrícolas que compreendem a produção agropecuária diversificada, de forma a garantir os produtos destinados ao consumo, envolvendo a produção destinada ao mercado, tão necessária para garantir os demais produtos que entram na propriedade, como também as atividades não-agrícolas, como a artesanal, a indústria caseira, os quais ao serem produzidos pela mão-de-obra familiar, não são computados como custo e evitam as saídas monetárias da unidade produtiva.

1.1 A construção do objeto de estudo

No meio rural, a situação de vida das inúmeras famílias de pequenos agricultores atinge por vezes os limites mínimos da subsistência, tendo em vista a escassez dos meios de produção e a baixa valorização do produto do trabalho da agricultura familiar. Segundo Anjos (2008), a agricultura de base familiar, representa 85,2% do total de estabelecimentos e 30,5% da área disponível, abocanha pouco mais de 20% do crédito agrícola e responde por 37,9% do valor da produção da agropecuária nacional.

Em que pese à drástica concentração fundiária brasileira, em 1984, os pequenos estabelecimentos com até 50 ha representavam 86,6% do número total de estabelecimentos agropecuários do país, ocupando, entretanto, apenas 28,57% da área total. Se a década de 70 evidenciou uma redução do número de estabelecimentos, entre 1980-84 as estatísticas apontam o aumento expressivo destes, inclusive daqueles com áreas entre 50 e 100 ha.

A partir de dados do INCRA SADE (2006) apud Anjos (2008), mostram que na estrutura agrária brasileira, o latifúndio absenteísta responde por 61,0% do valor bruto da agropecuária nacional e detém aproximadamente 75,0% do crédito

agrícola e esta forma social de produção representa apenas 11,4% do total de estabelecimentos, concentrando 67,9% da área agrícola total do país.

Estes dados vêm contribuir no debate teórico em torno da agricultura familiar, especialmente nas controvérsias sobre o desaparecimento ou recriação dessa forma de produção. Mesmo que o questionamento em torno do desaparecimento da produção agropecuária de base familiar tenha suscitado muitos debates e definições políticas, foi o próprio processo do desenvolvimento capitalista a demonstrar que, para o capital se reproduzir, não é necessário a separação do trabalhador rural de seu meio básico de produção, ou seja, a terra.

Neste sentido, àquelas correntes que indicavam o desaparecimento da unidade de produção familiar, enquanto propriedades privadas dos meios de produção, tendo em vista a superioridade técnica da empresa capitalista, não confirmaram suas previsões.

Contudo, a renovada atenção em torno da agricultura familiar no Brasil, segundo Van Der Ploeg (2006, p.13) reflete importantes mudanças na agricultura brasileira. De acordo com esse autor, esse novo interesse pela agricultura familiar coincide com os debates contemporâneos na Europa, nos quais as noções de campesinato e agricultura camponesa estão emergindo após quarenta anos da publicação de *O fim dos camponeses*, de Mendras, fornecendo os elementos – chave para a compreensão de diversos processos complicados e mutuamente contraditórios de transição que vêm ocorrendo no meio rural europeu.

Não obstante, é preciso esclarecer que Mendras no final dos anos sessenta, em *“La fin des paysans”* (*O fim dos camponeses*) analisou a modernização agrícola iniciada na primeira parte do século XX que transformou o setor, provocando a própria “industrialização” da agricultura e suas conseqüências ao mundo camponês. O qual se encontrava submerso nas rápidas transformações técnicas e econômicas e enfrentava simultaneamente duas lógicas contraditórias: alguns permaneciam ligados ao sistema tradicional e outros, principalmente os jovens, participavam do jogo econômico moderno. Com a passagem da lógica camponesa para a racionalidade econômica na administração da atividade agrícola, Mendras percebeu a transformação do camponês em produtor rural. (MASSUQUETT, 2008).

Embora tenha preconizado o fim dos camponeses, a força dos camponeses está na produção de alimentos e de fibras. Ou seja, a produção de alimentos

encontra-se nas mãos dos produtores familiares. Aqui, de grande importância foram os estudos de caso desenvolvidos nessa área, principalmente nos anos 70, no sentido de levantar aspectos da agricultura familiar, em diferentes regiões, colocando em foco suas especificidades.

No Brasil a produção familiar continua sendo responsável por grande parte da produção agrícola brasileira. Sua principal característica baseia-se em dois princípios básicos: mão-de-obra familiar e acesso à terra, além da diversificação das culturas, cujo excedente é, na maioria das vezes, destinado ao mercado. Não é uma agricultura oposta ao padrão das empresas agrícola, mas uma agricultura que procura potencializar os recursos internos da propriedade e reduzir o uso de insumos externos à propriedade.

Segundo Wanderley (1994), é justamente essa diversidade de culturas que assegura o equilíbrio alimentar da família, além de garantir a ocupação da mão-de-obra familiar no decorrer do ano. Nesse ponto, ressalta-se a grande importância dada à agricultura familiar, exposto por Chayanov (1974).

Atualmente, as referências a essa forma de produção não podem basear-se somente naqueles agricultores que mantêm um nível de produção pautado em técnicas tradicionais, afastados do processo de modernização. Estudos realizados por Lamarche (1993) no Brasil, Canadá, França, Polônia e Tunísia, localizam a produção familiar hoje em níveis de tecnificação bastante avançados, podendo o produtor familiar, mesmo com mão-de-obra reduzida, produzir para o mercado de forma competitiva.

Contudo, no Brasil as transformações pelas quais passou a agricultura com o processo de modernização induzida, alterou também o setor da agricultura familiar, sendo levada a desenvolver estratégias de permanência – de reprodução social, adaptação e reestruturação frente à nova situação. Uma delas diz respeito à família e à importância do trabalho familiar. Visto como um referencial fundamental para o funcionamento dessa unidade de produção, a família forma a base de sustentação dessa categoria sendo seu funcionamento amplamente discutido por Chayanov (1974), para quem a família constitui-se na unidade-chave para explicar o processo de decisões sobre produção, à alocação da força de trabalho, utilização dos equipamentos e relativas ao desenvolvimento de atividades não agrícolas paralelamente ao trabalho realizado na agricultura.

Nessas transformações, surge a produção familiar inserida em um novo contexto, embora mantendo certas características específicas – trabalho familiar e acesso a terra. O processo de modernização da agricultura não atingiu um tipo único de agricultor, mas sim vários tipos de agricultores, encontrados nas explorações agrícolas familiares. De acordo com Lamarche (1993), a agricultura familiar não é um tipo social em evolução, está em todos os lugares onde a família tem um papel fundamental. Pode ser encontrada sob a forma muito próxima ao modelo camponês ou, ao contrário, bastante integrada ao mercado, ligando-se, dessa forma, a outro conceito, ao de empresa. Abramovay (1998) também se pergunta como caracterizar a agricultura familiar dentro da sua própria diversidade e de um mundo em transformação, sendo a agricultura familiar não apenas um setor econômico, como também um valor.

No sentido de analisar a agricultura atual, é importante posicioná-la em relação ao papel da industrialização, que por sua vez relaciona-se à questão do emprego e seu impacto sobre o trabalho (busca de mão-de-obra no campo, para suprir as necessidades da indústria); à migração rural-urbano; desemprego, exclusão, etc. O modelo de agricultura praticado hoje via modernização, utiliza cada vez menos trabalhadores (mecanização da agricultura; busca da mão-de-obra especializada). Mas o meio rural também vem sendo alvo de outra forma de erosão demográfica, falamos da tendência à masculinização da população do campo e dos pequenos municípios de nosso país. Segundo Anjos & Caldas (2005), esse quadro foi constatado nos estados do Sul do Brasil e resulta do fato de que em algumas regiões, pela natureza das atividades agropecuárias, o êxodo rural tem sido cada vez mais seletivo no sentido de remeter às cidades uma mão-de-obra predominantemente feminina, mulheres que buscam os empregos domésticos e, às vezes, simultaneamente ou não, buscam também a oportunidade de freqüentar uma escola ou curso (que ensine algum ofício) profissionalizante.

A modernização obriga a agricultura familiar a desenvolver estratégias de permanência, sendo uma dessas o recurso da pluriatividade. Os estudos sobre pluriatividade no Rio Grande do Sul vêm-se aprofundando no debate sobre as transformações nas formas de trabalho e sobre a reconfiguração do mercado de trabalho nos espaços rurais (SCHNEIDER, 1999; ANJOS, 2003). Contudo, de acordo com Schneider (2006, p.145), ainda existem lacunas quanto ao

conhecimento da pluriatividade e seus efeitos sobre variáveis como renda, ocupação, escolaridade e qualidade de vida. O que se objetiva neste estudo sobre a agricultura familiar, no seu recorte analítico de Caçapava do Sul, é compreendê-la e analisá-la verificando suas estratégias de sobrevivência social e produtiva, no sentido de assegurar, não apenas a manutenção familiar, como também sua permanência dentro do sistema produtivo.

Considerando, por sua vez, que a reprodução da vida é o primeiro fato na existência dos indivíduos, diversos são os recursos que a população lança mão para enfrentar o dia a dia de forma a garantir sua reprodução social e, no sentido de tentar construir, dentro dos limites da exploração econômica e da opressão política, uma existência mais satisfatória para si e para os filhos, conforme, observação de Durham (1986).

É neste contexto que o presente estudo traz como fio condutor um resgate das principais vertentes teóricas e as suas diferentes explicações sobre as formas de produção e reprodução da agricultura familiar. Destaca ainda a heterogeneidade existente entre os agricultores familiares e discute as diferentes definições, enquadramentos e diferenciações da agricultura familiar, a análise das estratégias adotadas pela agricultura familiar. Estas estratégias são expressas no rol de atividades cotidianas enfrentadas pelos membros familiares e funcionam como uma verdadeira trincheira na luta pela sobrevivência e pela manutenção de um padrão mínimo de consumo. Tais atividades compreendem, desde a produção agropecuária diversificada, de forma a garantir os produtos destinados ao consumo, envolvendo a produção destinada ao mercado, tão necessária para garantir os demais produtos que entram na propriedade, como também, as atividades não-agrícolas, como a artesanal, a indústria caseira. Estes últimos ao serem produzidos pela mão-de-obra familiar, não são computados como custo e evitam as saídas monetárias da unidade produtiva. A presente pesquisa pretende contribuir para as pesquisas que já foram realizadas sobre a temática no Departamento de Ciências Sociais Agrárias (FAEM/UFPEL), como no Programa de Pós-Graduação em Sistema Agrícola Familiar (FAEM/UFPEL).

1.2 Problema

A pluriatividade apresenta-se como estratégia alternativa adotada pelas unidades de produção familiar, possibilitando geração de trabalho e de renda para as famílias rurais, de modo que possa garantir sua reprodução social e econômica, na atual conjuntura, particularmente no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar, descrever e compreender as estratégias adotadas pelas unidades de produção familiar através da contextualização de sua organização produtiva e social, visando caracterizar as estratégias adotadas para a sobrevivência social e produtiva e, nesse caso, a dedicação a outras atividades paralelas às agrícolas, que garante a reprodução do grupo familiar.

1.3.2 Objetivos Específicos

1 - Contextualizar a agricultura familiar das comunidades Vila Progresso; Rincão da Salete; Rincão de Lourdes, Santa Barbinha e Coxilha de São José, município de Caçapava do Sul em termos de estrutura agrária, organização da produção, divisão de trabalho, produtos cultivados e tecnologia disponível;

2 - Identificar as atividades exercidas fora das unidades produtivas familiares, considerando as agrícolas e não-agrícolas;

3 – Caracterizar quais as estratégias de reprodução social das famílias de produtores das comunidades em estudos;

4 - Verificar como são tomadas as decisões na gestão da propriedade familiar com a finalidade de permanecer nela;

5 – Identificar as práticas relacionadas às atividades agrícolas e não agrícolas, tais como: artesanato, produção caseira entre outras.

1.4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O caminho da pesquisa envolveu, além da revisão da literatura pertinente à temática, levantamento, sistematização, análise e representação de dados e informações de fontes primárias e secundárias. Os dados de fontes secundárias foram obtidos no escritório da EMATER local. Nesse órgão foram consultados os dados de um levantamento sócio-econômico realizados nos anos 2006 e 2007; e o Diagnóstico dos Sistemas Agrários de Caçapava do Sul (1998); dados da Secretaria Municipal de Agropecuária sobre estrutura fundiária e dados sobre a pecuária no município.

As informações e os dados de fontes primárias foram obtidos através de entrevistas realizadas, com os profissionais da EMATER, Secretaria Municipal da Agropecuária, Sindicato dos trabalhadores Rurais, Técnica da Agência de Desenvolvimento Pampa, Presidentes das Associações dos Pequenos Produtores Rurais, Presidente de Cooperativas, Nutricionistas da SMEC, e os moradores das comunidades rurais estudadas.

Procuramos primeiramente definir os procedimentos de coleta, a partir da leitura prévia da literatura e, posteriormente, definir os indivíduos, número, características a serem analisadas no grupo eleito (amostragem) e tamanho da mesma. A unidade de análise adotada foi à família porque esse é o espaço em que são tomadas as decisões relativas às estratégias de sobrevivência e de reprodução do grupo familiar. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram o questionário e a entrevista aberta.

Dois critérios foram adotados para a seleção da amostragem: famílias que praticam a agricultura e o exercício de atividades não-agrícolas. A amostragem foi composta com dez (10) famílias de agricultores de Vila Progresso, Rincão de Lourdes foram aplicados onze (11) questionários, na Coxilha São José foram

aplicados seis (06) questionários e realizadas quatro (04) entrevistas, na comunidade Rincão da Salette foram aplicados onze (11) questionários e realizadas sete (07) entrevistas. Em Santa Barbinha foram aplicados doze (12) questionários e também se utilizou um levantamento realizado pela EMATER e complementado as informações através do presidente da UAR – União das Associações Rurais -, também proprietário e residente na localidade. E entrevista com o atual presidente da associação rural da localidade. Além da observação participante em vários encontros: dia de campo realizados pelas entidades EMATER e EMBRAPA, realizado em 2009 e Dia de campo da pecuária familiar também realizado em 2009.

A de coleta de dados foi realizada com a aplicação cinquenta (50) questionários e realizadas vinte e três (23) entrevistas. (Desse modo, a totalidade dos instrumentos aplicados somou-se 73 ao todo, incluindo, as entrevistas com técnicos (04), sindicalistas (01), presidentes de associações (05) e um (01) vereador envolvido com o recrutamento de trabalhadores na colheita da maçã.

Como se trata de um estudo de caso seu propósito não é representar uma amostragem e nem enumerar frequência. Portanto, a questão do tamanho da amostragem não descaracteriza o estudo. Uma vez que as informações obtidas possibilitaram o entendimento da realidade empírica do estudo. Pois, a lógica do estudo de caso e sua característica fundamental é ser um estudo aprofundado a fim de buscar fundamentos e explicações para determinado fato ou fenômeno da realidade empírica.

No trabalho de coleta de dados as entrevistas com os produtores e seus familiares versaram sobre os mais diversos aspectos das unidades produtivas, ou seja, as entrevistas obedeceram a um roteiro flexível, variando de informantes e segundo as circunstâncias em que era realizada a maioria delas foram gravada.

Desse modo, a pesquisa realizada pode ser classificada como descritiva e sua abordagem qualitativa. Godoy (1995) explica que a pesquisa qualitativa parte de questões amplas, que se definem ao longo do estudo, não havendo hipóteses estabelecidas a priori, separação sujeito-objeto, neutralidade científica, generalização, manipulação de variáveis. Esse tipo de abordagem se caracteriza pela obtenção de dados descritivos, procurando “compreender os fenômenos estudados segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”.

Lüdke e André (1986) dão as características básicas de uma pesquisa qualitativa:

- 1- A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados;
- 2- Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- 3- A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- 4- O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;

5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As alterações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima (p.11-13).

Dentro da abordagem descritiva, o método de investigação adotado foi o método de estudo de caso. Segundo Oliveira (2007), “o estudo descritivo permite o desenvolvimento de uma análise para identificação dos fenômenos e, explicações das relações de causa e efeito dos mesmos. Para Oliveira (2007, p. 55), “o estudo de caso é um método eclético e se aplica em diferentes áreas de conhecimento e deve ser utilizado para atender os objetivos preestabelecidos pelos pesquisadores”. As condições para a seleção do estudo de caso como estratégia, conforme Yin (2005) consiste nas perguntas do problema da pesquisa, que deve ser do tipo “como” e “por que” e, nos estudos contemporâneos, em que existe pouco controle sobre os acontecimentos de parte do investigador.

Ou seja, o estudo de caso “permite responder como e por que aquelas características específicas que observamos são possíveis, em um quadro teórico mais amplo, como as grandes tendências se manifestam, ou não, em realidades sociais concretas” (ROESE, 1998, p.193). Retomando a análise de Yin (2005, p.29) este destaca que existem preconceitos em relação ao estudo de caso como a dificuldade na generalização e a falta de rigor metodológico. Em relação à primeira crítica, o autor explica que os estudos de caso “são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universo”. Ou seja, seu propósito é expandir e generalizar teorias.

É preciso esclarecer que inicialmente tínhamos previsto o estudo em apenas duas comunidades: Coxilha São José e Rincão da Salete. Posteriormente foram incluídas três comunidades – Santa Barbinha, Vila Progresso e Rincão de Lourdes - a inserção das comunidades Vila Progresso e Rincão de Lourdes é justificada por se tratarem de comunidades que apresentam condições empíricas relacionadas aos objetivos do estudo, isto é, praticarem a agricultura e atividades não-agrícolas, tais como o artesanato e a apicultura. Já a comunidade Santa Barbinha foi incluída por se tratar de uma comunidade caracterizada pela atividade pecuária familiar e pelo processo de organização coletiva de seus produtores.

É preciso esclarecer ainda a visão um pouco distorcida que se tinha sobre as realidades das comunidades rurais, universo empírico da tese. Este inicialmente foi focado na temática da pluriatividade, porém posteriormente, com a imersão nas comunidades, reorientamos o foco do estudo, para a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas acionadas pelas unidades de produção familiares, que tem viabilizado sua inserção socioeconômica e reprodução social.

Comunidade enfocada neste estudo passa a ser entendida como lugar. Não é nosso objetivo desenvolver uma reflexão sobre espaço numa perspectiva geográfica, mas sim afirmar que a categoria comunidade aqui utilizada não tem o sentido dado, por exemplo, por Bauman (2003) de um “paraíso perdido”, e sim, de uma parcela de espaço que pode ser localizado e descrito, denotando uma idéia de lugar, de local ou fronteira. Homens e mulheres se apropriam de uma parcela de espaço, criando um modo de vida, modificando o lugar de convívio e a relação com o espaço. O espaço transforma-se em lugar a partir do momento em que os indivíduos lhe conferem algum valor, tornando-se espaço-vivido. Segundo Tuan (1983, p.83): “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Para esse autor, espaço e lugar são termos familiares e complementares: o que começa como espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar, ao conhecermos e o datarmos de valor. Cabral (2007) afirma que os geógrafos humanistas admitem que o lugar permite focalizar o espaço em torno das intenções, ações e experiências humanas e que sua essência é ser um centro onde são experimentados os eventos mais significativos de nossa existência: o viver e o habitar, o uso e o consumo, o trabalho e o lazer etc. Desse modo, quando falamos em comunidade Vila Progresso ou qualquer outra, estamos nos referindo ao “lugar”

Vila Progresso, por exemplo. De acordo com Tuan (2003), o lugar tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidades cada vez maiores.

Dessa forma, as comunidades pesquisadas foram: Vila Progresso, Rincão de Lourdes, Rincão da Salete, Coxilha São José e Santa Barbinha. Nessas comunidades a paisagem é marcada por um centro onde se localiza a capela, aonde os moradores participam das atividades religiosas e demais eventos, significando um ponto de encontro de seus moradores. Em algumas comunidades, além da capela existe ao redor um centro comunitário. Algumas mais distantes da sede do município contam com posto de saúde, escolas e pontos comerciais. As residências contam com eletricidade e praticamente todos os equipamentos que possuem as casas da cidade: fogão a gás (embora a maioria das residências continua usando o fogão a lenha), geladeira, freezer, telefone, seja fixo ou celular, e televisão. Na maioria das propriedades visitadas encontramos estes aparelhos. Em algumas encontramos computadores. Na Coxilha São José, existe um tele centro interligado à rede mundial de computadores mantido pela APAC – Associação dos pequenos produtores de Caçapava do Sul, que proporciona aos produtores e seus filhos aulas de informática.

A receptividade dos agricultores, dos técnicos, dos presidentes das associações rurais das comunidades foi muito boa, não havendo quem rejeitasse ser entrevistado. Em todas as comunidades as pessoas foram receptivas, dispostas a dar informações, embora tenhamos sido apresentadas por líderes comunitários ou por técnicos da EMATER. Nem sempre as pessoas querem contar detalhes de sua vida, mostrar sua propriedade, o que não foi o caso, tão logo chegamos às comunidades fomos convidados a observar e participar de suas atividades. Como em algumas comunidades ficávamos por tardes inteiras ou todo o dia, convivemos com pessoas de todas as idades, não informantes, outros membros da comunidade. Além de participarmos de dia de campo promovido pela EMATER e EMBRAPA em uma comunidade (Santa Barbinha).

Além das questões de pesquisa as pessoas querem contar suas experiências, com quem convivem ou conviveu, o que fazem em seu dia-a-dia, quais as pessoas da cidade que eles conhecem e você pode conhecer também.

Normalmente são pessoas que mesmo após esforço físico na lavoura ou no campo estão bem humoradas. Uma questão que não preocupa quem mora no interior é o tempo, se não tem compromisso na cidade, não tem porque se preocupar com a hora. O sol ainda está alto, é o que dizem muitos moradores, quando querem que você fique mais um pouco. As maiores dificuldades foram conciliar o tempo disponível da pesquisadora com a disponibilidade de tempo dos agricultores. Apesar disso estiveram sempre receptivos e não houve nada que impedisse a obtenção das informações.

Para a interpretação dos dados, utilizamos as técnicas de análise de conteúdo que, segundo Moraes (1998, p.9), “constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”, sendo assim uma ferramenta, um guia prático para nossa ação, por mostrar-se marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação vasto, como no caso das unidades de produção familiar rural.

Buscamos recolher em campo a matéria-prima dessa análise como: observação, relatos autobiográficos, documentos, questionários e entrevistas, que inicialmente em estado bruto – dado - através de operações lógicas de interpretação se transformam em informação e as informações geram ou confirmam conhecimento. Ou seja, trata-se da maneira como ocorre o processo de construção do conhecimento.

Evidenciamos que a análise de conteúdo, nessa vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame dos textos, servem de suporte para captar seu sentido simbólico, o que nem sempre é manifesto claramente, não revelando um significado único. Nesse sentido, levamos o contexto em consideração, os valores e a linguagem natural dos entrevistados, bem como a sua linguagem cultural específica. E com esses fundamentos, mantivemos a linguagem utilizada pelos produtores, sem a correção do português e vícios de linguagem, respeitando suas falas e considerando ainda o baixo nível de escolaridades da maioria dos produtores entrevistados.

Com base em Moraes (1998, p.14-15) “o processo de análise de conteúdo seguirá as etapas de preparação das informações; transformação do conteúdo em unidades; categorização das unidades; descrição e interpretação”. Nesse sentido,

entendemos que este tipo de análise possibilitaria o atendimento das necessidades da pesquisa e de nós próprios, enquanto pesquisadores, envolvidos na análise dos dados da comunicação, especialmente os voltados à abordagem qualitativa, pela qual optamos.

Assim, tivemos elementos para definirmos a estrutura das propriedades, a organização da produção agrícola, artesanal, indústria caseira, as relações de dependência ou concorrência estabelecidas, o papel de cada integrante da família rural no processo produtivo, as estratégias de comercialização e meios utilizados para agregar valores aos produtos, além de analisar o destino da renda obtida e a possibilidade de melhoria na qualidade de vida desses produtores com os recursos e inserções de ingressos de renda proporcionados pela pluriatividade.

Através dessa metodologia, buscamos compreender a essência do lugar da produção rural familiar e sua reprodução na sociedade moderna, seus processos de adaptação frente a um novo contexto socioeconômico, definido pelas transformações tanto local quanto regional ou nacional. Essas transformações promovem rupturas, redefinem as unidades produtivas e as diversificam, no entanto, mantém certa continuidade e características: trabalho e gestão assegurados diretamente pelos proprietários. E assim, interpretamos os resultados mediante a integração do fato investigado ao todo social, fazendo os contrapontos necessários com a teoria que fundamenta a pesquisa, para dar conta de uma realidade dinâmica, complexa e em permanente formação e transformação no meio rural.

2. APROXIMAÇÃO TEÓRICA AO TEMA

2.1. CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DOS CLÁSSICOS

Este estudo teve como objetivo situar a produção agrícola familiar em um espaço de reprodução específico - o município de Caçapava do Sul - e analisar suas estratégias de adaptação e reprodução social inseridas nesse território. A produção familiar é estudada, a partir de sua contextualização histórica, tomando as perspectivas de: Kautsky (1980); Lênin (1982) e Chayanov (1974), ou seja, os clássicos que discutiram a permanência do campesinato no desenvolvimento do capitalismo e que também mostraram em suas análises a recorrência à pluriatividade na organização social e produtiva desse segmento. Nos estudos contemporâneos, com destaque para os autores: Schneider (2003), Anjos (2003; 1995) Wanderley (1999; 2001), Abramovay (1998; 2000), Carneiro (1998; 1999) e Lamarche (1993), sobre a agricultura familiar, abordagens necessárias para a compreensão e trajetórias históricas e contemporâneas dos segmentos de produtores hoje reconhecidos como produtores familiares e, em outros tempos, conhecidos como camponeses. As estratégias de sobrevivência das famílias de agricultores foram observadas à luz de decisões voltadas para a gestão da propriedade em termos econômicos e sociais e, como estratégias de sobrevivência, a recorrência à atividade não-agrícola interna e externa ao estabelecimento familiar, ou seja, à pluriatividade.

Nesta perspectiva, a compreensão da agricultura familiar ocorreu através de sua contextualização histórica e contemporânea através das obras de diversos autores que dedicaram esforços nos estudos sobre a agricultura familiar e sobre o campesinato permitindo analisá-la em suas diversas configurações teóricas a que essas categorias sociais têm estado sujeitas, bem como suas estratégias de sobrevivência frente às novas situações econômicas e sociais.

Chayanov (1974) apresenta uma teoria sobre o campesinato como sendo uma economia mercantil simples, diferente do modo de produção capitalista, observando o campesinato russo a partir da importância do trabalho familiar como parte fundamental da estruturação da economia mercantil simples. Um olhar sobre a teoria de Chayanov justifica-se pelo fato de que, do ponto de vista teórico, se contrapõe àquelas perspectivas que previam o desaparecimento do campesinato e mais do que isso, apresenta caminhos para a viabilização da agricultura familiar que podem ser verificadas na atualidade.

Contraposto a este autor, Kautsky (1980), a partir da análise do desenvolvimento da agricultura paralelo ao da indústria, discute a capacidade técnica da grande propriedade frente à pequena e, a seguir, a análise de Lênin (1982), entende que o modo de produção capitalista, ao se generalizar, promovia a disseminação de suas relações básicas de produção e circulação. O capital, enquanto relação social, que se estabelecem entre os homens, acumula-se, concentra-se e centraliza, criando e recriando a si e ao espaço social, o qual se instala de forma combinada e desigual. Nesse processo, a agricultura com base no campesinato estaria fadada ao desaparecimento, seja pela própria dinâmica da diferenciação entre os agricultores, seja pela incapacidade de resistir à concorrência das grandes empresas.

Desse modo, os próximos subitens referem-se a uma revisão dos estudos dos clássicos sobre a permanência e reprodução do campesinato no desenvolvimento do capitalismo.

2.2. KAUTSKY E A QUESTÃO AGRÁRIA

Na obra “A Questão Agrária” Kautsky (1980), analisa a questão do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Para o autor, a agricultura não segue, em seu desenvolvimento, o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Afirma que isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas sejam inconciliáveis. Ao contrário, “julgamo-nos com elementos para demonstrar que ambas tendem para o mesmo fim, uma vez que não as isolem uma da outra, e as

consideremos como parte de um mesmo progresso de conjunto” (KAUTSKY, 1980, p.27-28).

Isto significa que as leis do capitalismo são tendências gerais, válidas para todos os setores; assim, não haveria razão para supor que a forma de produção camponesa e familiar ficasse isolada ou apresentasse qualidades ou atributos econômicos e sociais superiores no processo de expansão do capital.

Para Kautsky, trata-se de investigar se o capital põe a agricultura sob seu domínio, como o faz, como a transforma, como invalida velhas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas. Portanto, o autor considera fundamental a compreensão dos fenômenos parciais, integrantes da questão agrária, como a relação entre as grandes explorações e as pequenas, o endividamento, o direito à herança, a falta de mão-de-obra e a concorrência de mercado com a indústria.

A agricultura segundo Kautsky encontrava-se em mãos do camponês, em regra geral submetido ao regime feudal da economia da sociedade. O autor descreve primeiro a estrutura da economia camponesa, a combinação da agricultura com a indústria doméstica, passando em seguida a descrever os fatores de sua decomposição. As antigas sociedades da família rural, explorando exclusivamente por seu próprio esforço o próprio chão, são substituídas nas grandes empresas agrícolas por um grupo de operários contratados, os quais, sob o comando do proprietário, trabalham para ele na lavoura, guardam o seu gado, enceleiram a sua colheita.

O antagonismo de classes existentes entre o explorador e o explorado, entre o possuidor e o proletário, penetra na aldeia, no próprio lar do camponês e destrói a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses. Todo esse processo começou na Idade Média, mas o modo de produção capitalista o acelerou, a ponto de subordinar-lhe todas as populações rurais, transformando novas esferas de produção camponesa para o consumo pessoal em domínios de produção de mercadorias, aumentando, das mais diversas maneiras, a procura de dinheiro por parte do lavrador e substituindo o trabalho de família pelo trabalho assalariado.

Assim, o desenvolvimento do modo de produção capitalista na cidade basta para transformar completamente a existência do camponês, entendida à maneira antiga. Para tanto, nem mesmo é indispensável que o capital penetre na produção

agrícola e se forme o antagonismo entre a grande e a pequena exploração. Mas o capital não restringe a sua ação à indústria, assim que adquire forças bastantes, apodera-se também da agricultura.

Após, Kautsky descreve (no capítulo III) os traços fundamentais da agricultura feudal – o predomínio do sistema de cultivo de três campos (a cultura de três afolhamentos), pois, segundo ele, o sistema de três campos foi substituído pela rotação das culturas, melhorando a criação de gado e o trabalho da terra, aumentando as colheitas e tornando-se grande desenvolvimento com a especialização da agricultura, a divisão do trabalho entre as explorações.

Segundo Kautsky, na época do feudalismo, a única coisa que havia na agricultura era a pequena produção, pois o latifundiário trabalhava seus campos com as mesmas ferramentas que os camponeses, por isso o capitalismo cria, pela primeira vez, a possibilidade da grande produção agrícola, mais racional do ponto de vista técnico do que a pequena produção. Defende a superioridade técnica do grande estabelecimento em relação ao pequeno, o que, associado às desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, condenaria o campesinato à proletarianização, pobreza e exclusão.

O desenvolvimento do capitalismo acentuou a diferença qualitativa entre a grande e a pequena exploração. Para esse autor, a pequena propriedade não mostrava nenhuma vantagem frente à grande propriedade, e a superioridade dessa última era demonstrada a partir de vários fatores, dos quais falaremos a seguir.

Kautsky fez uma interpretação marxista sobre o desenvolvimento da agricultura paralelamente ao da indústria. Ao iniciar seu livro sobre a questão agrária, tinha como concepção a superioridade técnica da grande propriedade. Ou seja, a expansão das grandes propriedades capitalistas, mas não o desaparecimento total da exploração camponesa.

Enquanto para Chayanov, mesmo frente ao avanço capitalista, a economia camponesa desenvolvia meios para se reproduzir, Kautsky não compartilha da mesma opinião. Para este último, um dos motivos que corroboravam para a não continuidade da exploração camponesa era a inferioridade, principalmente técnica, da pequena em relação à grande propriedade. Essa questão ocupou lugar de destaque em sua obra, envolvendo compreender em que direção a grande propriedade mostrava-se mais vantajosa e qual o caminho a agricultura deveria

seguir para se desenvolver em meio ao modo capitalista de produção. Esse processo levaria, segundo ele, à sobreposição da grande sobre a pequena propriedade.

Levando-se em conta que sua análise baseou-se em uma situação de observação no início do século, considera-se também que sua atenção focalizava uma comparação das relações de produção entre a agricultura e a indústria. Assim, a racionalidade que envolve a produção industrial não se compara àquela da produção agrícola, por uma série de fatores. Na sua análise marxista sobre a necessidade que a grande propriedade tem da pequena para se reproduzir (a pequena não chega a compreender uma ameaça, não é concorrente, mas serve para suprir a escassez de mão-de-obra e ainda surge como consumidora de produtos produzidos pelo grande capital), a pequena apareceria como sendo o sustentáculo do que havia de mais retrógrado na sociedade analisada por esse autor.

Ao falar das dificuldades técnicas para o desenvolvimento de pequenas propriedades, um dos argumentos sobre os quais se apoiava se referia aos entraves provocados pela utilização de certas máquinas, que se mostravam pouco vantajosas quando utilizadas em pequenas superfícies. Mesmo a questão técnica, abordada por ele como um obstáculo considerável para o desenvolvimento de pequenas propriedades, ainda que analisada no contexto europeu, já não encontra sustentação na atualidade. Continua sua argumentação acrescentando que, ao apresentar uma justaposição da divisão dos trabalhos na pequena propriedade, esta seria uma desvantagem, pois não poderia usufruir dessa divisão de forma proveitosa. Quanto ao uso mais racional de máquinas e implementos, Kautsky afirmava que as máquinas seriam melhores aproveitadas em grandes extensões.

[...] No caso da agricultura, isto porque, sob o regime da produção capitalista, a máquina não tem por função realizar economia de força de trabalho, mas de salário. Quanto mais baixos os salários, tanto mais difícil a introdução de máquinas. Ora, no campo os salários são, em regra, por uma série de motivos, muito inferiores aos da cidade. (p. 60).

Outra desvantagem apontada pelo autor referia-se à impossibilidade da pequena propriedade em poder contar com a cooperação ordenada de várias pessoas, para a promoção de um trabalho organizado.

A grande propriedade, por exemplo, poderia alcançar melhores preços no mercado, menor custo por transportar grande quantidade de mercadoria, assim como facilitado acesso ao crédito. Por fim, Kautsky apontava como uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos camponeses a quantidade inadequada de alimentos que dispunham, gerando trabalhadores subnutridos, incapazes de realizarem trabalho suficiente que lhes garantisse um nível de vida razoável, obrigando-os a uma auto-exploração desumana para que pudessem sobreviver.

2.3. LÊNIN E A DESINTEGRAÇÃO DO CAMPESINATO

Lênin, em sua obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia 1899*, estava principalmente interessado em mostrar que o desenvolvimento capitalista na Rússia do período pós-reforma estava se dando de tal forma que se tornara irreversível, que não se limitava a pequenos enclaves nas cidades, mas tendia a transformar toda a economia e a sociedade, antes de tudo através da formação de um mercado para a sua produção. No campo da indústria, examinou a evolução da pequena indústria artesanal camponesa para a indústria fabril em larga escala.

Na agricultura, tentou mostrar que a comuna estava dando lugar a uma contínua diferenciação do campesinato que tendia a concentrar a propriedade da terra e da produção nas mãos de uma burguesia rural oposta a uma classe de assalariados rurais, mesmo que esta última – numa variação do modelo clássico – ainda possuísse uma pequena parcela da terra.

Na polêmica com os economistas populistas, Lênin afirma que o mercado interno aparece quando a economia se torna mercantil: é criado pelo desenvolvimento dessa economia e é o grau de fragmentação da divisão social do trabalho que determina o nível desse desenvolvimento. O mercado interno se amplia quando a economia mercantil passa dos produtos à força de trabalho e, apenas na medida em que esta última se converte em mercadoria, o capitalismo cobre toda a produção do país, desenvolvendo-se, sobretudo, graças aos meios de produção que ocupam um lugar cada vez mais importantes na sociedade capitalista.

Mercado interno para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento que aprofunda a divisão

social do trabalho e decompõe os produtores diretos em capitalistas e operários (LÊNIN, 1982, p.33).

Neste sentido, é a própria formação do mercado no capitalismo que leva à desintegração do campesinato. Para Lênin, o processo de expansão do capitalismo era concomitante com a criação do mercado para a produção capitalista, com um processo de destruição de estruturas sócio-econômicas velhas e a criação de novas.

Nas palavras de Lênin:

A transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos meios de produção, ou seja, pressupõe seu “empobrecimento” a sua ruína” Sustenta que essa ruína reduz o poder de compra da população e estreita o mercado interno para o capitalismo [...], para o mercado, o que importa não é o bem-estar do produtor, mas os seus meios pecuniários disponíveis [...]. Do ponto de vista teórico abstrato, a ruína dos pequenos produtores na sociedade em que a economia mercantil e capitalista se desenvolve significa [...] a criação e não a redução do mercado interno” (LÊNIN, 1982, p.16).

Analisando as informações estatísticas do zemstvos conclui que a situação econômica e social em que se insere o campesinato russo é a da economia mercantil, onde o sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo.

Para Lênin, as contradições provam que o sistema de relações econômicas existentes na comunidade rural não constitui uma formação particular, mas um habitual sistema pequeno-burguês. Essas contradições no interior do campesinato constituem o que ele denominou de desintegração do campesinato e não simplesmente diferenciações, como afirmam os populistas. Aponta Lênin que o surgimento de desigualdades entre os patrimônios é o ponto de partida de todo o processo que, em hipótese alguma, se esgota nessa “diferenciação”. O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela capitalista. Esses

novos tipos são a burguesia rural e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadoria na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados.

Portanto, o estudo de Lênin mostra que a inserção do capitalismo na agricultura provocou um antagonismo nas classes sociais rurais, uma oposição de classes; de um lado, a burguesia rural e, de outro, operários agrícolas. O campesinato, sendo um resquício do regime feudal e um entrave ao desenvolvimento do capitalismo, estaria condenado a transformar-se em uma destas classes. Assim, a tese leninista se baseia na desintegração do campesinato, que cria um mercado interno para o capitalismo ocasionando a diferenciação social no campo. Sua análise é permeada por certa concepção de transformação da sociedade na qual o desenvolvimento do capitalismo provocaria a sua própria superação (pelo socialismo) em razão de suas próprias contradições.

2.4. CHAYANOV E A ECONOMIA CAMPONESA

Alexander Chayanov foi um dos mais importantes economistas agrários caracterizado como um estudioso da “agronomia social”. Seus estudos datam do início do século passado (1910 -1930), e analisam o comportamento interno da exploração camponesa, estabelecendo explicações sobre a sua lógica não capitalista. Apenas na década de 60 os seus trabalhos passaram a ser conhecidos no Ocidente. Chayanov analisa os aspectos organizacionais da unidade econômica camponesa. Sua hipótese é de um balanço subjetivo entre trabalho e consumo, visando os processos de continuidade da unidade econômica camponesa e para estabelecer a natureza da motivação da atividade econômica da família (1974, p.38).

A unidade econômica analisada por Chayanov é representada por uma família que não contrata força de trabalho exterior, que tem certa extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e que, às vezes, se vê obrigada a empregar parte de sua força de trabalho em ofícios rurais não agrícolas. Pois, segundo o autor, a composição familiar define todos os limites máximos e mínimos do volume de sua atividade econômica. A força de trabalho da unidade de

exploração doméstica está totalmente determinada pela disponibilidade de membros capacitados na família.

A originalidade da obra está no princípio subjetivo do equilíbrio entre as necessidades de subsistência e a rejeição do trabalho manual, além de determinado limite, isto é, a família não intensifica o trabalho de seus membros para além do referido ponto de equilíbrio em que um possível aumento do produto é suplantado pela penosidade do trabalho extra.

Nesse sentido, o núcleo principal da teoria de Chayanov, segundo Archetti – na apresentação da obra -, passa a ser o balanço existente entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho (p.10). Chayanov mostra que as relações entre a força de trabalho da família e suas demandas de consumo se transformam ao longo do tempo. Ele descreve a formação da família desde o casamento até a chegada dos filhos à idade produtiva.

É por essa perspectiva que ele desenvolve o conceito de “diferenciação demográfica”. Isto é,

Vemos que partes consideráveis das unidades de exploração que cultivam pequenas áreas foram adquirindo força de trabalho ao aumentar a idade e o tamanho da família e que ao aumentar sua área ingressam nos grupos mais altos, expandindo assim também sua atividade econômica. Inversamente, as unidades originariamente extensas ingressam nos grupos mais baixo que correspondem às famílias pequenas criadas depois de uma divisão. Isto nos demonstra que o processo demográfico de crescimento e distribuição da família por tamanho também determina em grande medida a distribuição de unidades econômicas por tamanho da área plantada e quantidade de gado. (CHAYANOV, 1974, p.65-66.).

Contudo, em situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente da terra para suas necessidades, ela tende a buscar em “atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família” (p.101).

Segundo Chayanov é preciso levar em conta os elementos técnicos que influenciam a produção, porque a adoção de meios de produção mais eficazes poderia suprir a falta de mão-de-obra. Tomada separada, a relação de entradas agrícolas com o tamanho da família é ainda mais débil porque o processo de divisão do trabalho familiar entre a agricultura e atividades não agrícolas não

depende do tamanho da família, mas sim das condições econômicas gerais que se dão localmente.

Os elementos técnicos da produção – área plantada, força de trabalho e equipamentos – tem que estar em uma correlação ainda mais baixa com a família, posto que, com o mesmo volume de atividade econômica familiar, determinada pelo equilíbrio básico interno da unidade de exploração, podem combinar-se nas formas mais variadas de acordo com as diferenças no sistema de produção.

Para Chayanov, a suposição de que a procura de capital e, principalmente, da terra, induz a família camponesa a orientar parte considerável de sua mão de obra para atividades não agrícolas, acontece, de modo particular, nas zonas de grande densidade demográfica. Contudo, Chayanov ressalta que devemos estabelecer duas condições para esta afirmação e a segunda tem de ser muito significativa para compreender a natureza da unidade econômica campesina.

1 - O fato de que o desenvolvimento de atividades não agrícolas está relacionado à irregularidade da distribuição do tempo de trabalho na agricultura, pois em determinadas estações, como o inverno, a inatividade pode ser quase total.

2 - Em muitas situações não é a falta de meios de produção o que origina os ganhos com atividades artesanais e comerciais, mas uma situação de mercado mais favorável para esse tipo de trabalho, em termos de remuneração, em comparação com aquela derivada da venda de produtos agrícolas.

Chayanov (1974) entende que, independentemente do sistema econômico em vigor, a economia camponesa se orienta pela organização interna do trabalho de seus componentes em moldes não-capitalistas dada à ausência de assalariamento. A razão que a orienta não é o cálculo do lucro, mas a motivação para o trabalho, em situações que às vezes chega à fadiga. Chayanov, observando esse comportamento no interior das unidades russas, argumentou o fato de que a cada queda nos preços dos produtos sucedia-se o aumento da produção, o que demonstra uma racionalidade não capitalista, pois ao contrário, a razão capitalista seria a de reduzir a produção imediatamente, quando os preços caem.

O esforço teórico de Chayanov serviu para explicar a racionalidade e as particularidades da produção camponesa, suas relações, algumas vezes esporádicas com o mercado, e o modo de produção capitalista.

De acordo com esse autor, as explorações camponesas, baseadas no trabalho familiar, são diferentes da empresa capitalista, baseada no lucro e requerem uma teoria econômica diferente. O trabalho cooperado da família, na ótica de Chayanov (1974), é o que determina o desenvolvimento das atividades ou o volume econômico gerado internamente. A mão-de-obra familiar é o elemento técnico-organizativo da produção. O que determina o conjunto dessa força de trabalho são a composição e o tamanho da família. Com base nesses dois componentes e na constatação de tendência ao aumento da área dos estabelecimentos menores, Chayanov construiu a tese da “diferenciação demográfica” em oposição à “diferenciação social” que Lênin apregoava para o caso da Rússia.

Segundo Chayanov, a agricultura ingressa no sistema capitalista geral na medida em que há o crescimento da mercantilização. Os vínculos comerciais convertem a exploração familiar em produtora de mercadorias e abrem as vias para a penetração das relações capitalistas no campo. Assim, os diversos mecanismos de comercialização acabam afetando os camponeses. Para Chayanov, na unidade de produção camponesa, como não existe o fenômeno social dos salários, também não existe o fenômeno social de lucro líquido. (p.138). Contudo, o produto indivisível do trabalho nem sempre será o mesmo para todas as unidades econômicas familiares. O produto, irá variar segundo a situação do mercado, a localização da unidade relativamente aos mercados, a disponibilidade dos meios de produção.

[...] a exploração familiar tem que utilizar a situação de mercado e as condições naturais, de maneira tal que lhe permitam proporcionar um equilíbrio interno para a família, juntamente com o mais elevado nível de bem-estar possível (p.139).

De acordo com Abramovay (1998, p.68), Chayanov reconhecia a impossibilidade, num contexto de progresso técnico e integração crescente, do campesinato, de “conservar as suas características e seus atributos”.

Chayanov reconhece a necessidade de fazer uma análise estática da unidade econômica camponesa, mas também esclarece que ela é reconhecível historicamente e modificável pelas influências de sistemas econômicos,

historicamente dados. Concorde com a heterogeneidade das unidades econômicas familiares (grande, média, pequenas), mas não aceita que essa heterogeneidade possa ser explicada totalmente pela diferenciação social, resultante do processo histórico capitalista.

Esse tipo peculiar de produção está, assim como o consumo, estreitamente ligado às necessidades da família, existindo um equilíbrio entre trabalho e consumo. 'determinado pelo tamanho da família, pela proporção de familiares que trabalham e que não trabalham, pela superfície e qualidade da terra (CHAYANOV, 1974.p.139). Produzindo para si próprio, o camponês não tem uma preocupação vital com o mercado, destinando a este parte de sua produção e ainda assim quando o excedente for significativo e não afetar o balanço alimentar. A satisfação das necessidades e o que vai satisfazê-la é a intensidade do trabalho e o grau de auto exploração da força de trabalho familiar. "(...) se estabelece pela relação entre a necessidade de satisfação e a penosidade". Chayanov (1974, p.139). Os camponeses entram no mercado para a comercialização dos produtos em um nível bem simples e para a aquisição de bens que não podem produzir.

Pode-se afirmar que, para Chayanov, o campesinato tem como característica central o fato de pertencerem a uma categoria econômica à parte, distinguindo-se da economia capitalista, como uma produção mercantil simples, destacando também a relevância dada pelo autor sobre o equilíbrio entre trabalho e consumo pela família, como forma de garantir a satisfação das necessidades da família e a quantidade de trabalho empregada para satisfazê-lo.

O trabalho de Chayanov sobre a produção mercantil simples ganha relevância na análise contemporânea da produção familiar, uma vez que algumas práticas adotadas por essa categoria como, por exemplo, as do autoconsumo, podem ser explicadas como um tipo de estratégia de sobrevivência, aspectos esses que encontram dificuldade para serem analisados a partir de uma análise do modo capitalista de produção. O estudo de Chayanov, relativo à natureza e à lógica da organização da produção de base familiar, demonstra a importância de entender de forma detalhada e aprofundada o funcionamento da unidade produtiva familiar. Para Wanderley (2001), é na interface entre a "complexidade do meio histórico" e a "morfologia interna" das unidades de produção, que reside a grande riqueza da análise de Chayanov, que se apresenta como um grande desafio aos estudiosos

atuais da questão familiar na agricultura, ou seja, o fato de reconhecer no produtor familiar sua possível condição de agente social do progresso e, conseqüentemente, legitimá-lo do ponto de vista social e político.

2.5. AGRICULTOR FAMILIAR: UM “NOVO” PERSONAGEM?

A noção de agricultura familiar aqui discutida está presente na literatura especializada e tem o intuito de que, a partir de seus pressupostos, possamos interpretar a situação da agricultura familiar no município de Caçapava do Sul-RS, objeto deste estudo.

A utilização do termo agricultura familiar para designar uma unidade de produção agrícola administrada e trabalhada por uma família é relativamente recente no Brasil, remonta aos anos 90. O termo agricultura familiar ganha força a partir do final dos anos 1980 e início dos 1990, quando a expressão “agricultura familiar”, é cunhada simultaneamente, nas esferas políticas e acadêmicas. Os estudos acerca da temática da agricultura familiar têm ressaltado o caráter das desigualdades e especificidades regionais da ruralidade brasileira.

Apesar do reconhecimento da expressão agricultura familiar no debate acadêmico e nas políticas públicas a partir dos anos 90, as categorias que ela identifica atualmente já receberam outras designações de acordo com o período e o contexto sócio-político. De acordo com Porto e Siqueira (1994), no período de 1950 a 1970, nos estudos sobre o campo brasileiro falava-se em campesinato como um conceito síntese, dando unidade a uma grande diversidade de relações de trabalho e formas de acesso à terra, tais como parceria, arrendamento, pequena propriedade e situação camponesa.

A partir da década de 70, segundo as autoras, cresce a tendência para análises em torno do conceito de “pequena produção” nos estudos relacionados ao meio rural. Essa mudança estaria relacionada às transformações políticas do Estado brasileiro, uma vez que havia interesse na desarticulação de vários grupos e movimentos sociais organizados no campo. A adoção do termo “pequenos produtores” teria uma conotação menos politizada, uma vez que campesinato era um conceito carregado de conteúdo político e ideológico.

Ainda em relação ao conceito de pequeno produtor, este apresenta dificuldades de operacionalização e não explica, por si só, a complexidade da realidade. Conforme Ribeiro (2009), trata-se de um conceito bancário, cadastral e insuficiente para a compreensão das diferenças entre os produtores, suas famílias e as suas lógicas. O termo “pequeno produtor”, ainda segundo Ribeiro (2009) identifica aqueles agricultores que possuem menos terra e menos capital, que possuem uma entrada periférica nos mercados agrícolas e que obtêm baixas produtividades. Sendo assim, é visto como potencialmente transformável, isto é, carrega consigo a possibilidade de vir a ser “grande” (ou, ao menos, “pequeno eficiente”), na medida em que ocorra um emprego racional dos recursos produtivos e se insira de maneira “correta” nos mercados (RIBEIRO, 2009, p.51).

Abramovay (1998), também afirma que os conceitos de pequena produção, agricultura de baixa renda ou de subsistência envolve um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades.

Aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos

[...] dizer que estas são as características essenciais da agricultura familiar é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola, tanto no Brasil, como em países capitalistas avançados nos últimos anos. (ABRAMOVAY, 1998, p.74).

Por outro lado, há no período o empenho por parte do Estado na imposição de um modelo de desenvolvimento para a agricultura baseada em políticas de geração e difusão de modernas tecnologias para o setor agrícola, que ficou conhecido como “modernização conservadora”, da agricultura brasileira. A expressão “modernização conservadora” foi utilizada por alguns autores, entre eles Graziano da Silva (2003), que se refere às transformações da base técnica de produção, sem provocar modificações na estrutura fundiária.

Ainda na década de 1970, as reflexões sobre as questões agrárias e agrícolas centram-se nas noções de funcionalidade da agricultura, passando a enfatizar, posteriormente, a subordinação da pequena produção ao capital. Estes estudos enfatizaram a relação do pequeno produtor com a agroindústria, em estudos de caso envolvendo produtos tais como uva, aves, suínos, fumo, leite. Estes estudos mostraram, por um lado, como o excedente econômico gerado na agricultura é transferido para o setor não-agrícola da economia e, por outro, os vínculos existentes entre a pequena produção e as indústrias processadoras, verificando-se que esta vinculação reflete uma relação de dominação-subordinação entre os dois setores.

Segundo essas análises, integrados seriam aqueles produtores que mantinham ligação com a agroindústria e o mercado consumidor (SANTOS 1984). Desta forma, “o sentido unificador cada vez menos se localiza nos conceitos de campesinato e de pequena produção” (PORTO E SIQUEIRA, 1994, p.32).

Uma questão que mereceu destaque nestes estudos foi a percepção de que o conceito de pequena produção poderia incluir tanto aqueles produtores mais tecnificados, com maior acesso ao capital financeiro, com características de empresas familiares, quanto os mais tradicionais, sem associação com o capital financeiro (CARNEIRO, 1999).

Um novo conceito síntese parece surgir a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, com a consolidação da expressão “agricultura familiar” no cenário acadêmico e político brasileiro. A agricultura familiar está ligada à redemocratização e às categorias sociais no campo, as quais foram agrupadas e caracterizado por Neves (2002, p.137) como “uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político”. Agora as entidades contrastivas são a agricultura familiar e a agricultura patronal.

Desse modo, as concepções atuais sobre agricultura familiar devem ser contextualizadas de acordo com a diversidade de mudanças vividas e construídas pelos vários segmentos sociais em suas relações com as diferentes dimensões sociais. Estas dimensões envolvem processos que redefinem estas relações em vários níveis, seja produtivo, econômico, político, ambiental, etc. De acordo com Medeiros (1997, p.65).

Nos debates acadêmicos, na formulação de políticas públicas e nas organizações de representação dos trabalhadores do campo, vem se generalizando, nos anos 90, o uso do termo “agricultura familiar”. Entendida genericamente como “unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família (LAMARCHE, 1993,p.15), “agricultura familiar” não só recobre uma diversidade de situações, como retém uma grande amplitude de significados que vêm sendo disputados no interior da sociedade.

Segundo Schneider (2003), no campo acadêmico houve importantes aportes sobre a noção da agricultura familiar. Destacam-se por sua significativa contribuição os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1998) e Lamarche (1993). No campo político, dois fatos contribuíram de forma significativa para sua afirmação: por um lado, a ação dos movimentos sociais no campo, especialmente aqueles ligados à Central única dos Trabalhadores – CUT, no sentido de unificar o discurso em defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais, diante das dificuldades decorrentes da integração comercial e econômica, dos países que formam o Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL. Por outro, a afirmação da expressão “agricultura familiar” no cenário social e político brasileiro é legitimada pelo Estado ao criar em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF², com a finalidade de prover crédito agrícola e dar apoio institucional aos agricultores familiares.

Também contribuiu para afirmar a expressão “agricultura familiar” o estudo realizado em cooperação entre a FAO e o INCRA (1996), que tinha por objetivo determinar diretrizes para um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Foi então proposta uma classificação dos estabelecimentos agropecuários, separando-os em dois modelos: “patronal” e “familiar”. De acordo com esta classificação, o modelo patronal se caracteriza pela completa separação entre gestão e trabalho, pela organização descentralizada e ênfase na especialização produtiva, uso de práticas padronizáveis e trabalho assalariado.

2- PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, permite a concessão de crédito de investimento e custeio a agricultores familiares e uma linha de financiamento para projetos de infra-estrutura, cuja liberação é condicionado à elaboração de planos de desenvolvimento local.

O modelo familiar, por outro lado, se caracteriza por manter uma relação íntima entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo a cargo dos proprietários, ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos e qualidade de vida, utilização trabalho familiar e tomada de decisão imediata. Os estabelecimentos familiares foram separados em três subcategorias: familiar consolidada, em transição e periférica.

Percebe-se, pois, que diferentes denominações foram utilizadas para designar a categoria social “agricultura familiar” na segunda metade do século XX, e que esta diversidade de denominações resulta da associação desta categoria a lutas e interesses político-econômicos ao longo desse período.

2.5.1. AGRICULTURA FAMILIAR OU O (RE) SIGNIFICAR DA AGRICULTURA CAMPONESA

A despeito da maior utilização do conceito de “pequena produção” em relação ao de campesinato, este não foi abandonado, passando a ser utilizado de forma articulada com o primeiro. Enquanto o conceito de pequena produção tinha um caráter mais operacional, diretamente associado aos grupos estudados, dizendo respeito ao volume da produção ou ao tamanho da terra, sendo por isso um conceito insuficiente para descrever o agricultor e a sua lógica de sobrevivência e de reprodução, o conceito de campesinato guardava um sentido teórico com referência à organização, funcionamento e gestão da unidade produtiva, bem como do caráter familiar do trabalho, além do caráter político ideológico.

No entanto, os estudos sobre o campesinato brasileiro, embora considerados relevantes, não o viam como protagonista social, parte integrante de uma classe social. Ele sempre foi visto como pouco eficiente economicamente, resultado do tradicionalismo e da aversão ao risco. Isso acarretava à categoria pouca visibilidade, uma morte constantemente anunciada, embora adiada, a condição de ameaçados, econômica, socialmente, politicamente.

Atualmente, autores como Marques (2008) e Woortmann (1990), defendem a atualidade do conceito de camponês, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. Para ela, o

campesinato é uma classe social e não apenas um setor da economia, apresenta uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Para Marques (2008) o campesinato permanece como conceito-chave, enquanto no campo brasileiro houver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico. O campesinato, segundo Marques, se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O que a leva a afirmar, que o modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Apoiada, em Taussig (1980, p.10) conclui que, se por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza.

Continuando, Marques entende que o campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode estar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações, e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês.

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais. (MARQUES, 2008, p.60).

Já Woortmann (1990) advoga que a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Estes podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade, segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista.

Ainda conforme Woortmann (1990), a ética camponesa apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração

religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade.

Para Abramovay (1998), as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis, e estas relações se caracterizam como elemento central da diferenciação entre agricultura familiar e a camponesa, segundo esse autor;

Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês de organização Social (p.117).

Abramovay afirma que a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas, que não econômicos, sejam organizadores da vida. O campesinato é caracterizado por uma “organização familiar baseada em critérios não estritamente econômicos, com a existência de uma forte reciprocidade entre os atores, possuindo uma integração parcial a “mercados incompletos”, expressão utilizada por Ellis apud Abramovay (1998, p.101 e 127). Esta inserção parcial está relacionada ao fato de que existe certa flexibilidade por parte do camponês com relação ao mercado, do qual o camponês pode freqüentemente se retirar, sem com isso comprometer sua reprodução social.

Santos (2005) cita os estudos de Yves Jean, onde esses apontam alguns aspectos das transformações ocorridas com os agricultores franceses. Entre as transformações encontram-se o fim do sistema de policultura e policultura (um dos traços mais universais dos sistemas de produção geridos por camponeses), a especialização, integração crescente ao mercado e uma monetarização da atividade. A partir disto, ocorreu a passagem de uma agricultura camponesa a uma agricultura de mercado, cujo traço marcante é a dependência aos sistemas bancários de financiamento.

Outra contribuição ao debate está presente no processo de transformação do camponês em agricultor familiar, como definida por Lamarche (1993). Ele coordenou uma pesquisa realizada em cinco países, com diferentes realidades sócio-econômico-políticas (França, Canadá, Brasil, Tunísia e Polônia), procurando

mostrar que as explorações familiares não são sinônimas de exploração camponesa, a qual pode conter diferentes grupos. Sua pesquisa sugere a emergência de uma nova categoria – a agricultura familiar – a qual tem como característica diferencial do campesinato, a forte relação econômica com o mercado, e adoção de tecnologias modernas. No entanto, o trabalho familiar é mantido como base de organização produtiva de sua propriedade, e misto se assemelha com o campesinato, isto é, a propriedade da terra.

Lamarche sustenta que a exploração camponesa hoje praticamente desapareceu (o autor cita o caso Francês), mas com certeza a exploração familiar não, e não se podem confundir as duas coisas (p.15). Para esse autor, as unidades de produção agrícolas onde propriedade, trabalho e a família são uma trilogia indissociável, mantiveram-se, mas com a “interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração” (LAMARCHE, 1993, p.15). Ele reafirma que a homogeneidade não caracteriza o grupo social de agricultores familiares. Para ele, “a agricultura familiar” é concebida, enquanto conceito de análise, como uma unidade de produção onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. O termo agricultura familiar recobre situações extremamente variadas e diferentes, estando associado aos meios de produção utilizados, emprego de tecnologias, variando na capacidade de adaptação e reprodução (p.18).

Já Fernandes (2003) questiona: quais as diferenças e semelhanças entre as pessoas que desenvolvem o trabalho familiar, sendo denominado de pequeno agricultor, pequeno produtor, agricultor familiar, camponês, entre outras palavras e conceito? De acordo com esse autor, essa realidade começou a ser formada (ele – o autor se refere ao conceito de agricultura familiar) na década de 1990 e desde então diversos trabalhos acadêmicos vêm sendo produzidos, especialmente em geografia agrária, tratando os conceitos de camponês e de agricultor familiar como iguais ou utilizando um desses conceitos sem a necessária reflexão teórica, de modo que o conceito de camponês aparece com o conteúdo de agricultor familiar ou vice-versa.

De acordo com Fernandes (2003), em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de

agricultura familiar, com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos estudos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território teórico. Ainda, de acordo com o autor, a delimitação do conceito de campesinato é um exercício político. (FERNANDES, 2004, p.1)

Fernandes (2003) aponta os estudos de Lênin (1982) e Kautsky (1980) como fundamentais para se compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Esses estudos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação e, por essa razão, estão também entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência para que os camponeses continuem sendo produtores familiares não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital. Afirma ainda que o mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que a recriação do campesinato e, em diferentes escalas, também em relação aos diversos tipos de camponeses.

De acordo com a leitura realizada, constatamos que, para os autores contemporâneos, há uma grande diferenciação no modelo de funcionamento da exploração agrícola familiar, enquanto os clássicos viam apenas o modelo camponês para caracterizar essa produção. Hoje esse segmento é tido como diferenciado e surgem outros modelos para melhor evidenciar o funcionamento da exploração agrícola familiar. A principal característica desse agricultor é o predomínio da utilização de mão-de-obra familiar, a qual, segundo Shanin (1980), é também a característica central do campesinato, seja qual realidade se estiver observando.

Desta forma, destacamos que a principal diferenciação teórica entre o campesinato e a agricultura familiar relaciona-se quanto aos seus objetivos finais. Na primeira, o objetivo é a manutenção familiar, para tanto as atividades produtivas são baseadas nas necessidades e na disponibilidade de mão-de-obra no local, como coloca Chayanov (1974). Para o agricultor familiar, além da manutenção da

família e da propriedade, está envolvido numa rede de relações com o exterior, seja esta ligação a nível local, regional ou global. A dinâmica da inserção da unidade produtiva familiar nos diversos níveis e estruturas econômicas, sociais e ambientais, deve caracterizar o seu lugar nessas estruturas. O seu papel a desempenhar passa pela definição clara onde a agricultura familiar se encontra na medida da sua inserção.

2.5.2. AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO DE PRODUÇÃO MERCANTIL

A agricultura familiar é uma categoria social que apresenta uma grande diversidade. Esta heterogeneidade é uma característica relevante da agricultura. Neste espaço, ocorrem diversas formas de produção (técnicas) e de organização agrícolas. Esses elementos da heterogeneidade e diversidade das produções agrícolas familiares influenciam o debate e as análises acadêmicas resultando numa proliferação de estudos sobre a permanência ou seu desaparecimento.

A década de 1990 é pontuada pela efervescência desses estudos e, neste contexto, ganha força a interpretação de que o campesinato estaria desaparecendo e que em seu lugar estaria surgindo o agricultor familiar. O agricultor familiar se estabeleceu, segundo Praxedes da Silva (2001), entre o dilema de se identificar como produtor agrícola, o que seria um erro porque corresponderia a uma exploração individual ou, por outro lado, com o camponês.

É nas décadas de 90 que a agricultura familiar tornou-se visível nesse cenário e ainda deu mostras de vitalidade ao fornecer diferentes respostas de sua capacidade de manter-se em um ambiente crescentemente mercantilizado, constituído por mercados cada vez mais competitivos e globalizados e experimentando grandes transformações na sua base técnica produtiva.

Não é possível pensar hoje a agricultura familiar dissociada do processo de produção mercantil. A presença de novos personagens, atores sociais e mudanças no contexto sócio-econômico e político tem transformado o meio rural e suas relações. De acordo com Tedesco (1999, p.14), são exemplos destas mudanças:

A pluriatividade, a multifuncionalidade de tarefas, a centralidade e a agregação da mulher camponesa no formato moral e econômico da família, bem como do trabalho, as

contratualizações e os trabalhos a domicílio, as associações informais entre parentes e vizinhos, as formas de produção alternativas às convencionais e produtivistas, envolvendo sociabilidades e reciprocidades coletivas e/ou grupais, etc. Essas mudanças manifestam estratégias e racionalidades internas e adaptativas frente e em razão do impacto das transformações globalizantes, do mercado, da cultura urbana, das redefinições industriais em termos de tempo, espacialidades e correlações de força entre os atores sociais envolvidos.

Segundo Gazolla (2004), a compreensão e o estudo da agricultura familiar devem centrar nos marcos da sociedade capitalista, incorporando à sua dinâmica de reprodução social, o entendimento do papel do mercado como esfera impessoal organizadora da vida social, do progresso tecnológico, do Estado, da mercantilização das relações de trabalho, do processo de produção agrícola e da crescente subordinação ao desenvolvimento urbano-industrial.

Para Roger Bartra (1978) a economia camponesa está integrada e dominada estruturalmente pelo sistema capitalista através do mercado. No modo de produção mercantil simples não existe separação entre capital variável e mais valia, como no caso de uma empresa capitalista. Essa articulação, além de influir na configuração da superestrutura política da formação social, constitui para Roger Bartra a “base da transferência de valores para o setor capitalista (p.214). Em outras palavras, as contradições de classe se explicam na relação entre dois modos de produção, o capitalista e o mercantil simples, ao nível da formação econômica global.

Ploeg (apud Ribeiro, 2009) afirma que a mercantilização é a passagem da forma de valor de uso de um bem material para a forma de valor de troca. Isto faz com que o processo de organização do trabalho passe a ser orientado para o intercâmbio com o mercado. Ploeg, citado por Ribeiro (2009), explica que a mercantilização se dá pela chamada externalização dos elementos que entram no processo de produção. Externalização é o número crescente de tarefas separadas dos processos de trabalho agrícola e realizadas a partir de organismos externos. A externalização, segundo os autores acima citados, faz com que as tarefas, que antes eram organizadas e coordenadas pelo agricultor, passem a ser coordenadas pelo intercâmbio mercantil e por meio do sistema recém estabelecido das formas técnico-administrativas. Ou seja, o agricultor deixa de executar determinadas fases do processo produtivo, sendo substituído por outros atores com os quais passa a interagir de forma crescente.

De acordo com Ribeiro (2009), a agricultura segundo Ploeg, é um processo resultante da interação contínua da força de trabalho, dos objetos de trabalho e dos instrumentos de trabalho na busca da produção e reprodução articulando as diferentes tarefas internas de produção e as relações externas nos diferentes “domínios”. Assim, uma parte do que é produzido se destina ao intercâmbio com o mercado e outra parte consiste em material reprodutivo dos mesmos elementos ou formas de reprodução.

Ribeiro (2009) afirma que Ploeg parte do princípio de que o processo de mercantilização não é um processo uniforme, pois a agricultura é uma unidade complexa de atividades produtivas e reprodutivas que absorvem determinados elementos que podem ou não ser mercantilizados. Ainda acrescenta que a crescente externalização das tarefas e da produção implica em uma penetração das relações mercantis no centro do processo produtivo e acaba por mercantilizar o próprio processo de trabalho.

Assim, existem diferentes graus de mercantilização entre os agricultores que dependem do grau em que estas relações mercantis penetram neste processo de trabalho e de produção.

Os diferentes graus de mercantilização, conforme Ploeg apud Ribeiro (2009), geram diferentes “estilos de manejo agrícola” a partir das mudanças que provocam sobre o estilo de gestão e sobre a forma como se estruturam e executam os trabalhos agrícolas.

Para Abramovay (1998), o mercado é o elemento de mediação e compreensão das relações sociais predominantemente econômicas, “no qual a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social” (p.104).

Neste sentido, afirma que os camponeses podiam ser entendidos como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos”, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas, a agricultura familiar, segundo esse autor,

[...] é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...] aquilo que era antes de tudo um modo de

vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho” (Abramovay, 1998, P.101 -160).

A obra de Lamarche (1993) tem como eixo central de análise “o grau de integração na economia de mercado, concebido como integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural (LAMARCHE, 1993, P.18-19). Desta forma, pode haver grupos que utilizam as mais avançadas tecnologias, como grupos tipicamente camponeses. Para Lamarche (1993, p.19):

O funcionamento da exploração familiar deve ser analisado dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante É resultado de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir, Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro.

A agricultura familiar, tanto no passado como atualmente, sempre buscou acesso a atividades rentáveis e estáveis que assegurassem sua integração ao mercado. Wanderley (2001, p.42) acredita que esse objetivo norteia suas estratégias econômicas e se articula em dois níveis complementares - o caráter mercantil e o auto-consumo. Para essa autora, desde o período colonial, os denominados “cultivadores pobres livres” buscavam inserir-se à economia local e regional “[...] tanto o mercado interno de produtos alimentares como o de produtos destinados à exportação, como o fizeram com a produção de mandioca, do tabaco e do algodão”. Essas considerações contribuem, significativamente, para compreender a importância da escolha dos produtos cultivados por esses produtores, uma vez que essa decisão incide diretamente sobre suas possibilidades de rendimentos.

Diniz (1984) apud Mendes (2005) também salienta a importância da integração desses produtores ao mercado para garantir seus rendimentos, uma vez que o aumento da produtividade é fator essencial para a sobrevivência da agricultura familiar. O autor sugere que a integração do pequeno produtor ao mercado e sua inserção nas cadeias agroindustriais promoveria a desconcentração da renda e a melhoria de suas condições de vida. Graziano da Silva (1999) acrescenta que a instalação de agroindústria e da indústria de pequeno porte

contribui para aumentar o valor agregado da produção local, evitando o movimento migratório sazonal dos pequenos produtores no período de subocupação e absorvendo a força de trabalho agrícola excedente, principalmente dos jovens.

Para Roger Bartra, a economia camponesa está integrada e dominada estruturalmente pelo sistema capitalista através do mercado.

2.5.3. AS DEFINIÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, a recente discussão sobre a produção agrícola de base familiar tem permitido compreendê-la como um universo profundamente heterogêneo e repleto de contradições cuja conceituação ainda continuará passível de diversas interpretações. Isto permite que distintos enfoques disputem espaços interpretativos a respeito da produção agrícola familiar do agro - brasileiro.

Wanderley (2001), por exemplo, valoriza o estudo do campesinato tradicional, pois para ela a terminologia “agricultura familiar” é uma categoria genérica, sendo que a combinação entre trabalho e propriedade assume no tempo e espaço uma grande forma de diversidades sociais. A agricultura familiar não é uma categoria social nova, mas recentemente tem sido utilizada, assumindo ares de novidade. A agricultura familiar, como chamada atualmente, aparece como um novo personagem diferente do camponês tradicional que assumiu a condição de produtor moderno. Segundo a mesma autora, a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar uma vez que se funda na relação de “propriedade, trabalho e família”.

A agricultura familiar é entendida como aquela em que “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Acrescenta que tem particularidades que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de inserção na sociedade global (WANDERLEY, 2001, p.23).

Deste modo, afirma Wanderley (2000) que pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social, passou a ser vista como campo de ação de uma agricultura alternativa ao padrão moderno

vigente, predominante na agricultura brasileira até então, e que não contemplou a grande maioria dos produtores familiares.

Sobre esta forma de funcionamento e lógica de produção, Wanderley (2001, p.23) afirma que “é importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”.

Na postura de Gasson e Errington (1993) apud Hernández (2009), não apenas a presença ou ausência de trabalho assalariado, mas também o fato de que pelo menos parte das relações de trabalho, que ocorrem no interior da unidade familiar, são também relações familiares. Então, a alocação da força do trabalho depende não apenas das demandas objetivas das tarefas a serem realizadas no processo produtivo, mas também do ciclo demográfico em que a família se encontra.

Nesse sentido, na lógica da economia capitalista, Friedmann (1978, 1986) citado por Schneider (2009), considera as relações internas entre os membros familiares a partir de duas questões básicas: o processo de trabalho e as relações familiares nas propriedades. A primeira questão alude à organização da produção fundamentada nas relações de parentesco e na divisão do trabalho por gênero e idade. Apóia-se no trabalho realizado pela própria família, diferentemente dos estabelecimentos de produção capitalista, onde a força de trabalho é contratada. A segunda questão diz respeito à combinação entre propriedade e trabalho, que se caracteriza pelo fato de o proprietário e o dono dos meios de produção residirem no mesmo estabelecimento, enquanto que na lógica capitalista prevalece a separação entre propriedade e trabalho. Nas unidades familiares, o trabalho é organizado com base em relações de parentesco e gênero, porque é a própria família que trabalha, e a posse dos meios de produção não estão separados de quem executa o trabalho. Nas unidades de produção capitalista, a força de trabalho é recrutada através do mercado de trabalho, via contrato de trabalho, à semelhança do que acontece com a aquisição das demais mercadorias necessárias ao processo produtivo (FRIEDMANN apud SCHNEIDER, p.60).

Friedmann, de acordo com a leitura de Schneider (2009), ao interpretar a presença e reprodução das formas familiares de organização do trabalho e da

produção na agricultura, recoloca no centro do debate teórico o conceito marxista de produção simples de mercadoria, para explicar formas sociais integradas apenas de modo parcial à divisão social do trabalho e aos circuitos de produção do valor, pois não realizam integralmente sua reprodução ampliada. Segundo a autora, na produção mercantil simples, os proprietários tanto da força de trabalho quanto dos meios de produção estão reunidos em uma única unidade e possuem relações de parentesco entre si, sendo, portanto, um tipo de combinação entre as unidades familiares e as unidades de produção capitalista. A forma de produção mercantil simples busca atender prioritariamente aos interesses da reprodução do núcleo familiar.

Friedmann (1978a, 1978b) apud Schneider (2009, p.59-60), apresenta outra interpretação sobre a presença e a reprodução das formas familiares de organização do trabalho e da produção na agricultura. A autora sustenta que a persistência das formas familiares de organização da produção e do trabalho não pode ser explicada por sua associação à atividade agrícola. O que deve ser ressaltado, em sua opinião, não é o fato de a agricultura ser uma atividade específica, mas a organização dos processos produtivos.

Segundo Friedmann, a verdadeira razão para a persistência das formas familiares se deve ao fato de que, no modo de produção capitalista, existem formas sociais de produção onde, por razões históricas, o capital não conseguiu subordinar inteiramente a sua dinâmica. Esse é particularmente o caso das formações sociais nas quais ainda não ocorreu a dissociação entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho, como a agricultura familiar. Para ela, é exatamente a capacidade de a família adaptar-se a um conjunto diversificado de situações que lhe são impostas pelo ambiente onde se insere, que permite sua flexibilidade de adaptação ou reação.

Ainda nessa consideração, destaca-se outra análise importante a respeito do tema em questão. Refere-se ao texto de Neves (2002), em que a autora salienta que não reconhece o termo de agricultura familiar como conceito teórico. Para Neves, o conceito de agricultura familiar é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores, instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração. Os pesquisadores não podem usá-lo esquecendo-se que o trabalho político de reconhecimento social implica a eufemização dos significados

subjacentes à categoria. Ele (o termo) pressupõe a superação do insulamento político cultural e da precariedade material dos camponeses, dos pequenos produtores, dos arrendatários, dos parceiros, dos colonos, dos assentamentos rurais, dos trabalhadores sem terra. Portanto, a categoria de agricultor familiar acena para um padrão ideal de integração diferenciada de uma massa heterogênea de produtores a trabalhadores rurais. ‘E se legitima por um sistema de atitudes que lhe está associado, que denota a inserção num projeto de mudanças da posição política e, por isso, da secundarização do papel econômico e social’ (NEVES, 2002, p.2-3).

Cole (2003) e Schneider (1999) entendem que a concepção de agricultura familiar deve estar voltada para o entendimento dos fatores relacionados com a sua reprodução social. A agricultura familiar desenvolve mecanismos de resistência e consegue reproduzir-se socialmente mesmo em ambiente adversos. Essa afirmativa vai além da idéia apresentada por Abramovay (1998), em que a reprodução da agricultura familiar, especialmente no que tem se observado nos países capitalistas avançados, ocorre mediante situações favoráveis de apoio e incentivo do Estado.

Também, Santos (2005) nos alerta para a importância em considerar um contexto mais amplo, numa escala que supera a nacional, para que possamos observar as transformações estruturais do trabalho familiar na agricultura nos países centrais e, como formas de organização e lógicas podem estar em processo de transformação também no Brasil. Nesse contexto, a realidade francesa é sempre emblemática, na medida em que se trata de um país que preservou uma estrutura fundiária pulverizada, a partir de pequenas propriedades, ao mesmo tempo inserida no capitalismo, diferentemente do leste europeu.

Wanderley (1990) afirma que a forma familiar diversifica-se em diferentes contextos e constitui uma evolução da forma camponesa. Neves (1995) vê a dicotomia “familiar e capitalista” simples e reducionista. Para ela, a classificação dual entre unidade familiar e unidade capitalista é inadequada. A primeira seria aquela na qual as atividades são realizadas em sua grande maioria por trabalho familiar, orientadas para o atendimento da reprodução da unidade de produção, da condição de proprietária dos meios de produção, e para a resistência à proletarianização, a segunda é caracterizada pelo trabalho assalariado, pela obtenção

de mais valia e reprodução ampliada do capital e pela busca constante de aumentos de produtividade e de rentabilidade (NEVES, 1995 apud DEPONTI, 2007, p.10).

Segundo Neves apud Deponti, este raciocínio classificatório impõe um engessamento do entendimento. A autora derruba a crença da existência de uma contraposição entre uma racionalidade econômica atribuída à empresa capitalista que expurgaria a sociabilidade, as relações personalizadas, a reciprocidade e uma racionalidade social atribuída à unidade familiar de produção ou à unidade camponesa, o que reproduziria relações personalizadas, submetidas ao controle de regras familiares e de resistência à integração ao sistema social abrangente.

Conforme a autora, a suposição de que os produtores ditos familiares se orientam pela minimização da dependência ao mercado e pelo autoconsumo excluem a consideração de sua motivação na luta pelo acesso a determinados recursos e serviços, bens simbólicos e culturais. Os produtores são reduzidos a agentes econômicos no sentido restrito, assim a compreensão do jogo de força, da luta de classe, do controle da renda são secundarizados (NEVES, 1995 apud DEPONTI, 2007, p.10).

De acordo com Neves (1995) apud Deponti (2007), à medida que as unidades de produção passam a operar sob o domínio do capitalismo, as relações internas da unidade de produção são alteradas pela especialização das atividades, pela intensificação do trabalho e da produção mercantil e pela maior monetarização do consumo produtivo e improdutivo. Nem sempre o trabalho familiar é o gerador básico da produção. Em algumas situações, é possível que o trabalho assalariado constitua a maior parte do trabalho utilizado na produção de um produto, mesmo sendo a propriedade gerida pela família. No entanto, estas unidades de produção continuam sendo consideradas não-capitalistas.

Os argumentos da autora para explicar tal fato são os seguintes: a) as unidades consideradas capitalistas operam a partir da oposição entre trabalho e capital e reproduzem essa relação de classe; b) o fato de o dinheiro estar pagando um serviço não significa que esteja operando como capital, não é o dinheiro que por sua natureza estabelece a função do capital; c) o trabalho excedente e a renda deste trabalho se transformam em capital se o volume dos meios de produção for suficiente para pagar a força de trabalho e gerar uma parcela excedente, se o valor

gerado na produção for revalorizado; d) as unidades familiares que utilizam mão-de-obra assalariada ou vendem a força de trabalho de forma temporária ou permanente redistribuem o uso dos meios de produção. Em alguns casos o trabalho assalariado pode melhorar as condições de reprodução devido à remuneração da família em atividades não agrícolas ser maior. O uso de força de trabalho familiar ou o uso de trabalho assalariado podem complementar-se e constituir respostas provisórias a determinadas conjunturas. (NEVES 1995 apud DEPONTI, 2007, p.10).

Brumer (1994, p.89-90 apud CHALITA, 2004, p.5) defende que o produtor familiar não é, necessariamente, capitalista, pois é proprietário da terra na qual produz; não vive fundamentalmente do trabalho dos outros, e ele e/ou membros de sua família trabalham no próprio estabelecimento agropecuário. Uma das principais diferenças entre o produtor familiar e o empresário capitalista, segundo Brumer apud Chalita (2004, p.39), é que o primeiro precisa produzir, de certa forma, independentemente do mercado, pois ele e sua família vivem dos produtos da terra, enquanto que o segundo pode decidir mais livremente em que e como investir seu capital e até demitir empregados excedentes.

Buscando melhor compreender o contexto no qual a agricultura familiar está inserida, Schneider (2003) apresenta alguns elementos teóricos relevantes. O autor expõe, inicialmente, uma preocupação na análise do entendimento das transformações das formas familiares de produção sob o capitalismo, destacando que em alguns casos a agricultura familiar assume configurações de pluriatividade, podendo desenvolver relações até certo ponto estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes no capitalismo. Schneider (1996b) empreendeu esforços para construir uma definição da agricultura familiar, ou da forma familiar de organização do trabalho e da produção na agricultura, quais sejam:

O primeiro elemento para se definir a agricultura familiar está relacionado com a forma de uso do trabalho. Unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho da família e de seus membros podendo contratar, em caráter eventual ou temporário, outros trabalhadores (...).O segundo fator que auxilia a entender a agricultura familiar e a explicar sua persistência no capitalismo refere-se aos obstáculos oferecidos pela natureza que impedem que a atividade agrícola torne-se essencialmente correspondente atividade produtiva industrial (...). O terceiro aspecto a destacar, que se pode extrair do legado da

contribuição marxista indica compreensão sobre “os destinos” da agricultura familiar passa pelo entendimento do papel do ambiente social econômico em que estiver inserida. Esse ambiente compõe-se de um espaço social e econômico e de um conjunto de instituições, que tendem a fornecer estímulos e determina limites e possibilidades e, assim, exerce uma influência decisiva sobre as unidades familiares (...). Mas o elemento central, que patrocina a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre esses diferentes elementos, é a própria natureza (P.99-100-101).

Deve ser dito ainda que, por muitos anos, o papel da produção familiar no processo produtivo foi definido como abastecimento do mercado interno, produção de alimentos e regulador de preços. Atualmente, além de carregar esses fardos, a produção familiar tem sido responsável por muitas funções, antes responsabilidades do setor urbano, como absorver a mão de obra excedente. Nesse sentido, a agricultura familiar é convocada a desempenhar um papel de solucionar inúmeros problemas estruturais do estado capitalista, como absorção da proletarianização ativa e passiva, conforme definição de Offe (1984), na forma de força de trabalho bem como servir de espaço de desconcentração populacional dos centros urbanos, conflitos pela terra, etc.

Graziano da Silva (1999) e Graziano da Silva & Del Grossi (1997) consideram que o meio rural, cenário em que a agricultura familiar se situa, é hoje, mais do que nunca, espaço constituído por múltiplas atividades agrícolas e não-agrícolas, não se constituindo uma novidade a pluriatividade no meio rural. Novidades são a sua intensificação e diversificação numa sociedade em que novos bens de consumo são criados diariamente para atender as necessidades de um mercado segmentado. Carneiro (2002) ressalva que embora a inserção plural do agricultor no mercado de trabalho não-agrícola tenha estimulado trocas de bens simbólicos e materiais entre o rural e o urbano, contribuindo para diluir as fronteiras entre estes espaços, tal inserção não indica que esteja em curso um processo de homogeneização conforme os padrões urbanos.

É preciso dizer também, que o atual debate sobre a agricultura familiar no Brasil não possui posturas definidas. Estudos como, por exemplo, os de Veiga (1991), Abramovay (1998) e de Lamarche (1993), apresentaram a produção familiar como uma forma social reconhecida e legitimada nas economias desenvolvidas. Essa forma social constitui-se enquanto reflexo do próprio processo de modernização. Nessas economias, a estrutura agrária revela um peso significativo

das unidades de exploração rurais assentadas no trabalho da família. Os trabalhos desses estudiosos refletiram, de um modo geral, na produção de outros conceitos e idéias, como as atividades não-agrícolas e a pluriatividade, trabalhadas por Veiga (1991, 1995), Tedesco (2001), Schneider (1999, 2003), Anjos (2003).

Para além, observa-se também a importância histórica desta categoria de análise mutável conforme as transformações socioeconômicas, culturais e territoriais. A agricultura familiar, em seu sentido histórico e antropológico, para Martins (2001), vai além do significado de reprodução ou permanência; possui uma dimensão multi-temporal e multi-espacial e por isso dá conta das transformações econômicas e sociais, bem como dos desafios e necessidades colocados às famílias. Logo, o significado sobre a noção da agricultura familiar não é homogêneo, já que reúne diferentes pontos de vista, e como tal apresenta especificidades em função das heterogeneidades regionais que se manifestam, não apenas nas condições do meio ambiente, mas também, na condição dos produtores, na escassez de infra-estrutura, nas proximidades com o mercado e nas relações sociais que se estabelecem em torno da unidade familiar. Entretanto, verifica-se nos estudos que, entre todas as terminologias que tentam explicar a agricultura familiar no Brasil, ocorre a predominância do trabalho e da gestão da família na produção agrícola, podendo também utilizar mão de obra de trabalhadores permanentes ou temporários, conforme expressou Wanderley (2001).

Contudo, é preciso explicitar que o entendimento sobre agricultor familiar, nesse estudo, seguiu a definição desenvolvida por Wanderley, que em seus estudos considera agricultor familiar aquele que não se apropria do trabalho alheio no processo de produção, ou seja, o agricultor familiar tem como característica central a auto-exploração na unidade produtiva, o que torna o caráter familiar um fator essencial para a organização da produção. De acordo com Schneider, as famílias desenvolvem estratégias a partir da produção, do trabalho e do consumo que visam à reprodução do grupo.

A família rural, de acordo com Schneider (2000), é entendida como sendo um grupo social que compartilha o mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Este coletivo está ligado por laços de parentesco e consaguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção). É no âmbito da

família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas (p.8).

O autor reconhece que a reprodução social não depende simplesmente de atitude individual ou coletiva da família, pois “a reprodução social é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membro com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos” (SCHNEIDER, 2003, p.95). Além da escolha de agricultor familiar definida por Wanderley também acolhemos a definição de família rural de acordo com Schneider (2003). A partir dessas definições, a pesquisa procurou conhecer as estratégias adotadas pela agricultura familiar do município de Caçapava do Sul - RS, como estes vêm se perpetuando no decorrer do tempo, ultrapassando crises e adversidades e mantendo-se, à medida em que se adaptam, e se reproduzem no interior do modo de produção capitalista.

2.5.4. ESTRATÉGIAS E RACIONALIDADE ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Antuniassi et al (1993), a noção de estratégia tem sido utilizada com frequência na literatura sociológica, às vezes de modo bastante impreciso, outras em sentido muito restrito, como práticas econômicas orientadas para a maximização de lucros. Daí a necessidade de definir o que se entende por estratégia. Segundo o autor acima citado, no caso dos produtores, o que caracteriza suas estratégias, é a capacidade de manejar recursos escassos e bens limitados, em novo contexto de vida e em situações de pouca liberdade de escolha e grande dependência.

A análise em termos de estratégias, pressupõe uma dimensão temporal, isto é, para entender as ações do agente social e as suas circunstâncias é necessário conhecer o seu passado e suas raízes sociais. A capacidade de lidar com os vários elementos da situação em que se encontra estão diretamente relacionados com a origem social, com a parcela de capital econômico, social, cultural e simbólico adquirida. Reconstituir as estratégias implica conhecer a trajetória expressa, portanto, a dimensão diacrônica que liga o conjunto das circunstâncias às estratégias, tal como relatado pelos produtores familiares.

Já a discussão da racionalidade econômica, tem o posicionamento de Habermas (1987), para quem a racionalidade econômica pode ser tomada como um cálculo estratégico entre meios e fins visando a maximização dos lucros. Segundo esse autor, todas as vezes que empregamos a expressão “racional”, supomos uma relação estreita entre racionalidade e saber (...). Podem ser mais ou menos racionais as pessoas que dispõem de um saber que lhes possibilita o uso de expressões simbólicas, de linguagem ou não, comunicacionais ou não, que incorporam um saber (p.24). Em resumo, compreendemos a racionalidade como uma disposição própria aos sujeitos, capazes de falar e de agir.

Segundo Schneider (2001, p.10, 2003, p.109), o conceito de estratégia de reprodução social é o elo entre as unidades familiares investigadas e o ambiente externo, mas também a ligação que parece superar a dicotomia sociológica em torno do problema da relação estrutura-agente, ou processos micro versus macro. Neste sentido, a utilização do conceito de estratégia levará em consideração os marcos teóricos e conceituais sobre as unidades familiares e sua relação com o contexto sócio-econômico específico. Do ponto de vista substantivo, as estratégias são interpretadas como resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos (MARINI E PIERONI, 1987 apud Schneider, 2003).

2.5.5. O ARTESANATO E A INDÚSTRIA CASEIRA: UMA FACE PLURIATIVA E DE ESTRATÉGIA REPRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Não é estranho que em meio à negação dos costumes, valores e hábitos alimentares, por um mercado constituído a nível mundial e, com os meios de comunicação incentivando o consumo industrial, ainda assim, se manifesta atualmente uma diversidade de produção, especialmente da agricultura que, embora submersa, permeia a economia dos diversos grupos culturais que constituem as diferentes regiões brasileiras.

Segundo dados informativos da EMATER/RS, o Rio Grande do Sul (1992) apresenta uma produção artesanal diversificada, com aproveitamento de matérias-primas regionais e a utilização de técnicas que variam de acordo com a cultura e o modo de vida das diferentes etnias que caracterizam o povo gaúcho. Segundo essa

fonte, o artesanato rural, a título de especificação, faz uso do material da propriedade com: lã, fibras, palhas, couro, sementes, argila, osso, escamas, chifre, crinas, etc.

O artesanato rural, as indústrias caseiras rurais sempre estiveram presentes na vida da família camponesa, uma vez que o camponês caracterizou-se pela auto-suficiência ao produzir e transformar sua produção no interior da própria unidade produtiva. Desde tecer sua roupa, beneficiar os alimentos cultivados, até fazer seus instrumentos de trabalho. Estas atividades foram modificando-se historicamente ao transformarem as relações de produção tanto na cidade, quanto no meio rural.

Kautsky (1980) em sua análise sobre a evolução do capitalismo no campo, evidencia todo o processo de transformação na agricultura camponesa na Europa quando da separação da indústria da agricultura e do desenvolvimento da indústria para a agricultura, alterando profundamente o modo de vida camponês. Referindo-se à família camponesa da idade média e sua autonomia frente ao mercado, o autor descreve como esta constituía uma sociedade que quase bastava a si mesma, uma vez que:

[...] não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílio doméstico, a fabricava mesma a maior parte das ferramentas grosseiras com que curtia a pele, preparava o linho e a lã, confeccionava suas roupas, etc. (p.23).

O camponês era também seu próprio artesão, pois produzia os instrumentos necessários ao seu trabalho, à casa e beneficiava os alimentos para serem consumidos ou conservados. Portanto, a indústria caseira para Kautsky compreendia aquilo que o camponês produzia para seu próprio uso, no entanto, esta ia sendo eliminada pela superioridade da indústria capitalista urbana.

Com a desagregação da indústria caseira na unidade produtiva, aumenta a necessidade de dinheiro para o agricultor que passa a depender da indústria urbana, porque de produtor, passa a constituir-se em um consumidor. Além disso, o processo de proletarização ocorre quando o pequeno camponês procura um emprego adicional para reforçar seu orçamento doméstico, no momento em que suas terras passam a fornecer-lhe, no máximo, o alimento necessário para sua subsistência, mas nenhum excedente negociável.

Se anteriormente populações camponesas lançavam mão de atividades não-agrícolas, não somente como estratégias adaptativas, mas também como forma de sobrevivência no seu dia-a-dia, hoje as populações rurais, no intuito de elaborar estratégias de sobrevivência, continuam suas atividades não-agrícolas, adaptando-as ao sabor dos novos tempos. O artesanato e os produtos da indústria caseira, que antes serviam às necessidades do consumo interno, passam agora a serem comercializados.

A propósito das atividades da família tendo em vista as especificidades da constituição agricultura familiar neste país, bem como do tipo de desenvolvimento capitalista imposto aos países, como o caso brasileiro, a expansão do modo de produção capitalista no meio rural condiciona de modo diferenciado a organização familiar do trabalho e a permanência ou desativação de certas atividades. Isto para aquelas famílias que permanecem no processo produtivo, já que muitas são alijadas deste.

Cândido (1979) faz referência à “indústria caseira” no meio rural e sua transformação com o desenvolvimento de um mercado a nível nacional, que vai incorporando à vida do camponês novos hábitos e necessidades impostos pelos urbanos industrializados.

Este tipo de desenvolvimento capitalista não apenas condiciona a questão da produção e do consumo camponês, a implicação é mais drástica e profunda pois, ao mesmo tempo em que a centralização industrial substitui os produtos artesanais, não surgem outras oportunidades de emprego no meio urbano e aquelas famílias que continuam no processo produtivo primário, não têm acesso à aquisição dos bens fornecidos pela indústria.

Cândido (1979) em sua obra clássica sobre a transformação da vida caipira paulista, afirma:

A indústria doméstica se atrofia, mas o poder aquisitivo não comporta a sua distribuição satisfatória pelos produtos manufaturados, velhos instrumentos são desprezados, mas os novos não se tornam acessíveis (p.219)

A incorporação da economia familiar à economia geral da região e do país, seja em termos de produção ao formar-se um mercado especializado, seja quanto ao consumo, leva a produção mercantil a um processo de aceleração contínua da produção mercantil. Ainda conforme o mesmo autor, o aumento da dependência

econômica condiciona a um novo ritmo de trabalho e quanto maior o tempo necessário à produção agrícola, maior será a substituição de produtos. No entanto:

Na prática a compensação nem sempre funciona devido à desproporção existente entre as suas possibilidades totais de lucro e o preço que paga para satisfazer as necessidades complementares sempre multiplicadas (CÂNDIDO, 1979, p.80)

Isto porque, para adquirir determinados produtos, a família teria de auferir uma renda maior, o que para as condições da agricultura familiar é uma meta a ser atingida, pois a rentabilidade tem sido um fator desconhecido na agricultura familiar. Como consequência, poderá ocorrer a redução ou o aumento do sobre-trabalho familiar visando desempenhar aquelas atividades consideradas essenciais à família.

Conforme tem mostrado a literatura acerca de atividades não-agrícolas na organização da agricultura familiar, o problema tem se manifestado nos dois sentidos e é esta tendência que se pretende resgatar dentro de uma realidade concreta.

Retomando a proposta conceitual, Garcia Jr (1983) em seu estudo sobre o campesinato da zona da Mata Pernambucana, ao analisar o trabalho familiar, evidencia atividades não-agrícolas, citando o artesanato doméstico como uma ocupação tradicional da família camponesa. O objeto deste artesanato é definido por este autor como:

A produção dos mais variados bens necessários ao trabalho agrícola ou transporte de animais no caso dos homens, a de bens que compõe o consumo da família ou que propiciam este consumo, no caso das mulheres: cerâmica para preparo e exposição de alimentos, construção de fogões a lenha, artigos em palha trançada como abanos, roupas, beneficiamento e preparo de alimentos para o consumo prolongado (GARCIA jr. 1983, p.78-9).

Fonseca (1980), também se refere às atividades não-agrícolas como estratégias de sobrevivência da agricultura familiar. Referindo-se à parceria em uma comunidade do Estado de Minas Gerais, ela descreve o trabalho das mulheres trabalhadoras sem-terra, e como estas mantêm determinadas formas de resistência no sentido de evitar a assimilação total pelo mercado capitalista. O trabalho destas mulheres na costura e na indústria da farinha de mandioca, além dos afazeres

domésticos na própria casa e externos, faz com que a família sobreviva da ínfima renda do marido.

A autora apresenta, como outro exemplo de produto do artesanato, a fiação do algodão do tecido. Esta produção, entretanto, tem sido afetada de um lado, pela redução no plantio do algodão em função do incentivo a outras culturas, e de outro, pela valorização dos tecidos industrializados.

Um aspecto importante nesta forma de produção de valores de uso e/ou mercadorias é a participação quase que exclusiva da mulher, principalmente na indústria caseira da alimentação (elaboração e conservação de alimentos) e nos objetos para uso da família e da casa (confeção de roupas, tricô, crochê, cobertores e outros). O fato de estas atividades serem desenvolvidas no ambiente doméstico proporciona que as mesmas preencham qualquer intervalo possível das atividades da mulher, sejam estas no interior da unidade produtiva ou dos trabalhos da lavoura.

Com isto, além da não valorização real de tais produtos, o próprio trabalho da mulher permanece oculto, tendo em vista não ser incluído nas estatísticas econômicas, como o salientam Carvalho e Silva (1979, p.2-3):

Quanto às mulheres que exercem atividades autônomas como o artesanato e a indústria caseira, ou como trabalhadoras não remuneradas na agricultura de subsistência, estas são consideradas como dedicadas aos afazeres domésticos, classificadas como inativas.

A discussão atual sobre o tema leva-nos para análise da reelaboração de certas atividades que, embora já fizessem parte da identidade camponesa do passado, frente a um novo processo produtivo, hoje passam por uma reestruturação. Se considerarmos determinadas atividades não-agrícolas, como o artesanato, por exemplo, a análise poderia partir da existência de um rendimento extra da unidade familiar como parte do seu cotidiano de trabalho, uma vez que muitos objetos são confeccionados visando seu valor de uso e não seu valor de troca.

Surge na atualidade o artesanato e a indústria caseira, revalorizados sob novas formas, abrangendo novos espaços de mercantilização, ou seja, para poder driblar a crise decorrente da modernização, o camponês reinventa sua profissão, busca novas alternativas para permanecer no campo.

Chamar de “novas” essas atividades significa dizer também que, embora muitas delas sejam seculares, somente há pouco tempo vêm ganhando importância como atividades econômicas. Tidas anteriormente como “atividades caseiras”, passaram à alternativa de emprego e renda no meio rural, muitas vezes envolvendo verdadeiras cadeias produtivas, serviços pessoais e produtivos relativamente sofisticados e complexos.

O que se pode salientar do artesanato, hoje, é sua incorporação como valor de troca, inserida como atividade de renda e estratégia para a sua reprodução social. Nesse sentido, a atual discussão da pluriatividade como uma estratégia de sobrevivência da agricultura no campo é reforçada. É com base nessa abordagem que fazemos referência ao artesanato e à indústria caseira, sempre existente entre os agricultores familiares e esporadicamente vendido a algum visitante ocasional das comunidades, realidade que se expressa diversificada e intensa atualmente, especialmente em algumas áreas, como exemplo, Vila Progresso, no município de Caçapava do Sul –Rs.

Muitas vezes não encontrando soluções no âmbito da produção agrícola, alguns agricultores optam pela solução da pluriatividade, o que em muitas regiões tem garantido sua sobrevivência e permanência no campo.

Schneider (1995), abordando as mudanças recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, fala das transformações do processo produtivo e da organização familiar do trabalho, em uma região onde a agricultura já não é mais a única e até mesmo a mais importante atividade, mostrando que, apesar de não se observar uma intensificação no uso tecnológico, os índices econômicos apontam para um expressivo desenvolvimento. A explicação para tal fato pode ser dada por dois fatores aparentemente antagônicos: as transformações do processo de produção agrícola e as formas de reprodução da agricultura familiar, surgindo um novo tipo de agricultura – a agricultura em tempo parcial.

2.6. AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE – O DESAFIO DA REPRODUÇÃO SOCIAL

2.6.1. AGRICULTURA EM TEMPO PARCIAL E PLURIATIVIDADE

Embora pouco conhecida no Brasil, a agricultura de tempo parcial e a pluriatividade é bastante conhecida nos chamados países desenvolvidos, especialmente nos países da Europa. Existem relatos de que a denominação “part-time farming” foi utilizada de forma pioneira na década de 30 por economistas americanos. O mesmo ocorreu com a palavra “pluriactivité”, usada nos anos 60 pelos teóricos franceses para caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas (SCHNEIDER, 1999).

Entretanto, de acordo com as leituras realizadas, o conceito de pluriatividade percorreu um longo caminho até atingir o nível de entendimento hoje alcançado. Remonta ao início do século XX a discussão em torno de termos como “agricultor em tempo parcial”, “atividades não-agrícolas no meio rural”, “empregos múltiplos”, “fontes de renda diversificadas” e pluriatividade. Isso significa que, anteriormente, já se discutia sobre o assunto, usando-se outras terminologias.

A partir dos anos 60 a pluriatividade passou a ser foco dos estudos sociológicos rurais na França. Num primeiro momento não foi bem aceita: o argumento era que as rendas obtidas fora da propriedade satisfariam as necessidades do produtor, o que causaria a substituição da atividade agrícola como principal fonte de renda pelas obtidas fora da propriedade, e isso poderia acarretar na perda de identidade do agricultor. Porém, alguns anos depois se percebem que a pluriatividade não era um fator de exclusão do agricultor da atividade agrícola e sim uma alternativa que passou a garantir a sua reprodução social e econômica.

O autor que mais avançou nos estudos da agricultura de tempo parcial na literatura internacional foi Anthony Fuller. Em sua concepção, a agricultura de tempo parcial achava-se vinculada a duas premissas básicas. A primeira delas é a de que aparece associada a uma agricultura de baixos ingressos e, por extensão, de pequena escala. A segunda premissa reside no fato de que o foco de análise é dominado por aspectos estritamente agrários da questão.

Fuller (apud ANJOS, 2003, p.57), associa a este período a existência de três problemas básicos nas investigações: a) há graves problemas de definição e quantificação do fenômeno; b) dedica-se pouca atenção à família agrícola, haja vista a ênfase na situação do titular da exploração; c) assume-se o fato de tratar-se de um processo dinâmico, complexo, no qual os resultados seriam mais

promissores se fossem contemplados, em seu estudo, os aspectos profissionais e os interesses pessoais. É de Fuller a seguinte periodização sobre o assunto:

De 1930 até 1950: identificada como produção de baixa escala, o que é incompatível com a modernização;

A década de 1950: estudos economicistas nos EUA e Europa. Nos EUA a agricultura de tempo parcial ainda continuava a ser vista negativamente e na Europa do pós-guerra foi associada a trabalhadores que moravam no campo e eram operários na cidade;

A década de 1960: debate sociológico sobre agricultura de tempo parcial. Torna-se num elemento característico das sociedades em transição: do simples para o complexo, do rural para o industrial;

De 1975 a 1985: a agricultura de tempo parcial é vista como uma alternativa de fixação da população no meio rural, da redução das migrações e de assimilação dos impactos da modernização. (ANJOS, 2003, p.57-59; SCHNEIDER, 2003, P.91).

Segundo Kageyama (1998, p.2), no final da década de 1950, o conceito de agricultura em tempo parcial incorporou duas novas noções: a família, como alvo de análise, e não o “operador”, porque é nela que ocorre a tomada de decisão de praticar agricultura no todo ou em parte. O segundo elemento foi o tempo de trabalho, seja em dias ou em força de trabalho por ano, o que mede o grau de atividade fora da propriedade. Nos anos de 1960, o debate voltou-se para o efeito das atividades não-agrícolas praticadas fora da propriedade, sobre o desempenho da propriedade agrícola.

Até então se achava que a agricultura em tempo parcial seria um processo temporário, que ocorreria naturalmente, pois na medida em que o desenvolvimento agrícola fosse ocorrendo, a agricultura familiar viria a desaparecer. Dessa forma, o termo agricultura em tempo parcial foi recebendo a entonação negativa. Segundo Anjos (2003), a agricultura de tempo parcial representou uma categoria analítica percebida num sentido negativo durante as etapas de hegemonia do paradigma da modernização produtivista, especialmente no auge dos anos sessenta e setenta do século passado, a pluriatividade é hoje um tema central entre os elementos que compõem o atual paradigma da funcionalidade, sendo valorada em termos positivos para a sustentabilidade dos espaços rurais.

Ainda, segundo Anjos (2003), foi, sobretudo a partir dos anos sessenta até a primeira metade dos anos setenta que propriamente dar-se-ia o despertar sociológico acerca do tema da agricultura em tempo parcial. É nesta fase que começa o debate sobre os critérios de definição ou enquadramento das explorações em tempo parcial e que oscilarão segundo três eixos básicos. O primeiro deles é o que considera o “tempo de trabalho” dedicado às atividades externas e ao próprio estabelecimento. Em segundo lugar, está o critério “origem dos ingressos econômicos”, com ênfase na distinção do peso das fontes extra-agrícolas e sua respectiva participação no ingresso familiar global. Em terceiro lugar, temos as classificações que buscam unificar ambos os critérios. (p.59).

A partir do final dos anos 80 tem-se a necessidade de reduzir a superprodutividade e reformar as políticas agrícolas nos países desenvolvidos. Durante os anos 80 a expressão agricultura de tempo parcial foi substituída por “multiple job holding” e depois por “pluriativité” (SCHNEIDER, 1999). Ganha consistência a idéia de que a pluriatividade permite condensar, num só conceito, duas outras noções fundamentais: a agricultura a tempo parcial e a diversificação econômica e produtiva. Segundo Anjos (2003), citando os estudos de Evans e Ilbery (1993), e a opinião de que diversificação agrícola reúne basicamente os chamados “negócios agrícolas alternativos”, compreendendo: 1) a geração de alimentos e produtos qualitativamente diferenciados; 2) o cultivo de fibras e outros produtos não amparados pelas políticas agrícolas; 3) a redescoberta de atividades dirigidas à industrialização ao nível da própria exploração; 4) a oferta de produtos e serviços não-agrícolas, como caso de hospedagem e recreação orientadas a atender às populações urbanas que frequentam os espaços rurais (p.82). Contudo, para Schneider (1999), a noção de pluriatividade é muito mais complexa e envolve uma problemática teórica e empírica de difícil demarcação teórica.

Em 1991 ocorreu uma discussão específica sobre definições de trabalho em tempo parcial e pluriatividade, em um jornal inglês (*Journal of Agricultural Economics*), autores como Gasson e Lund concordaram que o termo “agricultor em tempo parcial” deveria ser utilizado para as pessoas que trabalham menos do que uma jornada integral estipulada no estabelecimento agrícola, enquanto os termos “pluriativos”, múltiplos emprego” ou “mais de uma ocupação remunerada” deveriam ser usados para pessoas que possuem ocupação remunerada ou aqueles que

possuem outra ocupação e a agricultura não é a principal atividade (em tempo ou renda) (KAGEYAMA, 1998).

De acordo com Tedesco (1999), primeiramente a noção tinha sido utilizada para contemplar agricultores com baixa escala de produção, Peri - urbanos, ou então distantes dos centros de intercâmbio mercantis que utilizavam o recurso do trabalho extra-agrícola para ampliar a renda familiar. No entanto, de acordo com o autor acima citado, a partir da década de 1980, os pesquisadores observaram que há também agricultores capitalizados que buscam rendimentos externos à agricultura, ligados ao espaço e ao estilo de vida urbano, envolvendo práticas artesanais, de trabalho de fábrica, dentre outras, fazendo parte da redefinição de imaginários sociais dos agricultores em razão dos estilos de trabalho (duro/leve; sombra/ no sol), do tempo, do caráter de ganho sistemático e complementar na forma de salário.

Entretanto, entre os diversos pesquisadores não há um consenso acerca da noção e do sentido da expressão pluriatividade. As divergências vão desde o aspecto etimológico do termo a situações empíricas e às características dos atores sociais que ele consegue traduzir. Cabe então, trazer à discussão tais termos, evidenciando semelhanças e eventuais discrepâncias.

2.6.2. PLURIATIVIDADE: UMA TRAJETÓRIA EM BUSCA DO CONSENSO

No Brasil, somente na década de 90 a temática da pluriatividade suscitou o interesse de alguns pesquisadores, entre os quais Schneider (1994 e 1995; 2003), Anjos (1995; 2003), Graziano da Silva (1995; 1998), Kageyama (1998).

Na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980, há a retomada das discussões onde ficaram definidos dois enfoques: primeiro que a agricultura em tempo parcial não era um fenômeno temporário e, segundo, a família ou o estabelecimento familiar era o ponto relevante de análise.

De acordo com Anjos (2003), o período subsequente é decisivo para uma clarificação conceitual:

O dito conceito aparecia convencionalmente vinculado, em primeiro lugar, à atuação exclusiva do titular da exploração, situação esta que se modifica quando se passa constatar a enorme transcendência da contribuição dos outros membros

do grupo doméstico para tomar economicamente viável a própria unidade familiar (p.81).

Então, sugere-se a mudança do termo de agricultura em tempo parcial para unidade agrícola de trabalho da unidade familiar. Schneider (2003) afirma que, os estudos anteriores enfatizavam a viabilidade econômica e o caráter transitório e instável da produção em tempo parcial. Posteriormente, foi iniciada uma fase de pesquisas pelo “enigma” em torno de conceitos e unidades de análise pertinente ao estudo da agricultura de tempo - parcial.

Os conceitos de agricultura de tempo-parcial e pluriatividade foram usados como sinônimos por muito tempo, ainda hoje existem opiniões divergentes sobre o seu significado. Para Kageyama (1998) eles não podem ser totalmente superpostos, pois o tempo parcial, apesar de ser uma condição básica para poder se dedicar a outras atividades, por si só não significa que o restante do tempo seja utilizado com atividades não agrícolas, configurando desta forma a pluriatividade. Um indivíduo ou um grupo familiar de tempo parcial para a agricultura pode ficar ocioso no restante do tempo, configurando desta forma a agricultura de tempo parcial mas não a pluriatividade. Um indivíduo que trabalha apenas a metade da jornada de trabalho em que pode ser pluriativo em tempo parcial, referindo-se neste caso a jornada de trabalho. Uma pessoa ocupada em tempo integral que, em parte do tempo pratica a agricultura e, no restante do tempo, outras atividades (não-agrícolas), seria pluriativa com ocupação em tempo integral e praticando agricultura de tempo parcial.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em estudo realizado em 1996, diferencia os trabalhadores em tempo parcial dos pluriativos mostrando que os de tempo parcial são aqueles que trabalham menos de uma unidade de trabalho/homem ao ano, podendo exercer qualquer atividade lucrativa enquanto que os pluriativos são aqueles que dedicam parte do seu tempo à agricultura e o restante a outras atividades lucrativas.

No plano acadêmico, cresce o entendimento de que o tempo de trabalho não representa um critério adequado para identificar um fenômeno de tamanha complexidade. Do mesmo modo, brota o entendimento de que a unidade de análise não pode ser mais o titular ou cabeça da exploração, mas a família rural, que lança mão de inúmeros artifícios para garantir a reprodução social de seus membros.

Com opinião semelhante, Schneider (2003) diz que a agricultura de tempo parcial refere-se à utilização de parte do tempo de trabalho da família ou de seus membros em atividades agrícolas, tendo como contraponto a agricultura em tempo integral, o que pressupõe a dedicação de tempo de trabalho dos membros da família para as atividades agrícolas. Já a pluriatividade refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda, ou inserção profissional de um ou mais membros da família, tendo como contraponto o termo monoatividade, ou seja, quando os membros da família desempenham apenas uma atividade em tempo integral. Desse modo, a agricultura monoativa e a em tempo integral encerram o mesmo conteúdo sendo semelhantes, mas seus opostos são substancialmente diferentes.

A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura (FULLER E BRUN, 1988, p.150, apud Schneider, 2003).

Desta forma, entende-se por agricultura de tempo parcial a prática de atividades agrícolas em parte da jornada de trabalho de um indivíduo ou grupo familiar, sem que, no restante do tempo, ele tenha necessariamente que estar ocupado em outras atividades. Pluriatividade por sua vez, se configura quando o indivíduo ou grupo familiar realiza, além das atividades agrícolas, também outras não agrícolas, sem que necessariamente ocupem a totalidade do tempo pelo somatório das atividades realizadas.

Então se pode dizer que a pluriatividade vem necessariamente acompanhada do tempo parcial, sendo que o inverso não é verdadeiro, pois o tempo parcial não está necessariamente acompanhado pela pluriatividade.

Desta forma, “estudos sobre as unidades agrícolas familiares de trabalhos múltiplos incorporariam três características fundamentais das famílias: composição demográfica, processo de tomada de decisão e vontades e interesses dos indivíduos, considerando-se suas situações locais e históricas” (SCHNEIDER, 2003, p.102).

Nesse contexto, o termo agricultura em tempo – parcial foi segundo Schneider, (2003, p.103) substituído por unidade agrícola familiar como objeto de

análise e não mais o proprietário ou tempo parcial gasto em atividades não-agrícolas. Adotou-se a noção de pluriatividade para entender as múltiplas formas de trabalhos e rendas das unidades agrícolas.

Na verdade essa mudança reflete uma ampliação conceitual com o objetivo de incluir as outras ligações das unidades familiares com a produção, com o mercado de trabalho e com os demais setores econômicos no entorno.

Segundo Mattei (2008), ao focalizar suas atenções sobre a dinâmica do trabalho e da renda das unidades familiares de produção, a noção de pluriatividade acabou incorporando as características da denominação anterior (part-time farming). A designação “part-time farming” perdeu seu valor heurístico, conforme Mattei (2008), porque os estudos da agricultura em tempo parcial restringiam suas análises às atividades do chefe da família e às unidades de produção, ignorando por completo as atividades dos demais membros do universo familiar.

Continuando, Mattei (2008) sustenta que a nova noção propicia uma separação dos padrões tradicionais do trabalho, tanto em termos dos membros familiares como no que se refere às atividades produtivas, além de descrever uma unidade de produção multidimensional na qual a agricultura e as outras atividades estão compreendidas e inter-relacionadas.

Ainda segundo Mattei, a pluriatividade, ao descrever a agricultura em conjunção com outras atividades externas às propriedades que geram ocupação da mão-de-obra e novas fontes de rendimento, faz subsumir diante de si os demais termos que também procuravam descrever esse fenômeno (part-time farming; multiple job-holding; farming diversification). Por isso, a força dessa noção está no fato de considerar os aspectos relacionados ao trabalho de todos os membros familiares e a sua inserção nos sistemas econômicos e sociais.

Esse processo de afirmação, como sustenta Schneider, culminou com a adoção da noção de pluriatividade como a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas. Contudo, ainda que o estatuto teórico e analítico da pluriatividade tenha sido acatado por muitos estudiosos, não se conseguiu um consenso na academia. As adoções do conceito de pluriatividade recebem críticas variadas, principalmente relacionadas ao fato de que a pluriatividade refere-se, sobretudo, a um conjunto heterogêneo e diversificado de situações que varia de acordo com o espaço e o contexto histórico,

em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não-agrícolas como ocupação (independentemente de ser renda principal ou complementar) e acesso a um nível de renda.

Essas divergências tornam o assunto polêmico, mas, segundo Schneider (2003), isso não impede que a expressão seja utilizada para descrever o processo de diversificação do uso da força de trabalho ocorrido dentro e fora da propriedade, nem que aponte o surgimento de um conjunto de novas atividades no meio rural. Na continuidade, esse autor afirma que há consenso em torno de uma das mais rigorosas definições de Fuller:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas.

As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...]. A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidas diferentes remunerações e receitas (FULLER, 1990 apud SCHNEIDER, 2003, p.105).

Nessa perspectiva, sintetiza Schneider, “a pluriatividade é, de fato, uma noção ou, no máximo, uma categoria social que se refere ao fenômeno da combinação de múltiplas inserções produtivas por indivíduos ou uma família” (p.105).

Schneider (2003) entende que a pluriatividade é um fenômeno tanto decorrente de processos sociais e econômicos, externos às unidades familiares, como da ação e reação direta dos agricultores familiares que participam de forma efetiva para sua afirmação. Por isso entende que é preciso estudar a pluriatividade a partir do modo como é exercida pelos próprios agricultores. E, ainda, a discussão teórica acerca da pluriatividade deve envolver o debate mais amplo sobre a persistência da forma familiar de trabalho e de produção no interior do capitalismo, uma vez que ela se tornou uma das estratégias de sobrevivência da agricultura familiar.

Carneiro (2000), em seu estudo sobre “Ruralidade na sociedade contemporânea”, afirma que os estudos avançam no sentido de requalificar o olhar

sobre as novas dinâmicas e para os limites de algumas abordagens sobre o espaço rural. Em relação à pluriatividade, considera uma noção que resulta das evidências sobre a inserção plural dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho e sobre a diversificação dos usos dos espaços rurais. Na seqüência, ressalta que, se de um lado essa noção amplia a visão sobre o leque de atividades econômicas exercidas no meio rural, chamando a atenção para os seus múltiplos significados, de outro, ela mantém o olhar limitado à esfera das atividades, deixando em segundo plano as relações sociais e os atores sociais envolvidos.

Entretanto, o problema radica em que, por trás da noção de pluriatividade, de acordo com Estrada (2002) em seu prólogo ao estudo de Anjos (2003), há uma realidade social complexa e diversa que varia de uma região a outra. Nem todas as formas de pluriatividade são positivas para o desenvolvimento, nem tampouco todas elas contribuem com a dinamização das zonas rurais. Neste caso, por exemplo, a agricultura pluriativa protagonizada por uma população envelhecida, cuja estratégia de sobrevivência é uma estratégia passiva e tomada refém de políticas meramente compensatórias por parte do poder público federal ou municipal, não poderá ser positiva.

Estrada ainda reconhece que as formas de articulação entre a agricultura pluriativa e o resto da economia é muito diversificado, dependendo das condições naturais de cada território, das estruturas sociais pré-existentes, das atitudes diante das mudanças, da disponibilidade de infra-estruturas viárias e de comunicação, bem como da presença do Estado através das políticas públicas, fatores estes que inevitavelmente influenciam as estratégias familiares dos agricultores.

Contudo, embora o assunto continue sendo bastante polêmico, nas últimas décadas as discussões caminharam para certo consenso. O deslocamento da análise da unidade de produção em direção à família, fez com que a noção de pluriatividade passasse a ter maior destaque, pois deixou de se concentrar apenas na análise das atividades agrícolas, o que implicou incorporar nos estudos também as atividades e as rendas não-agrícolas do conjunto dos membros das famílias. Em trabalho recente (SCHNEIDER et.alii, 2005) foram indicadas ainda outras variáveis que contribuem para diferenciação da pluriatividade, tais como o grau de escolaridade dos membros da família, a superfície de terra disponível para a

produção, o número de membros que houver na família e sua diferenciação etária e a renda.

2.6.3. PLURIATIVIDADE: ELEMENTOS DO DEBATE

Segundo Mattei (2008), ao longo das últimas décadas, o debate sobre pluriatividade nos países desenvolvidos foi permeado por uma série de questões, as quais estão diretamente relacionadas às novas funções do espaço rural, às mudanças em curso que redefinem o trabalho rural e às relações técnico-produtivas que redimensionam o papel dos atores sociais rurais, em especial, dos agricultores.

O primeiro elemento da discussão foi a multiplicidade de processos englobados sob a noção de pluriatividade, uma vez que se trata de um fenômeno extremamente heterogêneo e que, segundo Blanc (1987) apud Mattei (2008), poderia ser considerado como uma adaptação do setor agrário às transformações macroeconômicas e macrossociais, em que as famílias agrícolas, visando diversificar suas fontes de rendas, duplicam suas atividades e suas jornadas de trabalho. Neste caso, o entorno socioeconômico onde as unidades de exploração se inserem aparece como o elemento decisivo para a continuidade da pluriatividade. Em outros termos, é o conjunto de forças externas que define o contexto em que a família tomará suas decisões e definirá suas estratégias de produção.

Em função disso, muitos autores defendem que as explicações das formas contemporâneas da pluriatividade devem estar amparadas fundamentalmente no processo de reestruturação capitalista e nas mudanças econômicas e sociais em curso, as quais caracterizam a pluriatividade como um fenômeno Intersectorial que não pode ser apreendido apenas a partir das estratégias de reprodução social dos produtores familiares.

Neste caso, é necessário incorporar às análises os principais elementos que caracterizam a reestruturação das sociedades contemporâneas. Uma dessas características relevantes é a fragmentação e a precarização das relações de trabalho, associadas ao crescimento de novas formas de trabalho, que emergiram a partir da crise econômica dos anos 1970 com o declínio do “padrão fordista”. Nunca

esquecendo, porém que a dimensão desse processo varia de acordo com o nível de desenvolvimento de cada sociedade, tendo em vista que nas sociedades mais avançadas ocorre uma elevação dos índices tecnológicos entre os setores econômicos essenciais, enquanto nas sociedades menos desenvolvidas a flexibilidade, a informalização e a precarização ocorrem através da mobilização da força de trabalho.

Nos países desenvolvidos, segundo Mattei (2008), a pluriatividade, embora amplamente estudada e documentada há várias décadas, não foi incorporada adequadamente aos programas de desenvolvimento rural. Mattei reforça o argumento citando como exemplo a Política Agrícola da Comunidade Européia (CE), que até recentemente excluía do quadro de beneficiários os agricultores que recebiam rendas de ocupações não-agrícolas.

A adoção da noção de pluriatividade pela literatura especializada foi facilitada a partir da incorporação neste debate de duas variáveis fundamentais: a unidade de análise relevante e o enfoque sobre as atividades não-agrícolas. No primeiro caso, a família e não mais o responsável ou o estabelecimento, passou a ser a base das análises que avaliam a alocação e a distribuição da força de trabalho. Além disso, a nova noção também passou a dar mais atenção às atividades que ocorriam fora das propriedades. Neste caso, o ambiente socioeconômico onde as unidades de exploração se inseriam passou a ser decisivo nos diversos estudos.

Desta forma, segundo Mattei (2008), o termo pluriatividade passou a explicar a ocorrência de atividades não-agrícolas no próprio estabelecimento, atividades não-agrícolas externas ao estabelecimento e atividades em outros estabelecimentos agrícolas (prestação de serviços). Nesta lógica, afirma o autor, a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, em que se desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto dentro como fora dos estabelecimentos, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração.

É nesta trajetória que se chegou à conclusão de que a pluriatividade refletia a visão de que o desenvolvimento contemporâneo da produção familiar e suas interações (família-trabalho-mercado) ligadas à agricultura deveriam ser teorizados, primeiramente, como parte mais ampla da evolução do capitalismo e, secundariamente, como parte de uma rede multissetorial de atividades que vão

além da agricultura. Nesta perspectiva, o fenômeno da pluriatividade é visto como um aspecto da geografia de acumulação de capital na esfera agrária, além de representar uma constante mercantilização das relações sociais de produção e de reprodução. Esta concepção, de acordo com o autor acima citado, permite entender melhor as interações entre os grupos familiares, as unidades de exploração e o contexto socioeconômico onde elas se inserem, dando uma visão ampla ao fenômeno.

2.6.4 PLURIATIVIDADE E SEUS DIFERENTES SIGNIFICADOS

A maior parte dos estudos realizados nas últimas décadas ressaltou que a decisão de ter ou não uma atividade não-agrícola está relacionada a três variáveis fundamentais: aos condicionantes familiares, às características das explorações e às condições do entorno socioeconômico.

Desta forma, o fenômeno da pluriatividade assume diferentes significados. Um grupo de autores, entre estes Marsden (1995) e Pugliese (1991) apud Mattei (2008), afirmam que a pluriatividade representa uma expansão da ótica de acumulação mais do que uma estratégia de sobrevivência, devido ao fato de que está ocorrendo um enorme processo de reconstituição produtiva do espaço agrário. Neste caso, esse fenômeno poderia ser classificado tanto como uma forma de adaptação às transformações do tecido econômico e social quanto ser compreendido como uma parte do processo de mercantilização das relações sociais de produção em curso no meio rural.

Há um outro grupo de autores (DeVries , 1993; Fuller (1984), O'Hara (1987) e Brun (1987) que concebe a pluriatividade enquanto uma estratégia de sobrevivência, porém com diferentes enfoques:

Pluriatividade pode ser uma estratégia de diversificação das fontes de renda familiar (DE VRIES, 1993);

Uma forma de restabelecimento da organização familiar (O'HARA, 1987);

Um meio de manter as pessoas ocupadas e continuar as atividades agrárias (BRUN, 1987);

Uma forma de obter rendas maiores com o objetivo de melhorar as condições de vida (EXTEZARRETA, 1995) apud Mattei (2008, p.416-417).

Para Anjos (1995c) no Brasil, as opiniões da academia sobre a agricultura em tempo parcial e pluriatividade tem duas grandes vertentes:

A primeira vertente trata a pluriatividade como fenômeno restrito a algumas regiões do país e brota de uma precariedade do mercado de trabalho e descentralização industrial;

Na outra vertente, a pluriatividade é vista como uma luz à agricultura familiar.

Mattei (2008) concebe a pluriatividade não apenas como uma estratégia de sobrevivência ou de acumulação de capital, mas como “resultado das inter-relações entre as dinâmicas das famílias, das explorações e do contexto socioeconômico onde essas famílias e essas unidades de exploração se inserem” (p.417).

2.6.5 FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O CRESCIMENTO DA PLURIATIVIDADE

Schneider (2006, p.3) aponta as mudanças nas formas de ocupação no meio rural e o crescimento da pluriatividade como resultantes dos seguintes fatores:

A própria modernização técnico-produtiva da agricultura: em razão do intenso processo de modernização tecnológica experimentado pelas atividades agropecuárias e a crescente externalização de etapas dos processos produtivos tornaram-se cada vez mais individualizados, resultando, em muitos casos, na redução significativa dos ativos rurais e da utilização da mão-de-obra disponível nas famílias. Portanto, a maior disponibilidade de tecnologias que usam cada vez menos força de trabalho gera uma subocupação e torna-se um fator que estimula os membros das famílias com domicílio rural a buscar ocupação em atividades não-agrícolas;

Terceirização agrícola. Entendida como uma variante da própria modernização técnico-produtiva da agropecuária, permitindo o surgimento de novas ocupações não-agrícolas tais como: administradores e outros, embora realizadas no próprio setor agrícola.

Queda das rendas agrícolas. Os agricultores são constantemente pressionados a investir em insumos (defensivos e adubos, etc.) onerando seus custos para obtenção de ganhos de produtividade (trabalho e terra), o que torna o agricultor dependente desses insumos que consome mais do que a renda obtida da produtividade.

As políticas de estímulo às atividades rurais não-agrícolas e contenção das migrações. São políticas que visam gerar empregos, estimular a diversificação das rendas dos habitantes rurais e oferecer alternativas econômicas aos agricultores que não sejam exclusivamente produtivistas e que possam reanimar as regiões desfavorecidas ou pouco competitivas. Schneider cita exemplos no Brasil, tais como as embrionárias experiências de apoio ao turismo rural, ecológico, étnico-cultural (indígenas, quilombolas, povos tradicionais, etc.) e as agroindústrias familiares rurais. São iniciativas que além de incentivar formas de ocupação em atividades não-agrícolas geram rendas e são capazes de reter a população nas áreas rurais.

As mudanças nos mercados de trabalho. A expansão da pluriatividade no meio rural também pode ser atribuída à dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola. Existem estudos sobre a descentralização de indústrias que buscam os espaços rurais e geram a expansão de atividades não-agrícolas.

O reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural. Estudiosos das transformações contemporâneas do rural, passaram a perceber que não só a agricultura familiar tem capacidade de persistir em face à crescente mercantilização produtiva e inserção em mercados, como efetivamente ela passou a ser a principal forma social presente nos espaços rurais dos países capitalistas mais desenvolvidos (ABRAMOVAY, 1998). E a pluriatividade passou a ser percebida como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações macro-estruturais na agricultura.

2.6.6. DAS CAUSAS DA PLURIATIVIDADE

É consenso, já há algumas décadas, que a agricultura não é mais um setor dicotomizado, estanque, muito menos desvinculado do processo econômico em

geral e das dinâmicas em movimento. Ela não apenas absorve essas dinâmicas como também as induz (TEDESCO, 1999). A incapacidade da agricultura familiar em remunerar de modo satisfatório a mão-de-obra e, conseqüentemente, as necessidades e aspirações da família rural, se constituem num dos fatores para a diversificação das fontes de rendimento e da busca por atividades não-agrícolas. Outro fator apontado por Mastrelli (2002), responsável pela busca por fontes de rendimentos não-agrícolas é de ordem subjetiva e reside no aspecto cultural do agricultor, que busca constantemente a melhoria de sua qualidade de vida.

Ainda segundo este autor, vislumbra-se no horizonte muitas outras maneiras de se exercer a profissão de agricultor, ultrapassando o modelo atual normatizado de mero produtor de alimentos e matérias-primas. O agricultor, segundo Mastrelli, não está renunciando ao seu papel, mas mudando de perfil. A pluriatividade garante a busca de maior renda sem haver necessidade de abandono da área rural. Na fase atual, o desempenho de atividades não-agrícolas, proporciona uma complementação de renda cada vez mais necessária em virtude da baixa remuneração dos produtos agrícolas.

Mattei (1999), em um estudo de caso no município de Blumenau – SC sobre pluriatividade, concluiu que a incidência da pluriatividade no município do estudo guarda menos correspondência com as variáveis relacionadas às estruturas internas das famílias e está mais articulada ao ambiente sócio-econômico do entorno onde se localizam as famílias e as unidades de produção, o qual propicia as condições para a expansão da pluriatividade (p.149).

Anjos (2003) considera que certos elementos internos à unidade produtiva familiar não são por si só suficientes para definir a pluriatividade. Segundo esse autor, devem-se incluir outros aspectos para chegar a um conceito integrado. A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modelo de produção capitalista. Por outro lado, sua consolidação nos distintos países adquire especificidades geográficas, econômicas, políticas e sociais (p.91).

Para Nascimento (2005, p.45), a pluriatividade ocorre em todas as regiões do Brasil e, observar e analisar sua evolução, é mais importante do que

simplesmente atestar a sua existência. Isso porque a pluriatividade possui significados diferentes entre as diversas regiões do país. Ainda segundo o autor, essa existência diferenciada poderá vir a apresentar um destino comum à contração do seu universo e, junto com ele, o não cumprimento da função que lhe é atribuída.

Segundo Nascimento (2005), há um declínio da pluriatividade na região Sul enquanto há um crescimento significativo da pluriatividade na região Nordeste. Em suas palavras:

[...] os dados estão contradizendo qualquer idéia no sentido de se fazer associação direta entre o crescimento da pluriatividade e contextos rurais com economias locais dinâmicas, sem a mediação de outros fatores explicativos. A pluriatividade no Brasil, não obstante ocorra em todas as regiões do país [...] parece ser mais característica, tanto em termos absoluto como em termos de evolução/reprodução, em regiões pobres (p.46).

Nascimento (2005) entende que o crescimento da pluriatividade não é um resultado automático decorrente de transformações em economias locais provocadas pelo progresso técnico e da reação das famílias rurais a tais transformações. Em sua visão, somente o elemento político é capaz de explicar a razão de hoje se poder considerar a existência de uma trajetória de crescimento da pluriatividade na Comunidade Econômica Européia. Naquela Comunidade, o Estado foi capaz de construí-la, ao defender milhares de pequenos agricultores familiares (“inviáveis” para mercado – grifo do autor) dos efeitos adversos da Revolução Verde, materializado no avanço das relações capitalistas sobre a agricultura daquele continente.

Ainda de acordo com Nascimento (2005), a compreensão de que a forma específica do desenvolvimento capitalista na agricultura no Brasil, ao reafirmar a grande propriedade como um de seus baluartes, engendrou, do ponto de vista das relações de produção, um tipo de desenvolvimento capitalista no meio rural extremamente desigual entre as regiões do país. Para este autor, a conjugação dessas duas realidades – 1-grandes produtores capitalistas, 2- produtores familiares – acrescidos de um modelo de produção agrícola especificamente capitalista cada vez mais regido por regras de mercado, dificulta, trava mesmo, o crescimento de casos de famílias pluriativa e, o que é pior, leva-as ao declínio.

2.6.7 PLURIATIVIDADE E AS NOVAS DINÂMICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Este processo de mudanças na dinâmica familiar foi discutido por diversos autores. Analisando a pluriatividade na Nova Zelândia e, partindo do enfoque familiar para explorar a interação entre a organização familiar, o mercado e as relações de produção, Le Heron; Roche e Johnston (1974) apud Mattei (2008, p.413), afirmam que a pluriatividade é o resultado de diversas negociações entre indivíduos e famílias e uma resposta às mudanças no ambiente socioeconômico. Decorre daí a complexidade do fenômeno, o qual poderá emergir a partir de uma série de processos articulados à unidade familiar de produção, mas que também poderão emergir do ambiente externo a ela.

Segundo Mattei (2008), este ponto de vista foi corroborado por Shucksmith e Smith (1991), uma vez que, para esses autores, as relações familiares tornaram-se altamente flexíveis e permitiram a adoção de diferentes estratégias para se adaptarem às mudanças internas e externas. Neste caso, a família pluriativa é uma das principais responsáveis pela persistência da produção familiar européia, mesmo que enfrentando barreiras de ordem econômica (essas unidades de produção não conseguem promover um processo de diversificação do uso da terra para outras atividades, devido à falta de recursos financeiros) e também de ordem social (agricultores têm medo de se tornarem proletários e relutam em aceitar trabalhos pouco remunerados e de baixo status).

Deste modo, segundo Mattei (2008, p.414) observa-se que a integração crescente da agricultura aos demais setores da economia alterou a estrutura e a composição do trabalho rural. Mattei explica que a modernização e a integração produtiva elevaram a produtividade do trabalho agrícola de tal forma que muitas das atividades, antes exercidas por várias pessoas, agora se individualizam, liberando mão-de-obra no interior das famílias. Para ele, essa integração vertical que padroniza os sistemas produtivos, visando atender os mercados segmentados e também os “nichos de mercado”, provoca um crescimento dos índices de flexibilização e informalização do trabalho rural, que se traduz em um aumento do

número de agricultores e de seus familiares ocupados em atividades que já não estão mais diretamente relacionados à produção agrícola especificamente.

Concluindo, Mattei (2008) afirma que este processo possibilita a uma pessoa conjugar vários papéis (torna-se pluriativos); dá ao agricultor um duplo caráter: o de empregado e o de trabalhador por conta própria ao mesmo tempo. Neste caso, o trabalho por conta própria e a pluriatividade não são como poderiam parecer, um resíduo da situação anterior, mas um novo fenômeno, ligado ao desenvolvimento rural contemporâneo, em que a agricultura é cada vez menos um setor com o seu próprio mercado de trabalho.

2.6.8. PLURIATIVIDADE, MULTIFUNCIONALIDADE E AS ATIVIDADES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS

A pluriatividade sempre existiu, marcando presença em diferentes períodos históricos e sócio-econômicos, as atividades não-agrícolas sempre foram praticadas por camponeses ao longo do tempo, por serem estas formas de sociedade que desconheciam os rígidos padrões atuais de divisão do trabalho, sendo muitas vezes praticamente auto-suficientes e, portanto, pluriativos (SCHNEIDER, 2003; ANJOS 2003).

De acordo com Schneider (2006, p.5), o crescimento das atividades não-agrícolas pode estar relacionado com as alterações nos mercados de trabalho rurais, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. No entanto, ressalta o autor, nem sempre o crescimento das ocupações não-agrícolas das pessoas ou famílias com domicílio rural, neste ou naquele setor ou ramo, implica em um aumento proporcional da pluriatividade das famílias. Pois, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas pertencentes a uma mesma família. Desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não-agrícolas. O autor insiste que não se devem confundir as atividades não-agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões e das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais, que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho.

Pelas razões acima citadas, é cada vez mais aceito pelos estudiosos do mundo rural a existência de um processo de diferenciação entre a agricultura e o espaço rural, especialmente a partir da década de 1990, pois se vem assistindo a um crescimento significativo de pessoas em idade ativa, residentes nas áreas rurais, mas ocupadas em atividades não-agrícolas. Para esse fenômeno os estudiosos afirmam que além da função de produção de alimentos e matérias-primas, o espaço rural também se constitui em um lugar de moradia, de lazer, de identidade cultural, de relação com a natureza, etc., enfim, um espaço multifuncional.

Schneider (2003) destacou que o crescimento do número de estabelecimentos de agricultura familiar que passam a se dedicar à pluriatividade, onde indivíduos exercem um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura, ao cultivo da terra ou ao contexto interno da unidade de produção, demonstra a diminuição da importância da ocupação agrícola como única atividade produtiva, geradora de emprego e renda. Graziano da Silva (2001) também enfatizou que as famílias rurais brasileiras estão cada vez mais se tornando não-agrícolas e garantindo sua sobrevivência mediante transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não-agrícolas.

As formas antigas da pluriatividade na agricultura: o “trabalho rural acessório” e as “atividades não-agrícolas complementares”, que Schneider defende, citando Chayanov (1974), para ilustrar a existência da pluriatividade em tempos onde esta terminologia não existia, mostram a busca do equilíbrio e reprodução social do grupo familiar através da realização de atividades não-agrícolas, como forma de complementar período de entressafra ou de excesso de mão-de-obra na família, como quando os filhos estão se tornando adultos e ainda permanecem no núcleo familiar. Sendo assim, as atividades não-agrícolas, para Chayanov (1974), constituem-se em uma estratégia que a família utiliza para a adequação das suas necessidades, determinada sobretudo por condicionamentos internos. Kautsky (1980) faz referência à dominação da indústria e das grandes propriedades que ditam as regras para o processo de evolução da agricultura moderna e, nesta condição, as formas de adaptação e sobrevivência dos pequenos

agricultores que tornam-se fornecedores principais de mão-de-obra para estes segmentos, para viabilizar sua manutenção e reprodução (Schneider, 2003).

Duas vertentes de interpretação da pluriatividade foram apresentadas em Carneiro (2006). A primeira compreende a pluriatividade como uma combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, fora do estabelecimento familiar, em função do transbordamento do urbano sobre o rural. Como os camponeses não foram produtores agrícolas especializados, em função da combinação de uma série de atividades no seu estabelecimento, a pluriatividade aqui deve ser vista como um fenômeno antigo. Já no contexto atual, porém, a combinação das atividades se dá fora do estabelecimento agrícola.

A segunda vertente argumenta que este tipo de prática não é estranho às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas, atuando muito mais como mecanismo de sua manutenção do que como ameaça à forma familiar de produção. A pluriatividade se manifestaria como um novo estágio de integração da agricultura familiar aos mercados, decorrentes da modernização técnico-produtiva, da terceirização agrícola, da queda das rendas agrícolas e das mudanças nos mercados de trabalho (SCHNEIDER, 2003). Nesta concepção, a pluriatividade é um fenômeno recente e não deve ser confundida com as estratégias tão comuns de sobrevivência do campesinato brasileiro ao recorrer a atividades remuneradas, não-agrícolas, para complementar o necessário à sua reprodução social, em função da sua precariedade e instabilidade.

Entretanto, há os que julgam que o campesinato sempre foi pluriativo e que, atualmente, em função do incentivo à modernização e especialização dos agricultores familiares, estaria havendo um refortalecimento de uma prática histórica. Em relação a essa discussão, Carneiro (1998) observa que as atividades não-agrícolas tanto podem ser consideradas um fenômeno antigo como recente. Segundo a autora, se as atividades não-agrícolas foram consideradas como “todos os rendimentos exteriores a unidades de produção familiar”, então elas sempre estiveram presentes na sociedade rural. Por outro lado, “podem ser consideradas um fenômeno recente se atentarmos para suas características específicas decorrentes do contexto econômico e social que as engendrou na atualidade” (CARNEIRO, 1998, p.157).

A autora considera também que “a pluriatividade nos tempos modernos se distingue daquela que era praticada no período da proto-industrialização”, A pluriatividade, nos tempos atuais, resulta do estabelecimento de um modelo de exploração agrícola baseado na especialização e na produtividade. Em decorrência disso, “ela é recriada por uma parte da população rural para afrontar as crises geradas pela modernização da Agricultura” (CARNEIRO, 1998, p.157).

Na opinião de Wanderley (2001, p.37), a pluriatividade representa uma estratégia familiar adotada quando as condições a permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos com o patrimônio familiar. A autora inclusive chama atenção para o “lugar” da família, patrimônio fundiário familiar que consiste num “elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes”. Para Marsden (1991) apud Schneider (2003), a pluriatividade é compreendida como resultado do processo de reestruturação capitalista e tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, com grande avanço tecnológico em função da demanda de trabalho, quanto nas demais zonas rurais, sobretudo devido ao incentivo do Estado.

Já a abordagem da multifuncionalidade incorpora a noção de pluriatividade, principalmente se considerarmos que as múltiplas funções da agricultura podem-se traduzir em atividades diferentes da função exclusiva de produção de alimentos, exercidas por vários membros da família. O debate da multifuncionalidade, fruto da crise do modelo produtivista, tem introduzido uma nova concepção de desenvolvimento agrícola, não do ponto de vista histórico da percepção setorial e empresarial, mas de uma abordagem integrada e territorial. Conforme Carneiro (2006, p.182):

Argumenta-se que a dependência excessiva do mercado,

Decorrente da ênfase no caráter produtivista da Agricultura familiar, teria desvirtuado algumas funções essenciais dessa forma de organização da produção na sua relação com a sociedade, como a de preservação do meio ambiente e da paisagem, a manutenção de um tecido social com determinadas práticas culturais e sociais responsáveis pela ocupação do território e pela manutenção do patrimônio cultural, a segurança alimentar entre outras.

Para Abramovay (2000) apud Alentejano (2000, p.2), a multifuncionalidade é marcada por profundas contradições, pois “pode representar tanto o guarda-chuva

para novas formas de protecionismo, quanto ser expressão do fato de que a sociedade tem valorizado crescentemente as funções não-mercantis das atividades econômicas”. A integração de diversas funções da agricultura é uma forma de facilitar a construção do desenvolvimento integrado. A abordagem multifuncional procura gerar novos laços sociais pelas relações diretas que vai criando, seja no interior do território rural ou com os consumidores que vivem fora deste.

Já a ocupação rural não-agrícola refere-se à ocupação de postos de trabalho em atividades não-agrícolas por famílias – nem sempre de agricultores – com domicílio no meio rural. Esses postos de trabalho tanto podem estar localizados no meio rural como no meio urbano.

A análise das ocupações rurais não-agrícolas considera o local de domicílio. Logo, uma família com domicílio no meio rural pode estar inserida em ocupações rurais não-agrícolas e não exercer nenhum tipo de atividade agrícola, ou seja, não ser agricultora e nem pluriativa. Da mesma forma que pode estar inserida, ao mesmo tempo, em atividades agrícolas e não-agrícolas.

Um exemplo de ocupações rurais não-agrícolas seria o de uma família domiciliada no meio rural, mas que não desenvolve nenhuma atividade agrícola, ou seja, ocupa toda força de trabalho exclusivamente em atividades não-agrícolas, seja no meio rural, seja no meio urbano (DEL GROSSI & GRAZIANO DA SILVA, 2006).

As pesquisas mais recentes desenvolvidas por Graziano da Silva incumbiram-se de demonstrar que a presença das atividades não agrícolas na estrutura agrária brasileira havia assumido proporções bem mais significativas, apontando para a generalização dessas formas de ocupação em todos os tipos de categorias sociais presentes no campo. Segundo os dados levantados pelo autor, nos anos noventa, as pessoas residentes em áreas rurais do Brasil e ocupadas em atividades não agrícolas cresceram a uma taxa de 2,5% ao ano, proporção superior ao desempenho da população economicamente ativa (PEA) ocupada em atividades agrícolas, que no mesmo período caiu 2,2% ao ano (1999; Graziano et alii 1996).

Para Graziano da Silva (1999), a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais torna-se a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. O Projeto Rurbano faz uma caracterização do “novo

rural brasileiro” através dos dados de 1981 e 1990 das PNADS, revelando que as rendas médias de atividades não-agrícolas das famílias rurais brasileira foram substancialmente maiores do que as rendas médias das famílias com atividades agrícolas. Esses dados mostram que a possibilidade da pluriatividade com empregos não-agrícolas foi essencial para estabilizar as rendas das pessoas no meio rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Wanderley (1999) considera que o trabalho extra-agrícola na maioria dos casos torna-se uma necessidade estrutural, ou seja, a renda obtida nesse tipo de ocupação vem a ser indispensável para a reprodução tanto da família como do próprio estabelecimento familiar. Portanto, o trabalho fora da propriedade possui duas funções sociais, uma é a de manter a população rural no campo e a outra viabilizar as pequenas unidades de produção que não conseguem responder às demandas do mercado dedicando-se exclusivamente à atividade agropecuária.

Assim, a combinação de atividades não-agrícolas com outras não-agrícolas dentro de uma família rural, surge como alternativa para cessar problemas como a alta taxa de migração rural-urbana e a desvalorização da agricultura familiar, problemas esses que estão associados às dificuldades da agricultura em garantir o necessário para a reprodução da unidade de produção (CARNEIRO, 1999). Ainda segundo Carneiro (2002), a tendência à pluriatividade pode significar tanto uma estratégia adotada pelas famílias rurais para garantir sua reprodução social, pela impossibilidade de se manterem exclusivamente com a atividade agrícola, como também indicar mudança no padrão de exploração do espaço rural. E continua “associada sobretudo às atividades de serviço, a pluriatividade, agora combinada à noção de multifuncionalidade, alimenta a discussão sobre as características da ruralidade nos dias atuais” (p.225).

A pluriatividade pode tanto consistir numa estratégia de enfrentamento da pobreza adotada pelas famílias rurais frente às adversidades, evitando sua marginalização e exclusão socioeconômica, quanto no aproveitamento de oportunidades novas, tais como as agroindustriais familiares, o turismo rural, o artesanato, ou mesmo o emprego noutras atividades, de acordo com a realidade histórica ou conjuntural onde se desenvolva. (GEHLEN, 1998).

A partir do momento em que o modelo produtivista não garante a manutenção da agricultura familiar, é através da racionalidade familiar que se

formulam mecanismo de adaptações ao novo modelo. Portanto, é a lógica da reprodução social que passa a orientar as atividades econômicas, e estas não se limitam à agricultura. A permanência desses agricultores em suas propriedades deve-se ao caráter familiar. Esse “novo rural” é caracterizado pela múltipla inserção do indivíduo ao mercado de trabalho sendo, portanto, conhecido pela pluriatividade (CARNEIRO, 1998).

Assim, a noção de pluriatividade recupera características próprias da agricultura camponesa, diferentemente, no entanto, num novo contexto de mercantilização, integrada à sociedade.

2.6.9 MÚLTIPLAS ATIVIDADES NO MEIO RURAL

Graziano da Silva (2002) sustenta que o meio rural brasileiro vem se integrando à economia geral e incorporando atividades que até há pouco tempo eram quase que exclusivas dos centros urbanos, além de oferecer bens e serviços não materiais, a ponto de não se poder delimitar com facilidade o que é rural e o que é urbano.

De outra parte, Abramovay (2000) chama a atenção para as novas funções atribuídas ao meio rural e para a necessidade de buscar o equilíbrio entre as atividades produtivas clássicas do campo e a visão do rural como um espaço para o lazer, moradia e de valorização dos aspectos naturais.

É preciso lembrar também que muitas das atividades hoje consideradas novas dentro do meio rural, são na verdade atividades antigas utilizadas pela família rural, só que antes não tinham um caráter econômico e hoje se tornaram economicamente importantes. Atividades como a piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, fabricação de conservas, doces, pesque-pagues, entre outras, acabaram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos recentes (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A nova dinâmica no meio rural, permite a flexibilização na organização da força de trabalho e na diversificação das fontes de rendimentos, proporcionando às famílias rurais oportunidades para inserirem-se em atividades não-agrícolas e ao

mesmo tempo manterem atividades agrícolas. Amplamente discutida nos países desenvolvidos, vem sendo tema de estudos cada vez mais freqüentes também no Brasil.

Desse modo, a pluriatividade, utilizada como estratégia pela agricultura familiar, decorre da forma como ela se organiza e da existência dos aspectos próprios de cada família, como a terra e a organização da mão de obra, remetem a diferentes formas de tomar as decisões e de organizar a produção e o trabalho. Entendida desta forma, as unidades produtivas pluriativas teriam um caráter multidimensional. Nelas se praticam a agricultura e outras atividades, tanto dentro quanto fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas, rendimentos, rendas em espécies e transferências.

A idéia é de que a renda auferida das atividades não-agrícolas complementaria a renda agrícola, possibilitando assim que as famílias permaneçam no campo, mantendo seu status quo e/ou capitalizando suas propriedades de modo a torná-las competitivas, dentro do novo formato de produção agrícola.

Figura 01 - Mapa do Estado do RS – Localização do município de Caçapava do Sul no Rio Grande do Sul.



Fonte: WWW.Wikipédia com (2011). Localização do município de Caçapava do Sul no Rio Grande do Sul.

3. FORMAÇÃO HISTÓRICA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL

O município de Caçapava do Sul iniciou sua história pelos idos de 1777, quando nasce “Paragem de Cassapava”. Essa passagem já era utilizada por tropeiros, aventureiros e bandeirantes que arrebanhavam gado xucro na região para reuni-lo e pastoreá-lo nas suas imediações, antes de levá-lo para o sudoeste do país. A este lugar os índios chamavam “CAA-ÇA-PAABA” – que significaria “Clareira na Mata”. Esta é a interpretação mais aceita do nome de Caçapava, porém não é a única possível, pode-se também decompor o vocábulo: CAA = MATO. ÇAPATU = calçado (figurado: macha, movimento, caminho). PAB = fim. “FIM DA TRAVESSIA DO MONTE” (ABRÃO, 1992, p.15).

Segundo Abrão (1992) a atual cidade de Caçapava do Sul nasceu no período das lutas entre Espanha e Portugal. No final daquele século, a necessidade de vigiar o movimento dos espanhóis fez com que uma partida de soldados portugueses, os Dragões, galgasse a serra e descobrisse um lugar de fácil defesa – uma clareira na mata virgem e cercada de despenhadeiros por todos os lados, transformando-a em um acampamento militar, dando início à povoação de Caçapava (ABRÃO, 1992, p.19).

Em 1800 foi erigida a Capela Curada de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, tornando-se vila em 1831 e cidade em nove de dezembro de 1885.

De acordo com Abrão, a história de Caçapava registra sua participação em importantes eventos; a Revolução Farroupilha, através do Regimento dos Lanceiros de Caçapava, com o famoso cerco de Caçapava (1837); a transformação do município em Capital Farroupilha de 1839, antes mesmo de se tornar oficialmente cidade, até 1840, quando foi retomada pelas tropas do Império. Em 1885, Caçapava foi elevada à categoria de cidade.

Contudo, foi em 1780 que foi concedida a primeira sesmária do município a Antônio de Azevedo Saldanha, em campos lindeiros com o Arroio Cassapava, seguindo-se outras concessões (ABRÃO, 1992).

Ainda de acordo com Abrão, durante a Revolução Federalista de 1893, Caçapava teve o seu território palmilhado pelas forças em luta. Por sua posição geográfica estratégica, Caçapava sempre esteve em evidência na história do Rio

Grande do Sul e o autor destaca o período de 1923 a 1932, como um período de ocupação e desocupação da cidade, onde se destacam os combates do Passo do Seival e do Passo da Pitangueira em 1923, os levantes na sede e a participação dos caçapavanos no Combate de Cerro Alegre em Piratini, em 1932.

Segundo Abrão (1982), Caçapava nasceu devido à necessidade que tinham os estancieiros de deixarem a família em lugar seguro, quando lutavam contra a invasão dos bandos de espanhóis que percorriam o território saqueando e abatendo o gado vacum “para courear e fazer sebo”. E, “como lugar seguro, fora do alcance do inimigo, nada melhor do que a clareira oculta na serra coberta por densa mata virgem” (p.32).

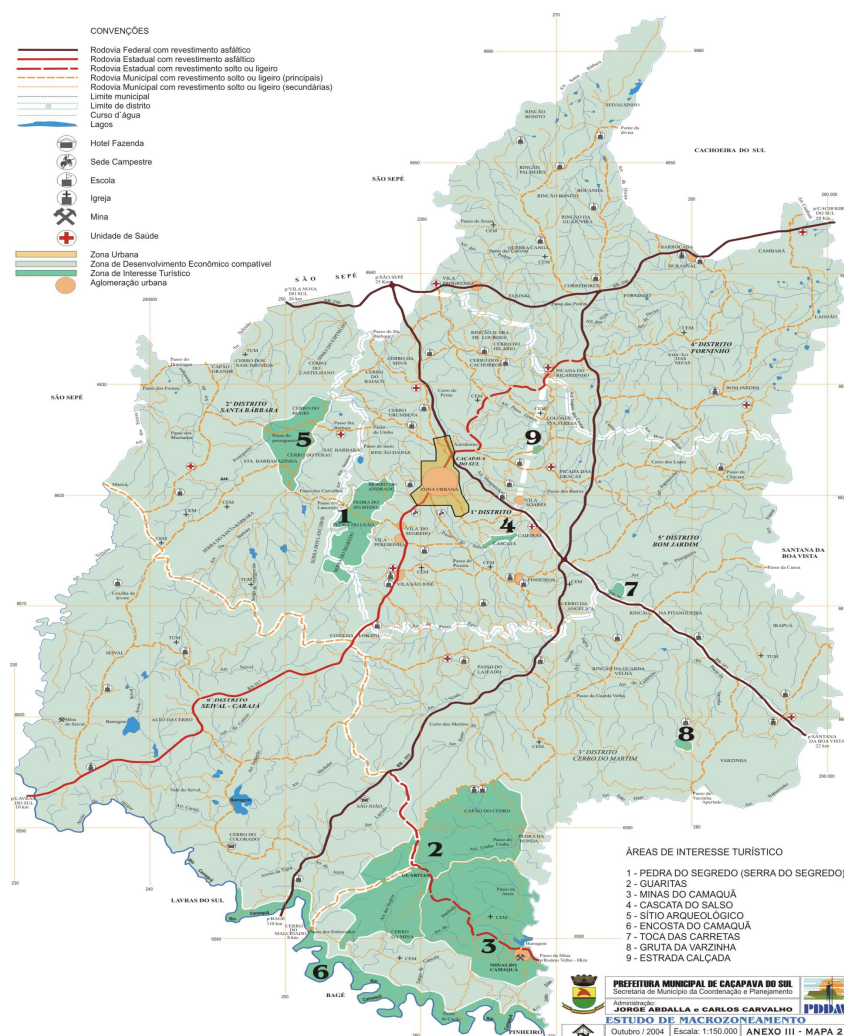


Figura 02 - Mapa de Estudo de Macrozoneamento

Fonte: Secretaria de Município do Planejamento de Caçapava do Sul - RS

Já a ocupação econômica do município³, no período caracterizado por Ribeiro, C. M. & Baldasso, N. A. (1998) como “sesmarias”, apresenta matas densas com economia assentada na pecuária bovina, manejada com a mão de obra escrava. Uma das características do período são as grandes famílias. Em 1850, chegaram os portugueses e se estabeleceram nas terras de Coelho Leal, com 50 quadras de sesmaria.

De 1800 a 1920 a população predominantemente é composta de Índios, alemães, negros e açorianos. O gado era criado em grandes áreas sem cerca. As lavouras de subsistência de mandioca eram cercadas formando um conjunto de pomares domésticos. Nos primeiros tempos não havia estradas. O transporte era realizado por carretas, a energia era provida por lampiões de querosene e a população recorria a remédios caseiros e curandeiros nos socorros à saúde.

Em relação à infra-estrutura eram poucas e precárias. A comercialização da produção ocorria nos mercados de Rio Pardo e Cachoeira do Sul, onde eram efetivadas as transações do charque e do gado em pé e a sobra da subsistência. Entre 1890 a 1930 tem início a exploração das minas de cobre por ingleses.

De 1920 a 1935 há a ocupação gradual dos banhados e o desmatamento dos capoeirões. A produção do gado de corte é realizada em áreas fechadas, ao contrário do período anterior, assim como a produção de arroz, linho, algodão e cana, servindo de matéria prima para a produção de cachaça. De 1930 a 1940 tem início a construção de açudes e barragens. Para o lazer, há construção de cancha-reta, estabelecimento de bolicho e a comunidade já plenamente constituída.

A produção de arroz em pequenas áreas era realizada por arrendatários cujo pagamento se dava em percentagens, além da obrigação do cuidado do gado. As lavouras eram produzidas com adubos naturais como o esterco, e por tração animal. A mão de obra era baseada em grupos de diaristas de negros, responsáveis por cortar o arroz e fazer as taipas. Neste período (1930 -1940) os produtores vivenciam uma crise provocada pelos baixos preços dos produtos, principalmente do linho e esgotamento do solo. Os agricultores iniciam a ocupação das coxilhas através da aquisição das terras.

3- Para a elaboração histórica econômico do município apoiou-se em Ribeiro, C. M. & Baldasso, N.A . Diagnóstico Dos Sistemas Agrários de Caçapava do Sul,1998.

A infra-estrutura apresenta melhorias com surgimento da linha de ônibus fazendo o percurso de Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul. Constata-se a presença de Alambiques e as habitações ainda são de torrão. Em muitas localidades são construídas capelas. No que tange à saúde ela se mostra precária com a população padecendo de várias doenças como tuberculose e crupe.

Em 1940 tem início o desmatamento com a venda e divisão das terras. Além da pecuária, arroz e alpiste, trigo passa a ser produção importante. O transporte de mercadorias e pessoas era realizado através de tração animal com o predomínio das carroças. As residências eram de barro, o manejo da terra e do gado era realizado com mão-de-obra familiar e peões. Neste período houve uma grande seca que se prolongou por seis meses, ocasionando morte de muitos animais.

Na década de 50 a produção tritícola começa a padecer por doenças fungicas. O arroz continua sendo produzido, além da produção do trigo, arroz, feijão produzidos com sementes próprios e o manejo da terra era realizada com tração animal. A região aparece mais povoada, as residências são melhoradas, destacando-se as construções de alvenaria. Faziam partes das atividades de lazer os bailes com churrascos, carreiras, jogo de bocha. Não havia rádio e jornal. Em termos de infra-estrutura há melhorias significativas com o transporte de mercadorias sendo realizado através de caminhões, pois o município já contava com estradas transitáveis. Não havia água encanada, sendo utilizadas cacimbas e o transporte a balde. Já nesta década havia na região moinhos de trigo. A mão de obra era executada pelos membros familiares e por peões. A lã era uma produção significativa e havia dificuldades de mercado, pois não havia ponte no Rio Camaquã, a travessia se dava por balsa, e por isso buscavam-se outros mercados, além das cidades como Bagé e Pelotas.

Em 1960 há aumento das produções de feijão, arroz e gado, e início da produção de cevada, com o desmatamento da cobertura vegetal pelas queimadas. As lavouras são mecanizadas, provocando o desemprego e endividamento na região. Também nesta década tem início a ocupação dos banhados. É também intensificada a saída dos pequenos agricultores dos banhados. Ainda em 1960 a mina do Camaquã fecha, reabrindo na metade dessa década. Entre 1960 a 1985 ocorre a encampação das minas pelo governo, a CBC – Companhia Brasileira do

Cobre – o qual mantém a mina por oito anos. Há deslocamento das famílias das minas para Lavras do Sul.

A partir dos anos 70 séculos XX há aumento da área do arroz e diminuição da área de feijão e produção da soja. O sistema produtivo começa a se tecnificar com o uso da adubação, calagem e o emprego de técnica de conservação do solo. No entanto, o êxodo rural é bastante acentuado. Em termos de infra-estrutura há melhoria com o fornecimento de energia elétrica, água encanada e provimento de linhas de ônibus, além da instalação de postos de saúde e a construção de centros comunitários. Há abertura de Estradas vicinais e nas propriedades os produtores recorrem aos sistemas de mutirão em épocas de trabalho que exigem muita mão-de-obra.

De 1970 a 1994 acontece maior fracionamento das propriedades. As lavouras de arroz exploradas nas várzeas são mecanizadas e a mão de obra utilizada é contratada. Em 1973 os banhados estavam totalmente ocupados com produção de arroz. A comercialização do milho era realizada entre vizinhos, enquanto a comercialização do feijão se dava através dos intermediários. O feijão era produzido nas pequenas propriedades, a base da tração animal, com a semeadura manual, a variedade mais utilizada era a Guapo e produzia em média 15 sc/ ha. De 1980 a 1990 há diminuição do tamanho das famílias, intensificação do êxodo, saída de jovens do município para estudo em busca de trabalho na cidade. Ainda neste período, há diminuição da produção de ovinos em função dos baixos preços da lã. De 1994 a 1998 há diminuição das lavouras de arroz ao mesmo tempo em que aumenta o desemprego e o êxodo. Momento de crise gerada pelo Plano real provocando queda de renda e crise financeira.

No período de 1986 a 1991, boa parte das matas não existe mais. A economia continua pautada na pecuária e na produção do feijão. Nas regiões do município são implantadas as escolas rurais. Em todas as regiões aumenta o número de aposentados. Há a instalação de uma unidade da COTRISUL (COTRISUL – Cooperativa Triticola Caçapavana) e linhas de recolhimento de leite da CORLAC, (CORLAC – Companhia Laticínios Correlatos) telefonia.

Em 1998 se constata o envelhecimento da população rural. A presença de idosos nas propriedades é uma constante, em parte porque houve melhorias nas condições de habitação e em parte pela renda proporcionada pela aposentadoria.

Nas pequenas propriedades as lavouras são para subsistência do mesmo modo as criações de bovino e ovino, já nas grandes propriedades as criações de bovino e ovino são destinados ao comércio.

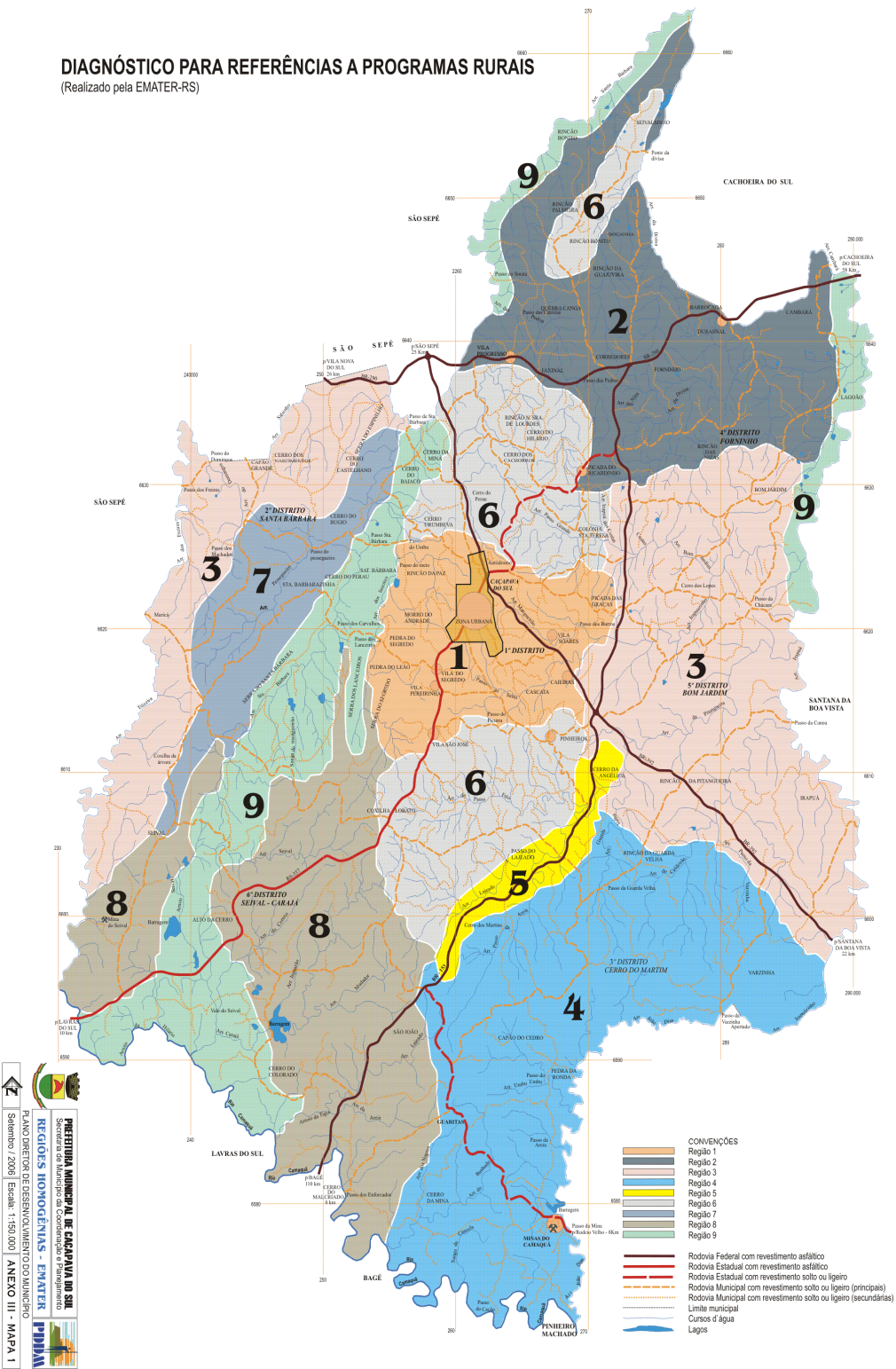
O quadro 01 apresenta uma matriz síntese possibilitando uma leitura da reconstrução da história agrária do município de Caçapava do Sul-RS, Coordenado por Ribeiro, C. M. & Baldasso, N. A. (1998). Em seguida apresenta-se Mapa das Regiões Homogêneas do município, o qual faz referências a programa rurais.

Quadro 01 - Reconstrução da História agrária de Caçapava do Sul (matriz síntese)

Período	Características	Causas (fatores/atores)	Conseqüências (Reflexos)	Produções Típicas
... 1945	Reprodução do sistema de produção	Moinhos, mineradoras, charqueadas, frigoríficos Negros x peões x padrões.	Atividades sociais: mutirão, carreiras, visitas, bailes.	Bovino de corte; Mineração Produções diversas para subsistência.
1945 - 1965	Acumulação (trigo)	Famílias numerosas Moinhos (limitantes legais). Surgimento problemas Fitossanitários (trigo)	Aquisição de terras e máquinas. Início decadência do trigo.	Bovinos de corte. Ovinos Trigo Produções diversas para subsistência.
1965 - 1990	Investimentos públicos externos e locais em infra-estrutura sócio-econômica. Ocupação Várzeas (arroz).	Oportunidades empregos agrícolas e não-agrícolas. Estrada/asfalto. Máquinas/equipamentos. Energia elétrica. Fracionamento propriedades. Intensificação do êxodo rural. Baixo preço da lã.	Infra – estrutura. Atividades sociais. Expansão culturas e criações. Aumento das áreas de arroz. Diminuição rebanho ovino	Bovinos de corte. Ovinos. Arroz Mineração Soja Feijão Milho.
1990- 1998	Perdas explorações não agrícolas. Diversificação econômica. Diminuição atividade agrícola. Especialização. Busca redefinição	Diminuição produção calcário. Fechamento mina de cobre e frigoríficos. Crise geral. Aumento idade média/aposentadoria. Plano real. Indústria de alimentos (INDULAC)	Diminuição renda. Fracionamento das grandes propriedades. Aglutinação de áreas menores.	Bovinos de corte. Ovinos. Arroz. Soja. Leite. Feijão. Milho. Mel.

Fonte: Diagnóstico dos sistemas agrários de Caçapava do Sul (coord.) Ribeiro, Cláudio M. & BALDASSO, Nelson Antônio. 1998.

Figura 03 - Regiões Homogêneas



Fonte: Secretaria de Município do Planejamento de Caçapava do Sul - RS

3.1. REGIÕES HOMOGÊNEAS NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL - RS

A EMATER-RS realizou um Diagnóstico dos sistemas agrários do município de Caçapava do Sul, coordenado por Ribeiro e Baldasso (1998), no qual os autores procuram entender os porquês das opções pelos sistemas atuais de produção e identificar os pré-tipos existentes. De acordo com o estudo, o “tipo” identifica a categoria social, cujos critérios para enquadramento são dados pelo perfil do estabelecimento. Já os “subtipos” foram definidos pelas principais produções e/ou atividades que contribuem para a composição da renda das unidades produtivas. No estudo o município foi dividido em nove regiões relativamente homogêneas com base nos critérios ambientais, sócio-econômicos, atividades e práticas, e pontos marcantes. Conforme o quadro 02.

Região 01 – Esta região possui topografia de levemente à fortemente ondulado, com solos pedregosos e rasos, com afloramento de rochas, apresentando algumas manchas com maior profundidade. É uma região pobre em água, apresentando presença de vegetação arbórea (encostas e sangas), campos sujos e desmatamento.

A referida região em razão da proximidade com a área urbana sofrendo sua influência. É uma área de pequenas propriedades, com luz e estradas, beneficiada com telefonia, escolas, pequenos comércios, sítios de lazer. Apresenta atividades não agrícolas (calcário, frigorífico e prestação de serviços), além da Indústria de alimentos Caçapava Ltda – INDULAC (laticínios e carne). Em termos de produção agrícola constata-se a presença de pequenas áreas de cultivo (milho, feijão) com tração animal e operação manual. A pecuária é formada de gado misto e corte. As residências são de alvenaria, antigas (pequenas), com luz elétrica, e apresentam alta densidade populacional, porém se verifica pouca presença de hortas e pomares. Observa-se a presença de criação de pequenos animais nos arredores da casa.

De acordo com o diagnóstico coordenado por Ribeiro & Baldasso (1998), as unidades produtivas foram classificadas em familiar de subsistência; familiar sobrevivência e familiar mercado. No primeiro grupo, ou seja, familiar de subsistência possuem áreas entre 20 – 40 ha, áreas de serra muito acidentadas.

Mão de obra é familiar, com o assalariamento temporário durante a safra. Cultivam feijão e milho numa extensão de 1 ha para cada um dos produtos, além do feijão e milho.

QUADRO -02 – PERFIL POR TIPO DE ESTABELECIMENTO

CRITÉRIOS	TIPOS				
	FAMILIAR SOBREVIVÊNCIA	FAMILIAR SUBSISTÊNCIA	Familiar Mercado	Patronal Familiar	Capitalista
Meios de Produção	Quase sem meios de produção	Meios de produção precários e individuais	Meios de produção de uso individual e grupal	Meios de produção individual e grupal	Meios de produção individual
Função econômica da produção	Produção Insignificante	Produção para consumo e venda excedente	Atividade comercial definida e subsistência	Atividade comercial definida, atento ao mercado e busca expansão	Lucro.
Organização do trabalho	Produção individual (são marginalizados).	Produção individual	Base produção individual (pode ter atividades grupais)	Base produção individual	Trabalho assalariado.
Investimentos	Sem investimento	Baixo investimento	Investimentos médios	Investimentos fortes.	Investimentos fortes
Tecnologia	Tecnologia rudimentar	Tecnologia tradicional	Aperfeiçoamento técnico na atividade comercial e tradicional para subsistência	Uso tecnologia especializada e de ponta.	Tecnologia especializada e de ponta
Mão-de-obra	Venda MO para garantir sobrevivência	Venda eventual MO.	Venda MO excedente e contratação eventual. Troca serviços	Substituição MO por máquina e contratação. Troca serviços	Mecanização e MO Contratada.
Nível de decisão	Individual	Individual	Individual e/ou coletivo	Individual e/ou coletivo	Centralizada no empresário
Administração				anotações	Controle gerencial.
Capacidade de endividamento	inexistente	mínima	Prudência nos investimentos	Busca alternativas de expansão	Superior a média
Poupança	Poupança é a MO	Poupança pequena (animais)	Poupança para segurança (animais)	Poupança é investimento no processo produtivo	Poupança é reinvestida em função retorno,
Significado da posse	Valoriza lote p/moradia	Valoriza lote p/produção	Valoriza lote p/produção	Valoriza a produção	Meios de produção.

FONTE: Ribeiro, Cláudio Marques & Baldasso, N. A. Diagnóstico dos sistemas Agrários de Caçapava do Sul. EMATER-RS, Porto Alegre, 1998.

Há pequenas criações de aves e horta para consumo, frutas e a criação bovina, que funciona como uma espécie de poupança. As rendas agrícolas das

unidades produtivas são garantidas pela venda de bovinos, feijão, frutas e de benefícios como a aposentadoria.

As unidades produtivas classificadas como familiar de sobrevivência possuem áreas com menos de 10 ha, fortemente onduladas, com predominância de solos rasos. Possuem cultivos diversificados e pequenas criações. Vendem mão de obra para atividades agrícolas e não agrícolas. A renda obtida provém da venda mão de obra para terceiros e de benefícios como a aposentadoria.

As unidades produtivas familiar de mercado possuem áreas que variam entre 10 – 150 ha são próprias. A mão de obra utilizada é familiar, articulada com parcerias. São produtores de milho, consumido na propriedade, e também cultivam o feijão para o consumo e excedente é comercializado. São produtores de gado de corte e de leite e ovinos. A renda é proveniente do gado de corte, leite, feijão e da aposentadoria.

Região 02 – (ver mapa das regiões homogêneas) apresenta topografia pouco ondulada, solos profundos, áreas limpas, pobre em água, fertilidade média e boa, com matas ciliares/nativa/araucárias. Apresenta algumas áreas com topografia acidentada com processos erosivos. Caracteriza-se por apresentar três (3) tipos de solo: a Oeste, solos escuros, Leste, solos vermelhos, e, a Sudoeste, solos arenosos. Situada na Depressão Central, apresenta temperaturas mais elevadas.

Esta região é considerada área agrícola e mais tecnificada do município. São áreas de predomínio das lavouras de soja e arroz com forte inserção no mercado. Em termos de áreas homogêneas as regiões 2 e 9 são consideradas as áreas planas e agrícolas onde concentram os produtores com maior poder aquisitivo. Praticam uma agricultura moderna. É o espaço das lavouras de arroz irrigado. Tanto na região 2 quanto na nove localiza-se as unidades familiar patronal e de mercado. A unidade familiar patronal se divide em dois sub-tipos: nas primeiras estão os produtores de gado de corte, milho e soja, ocupando uma área de 150 – 200 ha. Na segunda estão as unidades produtivas produtoras de gado de corte e ovinos, com áreas de aproximadamente 300 ha. São unidades produtivas que apresentam melhores estruturas em termo de instalações e equipamentos agrícolas e obtém rendas entre 10 – 20 salários mínimos anuais.

As unidades classificadas como categoria familiar de mercado é formada por produtores de gado de corte, ovinos, com extensão de área aproximadamente 300

ha. Nas unidades produtivas patronais a mão de obra é contratada permanentemente, já na familiar de mercado a contratação de mão de obra é eventual. Esta última possui máquinas e implementos agrícolas de tração mecânica. A renda situa-se entre dois salários mínimos mensais e mais ou menos 50% de aposentadorias.

Na Região dois, a estrutura das propriedades predominante é de pequenas e médias propriedades com produção de soja, milho e gado de corte, aveia mais azevém, ovinos. Apresentam práticas conservacionistas e plantio convencional com tração mecanizada. A indústria caseira é uma forte presença na área. Encontram-se na área, silagem- pastagens cultivadas – calagem, paiol de tela e florestamento.

Em termos de infra-estrutura, conta com energia elétrica, boas habitações, boas estradas, escola pólo e, recentemente, uma escola de nível médio estadual, centros comunitários, postos telefônicos. Existem na região restaurantes, postos de abastecimento, secador/armazenador, filial da COTRISUL e cabanhas de bovinos.

No interior desta região existe uma área caracterizada como Região seis, compreendida pelas localidades de Picada das Vassouras, Rincão Bonito e Seivalzinho. O Sudoeste limita-se com a BR 290 até proximidades do Passo das Pedras. O Oeste, da BR 290 até Passo do Souza com o Arroio Santa Bárbara. Ao Norte, com a Bacia do Arroio Santa Bárbara (Região nove). Ao Nordeste, com Cachoeira do Sul. Ao Leste, com a Bacia do Arroio Irapuá.

A Região 03 - apresenta topografia ondulada, com partes acidentadas, solos rasos e pedregosos, com baixa fertilidade, com campo nativo pobre e sujo, apresenta matas ciliares e capoeiras. Na divisa com Santana da Boa Vista situam-se as mais baixas altitudes.

As unidades produtivas foram classificadas em familiar patronal e familiar de mercado. Na familiar patronal são encontradas três (03) sub-tipos : primeiro estão os produtores de bovinos de corte e ovinos e seus proprietários obtêm outras rendas não agrícolas, as propriedades possuem áreas de até 1.500 ha com uma média de 300 ha. No segundo estão os produtores de bovinos de corte, ovinos e a produção de arroz. As extensões de terras ocupadas estão em torno de 600 ha na várzea. No terceiro encontram-se os produtores de bovinos de corte com terminação e cria.

No tipo familiar de mercado as propriedades possuem extensão de até 300 ha, produzem gado de corte e ovinos, com produção de lã, na pecuária são utilizadas técnicas tradicionais, como o entoure, vacas descarte e terneiros recria. A mão de obra predominante é a familiar, com uma média de duas (02) pessoas; eventualmente há contratação de outras pessoas. A renda é de até dois salários mínimos mensais e mais a de aposentadoria.

Na familiar patronal, a renda é proveniente da comercialização de lã, ovinos e de gado de corte, complementada com a venda de mão obra ou negócios urbanos. A familiar de mercado possui renda de até 2 salários mínimos mensais, além do benefício da aposentadoria.

Nesta Região as maiores propriedades estão situadas nas áreas mais planas. A economia é baseada na criação de gado de corte, ovinos e milho (subsistência), além de cabanha de bovinos, com uso de silagem, tração mecanizada, baixa lotação animal, e, situação de empobrecimento.

É uma região de baixa densidade populacional, com habitações antigas, energia elétrica, boas estradas com linhas de ônibus, posto de saúde, escolas; no entanto, seus moradores apresentam idades avançadas, em sua maioria, são aposentados.

Apresenta os seguintes limites: Nordeste: Rincão da porta e Bacia do Irapuá; Norte: Rincão das Nizas; Oeste: Br 153; Sul: Campos que margeiam a BR 392 avançando até próximo a localidade de Guarda Velha; Sudeste: Santana da Boa Vista; Leste: Santana da Boa Vista. Nordeste: Estrada do Espinilho; Norte: São Sepé; Oeste: Vila Nova do Sul e Lavras do Sul; Sul: Estância Cerro da Pedra; Leste: Estrada Passo da Promessa.

A Região 04 - com solos rasos, afloramento de rocha, em alguns pontos com formação rochosa exposta (formação Guaritas). São solos caldeirão (Cd) e Guarita (Gt). A topografia varia de ondulada a fortemente ondulada, com algumas áreas com formações rochosas. A vegetação arbustiva fechada, com campos sujos, matas ciliares intensas, áreas de campos mais limpos, embora rasos e pobres. A região conta com poucos cursos d'água (Arroio Guarda Velha e Rio Camaquã).

As unidades produtivas foram classificadas em familiar de mercado, familiar patronal e capitalista. A familiar de mercado apresenta três sub-tipos: produtores de

bovinos, ovinos, milho e feijão; produtores de bovinos e ovinos; produtores de bovinos, ovinos e caprinos.

Nas unidades produtivas patronal estão os produtores de bovinos de corte e ovinos, ocupando áreas acima de 300 ha até 1.200 ha. As unidades classificadas em capitalistas foram subdivididas em dois sub-tipos: produtores de bovinos de corte e ovinos e, no segundo produtores de bovinos de corte, ambas ocupando áreas acima de 500 ha. A mão de obra nos dois sub-tipos é contratada, enquanto que na familiar patronal, além da mão de obra familiar há também contratação permanente de mão de obra.

Nas unidades produtivas familiar de mercado predomina a mão de obra familiar e a troca de serviços. Na região há pouca disponibilidade de mão de obra jovem. A renda usufruída nas unidades produtivas da região provém da produção bovina de corte, carneiros, novilhos, lã, caprinos e vacas gordas, além da renda externa, proveniente de aposentadoria. Enquanto que nas unidades patronais e capitalistas, as rendas obtidas provêm da comercialização de bovinos de corte, carneiros, lã e outras rendas não agropecuárias.

Portanto, é uma área caracterizada pela exploração de pecuária de corte, ovinos e pequenas lavouras de subsistência (milho, feijão). Há ocorrência de criação extensiva de caprinos em algumas propriedades. Os campos têm baixa capacidade de lotações de bovinos e ovinos. Constatamos grande participação da aposentadoria rural na composição da renda familiar.

A área apresenta baixa e baixíssima densidade populacional, com alta percentagem de pessoas idosas. As habitações são boas, com energia elétrica na sua maior parte, de alvenaria, com o aparecimento de algumas casas de madeira e sem energia elétrica. Estradas boas e asfaltadas. Existem linhas de ônibus nas estradas principais. Há relações eventuais de trocas de serviços.

Seus limites externos e internos: Sul: Rio Camaquã na divisa com Bagé (Minas de Camaquã); Leste: Arroio João Dias e Irapuazinho na divisa com Santana da Boa Vista; Norte: Cerro do Martin e Rincão da Guarda Velha; Oeste: Fazenda Coxilha Alta e BR153. A seguir descreve-se algumas características particulares de algumas localidades da Região quatro: Guarda Velha: solos rasos, topografia ondulada, com bastante afloramento, vegetação arbustiva, campos sujos, matas ciliares, arroio guarda Velha. A localidade apresenta baixa densidade populacional,

com casas boas e energia elétrica. Atualmente o turismo nessa localidade é bastante explorado.

Na localidade de Minas do Camaquã, antiga exploração do cobre (Mina de cobre abandonada). Com fechamento das Minas poucos moradores permaneceram. Posteriormente, na década de 1990, as casas até então abandonadas, foram vendidas. O mesmo ocorrendo com as minas de cobre. Hoje, as Minas do Camaquã é uma área de lazer de final de semana e explorada pelo turismo.

Região 05 - apresenta solos rasos, com manchas de solos mais profundos nas terras baixas de encostas de arroio; algum afloramento de rochas, de topografia ondulada a fortemente ondulada e levemente ondulada margeando os arroios. Ocorrência de arroios com matas ciliares intensas, campos com pouca sujeira e vegetação arbustiva nos cerros. Região com presença de cursos d'água (Passo da Areia, Lajeado, Passo Feio e Pitangueira) e grandes cerros (Martin e Angélica).

É caracterizada como área da pecuária de corte. Na parte sul, a pecuária de corte está associada à ovinos em propriedades maiores. Na parte norte, a lavouras comerciais de feijão e de subsistência de milho. As unidades produtivas foram definidas como familiar de mercado e patronal. As de mercado foram subdivididas em dois sub-tipos: no primeiro estão os produtores de bovinos de corte e ovinos, ocupando área de 200 ha; enquanto no segundo encontram-se as propriedades com áreas de até 100 ha, produzindo, além do bovino de corte, o feijão. A unidade familiar patronal produz bovinos de corte e ovinos, diferindo da familiar de mercado pelo uso da mão de obra contratada permanente, enquanto nas duas anteriores a mão de obra utilizada é familiar com troca de serviços. Em termos de renda, tanto a familiar de mercado quanto a patronal obtém a renda pela comercialização de bovinos de corte, lã, aposentadoria e feijão.

A região possui baixa densidade populacional na parte sul, sendo um pouco mais populosa na região norte (entre Cerro do Martin e BR 392). As casas são boas e de alvenaria, com energia elétrica. Existe uma área de lazer e desportos no Passo da Lagoa (ADESPAL) – Associação Desportiva Passo da Lagoa. Ela é cortada pela BR 153, com linhas de ônibus. Para o manejo do solo, a categoria familiar de mercado utiliza tração animal e a categoria patronal utiliza tração

mecânica. Seus limites acompanham a BR 153 da fazenda Boa Vista, passando pelo Cerro do Martin e Cerro da Angélica até a BR 392.

Região 06 - apresenta topografia bastante acidentada, solos rasos e afloramento de rochas. As maiores altitudes do município estão nesta região com grandes variações (de 200 a mais 400m). A vegetação nativa mais fina, matas ciliares e capões, campos sujos e pobres em água. A região é marcada por pequenas propriedades com produção de fumo, milho, feijão, alfaça, além da exploração da pecuária de corte, leite, cana-de-açúcar, pequenas áreas de reflorestamento com eucalipto. Utilização de tração animal no trabalho da terra é uma região de apicultura e existe um abatedouro de aves.

É uma zona colonial, com casas de madeira, energia elétrica, boas estradas, escolas, capelas, população de origem italiana. A média de pessoas por propriedade é quatro. Inserida na região dois onde ocorre falta de água e luz. Esta região foi sub-dividida em três áreas. A primeira inserida na região dois, localidades do Rincão Bonito e Seivalzinho. A segunda, com os seguintes limites: Norte: BR-290; Nordeste: Passo das Pedras; Leste: Picada do Ricardinho, BR-153; Oeste: Passo do Meio, Cerro da Mina; Sul: Calçada e Cerro do Urumbeva. Terceira, tem os seguintes limites: Norte: Passo do Picurra e Vila São José; Sudeste: Passo do Lajeado; Oeste: Coxilha do Lobato; Nordeste: Viaduto das BR's 153 com 392.

Na localidade da Chácara Pinheiros, a topografia é ondulada, solo raso a médio, vegetação nativa, apresenta problemas de conservação do solo. As unidades produtivas foram classificadas em familiar de subsistência, familiar de sobrevivência e familiar de mercado. Em todos os sub--tipos, as propriedades são pequenas, com áreas bastante acidentadas; nas unidades de subsistência e sobrevivência, formam parcerias para o plantio de milho, feijão, olerícolas. Além de produção de bovino de corte e pequenos animais, são encontrados eucalipto em pequenas áreas. A mão de obra é exclusivamente familiar. Já na familiar de mercado há contratação de mão de obra diarista. Nas duas anteriores constatamos a venda de mão de obra durante sete (07) meses por ano. As residências são pequenas. A região conta com escola, capela. As atividades econômicas estão assentadas na pecuária de corte, lavouras de feijão e milho.

A localidade do Rincão da Salete apresenta topografia alta, ondulada, solo raso a profundo, vegetação arbustiva. Há uma alta densidade populacional, casas

de alvenaria, luz, escola, capela. Grandes áreas de produção de feijão, pecuária de corte, ovinos, fumo/estufas, trigo, milho. Nesta localidade constata-se a existência de pelo menos um aposentado por residência e grande número de desempregados.

Já a localidade Coxilha Lobato apresenta ambiente levemente ondulado, afloramento de rocha, solo raso. Em termos sócio-econômicos as residências são grandes, com fornecimento de energia elétrica. As atividades produtivas são caracterizadas pela pecuária de corte, ovinos e possui grande área de reflorestamento.

A área 6 é uma agricultura familiar muito mais uma agricultura de subsistência e o que sobra tem uma relação com o mercado. Rincão de Lurdes, Passo Feio, Rincão da Nossa Senhora da Salette, Pinheiro, Chácara dos Pinheiros, todas essas localidades são consideradas familiar de subsistência (Técnico da SMA, entrevista realizada em 2010).

Na região sete o relevo é acidentado com afloramento de rochas. O solo é impróprio para agricultura comercial, exceto área ao Norte do vale do Pessegueiro. Ao pé da Serra os campos são limpos e na Serra os campos são sujos.

Predomina a pecuária de corte com presença de algumas ovelhas. A produção agrícola baseia-se no feijão e milho. Em segundo lugar o gado, com rebanho variado de 4 a 80 cabeças, em terceiro a ovinocultura, o manejo bovino é solto. A população apresenta idade média alta, sendo expressiva a presença de aposentados, existem 80 propriedades com aposentados, são poucas as famílias com crianças, falta mão-de-obra, dificultando plantio.

As unidades produtivas foram classificadas em dois tipos: a familiar de subsistência e Familiar patronal. As unidades de subsistência e patronal possuem áreas impróprias para a agricultura. Mesmo assim, ela apresenta pequenas quantidades da produção de milho e feijão e o predomínio da pecuária de corte criado extensivamente, numa combinação de gado e ovinos. É uma região com população idosa caracterizada pela ausência de jovens, o que termina por limitar os cultivos agrícolas.

Algumas características particulares da região sete:

Em Santa Barbinha o ambiente possui vegetação nativa, árvores altas, campo nativo bom, solo raso a médio. As propriedades pequenas, médias e grandes com lavouras mecanizadas. Predomina a pecuária de corte, com lavouras

de milho, feijão, apicultura e ovinos. Em Santa Bárbara o ambiente apresenta alternância de morros e baixadas, campo nativo bom, com pouca mata. As propriedades de estrutura média, com lavoura de milho, arroz, mecanizada, pecuária de corte.

A área 07 basicamente é uma população envelhecida e aonde o maior poder econômico vem da aposentadoria rural. (Entrevista técnico SMA, realizada em 2010)

Região 08 é uma transição entre várzea e serra. O relevo é acidentado e ondulado com solos rasos e afloramento de rochas, áreas com ausência de mata nativa, campos sujos e vegetação arbustiva. Do lado Leste, diferencia-se o campo da Serra na parte alta, onde os campos são rasos com pastagem de inferior qualidade, adequados para pecuária bovina e ovina (70% da área8). Na parte Leste da Várzea, em toda sua extensão com terra preta agricultável e de boa qualidade para pecuária (30% da área oito).

Nas médias propriedades (menos de 6 quadras sesmaria, oriundas de processo de divisão de fazendas maiores), predomina a pecuária de corte. A ovinocultura teve forte diminuição do rebanho, mantendo raças produtoras de lã, e consumo da carne na propriedade. Os que têm lavoura usam a produção para consumo próprio ou dos animais.

As unidades produtivas foram classificadas em familiar de mercado e familiar patronal. Ambas ocupando áreas de 300 a 600 ha. O que diferencia as unidades produtivas familiar de mercado e patronal é a mão de obra utilizada. Na primeira a mão de obra é exclusivamente familiar enquanto na segunda a mão de obra é contratada. A renda nos dois tipos é proveniente da comercialização do gado de corte e lã.

As residências são de alvenaria, antigas e de boa qualidade. Há uma baixa densidade populacional, fornecimento de energia elétrica, boas estradas e os proprietários em sua maioria residem na cidade.

Seus limites são definidos ao lado Norte: Pedra do Segredo e Serra dos Lanceiros; Nordeste: Coxilha do Lobato; Sul: Bagé; a Leste: Coxilha do Lobato, Fazenda Boa Vista e Fazenda Coxilha Alta. Oeste: Passo do Correio e Rincão da Tigra.

Na parte Oeste: Coxilha da Árvore; ao Sul: BR-357; a Oeste: Lavras do Sul e a Leste: a topografia do terreno delimita as regiões oito e nove, sendo que na

região oito compreende as partes altas. Na localidade Segredo o ambiente é altamente ondulado, com matas nativas, formação de guaritas, afloramento de rocha, solo raso, queimadas, mata ciliar. Nesta região é desenvolvido o turismo, pois a mesma apresenta pontos históricos, e são poucas as residências no local. Em termos econômicos as atividades são distribuídas entre a pecuária de corte, ovinos e lavouras de feijão.

Passo dos Enforcados está localizado a 30 km da sede, possui solos rasos, topografia ondulada, algum afloramento de rocha, com vegetação arbustiva, campos limpos e matas ciliares. A densidade populacional é baixa, as residências são antigas e boas, possui fornecimento de energia elétrica e boas estradas. Na atividade econômica predomina a pecuária de corte, ovinos e poucas lavouras.

Nas Encostas, os solos são rasos com afloramento de rochas, campos sujos, gado de corte e ovinos, campos despovoados, forte declividades; no divisor de águas, próximo a RS-357 pequenos bebedouros, descendo encostas escasseia água. As propriedades variam entre 2 a 42 quadras de sesmaria (174 à 3.660 ha). Há pequenas áreas com pastagem cultivadas, algumas áreas com energia elétrica, geralmente os proprietários residem na cidade.

Região 09 é uma região de várzea e terras baixas, solo fértil e profundo. Os campos são limpos com matas ciliares de grande porte. O divisor de águas encontra-se entre Arroio Seival e Arroio Santa Bárbara. Nesta região encontram-se lavouras de arroz com pecuária de gado de corte. Entre pontas Santa Bárbara e Colônia Santa Bárbara, localizados nas várzeas Santa Bárbara, existe a presença de pequenas propriedades com renda de aposentadoria, pecuária de corte e lavouras de feijão e milho.

Na localidade de Passo Carvalho a água é abundante, presença de barragem com mata ciliar e várzea. As propriedades são de tamanho médio com lavouras de arroz e milho, com utilização de tração mecânica e pecuária de corte.

As unidades produtivas foram definidas como familiar de sobrevivência, de subsistência, de mercado, patronal e capitalista. Na primeira categoria a característica principal é a venda da mão de obra e a criação de gado de corte. Na familiar de subsistência a característica marcante são as aposentadorias, o cultivo de feijão e a criação de gado de corte. Na familiar de mercado estão principalmente os produtores de arroz, gado de corte e a plantação de feijão. As patronais e

capitalistas, além de concentrarem grandes áreas mantém plantação de arroz e gado de corte.

A renda das unidades produtivas de sobrevivência é originada do assalariamento. As categorias familiares de subsistência, além da renda externa provenientes de aposentadoria, vendem terneiros e parte do feijão. Na familiar de mercado, na patronal, e na capitalista, a renda é obtida pela venda de feijão, arroz e gado de corte.

Na Várzea Ondulada o predomínio é de pequenas propriedades com pequenas áreas de cultivo com milho e feijão. Nas propriedades maiores a plantação do arroz é irrigada. Há presença de mata ciliar, com pouca erosão, várzeas em pousio com gado de corte e ovinos, as casas são isoladas, sem pomar, horta e pequenos animais, os solos são escuros.

Área nove é área planas maior tecnificação, maior acesso de Agricultura, maiores áreas, os produtores tem uma relação melhor com o mercado. Os produtores com maior poder aquisitivo e, aonde estão as lavouras de irrigação de arroz, locais: Seivalzinho, Irapuá, Lanceiro, Santa Barbara e parte da Várzea do Seival. A área Nove é uma agricultura patronal. (Depoimento técnico da SMA).

3.2. O CONTEXTO ATUAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL

O município de Caçapava do Sul está localizado na região sul, situado na serra do Sudoeste. A localização da cidade é um dos fatores importante para o desenvolvimento, pois é servida pela BR 392, ligando a região das Missões a Porto de Rio Grande, fazendo a ligação norte/sul, - BR 290, de Uruguaiana a Porto Alegre – leste/oeste, BR 153, ligando a BR 290 à cidade de Bagé, privilegiando Caçapava do Sul com uma entrada via Uruguai e outra via ligando à Argentina, o que torna a cidade rota obrigatória nos caminhos do MERCOSUL. A região foi historicamente sacudida anos a fio pelas constantes guerras e revoluções, essa instabilidade política local, com inúmeras lutas pela demarcação da fronteira e pela ocupação militar da terra, originou uma formação fundiária diferenciada em relação ao restante do Rio Grande. O que levou Ribeiro (1996) a assim se expressar sobre formação cultural e econômica específica:

O “gaúcho” desta região se caracterizou pelo espírito de defesa permanente, por ser pouco gregário e associativo e se dedicar à atividade extensiva do gado sem o cultivo intenso da terra. (RIBEIRO, 1996, p.).

A metade norte do estado, ao contrário, foi povoada por europeus de origem alemã e italiana no século XIX, partindo de uma formação fundiária diferente. Para Ribeiro (1996), suas atividades econômicas foram baseadas na agricultura mais intensiva e diversificada, na pequena produção, nos manufaturados e na agroindustrialização. Além disso, a migração organizada de outro país em busca de um futuro melhor e a sua localização distante das fronteiras contribuíram para que o povo tivesse um espírito maior de solidariedade e união. Estes fatos, para Ribeiro (1996), proporcionaram à região norte, com o passar do tempo, maior desenvolvimento, tanto econômico quanto social.

A metade sul⁴, como ficou conhecida essa região, permaneceu com suas atividades extensivas, provocando um processo de estagnação econômica que vem gerando conseqüências sociais graves e baixa qualidade de vida. Fonseca (1983) apud Ribeiro (1996), afirma que durante a República Velha acentua-se a diferenciação entre o norte e sul do estado, acabando por separarem-se em Campanha, Serra e Planalto. A Campanha, segundo os autores, era a zona mais importante do estado, no século XIX, com suas criações de gado, seus latifúndios e onde aparecia o peão, o agregado, todos vinculados à estância.

Neste período, segundo Fonseca (1983 apud Ribeiro, 1996), há um estancamento relativo da região da Campanha em termos de crescimento econômico. Há também o aparecimento de novos grupos sociais, com o surgimento de camadas médias urbanas, comerciantes e industriais oriundos do colonato europeu, que apresentavam interesses diferentes e se encontravam politicamente disponíveis.

Alonso, Benetti e Bandeira (1994) apud Ribeiro (1996), ao analisarem o processo de decadência da parte sul, afirmam que, para o desenvolvimento de um

4. O termo popularizado nas últimas décadas, para designar a grande região localizada no sul do RS, a região é denominada também, por alguns, como região da Campanha. Caracteriza-se economicamente pela atividade primária, a qual esta alicerçada na pecuária de corte, etc. In: Promeco – Mesorregião da metade sul do RS. Ministério da Integração Nacional.

parque industrial de qualquer região, deve-se considerar, para fins de análise, dois segmentos: o primeiro, composto por estabelecimentos voltados para as demandas externas da região e o segundo, composto de estabelecimentos voltados às demandas locais ou regionais. Os autores mostram, a partir disso, que a região sul, com uma economia baseada praticamente na pecuária extensiva sobre uma estrutura fundiária e de renda concentrada, com grande parte da população urbana de baixo poder aquisitivo, não oferecia um mercado favorável para o surgimento de uma indústria diversificada.

Ao contrário, as regiões norte e nordeste do estado, com estrutura fundiária baseada na pequena propriedade colonial e uma distribuição de terra mais uniforme, sobre uma agropecuária diversificada, proporcionaram o aparecimento do mercado interno de consumo. Outro aspecto destacado pelos autores, diz respeito à falta de capitais devido à reduzida capacidade de acumulação da pecuária e dos segmentos a ela ligados.

Explicam os autores que, tendo esgotado a capacidade de expansão de área e causado certo “atrofiamento” da capacidade empresarial, os pecuaristas satisfaziam-se com rentabilidade mais baixa, desde que os riscos fossem também baixos, gerando pouco investimento e, por conseguinte, baixa capacidade de produção de excedentes financeiros.

Segundo Borba et al (2006), a combinação de características culturais (200 anos de “vivência na fronteira”), socioeconômicas (pecuária como estratégia principal de reprodução social e econômica, de pequena escala, com reduzida capitalização, pecuária como “poupança”) e ecológicas (declividade do terreno, solos rasos, cobertura vegetal arbórea), atuou como barreira à “modernização tecnológico-produtiva” destas regiões. A transformação técnico-institucional da pecuária – suportada na intensificação produtiva, na inovação tecnológica constante (tecnologia de ponta) e na orientação ao mercado – não teve repercussão nesta região porque o contexto socioeconômico, cultural e ecológico local é incompatível com as estratégias tecnológico-produtivas historicamente propostas.

Conseqüentemente, segundo Borba et al (2006), a impossibilidade de “adotar” modelos produtivos mais “modernos” levou à estigmatização destas regiões, consideradas tecnologicamente atrasadas e socioeconomicamente

subdesenvolvidas. Uma designação preconceituosa com importantes reflexos sobre as populações locais, pois retroalimenta constantemente o mito de que estas regiões e sua população são incapazes de construir alternativas próprias de desenvolvimento, ou seja, somente alternativas exógenas seriam capazes de transformar a realidade local. Para os autores acima citados, esta noção de pretensa impossibilidade, já arraigada à cultura regional, conduz à passividade e facilita a aceitação de propostas reducionistas que, mesmo gestadas fora de contexto regional, surgem travestidas de soluções definitivas para o “subdesenvolvimento”.

Com isso, de acordo com Ribeiro (1996), acentuou-se o êxodo rural que já se manifestava nos anos 1930. Uma vez fora do latifúndio, este trabalhador com habilidades campeiras torna-se incapaz de adaptar-se às exigências urbanas. Este fator provocou e vem provocando situações muito difíceis de emprego urbano e de forte migração para fora da região, em busca de melhores oportunidades de vida.

Como já mencionado, o município está inserido na região denominada metade sul, portanto, apresentando as mesmas características de outros municípios da mesma região, ou seja, estruturado por uma economia que tem como elemento estruturante a pecuária de corte extensiva, atividade com participação decisiva na economia da região. No entanto, as constantes divisões das propriedades rurais tornando-as menores, fizeram com que a atividade pecuária se tornasse pouco viáveis economicamente nestas dimensões, causando uma exclusão da população, sem que houvesse um processo de reconversão para atividades mais rentáveis.

Ribeiro (1996), em seu estudo de quatro municípios da serra do sudoeste do Rio Grande do Sul em busca de possíveis alternativas para o seu desenvolvimento, utilizando dados do programa “área piloto” criado pela EMATER/RS em 1994 nesta região, constatou que o processo migratório já havia se iniciado, mesmo que de forma temporária, na década de 50, pela dificuldade econômica da pequena propriedade na busca de fontes alternativas de renda para sustento da família.

Em relação à população, mesmo que o município seja exportador de mão de obra, existe um alto percentual de população rural no município, com índices superiores aos próprios índices da região da metade sul (41,2), conforme tabela 01,

o que demonstra a grande importância e significação que ainda tem a população rural no Município.

Tabela 01 - População do Rio Grande do Sul, da Região Sul e do Município de Caçapava do Sul – 1991

População 1991					
	Urbana		Rural		Total
	Nº	%	Nº	%	
Rio Grande do Sul	6.996.542	76,6	2.142.128	23,4	9.138.670
Região Sul	1.774.275	76,8	536.387	13,2	2.310.662
Caçapava do Sul	20.349	58,8	14.269	41,2	34.618

Fonte: IBGE, 1991 apud Ribeiro (1996).

Ainda em seu estudo, Ribeiro (1996) constata um processo de produtores pluriativos, ainda que não os conceitue dessa forma. Segundo o autor, a ausência da mecanização das lavouras fazia com que a mão de obra migrasse temporariamente na colheita, [...] “migração que acontecia, nem era a cidade, era para as granjas de arroz, localizadas principalmente em Jaguarão, Arroio Grande. Existia muito serviço de granja e que manual... Então, necessitava uma quantidade enorme de gente” (entrevista realizada por Ribeiro, 1996, p.64).

Ribeiro (1996) classifica essa área (serra do sudoeste – região sul) como “exportadora e excludente” de população. A busca da população por alternativas de sobrevivência em outras regiões provoca uma baixa densidade populacional, especialmente rural, com 4,6 habitantes por Km quadrado contra 7,9 habitantes do Rio Grande do Sul e 3,5 habitantes da região sul.

Esta exclusão tem atingido preferencialmente os jovens, que buscam melhores oportunidades de trabalho, permanecendo no campo a população mais idosa e com menor capacidade física para as atividades, conforme constatado em nosso estudo, principalmente nas localidades do Rincão de Lurdes e Rincão da Salete.

A tabela 02 evidencia oscilações sobre a população do município. Há diminuição da população entre as décadas de 1970 a 1980. Na década seguinte, isto é, de 1991 a 2000, segundo os dados da CNM (CNM – Confederação Nacional

dos Municípios), a população volta a crescer. Observa-se na tabela 02 no período de 2001 a 2009 o número de habitantes sofre redução constante anualmente.

Tabela 02 - População Total do Município de Caçapava do Sul – 1970-1980 / 1991-2000

Ano	Total	Masculino	Feminino
1970	33.829	17.164	16.665
1980	32.977	16.624	16.353
1991	34.618	17.122	17.496
2000	34.643	16.984	17.659
2001	34.419	16.864	17.555
2002	34.169	16.727	17.442
2003	33.905	16.591	17.314
2004	33.613	16.436	17.177
2005	33.283	16.271	17.012
2006	32.936	16.094	16.842
2008	33.223	16.221	17.002
2009	32.289	15.750	16.539

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios – CNN – 2010.

A economia do município de Caçapava do Sul vista pelo foco das contribuições setoriais apresenta a produção agropecuária e sua importância econômica para o município com 30,65% de contribuição. O município possui indústria instalada na atividade de extração de calcário com 19,84%, constitui em importante fonte de recursos para a administração municipal, aparecendo, por isso, com destaque no quadro - 02. A participação da indústria de extração é indiscutível como fator gerador de recursos que circulam no município, ativando a economia de forma mais efetiva, porém, não como fator de absorção de mão de obra, especialmente aquela migrante da zona rural. No entanto, sempre que há uma queda na demanda de calcário, o município sofre crises consideráveis. Segundo dados do IBGE apud Ribeiro (1996, p.79), o número de empregos da indústria em Caçapava do Sul era de 595, enquanto que o número de pessoas ocupadas na agropecuária era de 8.731 pessoas. Já em 1995, o número de empregados nas indústrias diminuiu para 514. O comércio varejista grande empregador contribui com 18,59% da economia do município. Enquanto os demais setores: comércio atacadista 9,05% e os setores de serviço somam-se 9,03%, a indústria de

beneficiamento representa 8,95% e a indústria de transformação contribui com 3,88% da economia do município. A contribuição setorial na economia do município pode ser visualizada no quadro 02 abaixo explicitado.

Quadro 03 - Contribuições setoriais na economia do município de Caçapava do Sul- RS-2007

Contribuição Setorial	% ano de 2007
Produção e extração animal e vegetal	30,65
Indústria extrativa mineral	19,84
Indústria de transformação	3,88
Indústria de beneficiamento	8,95
Comércio atacadista	9,05
Comércio varejista	18,59
Serviço e outros	9,03

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Caçapava do Sul – RS. 2007.

Segundo a SEMAG – Secretaria de Município da Agropecuária de Caçapava do Sul – o espaço agrário caçapavanos possui uma área de 3.051 km², partilhada entre 3.383 estabelecimentos agropecuários. Destes, 71,97 ou 3.376 têm até 50 ha, e as propriedades até 100 ha atingem 84,14 do total de propriedades, enquanto as propriedades de 200 e acima de 200 hectares somam-se 70,9 da área do município. Observou-se que há, em média, duas pessoas por propriedade, ou seja, 24% da população do município residem na zona rural. Um número relativamente pequeno quanto à área territorial, no entanto, compreensível historicamente pelas mudanças ocorridas no meio rural, tendo como consequência o êxodo rural. Mesmo mantendo a tendência de famílias cada vez menores, a produção, extração animal e vegetal, tem a maior contribuição setorial, com 30,65% ao ano no município

As explicações da razão desse fenômeno podem ser encontradas, na diversidade de produtores que praticam a pecuária de corte. A conciliação da agricultura e da pecuária nas unidades produtivas familiares, onde 84,14% estabelecimentos com até 100 ha representam a maioria das propriedades no município. Entretanto, no município de Caçapava do Sul-RS, a dimensão física dos estabelecimentos deve ser relativizada: o relevo acidentado reduz

significativamente as áreas favoráveis às práticas agrícolas, características comuns a grandes e pequenos estabelecimentos.

Quadro 04 - Estrutura fundiária do Município de Caçapava do Sul (RS) – 2008

Caçapava do Sul - 3.051 km	
Área hectares	% de Propriedades
Até 10 ha	32,27
Até 50 ha	71,97
Até 100 ha	84,14

FONTE: Secretaria Municipal de Agropecuária de Caçapava do Sul. 2008

Vejamos os dados abaixo, para podermos analisar quais são os principais produtos agrícolas que geram fonte de renda para as unidades produtivas familiares.

A produção agrícola abaixo retrata a importância das unidades familiares, os produtos como arroz e a soja pertencem às agriculturas comerciais. O quadro 05 destaca os principais produtos cultivados no município. Merece destaque a produção do milho e do feijão presente nas unidades produtivas familiares e principalmente na comunidade do Rincão da Salete. O município é também um grande produtor de mandioca, melancia, batata doce e ultimamente vem se destacando na produção de hortifrutigranjeiros.

Quadro 05 - Produtos Agrícolas do Município de Caçapava do Sul.

Produto	Quantidade produção (T)	Área Plantada e Colhida em hectares	Valor da Produção	Rendimento Médio Kg/ha
Arroz	18.810	3.800	6.584	4.950
Batata-doce	60	10	39.000	6.000
Batata Inglesa	60	15	48.000	4.000
Cebola	15	3	12.000	5.000
Feijão	645	1.100	1.161	586
Mandioca	550	50	165.000	11.000
Melancia	492	25	157	19.680
Melão	4.000	1	2	4.000
Milho	4.500	3.000	1.800	1.500
Soja	11.990	5.500	8.093	2.180
Tomate	20	2	22.000	10.000
Trigo	378	180	170.000	2.100

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal-2

Estudos de Borda ET AL (2006) e Ribeiro (1996), apresentam a base econômica do município focada na agropecuária, sem a existência de grandes indústrias ou agroindústrias e um comércio significativo. Ou seja, predomina no município uma estrutura produtiva concentrada na atividade agropecuária familiar. De acordo com esses estudos, a pecuária familiar apresenta-se como estratégia principal de reprodução social e econômica, de pequena escala, com reduzida capitalização, em função de suas características produtivas, na medida em que dependem mais de recursos naturais locais e energia renovável (vegetação natural, sol e chuvas) que de recursos mobilizados a partir do mercado (insumos e serviços), com predominância de áreas com solos rasos e afloramento de rochas, relevo fortemente ondulado e uma vegetação composta por um mosaico de floresta nativa com áreas de campo.

O quadro 06 mostra a situação da pecuária no município, destaca a expressiva participação da produção de gado de corte e sua importância para os produtores rurais em termos de renda, constituindo-se, muitas vezes, na sua reserva financeira para atender os “apertos”, “dispondo de uma mercadoria de fácil comercialização em momentos de dificuldades, que apresenta alto valor quando comparada com a renda oriunda da agricultura (embora a sua venda nesta situação se caracterize como descapitalização)” (Ribeiro, 1996, p.85).

Em relação à ovinocultura, a produção em torno de 60% é consumida na propriedade. Segundo estudo da EMATER/RS, 1992, embora não apareça como indicador de geração significativa de renda, tem se constituído em importante fonte de proteína para a sua população rural. No município de Caçapava do Sul, constatou-se no trabalho de campo, sua importância nas propriedades familiares. Além das proteínas oferecidas pela ovinocultura, aponta-se o aproveitamento da lã na produção artesanal, principalmente na fabricação de acolchoados, ponchos e outros.

Nas propriedades com área inferior a 20 hectares, embora a área de produção seja restrita, o espaço de produção é partilhado com atividades para o consumo familiar e criação de pequenos animais, gado bovino que lhes fornece carne, leite e derivados, além de ser o elemento de poupança para as famílias em situação de “aperto”. Cultivam também milho e feijão para o consumo. As sobras são comercializadas, complementando as necessidades do grupo familiar.

Quadro 06 - Pecuária no Município de Caçapava do Sul – 2008

Pecuária – Caçapava do Sul – Ano Base 2008		
Espécie	Rebanho	Produtores
Bovinos de corte	228.200	3.204
Bovino Leite	3.180	29
Bubalinos	950	2
Ovinos	71.256	1.998
Caprinos	5.255	246
Eqüinos	6.397	3.198
Suínos	3.652	894
Abelha	7.749 cx.	240
Aves	54.018	
Cães	4.647	2.595

Fonte: Secretaria de Município da Agropecuária de Caçapava do Sul.

O município de Caçapava do Sul se enquadra nas constatações realizadas por Ribeiro (2009), Porto (2008) e Borba ET AL (2006) sobre o reconhecimento da pecuária familiar como um tipo de agricultura familiar e observa-se um número bastante expressivo de produtores que utilizam essa alternativa como medida para complementar o assalariamento temporário, artesanato rural, apicultura e a produção de doces, ou em complementação à agricultura familiar propriamente dita. O que levam muitos a afirmarem a pouca expressividade da agricultura familiar no município.

Embora tenham existido algumas iniciativas de diversificação, como a fruticultura e, mais recentemente, o monocultivo de árvores em grande escala (eucalipto, acácia e pinus), além de apicultura, oliveiras, a bovinocultura de corte extensiva permanece tendo grande importância econômica, social e cultural no município. Como pode ser constatado na tabela 03 onde 2.945 estabelecimentos agropecuários ocupam área de 170.162 hectares com pastagens naturais, expressando a grande importância econômica da bovinocultura no município.

Tabela 03 - Estabelecimentos Agropecuários em Caçapava do Sul - RS

Produção	Número de Estabelecimentos	Área (hectare)
Lavoura Permanente	1.072	1.305
Lavoura Temporária	1.942	19.456
Pastagens Naturais	2.945	170.162
Matas e Florestas	2.273	3.130

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 2006

Segundo Ribeiro (2009) os estabelecimentos, se dedicam à bovinocultura de corte em combinação com outras atividades, utilizando predominantemente de mão-de-obra da família. Assim, passou-se a identificar este tipo diferenciado de agricultores familiares como “pecuaristas familiares”.

De acordo com Ribeiro (1996), é importante conhecer em que ambiente se insere a produção agropecuária do município. O autor classifica as classes de solos I, II e III, de terras cultiváveis de forma segura, contínua e intensiva, capazes de produzir boas colheitas de culturas anuais, sem limitações sérias à mecanização. Sua utilização exige o emprego de práticas de manejo, visando o controle da erosão, a manutenção ou o melhoramento da fertilidade e a conservação e o controle da água. Essa categoria de solo compreende 13,6 das terras. Já os solos classificados como IV, que compreende 25,4 ha dos solos no município, abrangem terras que não são adequadas ao cultivo continuado, seguro e intensivo com culturas anuais, mas que podem admitir a realização de cultivos por curtos períodos ou, eventualmente, a exploração com culturas especialmente adaptadas, desde que se adotem extremos cuidados para neutralizar as limitações que apresentam quanto ao controle da erosão, manejo da água ou topografia.

As classes VI e VII (estas categorias estão baseado em uma classificação de solos, na qual a aptidão dos mesmos é um critério de classificação) apontadas por Ribeiro (1996, p.81), englobam terras que não são cultiváveis com culturas anuais, devido à intensidade de fatores restritivos ou do risco de destruição do solo. Permitem, entretanto, o cultivo de culturas permanentes adequadas, com pastagens ou mesmo com espécies florestais. No município, as duas categorias de

solo somam-se 61,0% das suas terras, com fortes restrições às culturas anuais, adequando-se às explorações pecuárias ou florestais.

Quadro 07 - Classes de solo do município de Caçapava do Sul

I – II – III		IV		VI		VII	
Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área(ha)	%	Área (ha)	%
41.493	13,6	77.495	25,4	99,157	32,5	86.953	28,5

Fonte: Ribeiro, 1996, p.81

Nos últimos anos ações foram tomadas com o intuito de diversificação produtiva no município. Entre essas, está a criação da Agência de Desenvolvimento Pampa, fundada pela Associação Comercial e Industrial – ACI -, sindicatos e outras entidades de classe. A agência foi criada com a responsabilidade de executar o planejamento e a coordenação das atividades voltadas para a busca de oportunidades de desenvolvimento do município.

A Agência Pampa já tem as prioridades estabelecidas no PRODER, voltadas para o turismo e agronegócios como as mais indicadas para o desenvolvimento de Caçapava do Sul.

Ela começou a trabalhar em 2002, começamos com as utilizações dos projetos diretos com SEBRAE, onde se unia esforços para tentar ver a matriz produtiva e tentar desenvolver o município. Quando perdemos o apoio do SEBRAE a agência ficou meio sem braço, então priorizou as atividades agrícolas, agropecuária bem como o turismo rural. O que temos de saldo positivo são desde 2005 os projetos estão tendo continuidade aonde já vem três gerações de governos diferentes e ainda tem o mesmo olhar, ou seja, da a liga para que estes produtores conseguir conquistar muitas coisas e uma delas é a assistência direta (D.D.Técnica da agência Pampa, entrevista realizada em 2010).

A Agência é uma entidade formada pela parceria da atividade privada e o poder público municipal, isto é, prefeitura e câmara de vereadores. Ela vem apoiando os projetos nas áreas de vitivinicultura, fruticultura, piscicultura, apicultura e atualmente no projeto das oliveiras. Essas ações têm atraído os agricultores e a tendência é o fortalecimento dessas atividades e temos que ressaltar que essas ações estão sendo acionadas como uma das formas de estratégias pela agricultura

familiar no município. Essas iniciativas estão expostas a seguir, ou seja, a situação da fruticultura, apicultura e o plantio de oliveiras:

3.2 1. Fruticultura

A fruticultura está disseminada no município. Do projeto da fruticultura, a cultura do figo é o carro chefe. São quinze (15) produtores envolvidos com a cultura do figo. Essa cultura foi escolhida pelos produtores, pela facilidade do cultivo e de manejo. Segundo o técnico da Associação dos fruticultores, começou com a produção de 1,5 toneladas hoje passamos de dez (10) toneladas. O objetivo do projeto de fruticultura é conseguir a adesão de novos produtores. Atualmente a produção é vendida em conjunto para o município de Morro Redondo - RS, mas de acordo com o presidente da Associação dos Fruticultores, a idéia é de estar desenvolvendo uma agroindústria local para evitar o dispêndio financeiro com o transporte do produto para fora do município.

De acordo com a Secretaria Municipal de Agropecuária, há duas categorias de fruticulturas: oliveira e figo, que para o técnico da SMA, “podem ter reflexo no futuro. O cultivo do pêssego bastante disseminado, com o plantio mais expressivo na localidade do Bom Jardim. Os produtores de figo em sua maioria encontram-se na região um e seis, onde também há lavoura de pêra. As oliveiras encontram-se nas regiões um, dois e seis. A prefeitura viabiliza o transporte da produção do figo para o município de Morro Redondo – RS, onde o mesmo é processado. Também repassa um valor para associação que paga um técnico para dar assistência técnica aos produtores. O da videira também está presente no município, destacando-se quatro (4) produtores. Um produtor localiza-se na localidade de Santa Barbara e os outros três na Região dois, isto é, na localidade de Rincão de Lourdes.

Nós tínhamos grandes produtores de vinho no município, mas todas as famílias italianas produziam vinho , porém chegou um determinado momento que o vinho nem moeda de troca valia, eu não troco vinho por açúcar, então o pessoal começou a botar as parreirais a baixo, estavam localizados nas Regiões 6, 2,9, 7 e 1, conforme mapas das regiões

homogêneas do município, todas as famílias destas regiões citadas produziam vinho(Técnico da SMA, entrevista realizada em 2010).

Na localidade de Pinheiro uma propriedade com 40 hectares, cultiva 800 pés de figueira e 180 pés de pessegueiro. O figo de melhor qualidade é comercializado e consegue um preço a mais de 20 a 30%. O figo de menor qualidade é transformado em doce para venda, enquanto o pêssego é comercializado com os supermercados locais. Além da produção de figo e pêssego, se pode mencionar o cultivo da melancia, melão e morango. O produtor também mantém um “camping” na propriedade, o que é um indício da incorporação de atividades acessórias a agropecuária.

3.2.2. Oliveiras

O cultivo de oliveiras é recente no município. São trinta e oito (38) agricultores fazendo parte do Núcleo de Olivicultura do Programa Empreender em Caçapava do Sul, o qual visa instalar uma indústria de médio porte para produção de óleo de oliva.

O programa foi implantado através do serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS), pela Associação Comercial e Industrial de Caçapava do Sul e pela Agência de Desenvolvimento Portal do Pampa. O núcleo do Empreender teve origem em outro núcleo do Empreender de Caçapava, o de Fruticultores.

Especialistas espanhóis visitaram o município e confirmaram as condições propícias para o cultivo das Oliveiras. Recentemente, com o objetivo de observar os pomares e buscar novas informações tecnológicas, técnicos da EMATER de Porto Alegre, Bagé e de Caçapava do Sul visitaram o Uruguai. Os técnicos voltaram otimistas quanto à possibilidade da Região da Campanha atingir colheitas semelhantes a do país vizinho, devido as semelhanças em relação às condições climáticas e práticas culturais no cultivo.

Depois de três anos de investimento em plantações de Oliveiras pioneiras no Brasil, Caçapava do Sul está preparada para começar a industrialização do azeite de oliva no país. O plantio inédito de oliveiras teve início na metade do ano de 2005. De lá para cá, 60 mil mudas foram plantadas e cultivadas em 120 hectares

de área, produção suficiente para abastecer uma indústria. Em final de 2009, a associação atingiu o plantio de 250 hectares e de 80 mil mudas. Todas as mudas cultivadas no estado são importadas e a maior dificuldade enfrentada pelos produtores é a falta de técnicos especializados sobre o assunto.

O projeto quase se perdeu do foco inicial. Hoje está em plena atividade até o próximo sábado teremos um dia de campo: como se poda e retira as folhas até porque se vende para chá sendo uma forma de renda para os produtores. No início se falava em 100 hectares para a cultura da oliveira. Hoje não te posso te precisar até porque estamos fazendo um levantamento com os produtores (Técnico da Agência Pampa, entrevista realizada em 2010).

A oliveira é conhecida cientificamente como *Olea europaea* L, família Oleaceae. São árvores baixas de troncos retorcidos nativas da parte oriental do Mar Mediterrâneo. De seus frutos, no final do período neolítico, os homens aprenderam a extrair o azeite. Este óleo era empregado como ungüento, combustível ou na alimentação e, por todas estas utilidades, tornou-se uma árvore venerada por diversos povos.

Figura 04 - Plantação de Oliveiras



Fonte: Grupo de Olivicultores de Caçapava do Sul

Conforme o Site: www.paginarural.com.br, a civilização minoana, que floresceu na Ilha de Creta até 1500. AC prosperou com o comércio do azeite de oliva, que eles primeiro aprenderam a cultivar. Já os gregos, que possivelmente herdaram as técnicas de cultivo da oliveira dos Minóicos, associavam a árvore à força e à vida. A oliveira é também citada na Bíblia em várias passagens, tanto a árvore como seus produtos.

As variedades Koroneiki, de origem grega, arbosana e arbequina, espanholas, são as cultivadas no município. A planta possui mais variedades, porém essas variedades são as que se adaptam melhor ao solo gaúcho. As espécies podem ser trabalhadas de acordo com a finalidade, seja para azeitona de mesa (em conserva) ou a produção de azeite.

A cultura da oliveira produz por muitos anos, mas o desenvolvimento inicial da planta é lento. Somente após quatro anos de plantio é que as mudas tornam-se produtivas. Podem ser plantadas em qualquer época do ano, de preferência no período chuvoso. O plantio realizado no período de seca necessita de irrigação até o completo “pegamento” (expressão de um produtor, colhida no trabalho de campo) das mesmas, o que aumenta os custos de produção. A colheita, normalmente é realizada nos meses de janeiro e fevereiro, após o completo desenvolvimento dos frutos.

As azeitonas podem ter dois destinos como já foi dito: consumo em mesa ou óleo, dependendo das características de cada variedade. Normalmente as destinadas à mesa, são colhidas manualmente, o que evita machucar os frutos, já as destinadas à extração do azeite, devem ser colhida após a completa maturação, sendo que nessa época as mesmas apresentam um maior percentual de óleo. Cada árvore de oliveira, com cerca de oito anos, é capaz de produzir de 80 a 100 kg de frutos por safra.

3.2.3. Apicultura

Apicultura é o nome dado à atividade econômica de criação racional de abelhas do gênero *Apis*. Segundo Vilela (1999), a prática da atividade melífera

pode ser caracterizada em dois tipos: a extrativa (predatória) e a racional. A atividade melífera extrativa é praticada de maneira predatória, porque não adota nenhum tipo de manejo capaz de preservar as abelhas. Normalmente, esse tipo de produtor do mel é emblematicamente chamado de “meleiro” e não de apicultor, porque adota um procedimento que se caracteriza por destruir ou espantar as abelhas para poder colher o mel, cuja colméia normalmente é encontrada em troncos de árvores no meio da mata.

De acordo com Vilela (1999), a chamada “apicultura racional” é uma atividade econômica de criação de abelhas no seu próprio habitat natural ou em ambientes similares, que aproveita a capacidade desses insetos, estimulando-os a produzir mel e uma série de produtos, como resultado das suas atividades cotidianas em busca da sobrevivência. A apicultura racional utiliza técnicas de manejo e insumos adequados, preservando o ambiente e as condições de reprodução das abelhas.

Estamos com um projeto do diagnóstico da produção e descobrimos que foi baixa produção, buscamos recursos e agora estamos com a estimativa de produção de 150 toneladas com média de 20 Kg por caixa e hoje a prospecção é de 40 Kg de caixa por enxame de abelha e as perspectiva para o ano é de 300 toneladas de mel (Técnico da A. de D. Pampa, entrevista realizada em 2010).

Segundo o técnico da Agência de Desenvolvimento Pampa existe um projeto no MDS – Ministério do Desenvolvimento Social _ para a importação de máquinas da Argentina, porque entende que há uma defasagem tecnológica na atividade da apicultura. A verba desse projeto, segundo o técnico, é de 500 mil reais a fundo perdido, a aplicação desse capital será dividida em três parcelas. A primeira destina-se a investir em tecnologia, visando à inovação e melhorar rentabilidade na extração do mel. A segunda parcela vai ser aplicada na comercialização e, a terceira visa à implantação de uma escola de apicultura do mel formando um centro de tecnologia.

A atividade de produção do mel no município encontra-se bastante avançada em termos de organização dos produtores. O exemplo dessa organização é a estruturação desde 2005 da constituição de uma cooperativa de apicultores, a consolidação oficial da COOAPI – Cooperativa dos Apicultores do município de Caçapava do Sul ocorreu em 2008. Atualmente a COOAPI conta com 28

associados do município e mais dezoito (18) associados distribuídos nos municípios de Lavras, Santana da Boa Vista, São Sepé e Santa Margarida. Anterior à constituição da cooperativa dos apicultores, existia a UNIMEL, entidade que foi desativada. Tempos depois um grupo de pessoas formou a associação dos apicultores, a qual veio a se transformar na cooperativa do mel.

Para o técnico da Agência de Desenvolvimento Pampa de Caçapava do Sul, os vinte oito (28) associados do município estão focados em alta produtividade e o processo de manejo está sendo adequado às etapas de produção.

O projeto que está bastante evoluído. O diferencial deste grupo de Apicultores é que são jovens, se encaixam no grupo de produtores familiar e tem agropecuária de subsistência, só mais de 80% dos produtores tem o foco principal na renda da produção do mel. (Técnico da Agência Pampa, entrevista Realizada em 2010).

Figura 05 - Cooperativa de Apicultores de Caçapava do Sul



Fonte: Autor, 2010.

A COOAPI recebeu a produção de 150 toneladas de mel em 25 mil colméias, beneficiando 100 famílias. Além da produção do mel, há também a produção de pólen, própolis, cera de abelha, cosméticos e apiterápicos. A apicultura encontra-

se disseminada no município. De acordo com essas informações pode-se conceituar a produção de mel segundo a definição dada por Vilela (1999), como uma produção racional. Além de estar atenta à questão do manejo, esses apicultores vêm constantemente fazendo cursos e seminários sobre o manejo na produção do mel, além de estarem organizados em termos de cooperativas.

De acordo com a Secretaria Municipal de Agropecuária (SEMAG), a apicultura está muito bem estruturada e tem uma potencialidade grande, apesar de alguns produtores trabalharem em propriedades que não são as suas e arcarem, por isso, com despesas de aluguel.

Na safra, o mel é coletado e transportado para a Casa do Mel, onde é centrifugado, decantado e envasado, em algumas vezes descristalizado para depois ser comercializado. As transações comerciais são realizadas na COOAPI. O mesmo ocorrendo com o mel a granel, para cada 300 kg de mel, este é exportado através do Apis Nativa, em Santa Catarina e logo após é exportado para a Europa.

Só que não está sendo valorizado, tanto que está tendo política pública para a produção do mel que ainda é comercializado no mercado negro. Ou seja, o comprador de maior poder aquisitivo coloca seu preço e o produtor apesar de ter apontado seus gastos na caderneta acaba se submetendo ao preço estipulado pelo comprador. (Técnico da Agência Pampa, entrevista realizada em 2010).

Segundo um apicultor, o mercado interno paga melhor preço pelo produto, enquanto no mercado externo há uma dependência da oscilação do dólar.

Concorda-se com Vilela (1999), quando em conclusão de seu estudo afirma que a atividade apícola apresenta-se como um bom exemplo de multiplicidade de formas de geração de dinâmicas econômicas no meio rural. Para ele existe uma tendência de mudanças globais nos padrões de produção e de consumo alimentar que tem favorecido o surgimento de “novas” demandas por produtos mais afetos a um certo ideário de “geração saúde”, potencializando, assim, novas dinâmicas no meio rural que podem favorecer grupos sociais até então desfavorecidos. Nesse sentido, a apicultura assume grande importância socioeconômica e ecológica, haja vista que um grande segmento de agricultores familiares está direta ou indiretamente envolvido nos elos da produção e do processamento na cadeia dos produtos apícolas, ao mesmo tempo em que, por ser uma atividade com

características próprias de agricultores familiares, com rentabilidade superior à maioria das atividades agropecuárias exercidas por esses mesmos agricultores, vem cumprindo papel importante na fixação dos homens e mulheres no meio rural.

3.2.4. Comunidade de Vila Progresso

Através de observações constatamos que a localidade de Vila Progresso possui posto de saúde, atualmente desativado; uma capela onde os moradores participam das atividades religiosas e demais eventos. Contam com dois supermercados, 01 cooperativa de apicultores – COOAPI – e uma escola municipal que atende alunos de 1ª a 4ª série, havendo o deslocamento até a região de Durasnal, onde concluem o Ensino Fundamental e Médio.

Há ônibus que passam diariamente, nos dois turnos, na linha da empresa São João de Caçapava do Sul a Cachoeira do Sul e vice-versa, facilitando o deslocamento dos moradores.

Figura 06 - Posto de Saúde Vila Progresso



Fonte: Autor, 2009.

Figura 07 – Capela da Vila Progresso



Fonte: Autor, 2009.

A comunidade de Vila Progresso pertence à região dois, segundo o diagnóstico dos sistemas agrários de Caçapava do Sul. Conforme este diagnóstico, existe na região 02 uma área caracterizada como região 6 e na parte central dessa região 06 localiza-se a Vila Progresso. Na Vila Progresso cerca de 30 famílias estão envolvidas com a exploração do artesanato.

Os 10 produtores pesquisados localizam-se, como os demais, às margens da BR 290 para o processo de produção e comercialização do artesanato, em propriedades muito pequenas, não superiores a meio hectare, na grande maioria dos casos. Cerca de 50% dos produtores pesquisados mantêm propriedades maiores, de 25 a 50 hectares, a alguns quilômetros da BR, porém dentro da mesma região, onde mantêm produções agrícolas para o consumo e criação de gado de corte.

O grupo estudado apresenta uma racionalidade própria, diferenciando-se da empresa capitalista e tendo sua economia baseada na força de trabalho familiar e a

produção agrícola e não-agrícola, voltada basicamente para garantir o consumo doméstico

Observamos que as famílias pesquisadas são em média compostas no máximo por quatro pessoas, a maioria delas adultos com idade média acima de 30 anos, com presença de jovens e crianças, ainda na idade escolar. A média de escolaridade dos adultos é baixa, raramente superando a 5ª série primária.

Boa parte das informações coletadas mostra um conjunto significativo de propriedades rurais da região centradas na agricultura familiar, voltadas para as atividades agrícolas e a expansão das atividades não-agrícolas, em termos de geração de renda revelando dinamismo na ocupação dessas propriedades.

As transformações mais marcantes junto às atividades não-agrícolas no âmbito da agricultura familiar da região começaram a ser observadas a partir do final da década de 90, na verdade resultantes de um processo anterior, iniciado na década de 70 em todo o país, como consequência da modernização da agricultura. Esta atingiu amplamente os agricultores familiares, cujo padrão tecnológico não foi alterado e, excluídos do processo modernizador, buscaram o assalariamento de parte da família como possibilidade de permanência em suas terras.

Merece destaque o fato de que a pluriatividade não é um fenômeno novo na região de Vila Progresso, uma vez que os produtores artesanais anteriormente já se dedicavam a atividades fora da propriedade, como o assalariamento ou trabalho temporário em atividades agrícolas nas propriedades vizinhas. Outro fator que contribuiu bastante para a geração de ocupações não-agrícolas no meio rural, inclusive nessa região, foi a expansão dos serviços públicos de saúde e educação, em geral entre as mulheres. Tais ocupações iam desde a professora, merendeira ou faxineira na escola local, até enfermeira, agente de saúde, etc., no posto de saúde da comunidade, motoristas e auxiliares de supermercado. Sendo assim, o artesanato rural veio mais recentemente substituir um tipo de pluriatividade por outro.

A confirmação dessa realidade ficou registrada através do depoimento de um dos artesãos (N.J- agricultor-artesão, 65 anos.), filho de produtor rural, que trabalha com artesanato há mais ou menos 25 anos:

Eu trabalhava como motorista, aí me casei, a mulher já lidava com artesanato e aí ela tentou [...] (a gente já podia ser mais bem de vida hoje), ela tentava que eu deveria largá.(SIC) pra lidá com o artesanato, mas naquela época

havia muito machismo, a gente achava que era serviço de mulher. Então eu custei, aí ela começou a cuidar das crianças, ganhava mais dinheiro que eu, aí eu comecei a ver que a coisa era diferente. Aí comecei a largar a firma e comecei no artesanato, Aí começou a dar certo. No momento que deu certo, hoje já tem uns quantos na volta, todo mundo trabalhando. (Agricultor-artesão, entrevista realizada em 2009).

Em Vila Progresso, os agricultores familiares têm uma forma particular de vida e produção e, dependendo de como se apresentam os fatores externos, têm a capacidade de elaborar estratégias para garantir a subsistência da família. A dificuldade de acesso a porções maiores de terra para a produção, aliada às condições desfavoráveis de solo e água, é responsável pela baixa produção agrícola, insuficiente para produzir renda capaz de satisfazer as necessidades básicas da família.

Verificamos que cerca de 80% das famílias não conseguem uma renda mensal na atividade agrícola que ultrapasse meio salário mínimo, tal situação conduz um número razoável de famílias da agricultura familiar a dirigirem parte da mão-de-obra para atividades não-agrícolas, especialmente o artesanato, constituindo assim a principal alternativa para alcançar o equilíbrio econômico. Como eles próprios afirmam: “só com a agricultura não dá. Como se vai sustentar a família? Muitas vezes a agricultura ta fracassada. Tem que inventar (sic) outra coisa, e aqui foi o artesanato que deu certo” (S.n. agricultor-artesão, 47 anos, entrevista realizada em 2009).

Desse modo, com a renda agrícola sendo cada vez mais insuficiente para a manutenção das famílias, a agricultura está se convertendo cada vez mais em uma atividade de tempo parcial, o que corresponde cada vez menos à renda e ao tempo de ocupação da família na agricultura.

A partir das especificidades que cercam a agricultura familiar registramos alguns aspectos desse espaço na Vila Progresso, salientando duas características essenciais dessa agricultura: a mão-de-obra familiar, ocupada em tempo parcial, nesse caso, e a posse da terra. A mão-de-obra familiar é utilizada em todas as propriedades pesquisadas e pode ser dividida em ocupação parcial lavoura/artesanato; ocupação parcial artesanato/outras atividades, sendo que essas últimas se restringem a trabalhos assalariados na própria comunidade, em atividades não-agrícolas.

A maioria das propriedades da região é formada por áreas que variam de 10 a 30 hectares, em virtude do tamanho das propriedades e de ser a mão-de-obra essencialmente familiar, têm na troca de serviço a solução para seus problemas nas horas de plantio e colheita quando o volume de trabalho é maior.

Os agricultores afirmam não haver excedentes para comercializar e apresentam como justificativa a baixa produtividade nas colheitas, a pouca terra para plantar, ausência de tecnologia e não ter incentivos adequados por parte do governo. O resultado é uma produção insuficiente até mesmo para o consumo familiar, levando-os a buscar alternativas para sanar essa dificuldade. Nesse sentido, a produção agrícola e a pecuária familiar passam a ter um valor quase exclusivo de autoconsumo, enquanto a maior parte da renda vem das atividades artesanais e outras atividades assalariadas na comunidade.

As principais atividades agrícolas realizadas são, portanto, a pecuária de corte, milho, feijão, apicultura e hortaliças para o consumo, porém observamos que a diversificação agrícola não é uma característica muito presente na região, uma vez que basicamente os mesmos produtos são produzidos em todas as propriedades, sem preocupação com a comercialização de excedentes. Pelo menos no grupo estudado, com interesse visível na comercialização do artesanato e não na produção agropecuária, não há comercialização de excedentes e a produção corre risco de perdas devido a agentes externos, como clima, pragas, parasitas e doenças e está sujeita às condições de mercado.

Segundo o relato dos entrevistados, os mesmos dão pouca ou nenhuma importância ao crédito bancário para desenvolver seus estabelecimentos. Os poucos produtores que já utilizaram o PRONAF, atualmente não o fazem mais, dedicando-se ao artesanato, sem lançar mão de nenhuma linha de crédito ou programas do governo, contando apenas com as próprias forças. Há criações de galinhas e uma pequena produção de hortaliças e cereais, apenas para subsistência uma vez que o tempo dos produtores é prioritariamente utilizado na produção artesanal.

Essa presença de pequenas hortas e pomares é insuficiente para subsistência, com a maioria dos produtos sendo adquiridos nos supermercados da comunidade, salvo apenas uma propriedade que realiza a produção também para a comercialização na região, basicamente para os produtores que trabalham apenas

com o artesanato, sem nenhum tipo de produção agrícola, como é o caso de 70% dos artesãos da região de Vila Progresso.

Segundo observação e dados dos informantes todas as propriedades possuem energia elétrica devido ao programa “Luz para Todos”, pois a maioria das unidades familiares não teria condições de pagar a instalação das redes de energia elétrica na época em que foi feita.

Devido à escassez de água na região, cerca de 90% dos produtores tem construído seu próprio poço artesiano, o que solucionou uma problemática e uma necessidade antiga da comunidade.

Segundo os entrevistados, a idéia é de que a renda das atividades não-agrícolas complementaria a renda agrícola possibilitando assim que as famílias permaneçam no campo, mantendo seu status quo e/ou capitalizem suas propriedades de modo a torná-las competitivas, dentro do novo formato de produção agrícola.

A principal estratégia adotada na comunidade de Vila Progresso, portanto, o artesanato em lã ovina e couro bovino, são complementados por criações de bovino de corte, que serve como uma espécie de poupança, ao mesmo tempo em que contribui na renda familiar. Os casos de aposentadoria são bastante raros.

A atividade artesanal envolve grande parte da população na região. Em geral o produto é vendido nas próprias propriedades, às margens da BR 290, e em feiras e demais cidades do estado, e até fora dele, através de pedidos prévios aos produtores. Em virtude disso, o artesanato é considerado socialmente como trabalho, sendo realizado, em média de 12 a 15 horas diárias, nas propriedades pesquisadas, recebendo, portanto, um tratamento prioritário. Em casos como o do produtor (N.J- agricultor-artesão, 65 anos.) o artesanato ultrapassa as fronteiras do país:

Essa Vila Progresso [] Caçapava é reconhecida quase no mundo todo, devido ao artesanato. Isso aqui é um ponto turístico, basta que eu estou muito bem aqui e recebo uma ligação de Londres, Inglaterra... me pedindo tapete: tem tapete assim, assim?...vou lá no aeroporto embarco e vai embora, NE?. Esses tapetes a gente manda aqui, dentro do Brasil e fora do Brasil, ta sempre despachando. (entrevista realizada em 2009).

O ponto fundamental da comercialização do artesanato, expresso também por outros produtores, e que garante a continuidade da atividade, é reafirmado pelo produtor (N.J), demonstrando que a comercialização não se limita apenas às lojas improvisadas, onde os artigos são expostos à beira da BR 290, o foco da venda é para fora (entrevista realizada em 2009).

Figura 08 – Artesanato de moradores da Vila Progresso



Fonte: Autor, 2009.

Nas famílias pesquisadas, todos os membros ajudam nas atividades executadas na propriedade, não importando, na maioria dos casos, a idade ou o sexo. São levadas em conta as condições físicas e a disponibilidade de tempo de cada um. A realidade expressa no depoimento do produtor (N.J-agricultor-artesão.) é uma característica da região: 'Essa Vila Progresso é toda evoluída devido ao artesanato, aqui todo mundo, as famílias, os filhos trabalha. Toda a família vive só do artesanato, um coloca uma franja, outro costura e assim vive "(entrevista realizada em 2009).

Na totalidade das unidades de produção familiar pesquisadas havia a presença do trabalho de todos os integrantes na produção do artesanato em lã de ovelha, inclusive com uma atuação bastante expressiva de crianças e jovens na produção artesanal, no período em que não estão na escola. Segundo as

colocações do mesmo produtor, o artesanato, de tradição familiar, envolve toda a família e vai se multiplicando pela região de forma natural:

A família aprende, desde a criança pequena, com 6 ou 8 anos já começa a trabalhá,(sic), que aí começa a dá nozinho nas franja, a gente ensina eles. A maioria desses artesanato crescem aqui devido assim: o pessoal vão aprendendo e vão botando pra eles também, né(NS – agricultor artesão-entrevista realizada em 2009).

Na questão do rápido crescimento do número de estabelecimentos direcionados ao comércio de artesanato, o que estimula a concorrência no local, o mesmo produtor traduz um pouco dessa tendência, fornecendo as explicações para o fenômeno:

A gente justa eles pra tecê, Eles tecem um pouco, a costureira também e aí vão uns passando pros outro... E vão montando os negócios deles. Eu acho que se eles aprenderam tem mais é que montá os negócio deles também, né?. A concorrência pelo um lado até é muito bom, mas desde que o pessoal se uma, que se o pessoal não se uni, aí vem aquela concorrência de preço, aí é muito ruim. (N.J-agricultor-artesão, 65 anos, entrevista realizada em 2009).

Outra estratégia de sobrevivência adotada entre as famílias estudadas é a migração. A quase totalidade dos jovens ao completarem a maioridade migra em busca de trabalho em outras regiões, motivados pela necessidade que suas famílias possuem de buscar outras fontes de renda, sobretudo quando as condições locais não permitem a obtenção da renda mínima necessária à manutenção do grupo. Quando esses jovens optam por permanecer no trabalho artesanal e em propriedades rurais, buscam outras regiões para se estabelecerem para não concorrer diretamente com os demais familiares num mesmo local de comercialização.

Tornou-se assim, o artesanato a maior fonte de renda, seguida pelo gado de corte em pequena escala e pela produção agrícola reduzida, de acordo com a capacidade das propriedades, mantidas paralelamente a unidade artesanal.

Quanto à situação dos aposentados das famílias de produtores, o caminho parece ser inverso, segundo nos narra o artesão (A. B – agricultor- artesão, 39 anos):

O pessoal se aposenta na cidade e vem pra cá, recebe a aposentadoria, aí tem a casinha deles, mas eles tão lidando ali, uns vão botando franja... uma coisa eles vão inventando pra ajudá.(entrevista realizada em 2009).

O resultado final do artesanato vem sob a forma de renda monetária. Mas essa atividade não pode ser vista apenas como uma fonte complementar de renda. Ela é parte de uma estratégia de permanência dos agricultores em suas terras, ao lado do emprego de alguns membros da família como assalariados, envolvendo boa parte dos moradores da região, conforme confirmado pela colocação do artesão (A.B): “só tendinha aqui são só aqui na Vila Progresso são 27, mas artesãos, que tece e coisa..que lida com lã, acho que é mais de 200” (entrevista realizada em 2009).

Anteriormente integrada à vida camponesa para confecção de produtos utilizados cotidianamente (palas, cobertores, acolchoados, mantas, boinas, etc.), passa a ser aos poucos uma complementação da renda, ao lado da agricultura, até se transformar hoje em uma nova atividade, independente da agrícola, podendo ser considerada como parte de um novo sistema produtivo, fixado fora da agricultura.

A associação de moradores, formada há um tempo, não teve muito poder de atuação na comunidade e extinguiu-se por falta de participação e organização, segundo relato dos moradores, dificultando a busca de melhorias para a comunidade perante os órgãos públicos e também com a resistência às sugestões da EMATER e do SEBRAE que tentaram, sem sucesso, trazer apoio técnico e cursos de capacitação na área artesanal. Percebemos que o associativismo não tem um papel fundamental na produção socioeconômica na região, predominando as lógicas individualistas e competitivas. Segundo depoimento de um produtor, o que se confirma pelos questionários respondidos por grande parte dos demais produtores, o grupo não se reúne para discutir e traçar estratégias para conseguir melhores condições de compra e venda da produção ou melhoramento da mesma, o que poderia contribuir imensamente para diminuir a carga horária excessiva dedicada à produção, melhorando os preços de venda das mercadorias e até mesmo traçando estratégias de comercialização em larga escala ou exportações, o que garantiria a permanência de todos esses produtores na atividade artesanal com ganhos garantidos e com menos desgastes.

Já tentei juntá todo mundo, pra se unirem, prá botá uma cooperativa, já poderiam ta exportando mercadoria hoje, mas não, o pessoal não qué se uni. Se o pessoal se unisse, tava todo mundo vendendo melhor, mas não querem se uni, esse

que é o problema. Se diminui um pouco a produção e melhorá os preços, vai ganhá muito mais (N.J- entrevista realizada em 2009).

Não há, portanto, de acordo com a unanimidade dos relatos, nenhuma espécie de parceria entre os produtores, que mantém apenas relações sociais uns com os outros, unindo-se apenas em virtude de doença de algum integrante das famílias. Fora isso, cada um fecha-se em sua unidade produtiva, convivendo o estritamente necessário com os demais, estabelecendo seus preços individualmente, buscando garantir a qualidade de seus produtos e estabelecendo estratégias de comercialização de forma a superar a concorrência, da maneira que cada família entende como mais adequada, sem aceitar interferências, da própria comunidade, tampouco de fora dela.

3.2.4.1. Perfil dos Produtores Pluriativos e Estratégias Familiares

Das pessoas entrevistadas, são 90% casadas e 10% solteiras. Seis entrevistados são naturais de Caçapava do Sul e quatro são nascidos em Cachoeira do Sul, município vizinho. Na condição de produtor rural, são 90% proprietários e 10% parceiro/meeiro; cerca de 50% são sócios do sindicato dos trabalhadores rurais, mas apenas 20% costumam participar das assembléias, geralmente na situação de ouvinte.

Foi constatado nas entrevistas que 10% dos produtores, quando precisam tomar decisões sobre a produção nas propriedades, traçam as estratégias dentro da família, a partir de discussões com os membros que trabalham na propriedade; 50% através do chefe da família e sua esposa e 40% somente pelo chefe da família.

Conforme os relatos dos entrevistados, nenhum membro da família exerce atividade remunerada fora, em 80% dos casos, e não há participação de membros externos à família na produção agrícola, em 90% dos casos. Na produção artesanal, 70% dos produtores informaram que a própria família realiza todo o trabalho de produção e comercialização do artesanato; somente nos núcleos maiores há contratação de mão-de-obra externa para realizar parte da produção.

Observa-se que há a predominância da participação masculina, especialmente do chefe da família no plantio, colheita, trato, manejo e alimentação de animais de pequeno e grande porte e transações financeiras, e da presença da mulher na compra de alimentos, manejo e alimentação de galinhas, serviços domésticos.

Porém há uma variação bastante expressiva nesse modelo, de família para família, não representando um padrão de comportamento, pois em algumas unidades, inclusive, os trabalhos agrícolas e transações financeiras e comerciais são realizados também pelas esposas dos proprietários; em outros casos, em conjunto, assim como os serviços domésticos também são realizados por todos os integrantes da família, em boa parte dos núcleos familiares, não sendo possível generalização nesse ponto.

De acordo com as colocações registradas nos questionários, os informantes acham que os jovens não se sentem estimulados a permanecer no campo e apontam como alternativa para suas permanências a necessidade de apoio institucional, financeiro e técnico, o que até então não ocorre e que os leva, ao completar a maioridade, abandonar o campo e buscar nas cidades melhores oportunidades de empregos e condições de vida.

Os produtores da região declaram obter com as rendas agrícolas de meio a um salário mínimo mensal; com as rendas não- agrícolas, de um a dois salários mínimos; acham normal o exercício de atividades não-agrícolas, sendo o ideal na sua situação, apontando-as como principal fonte de renda do núcleo familiar, e essencial para a sobrevivência da família. Declararam que sem elas seus rendimentos diminuiriam de 40 a 50% na maioria dos casos e mais de 50% em outros, que têm uma produção agropecuária menor, devido à reduzida quantidade de terra para a exploração agrícola.

Segundo os informantes, houve uma alteração significativa no nível de vida das famílias envolvidas com a produção artesanal, com maior facilidade no sustento da família, aquisição de bens para o conforto dos seus integrantes, maiores investimentos na propriedade e melhorias na casa, em 90% dos casos; compra de automóvel em metade dos casos, e aquisição de imóveis na cidade ou em outras regiões do interior em 30% dos casos. Os dados coletados confirmam as conclusões de Schneider (1999, p. 174) de que a diversificação das fontes de renda

e a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas “tem possibilitado à população do meio rural elevar seu poder aquisitivo passando a demandar uma variada gama de bens de consumo”.

Na quase totalidade, aproximadamente 90% das famílias, os filhos não auxiliam nas tarefas agrícolas e os pais não têm o interesse de que os mesmos, independente de sexo, se preparem para trabalhar na terra. Ainda assim, gostariam que eles continuassem mantendo as propriedades rurais para outras atividades ou como moradia, sem desfazerem das mesmas, por entender que o meio rural ainda é um lugar mais adequado para viver, mesmo trabalhando em funções como funcionários públicos, profissionais liberais, entre outros, em ambientes urbanos.

A maioria tem sucessor (90% dos casos), mas ainda não pensou na organização da sucessão, revelando que no momento oportuno deverá ser uma partilha igualitária entre os filhos, independente da idade ou sexo.

Vêem como ideal a família de 1 ou 2 filhos; para os filhos que se casam acham que o ideal é residirem em outra casa, no mesmo lote em 50% dos casos, em outro lote: 30% dos casos, e na cidade ou outra região em 20% dos casos.

Os entrevistados em 70% dos casos afirmam ser muito importante investir sempre na propriedade e nos meios de produção, ter acesso facilitado para o transporte da mercadoria, ter conhecimento de movimentação dos preços de mercado e ter uma formação.

Apesar de, na prática, não terem conseguido êxito nesse sentido no artesanato, acham muito importante fazer parte de uma associação de pequenos produtores e/ou cooperativas. O produtor (N.J.- agricultor-artesão) é insistente nesse ponto: “tem que se unirem, porque senão vai terminá (sic) esse negócio de artesanato, vão se quebrá todo mundo, não tem como sobreviverem”(entrevista realizada em 2009).

Em todos os casos, os informantes são incisivos ao afirmar que é especialmente importante ter rendas exteriores às originadas pela agropecuária, apontando como mais ou menos importante aumentar a propriedade e pouco importante utilizar cada vez mais máquinas e insumos.

Cerca de 60% dos produtores não possui máquinas e implementos agrícolas para o trabalho nas propriedades, não praticam várias culturas ao mesmo tempo

nas suas áreas nenhum produtor tem o hábito de estocar produtos, não fazem curva de nível, nem irrigação e a adubação, quando utilizada é orgânica. A produção vegetal é reduzida, a produção animal é um pouco mais expressiva e cerca de 50% dos produtores dão pouca ou nenhuma importância ao crédito financeiro para desenvolver as suas propriedades, uma vez que se voltaram ao artesanato como atividade principal.

Os dados revelam que, na totalidade, os produtores gostariam de aumentar a propriedade comprando mais terra, visto que o ideal para explorar segundo eles é de 30 a 50 hectares, embora não achem que seja necessário ser proprietário de terra para ser agricultor, podendo arrendar a terra, não desconhecem que isso não traz os mesmos benefícios que a posse da terra proporciona, diminuindo consideravelmente os lucros com a produção.

Metade dos pesquisados, afirmam que não venderiam a propriedade e a outra metade só venderia a propriedade para comprar uma maior em outro lugar. Nesse sentido 80% revelam que a propriedade é um patrimônio que querem deixar para os filhos. Esses dados demonstram o grande apego e valor que esses proprietários dão à terra, que não consideram mais como um espaço unicamente de exploração agrícola, mas um ponto de referência de produtividade e de infinitas possibilidades para outras formas de exploração, que não somente as tradicionais.

O artesanato na região sempre esteve intimamente ligado a outros elementos favoráveis para o seu desenvolvimento: a localização privilegiada do núcleo de artesãos, às margens da BR 290 e o fluxo constante de turistas e viajantes a serviço do comércio que passam pela área, tem contribuído para impulsionar a economia local. Hoje, ao invés de utilizar seus produtos para uso doméstico ou mesmo ficar à espera de um comprador ocasional, ou entregar seus produtos para serem vendidos por terceiros em lojas da cidade, o agricultor-artesão tem assumido cada vez mais o seu negócio. Há a percepção de que o artesanato é uma estratégia economicamente viável e que pode absorver grande parte da população local, ainda assim garantir lucratividade para todos, se for bem organizada.

Os que conseguiram se estabelecer em locais favoráveis transformaram as salas e as frentes de suas casas em lojas e mais do que isso têm buscado novas

estratégias de comercialização, de forma a dar maior visibilidade a seus produtos, inclusive enviando-os para fora do estado e até do país.

Outro aspecto importante que observamos é relativo à importância da questão cultural, ao significado da realização do trabalho artesanal para esses agricultores-artesãos. A atividade, com sua jornada de trabalho intensa, longe de representar um fardo pesado, fazem com que eles aumentem a dimensão e a percepção de sua importância ao incorporarem uma atividade manual, reconhecidamente artística, o artesanato, à outra atividade, também manual, mas que não é, por eles próprios, devidamente reconhecidos, a agrícola. O artesanato, ao invés de arrastar o agricultor familiar para fora de sua área rural, faz com que ele tenha uma forma de lá permanecer com níveis de renda bem maiores, melhorando seu padrão de vida.

Em muitos casos percebemos que esse agricultor-artesão pluriativo, mesmo não fazendo da terra seu único meio de vida, continua pensando como “agricultor” ou com traço forte de uma “campesinidade” que se distancia bastante de seu modo de produção atual.

O que observamos no aspecto social em Vila Progresso é que cerca de 90% dos produtores não participa de atividades fora da comunidade, não costumando participar de festas ou reuniões sociais. O espaço de lazer é quase inexistente e o horário de trabalho diário fica, na maioria dos casos, em torno de 12 horas diárias ou mais, entre produção e comercialização, que funcionam paralelamente, às margens da BR 290, onde estão estabelecidos esses produtores com seus núcleos artesanais. Não há interrupção das atividades em finais de semana ou feriados, nem espaços para convivências fora da competição intensiva, uma vez que todos têm basicamente os mesmos produtos para vender, e acreditam que para vencer a concorrência têm que vencer a disputa como o seu concorrente.

Esse aspecto torna as relações superficiais e tensas entre esses produtores-artesãos, inibindo a criatividade, a ousadia, a parceria e, conseqüentemente, o desenvolvimento social. Há, sem sombra de dúvida, analisando o contexto histórico da região, um evidente crescimento econômico, não necessariamente acompanhado de um desenvolvimento social expressivo.

Ainda assim, os resultados da pesquisa evidenciam que os produtores artesanais da Vila Progresso têm consciência da importância do seu papel na

sociedade e, por isso, buscam acesso ao conhecimento que lhes dá condições de participar efetivamente no processo de desenvolvimento econômico da região, pois apesar da baixa escolaridade, são muito esclarecidos e bem informados sobre a sua área de atuação, mostrando-se visivelmente orgulhosos por estarem inseridos nessa atividade que tem despertado o interesse de muitas entidades atualmente, devido à visibilidade e valorização que o artesanato da região vem ganhando nos últimos anos.

Confirmando o resultado das observações Carneiro (1998, p.56) destaca que “o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola”. O processo de construção ou ressignificação de identidade no contexto das novas ruralidades está moldado por formas culturais, econômicas e sociais diversas, como lembra essa autora. O que não podemos, segundo ela, é “congelarmos no tempo o conceito de camponês no modelo medieval” (p.55) como se fosse uma categoria estática, incapaz de absorver as transformações no campo do econômico e do social, e sem ao mesmo tempo manter valores e “formas de saber” específicos das ditas sociedades rurais.

Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição dos atores, mas isso não significa uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social. (CARNEIRO, 1995, P.58).

Apesar da atualidade da discussão sobre o novo rural, alguns aspectos devem ser analisados de forma cuidadosa, como por exemplo, por que esse fenômeno tem se dado de forma diferenciada, não só de região para região, mas dentro de uma mesma região, como a realidade de Vila Progresso expressa, uma vez que a região é bastante heterogênea nos modos de produção e tipos de ocupação.

As mudanças atuais do mundo rural parecem indicar que o desenvolvimento social e econômico de algumas áreas, como a estudada, está passando por redefinições que apontam para a emergência de novas formas de obtenção de rendas, de ocupação do território e no emprego para os habitantes do espaço rural. Entendemos assim que a pluriatividade não é decorrente tão somente das transformações macro-estruturais na agricultura, como apontam muitos autores. Na verdade, o exercício de várias atividades dentro de uma mesma propriedade

agrícola é uma característica pertencente ao “modo de funcionamento” de unidades produtivas, que se organizam em função do trabalho familiar. Portanto, as estratégias dos agricultores-artesãos de Vila Progresso permitem apontar para a importância da pluriatividade para a permanência no espaço rural.

É ainda importante compreendermos que as políticas e projetos de apoio à ação coletiva, que agentes externos tentam inutilmente implantar na região, não transferem automaticamente capital social e capital humano aos grupos de produtores. Utilizando as palavras de Ramires e Berdegú (2002, p.30), para desenvolver e potencializar ações coletivas, é necessário que a iniciativa parte dos próprios envolvidos, além de se facilitar e consolidar, “processos de aprendizagem social, através dos quais os grupos, comunidades ou organizações rurais desenvolvam progressivamente os seus capitais humanos e sociais”.

Outra questão relevante é que, somente a ação coletiva por si só, lógica que muitos agentes externos tentam inserir na comunidade, não possibilita a resolução de problemas nas relações de poder e de equidade no interior dos grupos envolvidos com o artesanato.

Baseados em algumas experiências anteriores, alguns produtores, temem ações coletivas frustradas, quando poderia ocorrer exatamente o inverso: a ação coletiva acabaria aumentando as diferenças, porque aqueles que começam com maiores capacidades em termos de capital humano, físico, financeiro, social ou natural, tendem a ser os que têm maior acesso a maiores e melhores oportunidades e conseguem porventura uma maior proporção dos eventuais benefícios conseguidos pela força da ação coletiva em foco.

Nesse ponto os argumentos são os mais diversos, quando se toca na questão da ação coletiva no desenvolvimento do artesanato na região de Vila Progresso, as opiniões divergem. Porém todos concordam num ponto fundamental: no reconhecimento de que elas são, na grande maioria das vezes, acompanhadas, quando não “protagonizadas”, por instituições ou pessoas externas à comunidade, o que não é bem visto, nem recebido pelos produtores-artesãos.

Falar de artesanato é complexo. A agência fez um trabalho muito forte por cinco (05) anos, mas eu não consigo te definir exatamente qual é o problema; mas que tem um grande problema tem, o que eu chego mais próximo e arrisco-te a falar é sobre o individualismo no artesanato. Porque potencialidades têm claro que alguns dispararam em qualidade,

técnica e produtividade outros ficam aquém. O artesanato de lã ali na BR 290 é difícil trabalhar em grupo tanto que eles não conseguem fazer um frete de carga de lã junto é tudo individual e acabam perdendo, eles não conseguem enxergar isso, esta é a grande dificuldade (D.D - Técnica da Agência de Desenvolvimento Pampa de Caçapava do Sul- entrevista realizada em 2010).

A pluriatividade em algumas realidades pode contribuir de forma importante para a sustentação e manutenção de famílias rurais, sua vitalidade em criar espaços alternativos de geração de renda proporciona um bem estar material e social que são decisivos, em muitos casos, para que o rural se mantenha como espaços de reprodução e afirmação de sua sociedade que insiste em resistir às análises que pregavam sua total destruição.

A pluriatividade insere-se nos diferentes rumos que vem tomando o meio rural e é nesse sentido que o artesanato está relacionado a outra realidade rural brasileira, reestruturando-se e solidificando-se como uma das estratégias de reprodução da agricultura familiar.

3.2.4.2. Comunidade Rincão da Salete

Rincão da Salete localizada a 20 km ao Sul da sede do município possui topografia ondulada, solos rasos e afloramento de rochas (solos classificados quanto ao uso em IV e IV pt); as maiores altitudes do município; matas ciliares e capões; campos sujos; e pobre em água. Tem campos irregulares, com áreas limpas e outras com vegetação baixa, consequência da época em que a área era utilizada para grandes plantações. Hoje, porém encontram-se pequenas lavouras e o restante da área é destinada à criação de bovinos.

A constituição atual da comunidade é de 142 famílias de agricultores familiares de baixa renda, minifundiários. Na comunidade do Rincão da Salete foram entrevistadas 11 produtores, destes 02 são divorciados, e solteiros também 02, os casados somam-se 07. A média de filhos encontrados na comunidade é 03. Na condição de produtor rural, 02 são parceiros/ meeiros, e 90% são proprietários. Dos produtores entrevistados encontram-se na faixa etária de 28 a 65 anos

As 142 famílias de agricultores familiares da comunidade são consideradas de baixa renda, com menor grau de homogeneidade interna, comparativamente às demais comunidades da amostra da pesquisa.

Estima-se que mais de 90% das propriedades do Rincão da Salete se situem no estrato de área inferior a um módulo fiscal da região que é de 32 hectares⁵. Conforme informação da Associação de moradores, 21 famílias são sócias da Cooperativa de produção da agricultura familiar de Caçapava do Sul - COFASUL. O meio de transporte mais utilizado é o ônibus, já que a maioria dos moradores não dispõe de outro meio de transporte ou veículo próprio, este se desloca da região de segunda a sexta-feira saindo às 07h30min da manhã e retornando às 16h30min min., através da RS 357. A escola da localidade chama-se Padre Fidêncio, oferece só até a 4ª série, a partir daí é preciso estudar na escola Josefina Saldanha, na Coxilha de São José ou ir para a cidade. Há transporte escolar para qualquer uma das opções, embora para a cidade a prioridade seja para quem está cursando o ensino médio.

As terras são aradas com tração animal, pois os proprietários não possuem tratores. Eventualmente o poder público cede um, mas é preciso que a comunidade pague o óleo diesel e nem sempre chega a tempo para preparar a terra.

A prefeitura nos empresta um trator, que nos pagamos. Eles cobravam o ano passado 22,00 reais o hectares, mais ou menos 13 litros por hectares. [...] este ano nós tamos (SIC) a espera o trator até agora, espero que não chegue tarde demais. (J.F.agricultor, 60 anos, entrevista realizada em 2010).

Não podemos deixar de considerar o papel desenvolvido pela cooperativa nesta localidade, que junto com seus sócios está buscando preparar a comunidade para qualificação e diversificação da produção, uma necessidade considerada evidente pelos produtores.

A cooperativa e a EMATER estão trazendo muitos cursos que nos estamos aproveitando, criação de galinha caipira, florestamento. Para as mulheres panificação, bordado de vagonite que até Meninas e Meninos fizeram. (J.F, agricultor, 60 anos, entrevista realizada em 2010).

De acordo com depoimentos, a localidade do Rincão da Salete era conhecida como a terra do feijão e as famílias viviam o ano com 50 sacas do produto, comercializadas através de atravessadores ou vendidas na cidade.

5- Com base nos dados do projeto RS Rural elaborado pela equipe municipal da ASCAR-EMATER/RS, em 05/12/2000.

Antes apartava os terneiros e vendia, hoje se não tiver genética e raça não se consegue. O agricultor ficou com aquela mentalidade de que tudo se colhia vendia, hoje com o supermercado as pessoas querem facilidades desde couve cortada. (A.F.agricultor, 27 anos, entrevista realizada em 2010).

Figura 09 – Comunidade Rincão da Saleté



Fonte: Autor, 2010.

Atualmente, a comunidade é reconhecida pela organização da COFASUL e pela produção de mandioca. A produção do feijão, antes comercializado com pedra, hoje é limpo e embalado; o mesmo ocorrendo com a mandioca, vendida sem casca, com embalagens de 1 ou de 5 quilos, que passa a ser comercializado, com a prefeitura do município e destinado à merenda escolar.

Segundo informação de um proprietário de 4,5 hectares, toda a área é ocupada. Este ano (2010) ele produziu 500 sacas de milho, mandioca em torno de 2.000 quilos, 60 ovelhas em confinamento, 50 reses. No confinamento bovino, metade da ração é adquirida fora da unidade produtiva e o milho é cultivado. Para a alimentação bovina, além da ração, o milho, palha e sabugo são triturados, complementando dessa forma a alimentação destinada aos animais em confinamento.

Segundo esse mesmo produtor, é muito difícil um agricultor saber de sua renda. “O agricultor não vai saber te responder, ele não tem noção do que gasta e

eu sou um deles”. (A. F.F- agricultor familiar, 28 anos, entrevista realizada em 2010).

O produtor ele paga as contas e o resto ele aplica nem que seja na compra de uma vaca às vezes não tem lugar, este é o problema do agricultor ele não pensa no amanhã. (A.F.F Agricultor familiar).

Mais de 90% das propriedades da comunidade possui um aposentado e sua renda geralmente é destinada para manutenção da família, sendo esta a razão da redução da produção, conforme os depoimentos. Para o presidente da COFASUL, “o rincão da Salete há mais velhos do que jovem, mas em relação ao município é a região que tem mais jovens no caso a do sexo masculino”.

3.2.4.2.1. Perfil dos Produtores Pluriativos e Estratégias Familiares

As principais rendas econômicas são provenientes do feijão (abastecimento interno e externo), do milho (abastecimento interno), da pecuária (poupança), além de arrendamento de pastagens, aposentadorias, venda de mão-de-obra. Nesta comunidade, acredita-se que, pela proximidade da sede do município, há o exercício de atividades fora da unidade produtiva: dos entrevistados, 02 trabalham na colheita da maçã, 01 exerce atividade não-agrícola, trabalhando como eletricista e, em outra unidade produtiva encontramos atividade artesanal na fabricação de acolchoados. Os dois produtores que trabalham na colheita da maçã, quando retornam as suas unidades produtivas exercem atividades agrícolas temporárias como peões, consertando cercas e em trato de animais. Constatamos também em uma propriedade com catorze (14) hectares, onde o casal é jovem com uma filha de 03 anos, uma divisão social de trabalho onde a esposa é responsável pela unidade produtiva e o marido exerce atividade fora, em trabalho temporário, mas na mesma comunidade. Como foi dito, devido à proximidade da sede do município, há na comunidade muitas propriedades em que seus proprietários não residem na localidade e exercem atividades não-agrícolas, muitos no serviço público, profissionais liberais e outros em atividades autônomas, havendo necessidade de

contratação de trabalhadores temporários, principalmente no trato de animais, pois nessas predomina a atividade pecuária.

Além dos trabalhos temporários, seja na própria comunidade, seja na colheita da maçã, encontramos produtor que concilia a atividade na agricultura, onde cultiva milho, mandioca, abóbora, e a atividade de fruticultura, com um camping. Segundo esse produtor as pessoas que frequentam o camping são amigos que viram clientes e trazem pessoas de fora como Porto Alegre, São Gabriel. O camping também é muito utilizado pelas escolas do município e de municípios vizinhos. Os estudantes podem ficar um dia ou todo um final de semana. O camping oferece piscina, uma praia pequena artificial, passeios a cavalo e passeios de carreta. O período mais procurado é o verão. O camping oferece aos acampados alimentação, doces e frutas. De acordo com o produtor é mais uma renda extra que entra na propriedade e é investido na propriedade.

A grande maioria desses produtores entrevistados é filiada ao sindicato dos trabalhadores rurais, mas não costumam participar das assembléias e, quando participam geralmente na condição de ouvinte.

Nas unidades produtivas estudadas e, principalmente, na comunidade do Rincão da Salete há uma combinação da produção para o mercado – geralmente “o que sobra vende” e para o autoconsumo – como criação de bovinos, suínos, aves, ovinos, leite, ovos, queijos, doces, quitandas, rapaduras, licores, vinho e doces de laranja, mel, ervilhas, hortaliças, mandioca, batatas, milho, feijão e outros – são estratégias de sobrevivência do estabelecimento rural e da família. Essa diversidade de produtos ameniza os problemas frente não só em relação às irregularidades de mercados, mas principalmente pela falta de um planejamento da produção para assegurar ingressos monetários regulares, além da situação dos baixos preços dos produtos agrícolas em relação aos preços dos insumos agrícolas.

Os produtores não possuem máquinas e implementos agrícolas. Para o manejo da terra, utilizam de arado com tração animal ou esperam a patrulha agrícola do município. Assim como os produtores da Vila Progresso, no Rincão da Salete os produtores declaram obter com as rendas agrícolas meio salário mínimo; com as rendas não-agrícolas, de um a dois a salários mínimos. Entendem o exercício de atividades não-agrícolas e mesmo agrícolas fora de sua unidade

produtiva como essencial para a sobrevivência da família e para a manutenção de sua unidade produtiva, declaram que sem elas seus rendimentos diminuiriam de 40% ou mais, principalmente para aqueles que detêm reduzida quantidade de terra para a exploração agrícola.

Para Wanderley (1999), o trabalho extra-agrícola na maioria dos casos torna-se uma necessidade estrutural, ou seja, a renda obtida nesse tipo de ocupação vem a ser indispensável para a reprodução tanto da família como do próprio estabelecimento familiar.

Assim, a combinação de atividades não-agrícolas com atividades agrícolas dentro de uma família rural surge como alternativa para diminuir problemas como a alta taxa de migração rural-urbana e a desvalorização da agricultura familiar, problemas esses que estão associados às dificuldades da agricultura em garantir o necessário para a reprodução da unidade de produção (CARNEIRO, 1998).

De qualquer forma, a pluriatividade praticada pelos agricultores do Rincão da Salette articula o trabalho familiar na unidade produtiva e o apego à terra, com o aumento da renda das famílias obtidas com trabalho extra, seja no espaço rural em atividades agrícolas, seja em atividades não-agrícolas. Contudo, é preciso ressaltar a produção do autoconsumo aliada às atividades pluriativas que somando mostram as estratégias de produção e reprodução da família e da unidade produtiva.

3.2.4.3. Comunidade Coxilha São José

A Coxilha de São José está situada ao longo da RS 357, a aproximadamente 10 km da cidade e conforme a Associação de Moradores, a comunidade tem 70 famílias. Na Comunidade da Coxilha José foi entrevistado seis (06) agricultores, onde constatamos a presença de jovens e adultos de até 65 anos, constituindo a mão-de-obra da unidade produtiva, de importância relevante dentro da área de estudo, sendo que nesse grupo encontram-se dezoito (18) do sexo masculino e doze (12) do sexo feminino. Crianças de até 10 anos e idosos acima de 65 anos, que não estão envolvidos diretamente na unidade produtiva, correspondem ao menor grupo, sendo possível verificar a presença de quatro (04) crianças e três (03) idosos.

As casas são próximas umas das outras, mais parecendo uma vila ou perímetro urbano do que uma área rural. São de alvenaria, tem energia elétrica e a maioria possui água tratada.

A escola da localidade chama-se Josefina Saldanha e é uma escola pólo, pois recebe alunos de outras regiões do município, há também uma capela com missa uma vez por mês e posto de saúde que funciona todas as manhãs de segunda a sexta-feira. A Associação de moradores é bem organizada e atuante, tem 142 sócios, que representam o dobro de sócios do número de famílias, pois moradores de outras localidades próximas como o Tarumã, por exemplo, foram se associar na Coxilha de São José.

Nos recebemos todos, pois aqui não é só a Associação, tem também MPA, que as pessoas estão buscando para conseguir entrar para os Programas Luz para Todos, Kit Fruticultura e conseguir até casa, como nós já conseguimos uns seis. Como tu vê, hoje aqui tem mais de cinquenta pessoas e são de vários lugares. (E.M. agricultora e líder da associação, 34 anos, entrevista realizada em 2010).

Na questão agrícola, estão na mesma situação do Rincão da Salete, arando a terra com tração animal, esperando o trator cedido pela prefeitura ou, eventualmente, quando há condições, contratando um para fazer o serviço. Nessa área, apresenta-se como característica típica a exploração agrícola de caráter familiar, cuja economia é baseada na diversidade de produtos, predominando milho e feijão. Uma área da propriedade destina-se à cana-de-açúcar e à produção de mamona.

Nas propriedades são encontradas, também, áreas de matas naturais em bom estado de conservação, que apresentam grande diversidade de espécies. Existem ainda áreas de pastagem onde são criados alguns bovinos, ovinos e eqüinos, usados como fonte alimentícia e também para desempenhar tarefas agrícolas e pastoris.

O uso de mão-de-obra externa é quase inexistente na localidade, somente um (1) dos entrevistados disse possuir assalariados durante a colheita dos produtos. Predomina na comunidade a ajuda mútua nos períodos de trabalho mais intenso (época de preparo do solo, semeadura e colheita).

Com relação à forma de aquisição da terra, é possível verificar que a mesma foi constituída através de herança e também pela compra de pequenas porções das vizinhanças, ocorrendo assim o aumento de sua área.

Quanto ao uso da terra, o predomínio com cultivos agrícolas temporários. As lavouras permanentes são constituídas por produção frutífera destinada ao consumo doméstico, bem como produção de figos destinados a comercialização.

Figura 10 - Comunidade Coxilha de São José



Fonte: Autor, 2010.

É importante ressaltar que nem toda a área que o produtor dispõe é aproveitada para o cultivo agrícola, existindo dentro das propriedades áreas que apresentam solos impróprios e, ainda, espaços onde foram construídas moradias, galpões, mangueiras e açudes.

Na agricultura, o sistema predominante é a rotação de culturas, constituído no plantio de culturas de verão e, em seguida, pastagens forrageiras de inverno. A associação de cultivos acontece com o plantio consorciado de feijão, milho, mamona, abóbora e melancia. Das seis famílias entrevistadas, todas usam fertilizantes químicos, assim como calcário, o qual aparece em todos os depoimentos. A aplicação de herbicidas e fungicidas ocorre eventualmente em apenas duas das propriedades estudadas.

Com relação à atual situação da assistência técnica, os seis produtores declaram que são assistidos pela EMATER (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), e Secretaria de Município da Agropecuária.

A cultura da mamona recebe assistência técnica da EMBRAPA – Clima Temperado, de Pelotas- RS e da empresa produtora de biodiesel ECODIESEL, de Rosário do Sul –RS.

No que diz respeito ao financiamento, todos os entrevistados responderam utilizar o PRONAF Investimentos (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), de forma sistemática.

Esse recurso é de vital importância para aqueles que a ele têm acesso, uma vez que permitem saldar pequenas dívidas, financiar parte do cultivo e, ainda, investir em melhorias na moradia, aramados e acomodação dos animais.

Os agricultores assistidos pelo programa enquadram-se no grupo C, ou seja, apresentam renda anual familiar de R\$ 4.000,00 até R\$18.000,00. As aplicações das verbas daí provenientes concentram-se no cultivo da terra e na pecuária.

3.2.4.3.1. Perfil dos Produtores Pluriativos e Estratégias Familiares

Os agricultores da Coxilha São José caracterizam-se como um grupo que busca a diversificação da produção. A comunidade vem investindo na fruticultura, há uma boa variedade de plantas, resultado da primeira experiência com o Kit pomar, há muito pêssego e, atualmente, há investimento na produção biodiesel. Outra característica desses produtores familiares, ao contrário das outras comunidades estudadas, é que, em sua maioria acessam o PRONAF. Em comum com outras comunidades, observamos a presença de aposentados. Recebem assistência técnica da EMATER/RS E EMBRAPA clima temperado.

A média de tamanho das propriedades estudadas é de 17 ha. Enquanto a média de idade das pessoas entrevistadas fica em torno de 34,6 anos. É também nesta comunidade que encontramos maior número de crianças. Em termos produtivos, verifica-se que a produção agrícola é diversificada. Mesmo considerando as pequenas áreas ocupadas pela produção familiar e sua disposição

topográfica, o reduzido espaço de produção se reflete na ocupação da mão de obra familiar e, conseqüentemente, também, na renda monetária. Por isso é comum o assalariamento temporário de alguns membros da unidade produtiva. O trabalho temporário geralmente é realizado na própria comunidade e diz respeito às atividades agropecuária tais como: manejo de animais (banho, vacinas), conserto de cercas, limpeza de campo, colheitas. O trabalho externo complementa o rendimento da unidade produtiva e serve também para suprir as necessidades do grupo familiar. A maior parte (60%) das unidades possui fontes de rendas externas, originárias de atividades não-agrícolas, como comerciários, construção civil, trabalho doméstico, aposentadoria, agentes de saúde, membro do conselho tutelar. Tais estratégias são fundamentais para assegurar a reprodução familiar. E não podemos deixar de mencionar a complementação da renda originária da produção de autoconsumo.

3.2.4.4.Comunidade Santa Barbinha

A região de Santa Barbinha ou santa Barbinha, ao contrário das comunidades estudadas fica a mais de 50 km da sede. Há duas opções de acesso, um deles pela BR 290, passando inclusive pelo município de São Sepé, onde se percorre 70 km. As estradas de chão estão em péssimas condições, apesar de haver máquinas consertando as estradas.

Conforme o presidente da associação de moradores, a comunidade tem 102 famílias. Dos 12 (doze) produtores pesquisados forma-se um perfil que pode ser caracterizado como pecuaristas familiares com idade entre 22 e 80 anos para os homens, e entre 24 e 74 entre as mulheres. Possuem até 105 ha de terras próprias com até 10% de áreas inaproveitadas. Permanecem na atividade porque gostam e porque as condições ambientais favorecem. Vivem em casas de alvenaria, sendo que 25% não dispõem de energia elétrica. Possuem banheiros carrapaticidas, apenas um dos entrevistados possui trator.

A EMATER tem um histórico superior a cinco anos de organização participativa na comunidade, tendo realizado o diagnóstico das condições sociais, o mapa da comunidade, o planejamento e a execução de ações de desenvolvimento.

Atualmente existe uma associação de produtores ativa e organizada, atuante nos debates sobre estratégias de desenvolvimento local. Através da ação coletiva, os produtores de Santa Barbinha têm construído suas próprias estratégias de manejo reprodutivo para o rebanho bovino. Com a colaboração da EMATER, os produtores, pela primeira vez, selecionaram e agruparam as vacas por “tipo racial” para o acasalamento, onde cada grupo recebeu touros de raças identificadas, de forma participativa, como os mais adequados a cada “tipo racial” (“azebuadas”, “européias”, mistas). Também os produtores de Santa Barbinha começaram a se organizar para a comercialização.

Figura 11 - Comunidade Santa Barbinha



Fonte: Autor, 2010.

Não possuem mão de obra contratada, praticam a troca de serviços. Praticam uma agricultura de subsistência, incluindo milho, feijão, mandioca e abóbora. Possuem pequenos pomares com predomínio de cítricos. Plantam pequenas áreas de azevém para o gado no inverno. Em torno de 30% utilizam tração animal e produzem em solos arenosos. Fazem a “limpeza do campo” com o predomínio do uso de roçada mecânica (serviço contratado). Apenas 16% possuem

outras atividades (apicultura). Fazem doces e queijos. Possuem até 120 bovinos e 66% criam ovinos. Usam sal comum para o gado, vacinam contra as principais doenças (incluindo as vacinas obrigatórias), Fazem controle de carrapatos entre 6 a 12 vezes ao ano e de duas a seis vezes o controle de endoparasitos. Têm renda bruta anual entre 56 e 20 mil reais, sendo que 83% têm rendas brutas inferiores a R\$10.000,00. Algo em torno de 65% vende até 10 cabeças de bovinos ao ano. Cinquenta por cento são aposentados e 42% têm acesso a crédito (PRONAF).

De acordo com Borba ET AL (2006), o sistema de produção na localidade de Santa Barbinha é aparentemente simples. São arranjos basicamente pecuários envolvendo até três espécies de ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos), que dependem integralmente da vegetação natural. Suínos e aves (galinha, peru, marreco) podem completar o “subsistema animal”. Afora isso, existe um subsistema de cultivos orientados à auto-suficiência familiar, incluindo hortas e pequenos pomares (laranja, bergamota, figo), além da atividade de apicultura e artesanais de transformação (doces, queijos, tecelagem em lã).

As parcelas de uso agrícolas (pequenas áreas destinadas aos cultivos de subsistência, incluindo milho, feijão, batata, mandioca e dedicadas à implantação de pastos de inverno, como azevém e aveia são utilizadas sob práticas convencionais de cultivo com revolvimento de solo e, dependendo do nível de capitalização, uso de fertilizante sintético. A água apenas é coletada em pequenos e médios açudes para a desedentação dos animais.

Os campos não são de boa qualidade, havendo muitos cerros, mas ainda há extensões com mata nativa. As casas são mais distantes do que nas outras comunidades e encontramos algumas em construção, uma inclusive para substituir a casa atual, onde não há mais água.

Em de Santa Barbinha trinta famílias participam da associação que está sendo reestruturada, pois havia se dissolvido devido a desentendimentos na comunidade. A escola está fechada e segundo um informante as crianças precisam viajar mais de 20 Km para chegar à escola mais próxima.

Com a nova associação e o apoio da EMATER e da EMBRAPA, a comunidade está buscando novas formas de organização e busca dos direitos. Transporte por exemplo é um dos grandes problemas. Estrada péssima como já foi dito, ônibus na segunda, terça quarta e sexta, saindo às 06: h e chegando à cidade

às 09 horas, com retorno às 16 horas, o que significa mais três horas de viagem. “não sei o que é pior”, diz uma moradora, “se o calorão do verão ou no inverno, quando a gente chega a casa já de noite”. [...] “o pior é quando a gente precisa levar alguém no médico, chega à cidade, não consegue mais ficha, tem que ir pra posar”, diz outro agricultor.

3.2.4.4.1. Perfil dos Produtores Pluriativos e Estratégias Familiares

Na comunidade de Santa Barbinha, o perfil do grupo pode ser caracterizado como pecuaristas familiares com idade entre 22 e 80 anos para os homens, e entre 24 e 74 entre as mulheres. Possuem até 105 ha de terras próprias com até 10% de áreas inaproveitadas. Santa Barbinha é uma área da pecuária familiar. Mas além da pecuária há lavouras com plantações de feijão, milho, mandioca, abóbora, batata doce.

Atualmente os produtores vêm investindo na horticultura onde se constata a presença de várias estufas destinadas a essa produção.

O sistema de produção na localidade é aparentemente simples. São arranjos basicamente pecuários envolvendo até três espécies de ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos) que dependem integralmente da vegetação natural. Suínos e aves (galinha, peru, marreco) podem completar o “subsistema animal”. Afora isso, existe um subsistema de cultivos orientados para auto-suficiência familiar, hortas e pequenos pomares, (laranja, bergamota, figo), apicultura e atividades artesanais de transformação (doces, queijos, tecelagem em lã).

Da parceria com a EMATER e EMBRAPA melhorou em 80% o rebanho, os reprodutores e os terneiros. Com a melhoria do plantel, os produtores estão conseguindo comercializá-los em feiras de terneiros na região.

A comunidade de Santa Barbinha diferencia-se das demais comunidades pelo processo associativo que, ao longo do tempo, vem se desenvolvendo. O associativismo atingiu o patamar de união entre os produtores e, como fruto desse processo, a associação vem conseguindo fazer a venda coletiva do gado, conseguindo melhores preços tanto na venda do gado e na compra de sementes e

adubos. O presidente da associação é o responsável em receber os valores e repassar o resultado da comercialização a cada produtor.

Em termos de rendas auferidas, nas unidades produtivas familiares são resultado da produção bovina de corte e leite, além de ovinos e, principalmente, dos ingressos de aposentadorias. Muitos produtores estão aumentando seu rendimento com os resultados das atividades da apicultura.

3.2.4.5. Comunidade Rincão de Lourdes

Das comunidades estudadas, três (03) estão localizadas na Região seis. Trata-se do Rincão de Lourdes, Vila Progresso e Rincão da Salete. A primeira está situada a 15 km da sede do município, enquanto a segunda, Vila Progresso está a 30 km e a comunidade Rincão da Salete localiza-se a 20km da sede do município.

Das onze (11) famílias estudadas, a média é de três (03) pessoas por família. A relação de parentesco resume-se a pai, mãe filhos e geralmente encontra-se um irmão residindo com o casal. A escolaridade é baixa, porém foram constatados 04 com ensino médio e um com curso superior, mas predomina em sua maioria o ensino fundamental incompleto, e duas crianças em idade escolar.

De acordo com o Diagnóstico da EMATER, coordenado por Ribeiro, C.m. & Baldasso, N. A. (1998), nas comunidades estudadas a presença de pequenas propriedades é expressiva, as propriedades estudadas estão entre 3,5 e 130 hectares com a produção de fumo, milho, feijão, alfaça, gado de corte, cana-de-açúcar, fruticultura (menor escala), apicultura expressiva, sistema de tração animal, pequenas áreas com reflorestamento de eucalipto e oliveiras.

Na questão social se vê grande parcela de casas de alvenaria, com energia elétrica, boas estradas, transporte coletivo, centro comunitário, escolas, capelas, antenas parabólicas e poços artesianos.

A pluriatividade é um recurso recorrente na comunidade. Em todas as famílias entrevistadas a renda é complementada com trabalhos extras, agrícolas e não-agrícolas, desde trabalho de pedreiro, professoras, motorista e a indústria caseira muito desenvolvida, somando-se ainda a produção da apicultura. Entre os produtores entrevistados é comum o recurso da pluriatividade 70% em atividades

de empreitadas em conserto de cercas, atividade que ocupa em torno de dois (02) meses por ano.

Um dos entrevistados nesta localidade recebe bolsa família, são sete (07) pessoas, com quatro crianças, e um jovem de vinte e dois anos que passa três meses em Caxias do Sul colhendo maçã. A propriedade tem quatro hectares, mas há ainda uma propriedade na mesma localidade que será dividida entre os irmãos, na expectativa de aumentar extensão de terra, assim que concluído processo de partilha entre irmãos do entrevistado. Além de cultivar toda a extensão na propriedade, esse produtor tem uma parceria com um vizinho, cultivando a terra e pagando um arrendamento em produção em torno de 15% dos produtos cultivados.

É muito comum a criação de aves, galinhas, patos, marrecos, peru e galinha de angola. A criação de suínos, com suas instalações cercados de madeira ou tela, sendo a mesma arquitetura usada na criação das aves. Completando a paisagem, encontra-se a produção de hortaliças, de responsabilidade geralmente das mulheres. A produção do leite, usado para o consumo familiar e matéria prima da indústria caseira.

Na comunidade de Rincão de Lourdes observamos que seis (06) famílias estão entre os grupos de produtores de oliveiras. Também constatamos que a produção de oliveiras, em algumas propriedades, vem substituindo a produção tradicional (milho e feijão).

As lavouras de oliveira encontram-se ainda em estágio inicial, em apenas uma (01) das propriedades a plantação teve início em dez/2005, nas demais as plantações aconteceram a partir do ano de 2007, portanto, ainda não houve colheita em nenhuma das lavouras.

Em todas as lavouras foram realizadas a correção do solo. Das propriedades estudadas apenas uma (01) possui trator equipado (roçadeira, plantadeira e colheitadeira). Nas demais, usam o trator da prefeitura para o preparo da terra e outras atividades são feitas de maneira manual. É comum o uso de pesticidas nas lavouras de oliveira. Apenas duas (02) propriedades fazem irrigação com água bombeada para a lavoura em época de estiagem, as outras dependem da chuva.

Em média, a lavoura de oliveira ocupa pouco espaço nas propriedades estudadas, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 04 - Espaço ocupado pela atividade agrícola das propriedades

Tamanho da propriedade	Espaço destinado a Oliveira	Outras culturas
130 hectares	8 hectares	
30 hectares	2 hectares	7 hectares (milho e feijão)
20 hectares	2 hectares	
20 hectares	7 hectares	½ hectares (milho e feijão)

Fonte: dados primários.

Na propriedade de 130 hectares de área, a principal atividade desenvolvida é a pecuária, sendo que a agricultura ocupa o segundo lugar.

A apicultura é uma atividade expressiva na localidade do Rincão de Lourdes, entretanto, a maioria dos apiários está em terras de terceiros, os quais recebem porcentagem em torno de 1,5Kg por caixa ao ano. A COOAPI – Cooperativa de Apicultores de Caçapava do Sul vem recebendo apoio de vários órgãos como SEBRAE, Banco do Brasil, UNIPAMPA, Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, BNDS, MDS, Sindicato dos trabalhadores Rurais e EMATER.

Comecei a criar abelhas por conta própria, aos poucos fui investindo, fabricando caixas e comprando algumas , fabricando caxilhos, fazendo iscas para capturar enxames. (C.L.X.agricultor- apicultor,36 anos, entrevista realizada em 2010).

De acordo com o apicultor, que mora em propriedade dos pais com 4,8 hectares, além da produção do mel, também planta ervilhas e mandioca para venda, verduras para a subsistência. Sua principal atividade é a apicultura, além de atividades não agrícolas como pintor e pedreiro. A esposa também exerce atividades não-agrícolas, sendo professora na escola da comunidade num turno e no seguinte numa escola estadual na cidade.

O apicultor possui 150 enxames de Apis Melífera e esta começando a criar Jatai (Meliponínia). A produtividade atualmente é cerca de 3,5 toneladas por ano, com uma média de produção em torno de 23 kg por colméia ao ano.

O manejo da apicultura ocorre pela divisão de enxames, a cada dois enxames bons, é retirado um enxame para a formação de um terceiro. A colheita ocorre nos meses de Abril, Maio e Junho. A colméia é levada para lugares onde há matas de eucaliptos, após a colheita as colméias retornam aos seus antigos lugares, onde passam o inverno. O manejo é realizado para trocas de rainhas e alimentação de enxames que se encontram fracos.

Primeiro a agricultura, a abelha é uma alternativa, e deixa tempo para outras coisas, como para a fabricação das caixas, para multiplicar as abelha e Outras coisas são facilitadas porque tenho todos os equipamentos com bastante Tecnologia (A.D. agricultor-apicultor, 34anos, entrevista realizada em 2010).

Segundo o apicultor, "na primavera há outra safra, onde colhemos mel silvestre, "há uma diferença de sabores entre o mel silvestre e o mel de eucalipto, tanto no sabor quanto na cor, quanto ao valor nutricional, não há alterações". No manejo das abelhas e principalmente na colheita há trocas de ajuda, ou seja, os grupos se organizam e promovem as trocas de serviços.

3.2.4.5.1. Perfil dos Produtores Pluriativos e Estratégias Familiares

Na Comunidade do Rincão de Lourdes podemos caracterizar como uma agricultura de subsistência. No entanto, isto não significa isolamento perante o mercado. A propriedade da terra foi adquirida pela transmissão do patrimônio familiar, isto é, pelo processo de herança. Apenas dois produtores adquiriram a terra através da compra.

Os produtores pesquisados se encontram na faixa etária de 34 a 78 anos. A maioria nasceu na comunidade. Isto pode ser verificado pelo tempo de moradia na localidade. Constatamos que os produtores com área abaixo de 10 hectares arrendam terra para produzir ou formam parceria para aumentar área de produção. Dos estabelecimentos pesquisados, cinco recebem benefícios de aposentadoria, seja o proprietário ou algum membro da família, como o caso de um proprietário que recebe os benefícios de uma irmã excepcional.

A produção de parte de suas necessidades alimentares é realizada no próprio estabelecimento, principalmente a produção de feijão, batata, mandioca, cebola, leite, hortaliça, a produção de suíno, ovos, banha, carne e mel, frutas, quitandas, doces. Há ainda o milho que entra em toda a cadeia produtiva, isto é, na alimentação bovina, suína e aves, dentre outros que contribui significativamente para diminuir a dependência na aquisição dos produtos alimentares, favorecendo a elevação da renda. A maior parte dos produtos que excede a necessidade do

grupo familiar é comercializada. Os principais mercados são os próprios vizinhos e as feiras na sede do município.

A comunidade do Rincão de Lourdes vem se destacando na atividade da apicultura. Essa atividade gera dois tipos de ingressos nas unidades produtivas. A primeira, originária da produção do mel e, a segunda, pelo arrendamento da terra para a colocação de apiários. Outra atividade produtiva encontrada na comunidade é a produção de oliveiras, que segundo dados está ocupando espaço antes destinado à produção do milho. No entanto, é uma produção recente e deve ainda se expandir na comunidade.

O trabalho externo é uma prática recorrente na comunidade, serve para suprir as necessidades do grupo familiar. A maior parte das unidades possui fontes de renda externas, originárias de atividades não-agrícolas, como a apicultura, comércio, trabalho doméstico, professora, aposentadoria, profissionais liberais. Tais estratégias são fundamentais para assegurar a reprodução familiar.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS FAMILIARES

Para a caracterização do grupo familiar consideramos o número de pessoas que compõe o mesmo. Tínhamos uma noção de que estes seriam grandes, uma vez que historicamente a família rural tem ou tinha um número maior de filhos, até pela questão da reprodução de mão-de-obra. Mas não foi o que encontramos nas regiões pesquisadas. No geral as famílias têm um ou dois filhos, encontramos uma única exceção uma família com quatro filhos, sendo assim, a média ficou em quatro pessoas por grupo familiar.

Nas famílias estudadas a média de escolaridade dos adultos é baixa, ficando em torno da 4ª série, com exceção de duas comunidades – Rincão de Lourdes e Coxilha São José, onde constatamos 04 produtores com ensino médio completo, uma produtora com curso superior completo e outra ainda cursando o ensino superior. Os filhos têm uma média de 6,3 anos na escola e, com exceção de duas pessoas adultas sem escolaridade, e crianças que ainda não atingiram a idade escolar.

As famílias que tem crianças em idade escolar são poucas porque as crianças levantam de madrugada para estudar no perímetro urbano. Então os pais muitas vezes aconselham aos filhos a estudar para não passar trabalho como eles, por isso são difíceis encontrar jovens no rural, principalmente do sexo feminino devido este pensamento que seus pais passam como fosse uma coisa ruim ser produtor rural. (A.F, agricultor familiar, entrevista realizada em 2010).

Como o transporte escolar facilita as condições de deslocamento, tanto no Rincão da Salete, quanto na Coxilha de São José, Rincão de Lourdes e em Santa Barbinha, há o deslocamento das crianças para uma escola pertencente ao município de São Sepé, mais próximo do que de Caçapava. Já na Vila Progresso existe escola de Ensino Fundamental incompleto, após esse ciclo, os estudantes são encaminhados para uma escola de Ensino Fundamental completo, a poucos quilômetros da vila. Após a escola muitas crianças retornam para ajudar nas atividades desenvolvidas pela família.

Um dos critérios para a seleção das famílias a serem pesquisadas era o desenvolvimento de atividades não-agrícolas em conjunto com a pequena agricultura, acreditamos que este fator influenciou para que a média de idade das pessoas dos grupos selecionados aproxima-se em torno de 34,6 anos.

Quem mora no interior para não passar fome, ou para ter Condições de vida, tem que trabalhar muito. Não adianta ficar na Sombra esperando, nós mesmo muito cedo estamos na lavoura plantando as parreiras perto da lavoura para ficar mais fácil. (Z.C.agricultor familiar,65 anos, entrevista realizada em 2010).

Conversando com os pequenos produtores de qualquer uma das regiões ouve-se muito falar sobre diversificação da produção para trazer desenvolvimento das comunidades. Diz um produtor, “não dá para continuar fazendo como o meu pai fazia há 30 anos, só plantando milho e feijão, diversificando, vão ter trabalho e renda o ano todo”. É também comum ouvir a respeito das relações sociais, ou seja, as famílias costumam discutir entre seus membros as decisões a serem tomadas. “as famílias que só chefe que manda está em extinção” (A.F. Agricultor familiar, 28 anos, entrevista realizada em 2010).

Uma produtora de outra região reafirma esta situação: “agora mesmo está terminando a mandioca, mas logo em seguida nos já temos o tomate e as frutas de verão, já recomeça o trabalho para a família toda, enquanto isto meu marido está trabalhando no florestamento”. (M.R. agricultora, 44anos).

As relações de parentesco limitam-se quase sempre a pai, mãe e filhos, eventualmente uma avó ou um tio ou tia. Embora em alguns casos haja mais de uma residência na mesma propriedade, repete-se a relação de parentesco. O fato de ser uma pequena propriedade não impede que mais pessoas possam utilizar a área, mesmo que seja apenas para subsistência. Eventualmente, havendo condições, a família ou os grupos familiares arrendam quatro ou cinco hectares para complementar as necessidades de produção, especialmente quando um filho ou um irmão casa.

Nas famílias estudadas, nas cinco comunidades, observamos uma regularidade em relação às atividades executadas por homens, mulheres e demais membros da família. A divisão de trabalho social está posta no campo masculino e feminino é o trabalho doméstico – cuidar das crianças, cozinhar e arrumar a casa – que fica exclusivamente a cargo da mulher, atuando também em atividades consideradas como simples extensão da casa: tratos com a horta e animais, além de trabalhar na lavoura durante o ciclo agrícola, a produção de pães, bolachas, queijo, doces e em alguns casos na confecção de acolchoados. Os homens em geral cuidam da lavoura, manejo e alimentação de animais de pequeno e grande porte e transações financeiras. Mas de acordo com os depoimentos, O serviço na lavoura, de maneira geral, fica a cargo do casal até o momento dos filhos alcançarem a idade suficiente. Com oito anos, eles (os filhos) realizam pequenas tarefas, desde a alimentação de aves, animais, limpeza de pátios; por volta dos 14 anos de idade, é o momento de ingresso na lavoura, após o turno da escola.

A situação de dupla jornada ficou bem evidente no Rincão da Salete, onde observamos e acompanhamos mulheres que além de todas as atividades desenvolvidas, cuidam das lavouras, capinando, lavrando, colocando calcário e posteriormente fazendo a colheita. Também acompanhamos algumas agricultoras que, na ausência dos maridos e filhos ou com ajuda destes e em sistema de mutirão ou parceria, ajudam a fazer a secagem e recolhimento dos grãos armazenados na cooperativa – COFASUL.

Este é um trabalho cansativo que exige grande esforço por parte dos parceiros. Inicialmente estendem-se grandes lonas no terreno lateral ao prédio, onde é colocada grande quantidade do produto que fica horas exposto ao sol. Uma pessoa fica encarregada de mexer ou virar os grãos (feijão), ao entardecer inicia-se

o processo inverso, retirando o produto das lonas e guardando-os novamente na parte interna do prédio.

Observou-se que, seja na Associação de Moradores da Santa Barbinha, na COFASUL ou na Coxilha de São José na APAC, as mulheres estão atuando ativamente, buscando seus direitos, fazendo sua parte não só na produção, como também na organização de entidades que possam auxiliá-las a atingirem seus objetivos. Em todas as atividades que observamos ou participamos durante o período de pesquisa, a presença das mulheres nas comunidades foi constante e ativa, apresentando problemas, prioridades e sugerindo soluções.

4.1 O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E CONDIÇÕES DE VIDA DOS PRODUTORES

Segundo informação do ex-secretário municipal de educação, até 1962 havia cem (100) escolas rurais e, apenas uma escola na cidade. Eram escolas primárias multisseriadas que atendiam desde a alfabetização até a 4ª série. Na gestão de 1973 a 1977 foi elaborado um projeto de aglutinar as escolas; com essa determinação, após a 3ª série as crianças passavam para escolas maiores, surgindo desse projeto o transporte escolar. No espaço rural havia um arranjo “casa-escola”. Consistia na cedência de um espaço físico para o funcionamento de uma sala de aula, onde o proprietário tinha interesses pessoais para a educação de seus filhos, a prefeitura mantinha o professor que atendia os filhos do proprietário e as crianças da comunidade. Talvez isso explique a baixa escolaridade encontrada no espaço rural, principalmente, no que diz respeito aos produtores com mais de 60 anos de idade, uma vez que o arranjo “casa-escola” era um projeto dos grandes proprietários de terra, ainda que atendesse crianças da comunidade. É possível afirmar que nas áreas das pequenas propriedades esse arranjo pode não ter sido utilizado.

Atualmente, a maioria dos adolescentes e jovens se dirige à cidade para estudar, principalmente, para o ensino médio e, uma minoria, para o ensino superior, em veículos que fazem um percurso diário de ida e volta em linhas estabelecidas, patrocinadas pelo poder público municipal. Outros passam a residir na cidade para estudar e poucos retornam para as propriedades, inserindo-se no

mercado de trabalho urbano, principalmente as mulheres. O grau de escolaridade dos pesquisados acima de 60 anos de idade é baixo.

4.1.1 A ORIGEM DAS PROPRIEDADES E A TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO FAMILIAR

Na pesquisa de campo constatamos que a principal forma de acesso à propriedade foi por meio da herança paterna, conciliada com a compra de outra parcela, permitindo o aumento da propriedade herdada, que nem sempre faz divisas com a propriedade de origem que possui. Um percentual menor, entre os pesquisados, possui propriedade proveniente exclusivamente da compra 18,75%%. Um percentual em torno de 54,16% permanece, apenas, com a propriedade que herdou de seus pais. Há aqueles que adquiriram terras, além das que herdaram, ao longo de suas vidas, através de muito trabalho e economia. Como é o caso Sr.Z. C. M. que hoje detém uma propriedade de quatro hectares herdada do pai e também adquiriu 10 hectares em outra localidade e possui uma herança que ainda não foi transmitida. No entanto o Sr. Z, agricultor de 48 anos, explora a área de 4 hectares com uma diversidade de produtos, a outra área é dedicada a pecuária de corte e, ainda presta serviços, trabalhando 2 meses por ano.

Também se constatou que a transmissão das terras ocorre ainda em vida dos atuais proprietários, como o caso da proprietária H. L. S. que realizou a transmissão das terras para seus herdeiros, assegurando a continuidade do patrimônio sociocultural, permanecendo em uma propriedade com 3,5 hectares.

A transmissão da terra ou sua partilha é realizada sem privilegiar qualquer dos filhos, seja ele do sexo masculino ou feminino. Contudo, o processo de transmissão da terra pode ser visto de duas formas. A primeira é que o processo de herança rural pode ser uma das alternativas de conter a migração da população rural para o meio urbano e, em segundo, pode ser também uma forma de fragmentação da propriedade. Das comunidades estudadas pode-se constatar que as unidades produtivas de reduzidas áreas são propriedades herdadas, ainda que os produtores tenham aumentado suas áreas, as originadas de herança são sempre menores.

Considerando a idade bastante avançada da população rural, segundo levantamento realizado no trabalho de campo e ainda de acordo com informação fornecida pelo presidente da UAR (União das Associações Rurais do município de Caçapava do Sul), “80% da população é idosa no rural do município”, o grande número de aposentadorias a fragmentação das propriedades, a grande maioria inferior a 10 ha que é o caso principalmente das comunidades: Rincão de Lourdes e Rincão da Salete, onde a maioria dos agricultores nasceu na propriedade, podemos entender que a reprodução e a manutenção desses proprietários se justifica não só pela transmissão da terra, mas principalmente pela transmissão de um legado cultural na forma de produzir e na organização da unidade produtiva. No entanto, podemos olhar para essa realidade de forma distinta. Temos que considerar que são agricultores pluriativos onde a grande maioria encontrou nas atividades temporárias elementos de complementação de seu rendimento e, no arrendamento de terras, aumento de sua área produtiva. Precisamos considerar também, além disso, o papel exercido pela produção do autoconsumo na unidade produtiva, que também é uma das formas de estratégias de elevação da renda.

A análise de Chayanov sobre a produção mercantil simples é relevante para a compreensão da produção familiar no município de Caçapava do Sul foco desse estudo, uma vez que algumas práticas adotadas pelos agricultores como, por exemplo, as do autoconsumo, podem ser explicadas como um tipo de estratégia de sobrevivência, aspectos esses que encontram dificuldade para serem analisados a partir de uma análise do modo capitalista de produção.

A forma de organização do processo produtivo – produção para o autoconsumo, trabalho temporário, arrendamento de terra ou parceria - pode ampliar a oferta de produtos para o mercado, aliada a intensificação da força de trabalho familiar pode contornar a descapitalização presente na unidade produtiva. Por outro lado, a transmissão do legado cultural reproduz a forma de organização e a manutenção dos grupos enquanto agricultores familiares.

Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho, e formas diferenciadas de apropriação da natureza, que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito

complexo das sociedades capitalistas contemporâneas (CARVALHO, 2010, 01).

De acordo com Lamarche (1993, p.19), entendemos que o funcionamento da exploração familiar deve ser analisado dentro de uma dinâmica onde a cada tomada de decisão importante resulta de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: A memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro.

4.2 AGRICULTURA FAMILIAR: TERRA, A FAMÍLIA E O TRABALHO COMO UNIDADE DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Para uma melhor compreensão da situação atual vivida pela agricultura familiar do município de Caçapava do Sul se faz necessária a abordagem de três fatores, que na verdade se apresentam como sendo os pilares de sustentação dessa condição, ou seja, a terra, o trabalho e a família. Além disso, soma-se à diversificação da produção onde é priorizada a produção do autoconsumo. Através da vivência desenvolvida ao longo do trabalho de campo, foi possível verificar que, na prática, esses três fatores são de extrema importância na consolidação da agricultura familiar no município de Caçapava do Sul – RS.

A diversificação da produção de gêneros alimentícios é um meio de assegurar a reprodução familiar. Observou-se que parte da produção, como hortaliças, grãos e criação de animais destinam-se ao consumo da unidade produtiva e outra parte para o mercado. Entretanto, para as unidades familiares, a produção para o próprio consumo é uma prioridade. A produção destinada à satisfação das necessidades do grupo familiar representa um meio efetivo de rendimentos, sendo visto como indispensável a sua reprodução.

As famílias das unidades produtivas familiares moram no meio rural, porém, torna-se cada vez mais comum que parte da família trabalhe e estude nas cidades, como forma de complementar a renda familiar. É comum a afirmação “todos já estão encaminhados”. É importante ressaltar que a expressão “filhos já encaminhados”, refere-se principalmente as filhas. BRUMER (2001, p.241) explica

por que ocorre uma migração seletiva por idade e sexo. Segundo essa autora, é preciso levar em consideração, por um lado, as (falta de) oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens de forma independente da tutela dos pais; as tradições culturais, que priorizam os homens na execução dos trabalhos agropecuários [...], as mudanças ocorridas nas aspirações dos jovens de ambos os sexos, mas que parecem ser mais consideráveis no que diz respeito às mulheres, principalmente devido ao fato de elas terem, em média, níveis de escolaridade mais elevados do que os homens.

A aposentadoria é outra renda não agrícola comum nas famílias rurais entrevistadas, representando 27,8% da amostra. Existe uma tendência em curso que aponta para o envelhecimento dessa população rural. Outra informação que confirma essa realidade refere-se à idade média dos chefes de família, estão na faixa etária entre 55, 04 média de idade.

Torna-se necessário ressaltar que as atividades de autoconsumo constituem, também, parte dos rendimentos. A produção de parte de suas necessidades alimentares no estabelecimento, que contribui, significativamente, para a elevação da renda. Portanto, sem a produção destinada ao autoconsumo, a reprodução dessas unidades produtivas provavelmente seria comprometida.

Verifica-se que a produção agrícola é diversificada no município, mesmo considerando as pequenas áreas ocupadas pela produção familiar e sua disposição topográfica. (As pequenas propriedades rurais se reproduzem enquanto residuais de um tradicionalismo marcante na história brasileira (Iamarche, 1993). Esses estabelecimentos rurais caracterizam-se pelo predomínio do trabalho familiar, ou seja, a família é responsável pela administração e gerenciamento das atividades e também pela maioria do trabalho realizado na propriedade.

Cada membro da família, pai, cônjuge, filhos, possuem seus deveres e obrigações diárias. Na realidade, há sempre muito trabalho para todos e os maiores problemas dizem respeito à remuneração do grupo familiar, ao baixo valor agregado aos produtos agrícolas, assegurando uma baixa renda agrícola aos membros da família, o que tem causado a diminuição da população rural.

Contudo há uma combinação da produção para o mercado – geralmente “o que sobra vende” e para o autoconsumo – como criação de bovinos, suínos, aves, ovinos, leite, ovos, queijos, doces, quitandas, rapaduras, licores e vinho de laranja,

mel, ervilhas, hortaliças, mandioca, batatas, milho, feijão e outros – são estratégias de sobrevivência do estabelecimento rural e da família. Essa diversidade de produtos ameniza os problemas frente não só em relação às irregularidades de mercados, mas, principalmente, pela falta de um planejamento da produção para assegurar ingressos monetários regulares. E outra, é a situação dos baixos preços dos produtos agrícolas em relação aos preços dos insumos agrícolas.

A agricultura familiar hoje esta defasada quase extinta porque hoje para se produzir o produto fica muito caro perto das grandes plantações com o nosso preço para concorrer fica muito difícil. Eu vou te dar um exemplo do que a gente produz lá fora é o alimento que o supermercado vende 12 meses por ano e a gente colhe uma vez por ano, vamos pegar a mandioca como exemplo há 7 anos era plantada só para o consumo da casa e eu plantei 3.500 pés de mandioca e depois na hora da venda eu fui vender nos mercados eu vendi com casca a 1 real o quilo, isto há 7 anos com o lucro comprei um fusca de uma horta de mandioca. (A.F.F.agricultor-familiar, 27 anos, entrevista realizada em 2010)

Nas propriedades com maior extensão predomina o sistema integrado agricultura/pecuária de corte e a pecuária leiteira. Com a introdução das oliveiras, hoje há uma combinação de pecuária de corte e leite com a produção de oliveiras. Os produtores familiares desenvolvem uma agricultura diversificada com poucos recursos, tecnologia, disponibilidade de terra e mão de obra (a maioria dos filhos destes produtores migrou). A maior parte de sua produção destina-se ao autoconsumo. O gado serve como uma espécie de poupança, quando precisam de dinheiro, vende o gado; a produção é para subsistência, quando sobra, vende-se. Quando precisam de mão de obra extra para limpeza do campo, capina e plantio ou colheita recorrem ao “puxirão”, troca de serviço, pois não teriam condições de pagar mão de obra extra. Na troca de dias ou troca de serviço, um grupo de produtores, vizinhos mais próximos, normalmente se reúne em uma determinada propriedade para a execução de uma jornada de trabalho coletivo. Quando as necessidades são sanadas, esse grupo se desloca para a propriedade de outro, vizinho que também colaborou com as atividades da primeira. Mas o que torna tudo isso possível é o cotidiano vivido e baseado em sólidas relações de vizinhas, de comunidade. No geral, o casal ainda é o principal responsável pelas atividades dentro da propriedade uma vez que os filhos, em muitos casos, encontram-se envolvidos na formação escolar e não dispõem de tempo integral para auxiliar nas

atividades. Durante o período escolar os adolescentes, principalmente, acabam por colaborar de forma parcial com as atividades da propriedade. Enquanto isso, mesmo com a ajuda dos vizinhos através da troca de dias, em períodos em que mesmo todo o esforço da família não seria suficiente para atender à demanda de trabalho, a contratação de mão-de-obra temporária torna-se inevitável. O uso da prática de troca de serviço em todas as comunidades pesquisadas é uma prática freqüente entre os agricultores familiares.

4.2.1 ESTRUTURA DAS PROPRIEDADES

A estrutura das propriedades varia muito de uma localidade para outra. As maiores propriedades encontram-se na localidade de Santa Barbinha, com uma média de 105 hectares, no entanto, em todas as propriedades há áreas inaproveitadas. Segundo levantamento realizado por Ribeiro, M. M (2006), em sua maioria os produtores de Santa Barbinha arrendam terras, o que se justifica pelas condições do relevo, ou seja, muitas áreas inaproveitadas para agricultura são utilizadas na pecuária familiar. Conforme o quadro abaixo. Isto significa que as características topográficas do município impõem outro fator de dificuldade a essa situação.

Quadro 08 - Estrutura da Terra na comunidade de Santa Barbinha – 2006

Próprias	Arrendadas	Parceria	Cessão de uso	Inaproveitadas
253 ha	105	104		25
70				05
07	40			
22				
102			12	05
25	87			05
	34			04
35	100			10
39				02
10				01
38				02
75	15			05

Fonte: Márcio M. Ribeiro -2006

Nas comunidades do Rincão da Salete, Vila Progresso, Coxilha São José e Rincão de Lourdes, as propriedades são menores, perfazendo uma média de 17 hectares. Todas essas comunidades são consideradas áreas da agricultura familiar de subsistência. Em várias delas as propriedades estão em sistemas de condomínio. Em outras, toda a família utiliza as terras sem se preocupar com a divisão e registro das mesmas, pois esta pertencia aos pais e outros familiares, conforme afirmação ouvida, “a gente não viu necessidade de dividir, afinal é todo mundo da família” (A.R. Agricultora familiar, 44 anos). No Rincão de Lourdes, das famílias entrevistadas, a maioria herdou sua propriedade e muitas estão ainda em processo de divisão do patrimônio. Na mesma localidade, uma proprietária permanece em uma área de 3,5 hectares porque já entregou a parte dos herdeiros; aposentada, mantém a propriedade no sistema agricultura e criação, cultivando milho, feijão, mandioca, batata e uma horta muito diversificada.

Segundo dados obtidos ao longo das entrevistas, são poucos os casos de compra de novas terras dentro do município. O que ocorre é o arrendamento de áreas ou parcerias, visando à ampliação da área de cultivo, principalmente de culturas que possuam uma melhor valorização no mercado. Ou seja, esta tendência vem ao encontro de uma necessidade de ampliação da produção como consequência de uma eficaz inserção no mercado.

No Rincão de Lourdes observamos que muitos proprietários recebem uma renda externa com o aluguel da terra para a apicultura. Dessa atividade há o complemento da renda em 10% da produção. Muitos recebem o produto, que também repassam para a COOAPI.

As casas são de alvenaria, bem conservadas ou novas, possuem energia elétrica e a água é puxada da fonte ou cacimba com bomba, exceção à Coxilha de São José que tem água tratada. Algumas casas têm ambientes específicos para a produção e armazenagem dos produtos da indústria caseira. Na proteção das casas utilizam cercas de arame comum ou farpado, mas em algumas propriedades encontramos cercas elétricas. Quase todas as propriedades possuem um ou mais açudes, sendo que algumas já estão desenvolvendo a piscicultura.

A chegada da energia elétrica possibilitou que o agricultor pudesse adquirir TV, geladeira, freezer, batedeira, liquidificador e, mais recentemente, dois produtos

que facilitam muito a vida da dona de casa, especialmente para a fabricação de pães: o forno e o cilindro elétricos.

As construções adicionais para criação de aves, porcos e outros animais domésticos seguem um padrão semelhante em todas as regiões: chiqueiros cercados de madeira (tramas) colocados lado a lado, amarrados em cima e em baixo com arame bem firme, o que evita a fugas dos suínos; estratégia semelhante é usada nos galinheiros, sendo que estes ficam suspensos e ainda têm telas para evitar o roubo por parte de animais selvagens, como raposas e graxains. Alguns chiqueiros têm piso de cimento facilitando a limpeza. Em duas propriedades encontramos galinhas e porcos livres, as criações de aves não se limitam a galinhas, normalmente há patos, marrecos, gansos e alguns perus.

Os pomares são variados e mudam de comunidade para comunidade. No Rincão da Salete há muitas figueiras. Na Coxilha de São José há uma boa variedade de plantas, resultado da primeira experiência com o Kit pomar, havendo ali muitos pêssegos. Na Santa Barbinha destacam-se as peras. No Rincão de Lourdes aparecem as oliveiras e a presença muito forte da apicultura.

Embora a área de produção seja restrita, o espaço de produção é compartilhado com outras atividades para o consumo familiar, como a criação de pequenos animais; gado bovino que lhes fornece carne, leite e derivados; cultivam também feijão, milho, mandioca, abóbora, batata doce e outros, normalmente não muito próximas à casa para evitar os animais domésticos. As sobras são comercializadas, complementando as necessidades do grupo familiar. A importância do leite está na garantia de uma renda mensal, ainda que na maioria dos produtores entrevistados, a comercialização do leite ocorra entre vizinhos. As mangueiras para prender os animais são comuns e normalmente pouco seguras, porque em geral são usadas só com vacas mansas para tirar leite, geralmente uma ou duas, encontramos apenas um caso em que havia seis vacas de leite na propriedade.

4.2.2 O USO DA TERRA

Uma das questões fundamentais para a caracterização do que definimos como unidade de produção familiar assenta-se na relação estabelecida entre o

proprietário e sua família com a terra – com a propriedade. A partir dessa compreensão, buscamos valorizar todas as relações sociais e culturais criadas em torno da família, pais e filhos. Praticamente, em todas as propriedades visitadas nas comunidades rurais, Rincão de Lourdes, Vila Progresso, Cochila São José, Rincão de Salete, Santa Barbinha, o trabalho e a gestão do processo produtivo são assegurados diretamente pela família. O “trabalho assalariado é escasso, o que é comum a utilização de troca de serviços entre os agricultores, o Puxirão” como foi mencionado por um produtor.

Essas comunidades rurais apresentam diferenças socioeconômicas e semelhanças no processo produtivo: a pecuária familiar, oliveiras, fruticulturas, suínos, aves, leite, doces, etc., as diversas estratégias de reprodução como troca de dia de serviço, o “puxirão”, produção em parcerias, a meia e pagamento por dia de serviço entre as unidades produtivas que compõem cada comunidade. Em cada unidade produtiva prevalecem determinadas combinações de produtos para o mercado e para o autoconsumo – como criação de bovinos, suínos, aves, leite, ovos, queijos, doces, quitandas, rapadura, mel, vinho de laranja, mandioca, milho, feijão e outros – com essas combinações são construídas as estratégias de sobrevivência do estabelecimento rural e da família.

Hoje a agricultura tem que ter um pouquinho de cada coisa para se manter no mercado. Hoje eu produzo mandioca, milho e com a pecuária em confinamento e também ovelha. Vendo só a raiz da mandioca o resto passo no triturador e dou para os animais e não coloco fora e ainda preciso comprar comida para engordar os bichos então um ajuda outro, Tenho plantação de abóbora, morango e um canto de feijão para o consumo e o que sobra vendo. (A.F.F.agricultor-familiar, entrevista realizada em 2010).

Os produtores de subsistência desenvolvem uma agricultura diversificada com poucos recursos, pouca tecnologia, pouca disponibilidade de terra e mão-de-obra (a maioria dos filhos destes produtores migrou). A maior parte de sua produção destina-se ao autoconsumo. Desenvolve-se a criação animal, também para o consumo. Por isso a presença de lavouras de milho é generalizada nas comunidades do município. O milho é cultivado em todas as propriedades pesquisadas, sendo destinados para a criação de aves, suínos e bovinos.

Para preparar o solo, os proprietários contam com a oferta dos serviços da Prefeitura de Caçapava do Sul, ou seja, com a patrulha agrícola. A patrulha

agrícola sediada na secretaria municipal de agropecuária, no ano de 2009, atendeu 452 produtores, com uma média de 3,85 produtores atendidos, perfazendo um total de 1.741 Hectares trabalhados. O problema é que todos precisam arar o solo no mesmo período, quando a patrulha agrícola não chega a tempo, o recurso é a utilização do trabalho manual e de tração animal.

De acordo com os produtores, em sua maioria, utilizam 50% de adubo, 20% de uréia, 30% de calcário, numa combinação que visa diminuir o gasto com o adubo e, de acordo com sua visão “se tem o mesmo resultado. Os produtos químicos são utilizados principalmente no milho, “já o feijão não é tão necessário”. A explicação para a utilização dos produtos químicos na produção do milho é justificada:

O milho é mais demorado leva 5 a 6 meses para colher. Aí colocando (o adubo) ele grana melhor e rende e vem mais rápido, tendo chance de escapar de uma seca (Z.C. Agricultor, 56 anos, entrevista realizada em 2010).

As propriedades com uma área muito reduzida praticam uma produção diversificada de subsistência. Esses produtores procuram diversificar a produção, buscando satisfazer suas necessidades de consumo (feijão, milho, hortaliças, mandioca, leite, suínos, ovinos e aves) e comercializam o excedente ou, como dizem, “o que sobra” (feijão, ovos frangos e frutas). Contudo, em todas as propriedades que detém este formato há uma vinculação com o mercado via venda dos produtos. Ainda que esse mercado seja informal, como a venda de feijão e leite para os vizinhos. Assim, as suas necessidades têm sido adequadas a esses rendimentos. Somados a uma renda extra, seja a aposentadoria, serviços prestados dentro da própria comunidade, ou a bolsa família dos que ainda têm filhos em idade escolar.

Há uma tecnologia, porém, são reduzidas a arado de tração animal, triturador e a carpideira. A prefeitura colocou à disposição os serviços de trator com um pagamento de uma pequena taxa pelos serviços, contudo esse serviço não atende a tempo e a contento as necessidades dos mesmos, uma vez que a demanda é superior à capacidade de prestação de serviços disponibilizados.

Assim, pode-se afirmar que os agricultores familiares do município de Caçapava do Sul não foram inseridos na cadeia produtiva dos complexos agroindustriais (ausente no município). Eles também não adotam tecnologia de

ponta, em função do custo e, principalmente, pelo tamanho da área das unidades produtivas. Além disso, não fazem nenhum investimento se não tiverem certeza do retorno dessa atividade. Conforme depoimento do Presidente da UAR “os produtores têm medo do risco, tem medo de produzir mais e depois não vender a sua produção” (Presidente da UAR).

4.2.2.1 AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO FAMILIAR

Admitimos que nas áreas pesquisadas as unidades produtivas apresentam caracteres diferenciados em vários aspectos: naturais, sociais, culturais, econômicas, grau de inserção no mercado, dentre outros. As lógicas de funcionamento são distintas, mas possuem alguns elementos comuns, ou seja, trabalho, terra e família estão relacionadas. Muito embora a produção permaneça familiar, as transformações tecnológicas associadas às mudanças de comportamento nas sociedades modernas refletem-se na composição interna das famílias, atualmente, mais reduzidas.

O agricultor entrevistado, mais do que proprietário de uma área de terra, é um trabalhador; ou melhor, é um proprietário que trabalha com a família (WANDERLEY, 1989). Neste sentido, todos os agricultores que se intitulam proprietários participam das atividades agrícolas, dirigindo e executando tarefas. No que diz respeito ao trabalho na unidade produtiva, predomina o emprego da mão de obra do grupo familiar. Já nas unidades produtivas em que o chefe não pode contar com a mão de obra própria, ou seja, os filhos são crianças sem condições de trabalhar ou ainda proprietários em que os filhos já não residem na propriedade, a solução para aqueles que não dispõem de condições financeiras para contratar mão de obra externa, o recurso é a troca de serviços entre os vizinhos. Os que dispõem de recurso para pagamento de mão de obra contratam geralmente nos períodos de maior pico de trabalho o trabalhador temporário.

O uso de mão de obra temporária nas unidades produtivas estruturadas no trabalho familiar caracteriza uma necessidade inerente à própria atividade agrícola. Períodos de plantio e colheita são períodos que requerem maior utilização da mão de obra, pois sua ausência pode comprometer a produção, seja na hora do plantio

ou na colheita para evitar perda da produção. Há também carência de tecnologia. O pouco uso do trator nas pequenas áreas torna-o inviável. Também se devem considerar as situações do relevo, em muitas áreas apresentam até 10% da área da propriedade inaproveitável.

Assim, as diferenças entre os produtores e suas propriedades, em todas as comunidades, quanto à disponibilidade de terras, tecnologia disponível, mão de obra disponível, opção produtiva, situação de relevo, seja da agricultura ou da pecuária familiar, todos estes fatores condicionam suas estratégias de produção.

4.2.2.2 INDÚSTRIA CASEIRA: ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O que a indústria caseira está produzindo em Caçapava e de que forma? Especificamente, no modelo de produção que estamos estudando, ligado à agricultura familiar, o que estão fazendo, e como?

Os produtores que entrevistamos estão produzindo os mais variados tipos de produtos: dos derivados do leite: doce de leite, ambrósia, rapadura de leite, queijo, ricota, requeijão, mumu. O leite quando é comercializado é comercializado entre vizinhos, mas sua utilização encontra-se na produção de doces e outros derivados. Nas Unidades produtivas o leite tem a mesma valorização do milho, isto é, presente na cadeia produtiva.

Dos derivados das frutas e legumes: pessegada, marmelada, figada, goiabada, perada, compota destas frutas, doce e vinho de laranja, geléias de morango, figo, pêssego, doces de abóbora e batata, licores, rapaduras e abóbora e amendoim, conservas de pepino, pimentão, cenoura e beterraba. Mandioca vale pouco? Descascada e embalada não, é o que afirma um produtor, que durante a safra vende em torno de 2.000 Kg por mês.

Como a produção é artesanal, o trabalho é pesado e demorado. Os doces são feitos diariamente, conforme a natureza de cada um. E, além da atividade de produzir os doces e outros produtos da indústria caseira, há o trabalho de colher as frutas ou legumes. Depois de prontos, começa o trabalho de condicionamentos dos produtos, encaixotamento e comercialização.

E matéria prima para tudo isso? “Sai tudo aqui de casa, nós é que produzimos, só compramos o açúcar” diz uma produtora. Por isso que se fala que na agricultura familiar todos os membros da família estão envolvidos. Quem não está plantando e manejando as lavouras, as hortas e os pomares, está colhendo, industrializando, comercializando.

Aqui em casa cada um faz a sua parte, eu cuido da casa da horta, a avó e o pequeno cuidam das galinhas e outras aves, o compadre tira o leite e cuida dos porcos, o meu marido, faz os queijos, o requeijão, os doces e os licores e cuida as lavouras e o guri e a guri que estão na escola fazem o que aparece de serviço extra.[...] No início deste ano queriam material escolar caro, nos tínhamos que pagar alguém para limpar o campo aqui perto de casa, eles limparam e puderam comprar o material que queriam. Até o tio que tem mais de setenta anos ajuda limpando o terreiro e tudo ao redor da casa.(R.D.agricultora-doceira, 52 anos, entrevista realizada em 2010).

Não podemos negar que encontramos um ambiente de colaboração e divisão do trabalho entre os membros dos grupos familiares, como já foi relatado no caso da COFASUL, por exemplo, mas praticamente em todas as unidades produtoras, ou pelo menos em 90% dos casos, quem organiza, produz e comercializa os produtos é a mulher.

As produtoras de doces também vendem seus produtos para os supermercados, feiras, postos de gasolinas (rapaduras) e diretamente para o consumidor. Essas atividades têm assegurado uma complementação da renda da produção familiar através de uma agregação de valor e eliminação dos intermediários, representando uma estratégia de sobrevivência.

É o caso de uma produtora que produz uma variedade de doces: marmelada, pessegada, goiabada, abóbora, figo batata, ambrosia, laranja, mumu, geléia de morango, além da produção de pães, biscoitos, polvilho, nata, palitinho, passas de pêssego. Só de doces de calda produz uma média 100 vidros de 700 g. Para essa produção, a propriedade produz o figo em torno de 2.000 quilos do qual transforma em 600 kg de figada; o figo verde é congelado para garantir a matéria prima durante o ano. O leite e os ovos, batata, abóbora, cana de açúcar, mel, amendoim para a fabricação dos doces são cultivados na própria unidade produtiva. Essa produtora possui em torno de 28 hectares de terra, uma com 1,5 hectares onde a família reside e onde são plantadas as frutas, e a criação do gado

leiteiro, suíno e galinhas. Outra propriedade, na mesma localidade é destinada ao gado de corte. Por conta da produção de doces consegue um rendimento em torno de R\$ 2.500,00 mensais. A produção é comercializada, além do mercado de Caçapava do Sul, se estende aos mercados de São Gabriel, Vila Nova do Sul, Santa Margarida e Vila Progresso.

Na apicultura são 12 caixas das quais a produtividade é em torno de 40 quilos por caixas. Soma-se a produção de doces, mel, figo cristalizados e a produção do vinho de laranja. A mão-de-obra utilizada na variedade de produtos é da própria família e um agregado, são quatro pessoas. De acordo com a produtora, existe matéria prima que poderia aumentar a produção, no entanto, falta mão-de-obra, não há mão de obra disponível na localidade.

Mesmo as famílias sendo sócias da Cooperativa, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e/ou associações, a produção da indústria caseira é realizada de forma individual. Cada família ou unidade produtiva decide o que vai produzir, como vai produzir. Eventualmente encontram apoio na hora da comercialização, quando há eventos a Associação ou a Cooperativa levam os produtores e conseguem stands para a venda dos produtos. Contudo, os produtores familiares vêm sofrendo influências externas despertando para novas perspectivas de produção e comercialização de seus produtos com preço mais justo. É o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar por parte do governo federal, que vem promovendo uma maior geração de renda, assegurando uma maior circulação de recursos financeiros na economia do próprio município. Além disso, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – permite ao agricultor familiar não só a opção de comercialização de seus produtos, mas também de poder de barganha na hora de vendê-los, pois na medida em que trouxe uma melhor organização dos produtores, aumenta suas possibilidades no mercado.

4.3 ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO E MEIOS PARA AGREGAR VALORES AOS PRODUTOS

Não encontramos nenhum caso entre os grupos familiares pesquisados, em que houvesse o cálculo real dos custos da produção. Não há esta preocupação

entre os produtores. “Eu só calculo o preço do açúcar e das embalagens se eu tiver que comprar”, diz o produtor. A explicação para o “seu eu tiver que comprar”, é porque no caso dos doces, para a sua produção o produtor cultiva a maior parte da matéria prima utilizada, ou seja, ele planta a abóbora, figo, pêssego, marmelo, laranja, batata doce, amendoim, além do leite produzido na unidade produtiva. A própria embalagem do doce é recolhida em sua próxima ida à cidade.

Isto se explica pelo fato de que a maioria dos produtores tem seus clientes fixos. Muitos clientes deslocam-se da cidade para o interior com a finalidade de adquirirem os produtos de seus fornecedores conhecidos e devolverem as embalagens que ficaram na outra compra.

Produzir algo em casa para vender fora é fazer “quitanda. Segundo Oliveira (1971), é “um ambulante”. Aparentemente é o que ainda esta acontecendo com a indústria caseira realizada por produtores rurais no município de Caçapava do Sul. As famílias estão vendendo seus produtos de porta em porta. Do total de famílias entrevistadas apenas uma utiliza a feira do produtor para comercializar seus produtos e explica: “para vender na feira tem que ter carro, e para fora não é todo mundo que tem, o nosso agora mesmo está estragado, para ir a feira pedimos um emprestado”. (M. C.F.F. Agricultora-produtora de doces, 42 anos, entrevista realizada em 2010).

Contudo, a partir da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei nº10.696, de 2003, houve um novo direcionamento e apoio ao agricultor familiar no momento mais crítico da produção, que é o da comercialização. Ele oferece, entre outros benefícios, uma nova oportunidade de mercado para produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar. A articulação do PAA com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – uma modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos, para a merenda escolar, regulamentada pela Lei 11.947/2009, normatizou o repasse dos recursos do programa para estados e municípios.

O PAA foi concebido para estimular e fortalecer a agricultura familiar brasileira. A compra de produtos da agricultura familiar visa garantir renda a este segmento de produtores, ao mesmo tempo em que poderá melhorar as condições de alimentação das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar. O PNAE – Programa Nacional de

Alimentação Escolar destina suas verbas exclusivamente para as associações ou cooperativas. De acordo com a Lei 11.947/2009, que regulamenta o programa, as organizações precisam possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), o contrato vale pelo ano letivo e o produtor deve se adaptar ao cardápio definido pela nutricionista da Secretaria de Educação do município. Trata-se de um mercado seguro, pois a verba para alimentação escolar é garantida por lei. O PNAE define a alimentação escolar como um direito humano e incorpora dimensões estratégicas para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional dos escolares: valorização da cultura alimentar e da produção local, inclusão da educação alimentar e nutricional no projeto pedagógico da escola, promoção da saúde do escolar e fortalecimento da agricultura familiar.

CPR-Doação – Compra da Agricultura Familiar com doação simultânea – destina –se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, [...] (MDS/CONAB, 2010).

Atualmente, cada agricultor familiar pode comercializar até o limite de R\$ 3.500,00 por ano e os produtos adquiridos têm por finalidade a doação a entidades governamentais e não governamentais, que reconhecidamente atendam pessoas carentes ou em estado de insegurança alimentar e nutricionais.

Segundo a nutricionista da secretaria municipal de educação – SMEC, a merenda escolar é obrigada a comprar 30% da agricultura familiar. Os produtores não estão atendendo à demanda, o dinheiro está depositado no banco esperando a produção.

Em Caçapava tem apenas duas cooperativas uma é a do mel e a outra do feijão, agora estamos em tratativa com a associação das guaritas. A Cofasul nós compramos o feijão e a mandioca, estamos conversando com o presidente para montar uma equipe de quitandeiras e um grupo de hortifrutigranjeiro, pois estamos com dificuldades de encontrar estes produtos.(C.B. nutricionista da SMEC).

De acordo com o presidente da COFASUL as produções de mandiocas foram entregue à cooperativa que repassou para a merenda escolar. Ainda segundo o presidente, o feijão era vendido para atravessadores por R\$ 50,00 a saca, enquanto a cooperativa paga R\$ 90,000 a saca. Segundo seus cálculos a

cooperativa precisa que seus sócios tenham no mínimo 15 hectares de lavoura de mandioca com uma previsão de colheita de 300.000 quilos para se manter.

Nós temos condições de atender esta demanda, porque temos parceria com a secretaria da agricultura onde temos uma câmara fria que cabem 15 toneladas de mandioca descascada, mas para isso precisa de 30 toneladas de mandioca com casca ela cai 50% o rendimento (A.F.Presidente da Cofasul, entrevista realizada em 2010).

Outra forma de agregar valor à produção é vender a mandioca descascada e embalada. Os agricultores associados da COFASUL estão comercializando seu produto em dois tipos de embalagem: de 1 e 5 quilos. Na comercialização para a merenda escolar a embalagem é de 5 quilos enquanto a de 1 quilo é comercializada para um mercado na cidade. O produto é empacotado e distribuído.

Para o presidente da COFASUL,

Os produtores não estão acostumados a trabalhar em cooperação, mas de acordo com o informante, eles estão avaliando e vendo que não trabalhar de forma cooperativada vai ficar para trás e estamos trabalhando ainda muito devagar.

De acordo com as informações, junto às comunidades um grupo de mulheres está se organizando para a comercialização de bolachas para a merenda escolar. Para o desenvolvimento desse projeto é necessário investimento em máquinas e a utilização do trigo plantado para esta produção. Em vista desse projeto, as mulheres estão se associando na cooperativa. O município gasta por ano em torno de R\$800.000 em merenda escolar. Deste total, 30% o equivalente a R\$ 240,000, é obrigada a ser adquirido das associações ou cooperativas.

Uma das dificuldades encontradas em todas as comunidades diz respeito ao transporte das mercadorias para a comercialização, no caso dos doces, bolachas, pães com exceção dos produtos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que é recolhido e transportado pela merenda escolar. Como coloca a produtora: “eu levo tudo no ônibus, termina saindo caro porque eu tenho que ir à cidade duas vezes por semana, para dar conta das entregas, não dá para levar muito peso”. Estas situações se repetem em todas as regiões, uma das principais reclamações é a questão das dificuldades de transporte, ter que levar os produtos no ônibus.

Apenas na Coxilha de São José é um pouco mais fácil porque têm ônibus várias vezes por dia.

Chegando à cidade os produtores encontram outro problema, onde deixar parte das mercadorias, enquanto fazem as entregas, a maioria não tem parentes no centro, deixam os produtos na rodoviária. Alguns deixam os produtos em locais para venda posterior ou com parentes. “Minha cunhada tem um salão de beleza, vende tudo o que eu levo”, (A.S.agricultora-doceira, entrevista realizada em 2010).

Na questão de qualificação da produção para agregar valores, entre todas as famílias entrevistadas, encontramos somente uma produtora que fez cursos específicos de produção de doces e pães, uma fez somente para o preparo de pães e outra está buscando qualificação para conseguir o selo de qualidade na fabricação de licores. Conseguir o selo de qualidade não envolve apenas o modo de produção, mas também o local da produção, a padronização das embalagens, o modo de conservação e a determinação de validade dos produtos.

É bom salientar estes três casos são situação isoladas, pois cada produtor é de uma região diferente. Não podemos determinar se há reserva das produtoras com relação aos cursos ou se simplesmente não vêem a necessidade de fazê-los.

Na hora de vender, se não foi calculado o custo de produção, vende por quanto? “Eu vendo sempre pelo preço que os outros estão vendendo”, diz uma produtora, “pergunto para as vizinhas que também estão produzindo e faço o mesmo diz outra. Outros dizem ‘se dá, eu vendo por um preço mais baixo, ganho menos, mas vendo tudo” (A.S.agricultora-doceira, entrevista realizada em 2010).

Não havendo um cálculo do custo da matéria prima e também da mão-de-obra, pois apenas dois produtores lembraram-se de falar no serviço, fica realmente difícil determinar um valor para venda.

O que podemos perceber é que ainda não há uma produção previamente planejada para suprir as necessidades da indústria caseira, ou um modo de conservar a matéria prima. A industrialização é feita com o que estiver disponível no momento, tipo de frutas de verão, produção só no verão. Apesar de haver equipamentos que facilitem o trabalho, tudo ainda está sendo feito de maneira muito artesanal.

4.3.1 APOIOS RECEBIDOS E A GERAÇÃO DE RENDA

Quando falamos em apoio recebido, geramos uma questão controversa. Nem todas as pessoas têm a mesma idéia sobre a palavra apoio. E este fato nós observamos em várias situações durante o trabalho de campo, isto é, coleta de dados.

Em uma região, apoio para algumas pessoas significa o mesmo que favores políticos. “Não estamos produzindo determinado produto porque o Senhor Tal, prometeu que iria nos ajudar, mas a ajuda não apareceu até agora” (agricultor), não se percebe ânimo para buscar os resultados. Se não tiver alguém incentivando, fica tudo por isso mesmo. Embora na mesma comunidade haja exemplos de pessoas que estão batalhando, diversificando a produção e mostrando os resultados, enfim, melhorando sua qualidade de vida.

Em outras comunidades, apoio significa ajudar a montar um projeto, avaliar as necessidades e prioridades da comunidade, organizar grupos para o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) ou outros financiamentos. Proporcionar palestras e troca de experiências com outras comunidades, ajudar em questões de saúde, educação.

Até 2001, nós não fazíamos nada aqui, aí eu ouvi falar que a EMATER tinha uns projetos, e fui lá vê como era, aí eles vieram e estão nos ajudando até hoje. Só açude eles já nos ajudaram a conseguir nove, mas quando eles vêm, todo mundo trabalha, até Termina na propriedade dum pra começa na do outro. (E.M.presidente da associação).

Fazia muito tempo aqui, que as mulheres não consultavam com médico de mulher, aí o pessoal da EMATER conseguiu um pra nós, mais de 20 mulheres consultaram num dia só, tinha umas que nunca tinham visto Dr. Agora nos estamos trabalhando pra bota luz nas casa que falta e faze um poço artesiano também. A luz é pra todo mundo, não é só pros associado não, mas é assim uns trabalham, outros levam, faze o que. (E.M.presidente da associação).

Mais especificamente, os produtores informantes querem apoio para diversificar e melhorar a produção, condições de armazenagem e, principalmente, de transporte. Dizem que querem produzir, “mas a Prefeitura por lá só para o transporte escolar, o restante é mesmo com as associações, o MPA e a EMATER,

muito presente, em três regiões, isto é, Santa Barbinha e Coxilha São José e Rincão da Saleté.

A renda obtida através da venda dos produtos serve para os mais variados fins, ajuda no sustento da família, comprar remédios e roupas, como renda pessoal quando quem produz é solteira, para benfeitorias na casa, ou até para comprar móveis e eletrodomésticos. Mas há produtores cuja renda é canalizada para pagar contas, aplicando apenas as sobras na propriedade, geralmente o investimento em vacas e terneiros.

Em apenas uma das famílias entrevistadas nos disseram que a renda obtida através da indústria caseira “não dá pra muita coisa, é só para reproduzir”, as demais nos deram os mais variados destinos ao resultado da produção, como está especificado abaixo.

Aqui em casa o dinheiro é usado pra tudo, até pra compra de Comida, quando o dinheiro do meu marido está pouco. Estes dias ele disse: o que é isso mulher, tu está ganhando mais do que eu, mas também todas as semanas eu vou na cidade vender mandioca, doce de leite, ou o que eu inventar (M.A. agricultora, 48 anos, entrevista realizada em 2010).

Embora a indústria caseira possa ser organizada de forma mais profissional, ela está sendo desenvolvida pela agricultura familiar e seus grupos familiares de um modo que os produtos estão sendo comercializados quase na sua totalidade. Uma das frases mais ouvidas é “eu vendo tudo”, portanto, a fórmula ainda artesanal tem potencializado estratégias de reprodução social e produtiva dos agricultores envolvidos com a indústria caseira.

Os produtores, de um modo geral, têm procurado diversificar sua produção e comercializar diretamente parte da mesma como estratégia de assegurar os rendimentos necessários para sustentar sua família e manter sua propriedade. As feiras livres existentes no município viabilizam esse mecanismo. No entanto, os maiores problemas assentam-se na dificuldade de fortalecer as organizações de pequenos produtores, criadas pela iniciativa conjunta da Agência de desenvolvimento Pampa, Secretaria da Agricultura e Sindicato Rural de Caçapava do Sul. Assim, a organização, tanto para a produção quanto para a

comercialização, emerge como um caminho para melhorar os rendimentos desses produtores.

Torna-se necessário afirmar que as atividades de autoconsumo constituem, também, parte dos rendimentos. Acredita-se que sem a produção destinada ao autoconsumo, a reprodução dessas unidades produtivas provavelmente seria comprometida. A renda nas unidades produtivas, em todas as comunidades pesquisadas, vai desde a indústria caseira com suas variedades de produtos: doces, rapaduras, queijos, licores, vinhos, até a produção de acolchoados produzidos de lã de ovelhas, realizadas em muitas unidades produtivas fora do perímetro da Vila Progresso, especialista neste tipo de produção, além da apicultura e da fruticultura. Somam-se ainda o trabalho temporário e as parcerias, troca de serviços, além da aposentadoria que apresenta-se como uma renda extra.

Em relação ao trabalho e renda não-agrícola em três comunidades estudadas – Coxilha São José, Rincão de Lourdes e Rincão da Salette – a proximidade com a sede do município favorece o trabalho não- agrícola. Nessas três comunidades cortadas pelas BR, há transporte em vários horários o que permite a manutenção de empregos na sede do município. Desse modo, constatou-se o emprego de vários membros familiares, desde profissionais em atividades docentes, membros do Conselho Tutelar, comerciários e outros.

Na fruticultura além de produzir a matéria prima da indústria caseira – doces de figo, pêssego, licores e vinhos, parte dessa produção é comercializada com indústria do município de Morro Redondo (RS).

Não podemos deixar de ressaltar processos de melhorias na produção da pecuária familiar. Melhorias na genética bovina e melhorias na organização dos produtores, da comunidade de Santa Barbinha. Esta comunidade atingiu um nível coletivo, onde a venda do gado é realizada de forma coletiva por intermédio da Associação. Além de conseguir melhores preços do produto, processo que vai além da comercialização do gado, as ações coletivas também estão presentes na aquisição de sementes, adubos, ganhos de transporte, seja para o traslado do gado comercializado seja no frete de aquisições de insumos e ou outros produtos necessários ao processo produtivos. É um trabalho que vem sendo desenvolvido há dez anos, tendo como parceiros EMBRAPA, EMATER/ASCAR, CENAR e Sindicatos Rurais. E os resultados começam a aparecer, De acordo com o

Presidente da UAR – União das Associações Rurais, “na pecuária familiar, o rebanho melhorou 80%, os reprodutores são bons e os carneiros já estão sendo vendidos na feira de carneiros de Caçapava”(J.A. pecuarista familiar, presidente da UAR).

É comum em todas as unidades produtivas encontrar algum membro do grupo familiar recebendo a aposentadoria, seja o próprio chefe da unidade produtiva com idade de 60-65 anos ou, no caso do proprietário ser mais jovem, encontrar algum membro da família mais idosa recebendo a aposentadoria, o pai ou mãe ou ainda irmão com alguma dificuldade especial, como encontrada em uma unidade produtiva no Rincão de Lourdes.

Já os agricultores mais jovens, que não contam com esse tipo de renda extra, precisam assalariar-se, temporariamente, como forma de complementar a renda familiar.

4.4 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PRODUTORES

Pesquisando as formas de organização social dos produtores, constatamos a existência de 43 (quarenta e três) associações e a UAR- União das Associações Rurais-, agregada as 43 associações, distribuídas entre associações dos fruticultores, olivicultores, piscicultores, produtores de carneiros e de ovinos, e também a associação dos feirantes. Procuramos analisar as formas representativas de organização como sindicato, associação e cooperativas em que os produtores encontram-se vinculados e a importância dessas instâncias para os pequenos produtores. Partimos do pressuposto de que os produtores organizados em associações terão melhores condições para atender as exigências do mercado e, assim comercializar sua produção. Sua organização e profissionalização é condição necessária para a sobrevivência em espaços comerciais cada vez mais competitivos.

A importância do associativismo, onde há este tipo de organização são as comunidades que estão em destaque no município, por exemplo, a comunidade do Santa Barbinha, na qual após a fundação da associação conseguiram melhorar a qualidade do seu rebanho através de projetos com a EMATER/ASCAR –RS e a EMBRAPA, mas isto só ocorreu

porque os moradores sentiram a necessidade de se organizar para reivindicar seus direitos (W.V. presidente STR).

Em 2002 surgiu no município o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), motivado pelas grandes dificuldades tanto do ponto de vista econômico como do financeiro. No contexto econômico, além dos produtos serem poucos valorizados e terem pouca saída no mercado interno, os produtores ainda sofrem com as condições climáticas desfavoráveis, como secas prolongadas, que ocasionaram, na maioria dos casos, a perda total de suas lavouras.

Primeiramente, os pequenos agricultores tinham grandes dificuldades de acesso a créditos com subsídio, os juros cobrados pelos bancos eram muito altos, em relação aos baixos preços dos produtos no mercado. Situação essa, em grande parte reflexa do descaso dos órgãos públicos, que não dispunham de uma política agrícola que contemplasse as necessidades dos pequenos agricultores. “A racionalidade econômica e política dominante correspondem no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que excluem da cena política os trabalhadores rurais” (MARTINS apud FERNANDES, 1999, P 5).

Com essas dificuldades encontradas pelas famílias no meio rural e, tomando conhecimento da organização dos pequenos agricultores na região Sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente Pelotas e Canguçu, através do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que se começou a pensar em uma nova forma de se organizar em prol dos direitos dos pequenos agricultores em Caçapava do Sul.

A primeira noção de organização do movimento dos pequenos agricultores (MPA) foi dada por um simpatizante do movimento na época, professor da escola técnica estadual Dr. Rubens da Rosa Guedes, ETERRG (CRES), que era natural de Pelotas. Após tomar conhecimento do movimento do MPA, o então coordenador municipal, reuniu o primeiro grupo de pequenos agricultores para organizar o movimento dos pequenos agricultores (MPA) no município, tendo em vista as dificuldades que estes vinham enfrentando principalmente quanto ao acesso ao crédito.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) tem hoje, em torno de duzentas famílias de pequenos agricultores, ligadas ao movimento, provenientes de todas as localidades do município. Conforme o coordenador do movimento, ele

está disseminado em todo o município, com grupos de base que atuam em praticamente todas as comunidades rurais, entre as quais se destacam: Coxilha São José, Rincão da Salete, Rincão de Lourdes, Pinheiro, Parada Mário, Serra da Santa Bárbara, Faxinal e Bom Jardim.

Segundo o coordenador do movimento, os grupos de base do Rincão de Lourdes, Coxilha São José e Rincão da Salete foram os pioneiros do movimento dos pequenos agricultores no município. Sendo o da Coxilha São José que obteve a maior expressividade, em termos de participação nas mobilizações regionais, estaduais e nacionais do movimento.

Quando questionados se participam dos encontros a nível regional, estadual e nacional, o coordenador afirmou que participa sempre que os mesmos ocorrem. Quanto aos encontros a nível municipal, afirmou que eles ocorrem nas comunidades, quando surgem demandas por parte dos pequenos agricultores. Estes encontros são organizados pelos grupos de base e contam na maioria das vezes com a participação do coordenador.

Através do movimento, além das facilidades de acesso aos créditos, os pequenos agricultores puderam sanar um dos grandes problemas enfrentados nas pequenas propriedades, a escassez de água potável, que se acentuava em períodos de estiagem. Tomando conhecimento dessa necessidade buscou-se solucionar o problema, por meio de convênios com órgãos públicos, para as construções de cisternas, onde muitas famílias foram beneficiadas.

O Movimento dos Pequenos agricultores (MPA) tem grande participação também na questão do acesso a crédito destinado à habitação, sendo um dos pioneiros nesta questão, como afirma o coordenador:

O MPA foi o pioneiro no Brasil com relação ao acesso ao crédito Moradia. Os primeiros recursos destinados a habitação foram Conquistados através do MPA. (F.D.Coord.MPA, entrevista realizada em 2010).

Através do crédito moradia, muitas famílias da zona rural do município, puderam construir suas casas. Segundo informações do coordenador do movimento ainda há pequenos agricultores a espera de liberação burocrática para a construção de suas casas.

Para garantir os direitos dos pequenos agricultores, o movimento MPA recebe apoio de alguns órgãos públicos como: o Ministério do Desenvolvimento

Agrário e o Ministério da Agricultura. Também mantém convênios com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal através do acesso ao crédito, principalmente, com relação aos recursos do PRONAF – investimento e do crédito habitação.

O movimento dos pequenos agricultores (MPA) é autônomo, não mantém vínculos com outros movimentos, embora em alguns casos seja confundido ou mesmo comparado com o movimento dos trabalhadores rurais sem terras (MST), por pessoas que desconhecem o projeto do movimento ou que vêem semelhança em sua bandeira de luta com a do MST.

Com relação ao sindicato dos trabalhadores rurais, o movimento dos pequenos agricultores também não possui nenhum vínculo, ambos apresentam características bastante distintas. Enquanto o sindicato dos trabalhadores rurais encontra-se limitado à burocracia de acordo, cuidando da previdência e da contribuição sindical e preferindo, na maioria dos casos, não se posicionar ativamente frente às necessidades dos trabalhadores rurais, o MPA vai à luta em prol das demandas apontadas pelos pequenos agricultores na defesa dos direitos de igualdade, respeito e reconhecimento dos mesmos.

Quanto à importância do movimento para os pequenos agricultores em Caçapava do Sul, a maioria dos pequenos agricultores entrevistados relatou as facilidades do acesso a créditos e também quanto à questão da habitação.

[...] através do movimento dos pequenos agricultores, eu pude construir a minha casa e abrigar a minha família (D.M. Agricultor familiar, 60 anos, entrevista realizada em 2010).

O acesso ao crédito pelos pequenos agricultores se deu em grande parte com a criação da cooperativa e crédito, o CREHNOR, criada e dirigida pelos pequenos agricultores assentados, vinculada ao MPA e ao MST. De acordo com o coordenador municipal do movimento, “através da CREHNOR foi possível facilitar o acesso ao crédito subsidiado para os pequenos agricultores organizados”.

No município a grande maioria dos militantes do MPA são associados a CREHNOR. Alguns, embora aliados à cooperativa, continuam associados ao sindicato dos trabalhadores rurais de Caçapava do Sul. Esse fato ocorre em virtude da segurança em termos de previdência e do convênio saúde, oferecido, aos associados da instituição sindical.

Quanto à participação e envolvimento dos militantes com o movimento, segundo o coordenador, esta se dá de modo passivo. Não há uma atuação ativa por parte dos pequenos agricultores, ela só ocorre quando surge a necessidade de uma atuação mais precisa. Mesmo que essa ocorra dificilmente mobiliza todos os militantes. Esse fato se confirma nos relatos dos pequenos agricultores como afirma um dos militantes:

De acordo com o coordenador municipal, diferentemente do que ocorre nos outros municípios, o MPA em Caçapava do Sul não avançou muito em termos de organização e participação. Ainda de acordo com esse informante, “há uma grande dificuldade de organização coletiva no município”, ou ainda:

[...] essa dificuldade de organização esta arraigada, é uma questão da tradição do município [...] não é uma cultura que valoriza a participação política, a organização mobilização coletiva (Coord. Do MPA. Entrevista realizada em 2010).

Esta questão tem dificultado a evolução do movimento dos pequenos agricultores (MPA) em termos de movimento social. Os movimentos sociais através de suas formas de organização e de luta alargam as fronteiras da política. “Neles apontam-se autonomia dos sujeitos coletivos que buscam o controle de suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas” (SANDER apud FERNANDES, 1999, p.68).

De um modo geral, o movimento dos pequenos agricultores (MPA) tem sido visto como um movimento que, apesar das dificuldades que encontra para evoluir em termos de movimento ativo, continua lutando pelos direitos e por melhores condições de vida dos pequenos agricultores do município de Caçapava do Sul.

4.4.1 APAC – Associação dos Pequenos Produtores de Caçapava do Sul

Foi fundada em 2002, com sede na Coxilha São José, são 460 famílias que integram a associação, distribuídas em diversas localidades do município, considerada autônoma, trabalha direto com a FETRAF – Federação dos Trabalhadores Familiares- A APAC interage com outras associações. Tem direcionado suas ações para o trabalho social, tais como: reaproveitamento de

alimentos, visando a saúde da criança e do adolescente; alfabetização de jovens e adultos, a qual em 2004 formou 30 alunos com idade entre 19 a 57 anos. Em 2005, com a forte estiagem que se abateu sobre o município, distribuiu sextas básicas para as famílias do meio rural. Em 2006, começou a construção do centro comunitário da APAC. Buscou parceria com a EMATER para a oferta de cursos: Preparação e conservação de solo. Em sua trajetória, tem promovido diversos cursos: inclusão digital para o agricultor, e participante na divulgação de programas do governo federal, tais como: Luz para todos e o projeto de habitação rural, que construiu 17 casas novas e reformou 12 casas.

Entre seus projetos já implementados destacam-se a do Rádio Comunitário e a implantação de uma micro-usina de processamento de cana-de-açúcar. O projeto da micro-usina foi elaborado com a parceria da EMBRAPA e a EMATER. A construção da usina representa novas oportunidades no campo, pois a proposta inclui a produção de combustível limpo, já que todo o potencial da cana será aproveitado.

Outro projeto desenvolvido pela APAC em parceria com a EMBRAPA é o de quintais orgânicos. implantado há quatro anos, já beneficiaram mais de sessenta famílias no município. É um projeto ligado ao Programa Fome Zero do governo federal que beneficia principalmente a agricultura familiar e tem como objetivo resgatar as plantações de pomares em cada propriedade, tanto para o consumo próprio, quanto para a comercialização. Esse projeto é uma iniciativa da EMBRAPA e é desenvolvido na Estação Experimental de Cascata no município de Pelotas - RS. Os técnicos da EMBRAPA realizam avaliação das terras, explicando as formas como deve ser feito o preparo do solo que irá receber as mudas, pois devem seguir um padrão para todos e esse detalhe é observado pelos técnicos antes da entrega das mudas. O beneficiário recebe imediatamente o calcário para a correção da acidez do solo e, em seguida, é feita a escolha das mudas de acordo com o tipo de solo e clima da região. Esse acompanhamento é realizado pelos técnicos agrícolas, desde a preparação do solo, do plantio, até a colheita dos primeiros frutos. Entre as espécies, destacam-se aquelas que foram modificadas geneticamente pela EMBRAPA, tais como: Amora, Uva, Figueira, Laranja, araçá, pitanga, goiaba, tangerina, limão comum, pêssego, caqui, romã, jabuticada, guabiju, cereja e araticum.

4.5 COLHEITA DA MAÇÃ

A colheita da maçã tornou-se uma alternativa de trabalho para muitos produtores no município. Há oito anos começou a migração temporária para o trabalho na produção de maçã. As cultivares Fuji e Gala oferecem tempos diferenciados de colheita. A migração para a zona da maçã ocorre pelo menos duas (02) vezes ao ano. A primeira ocorre no período de raleio, onde o trabalhador apanha as frutas dos pés que estão muito carregados. E o segundo momento é na colheita, período em que o trabalhador permanece três meses. Os primeiros trabalhadores da maçã começaram na cidade de Muitos Capões e depois o fluxo de trabalhadores foi direcionado para Caxias. Um dos pomares que mais recruta trabalhadores de Caçapava do Sul é uma propriedade de 400 hectares de pé de maçã e este ano já plantou mais de 200 hectares, onde, segundo informação do proprietário, 80% da produção é consumida no Brasil e só 20% é exportada de acordo com as informações do proprietário em fevereiro desse ano.

O pagamento é feito por produção, cada um tem uma sacolinha que cabe 10 kg de Maçã e, depois coloca em uma caixa que esta no reboque puxado por um trator. Cada um tem uma caixa e no final do dia se verifica a produção quando passa da Quantia exigida se paga mais como fosse hora extra, quanto Melhor. (S. C..entrevista Produtor-maçã, entrevista realizada em 2010).

O produtor relata que o trabalho é bom não é um serviço pesado. O horário de trabalho é das 07 horas da manhã até as 12 horas, com um descanso para o almoço. O retorno após o almoço é às 13 horas e 30 minutos, depois é conforme a produção.

Trabalha aos sábados até o meio dia, a tarde é para quem quer esta Liberado. Em lazer não tem o que fazer no domingo. (A.S.depoimento de Produtor, 49 anos entrevista realizada em 2010).

Segundo o produtor rural os trabalhadores não têm despesas com alimentação, recebem desde a erva para o chimarrão; para as lavagens das roupas

também é fornecido o sabão. A média salarial mensal é de R\$ 750, 00 reais por mês.

Já outro trabalhador, há dois anos (02) vem se deslocando para Caxias do Sul para a colheita da maçã. É proprietário, mas não lida com a terra, ou seja, não planta. A propriedade foi herdada dos pais e ainda não foi dividida. Como é solteiro, a propriedade é conduzida pelos cinco irmãos.

Agora em outubro é época de raleio já começam a me procurar para organizar a lotação, as empresas ligam direto para eles na época, ganham 35 reais por dia , cada homem ganha por mês em torno de 800 reais(Vereador – org. de envio de produtores para a área de produção da maçã).

Os produtores que se deslocam para a colheita da maçã apresentam um perfil de propriedades com pouca extensão de terra e muitos membros de família e ainda problemas de não divisão da propriedade entre irmãos. No caso do produtor que trabalha há dois (02) anos na colheita da maçã com residência no campo, mas a propriedade da terra ainda não foi dividida entre os cinco (05) irmãos, porque não houve acordo de usufruto da terra, por isso ela não é cultivada. Solteiro, entende que os três meses trabalhado com a maçã rende um salário que lhe permite “ir levando enquanto na volta se ocupa de trabalhos de empreitadas no município. De modo semelhante, outro produtor de 28 anos com uma propriedade 1,5 hectares, produtor de mandioca, milho, hortaliça para subsistência; milho, cultivado para alimentação da criação de suínos e galinhas. É um trabalhador migrante para a área da maçã, quando retorna à propriedade trabalha como peão em serviço braçal temporário.

De acordo com levantamento realizado pelo Vereador que organiza grupos de trabalhadores para o raleio e colheita da maçã, saem de Caçapava do Sul em torno de trezentos e dezoitos (318) pessoas para trabalhar em Caxias, além de trabalhadores do município, também são recrutados trabalhadores de Santana da Boa Vista.

Segundo essa mesma fonte, Caçapava do Sul recebe em torno de um milhão de reais desses trabalhadores da maçã.

Eles pagam em cheque, o ônibus busca, então, eles gastam todo o salário aqui. Sei de muitos mercados que se reergueram, pois tinham dívida já consideradas como perdidas. Porque trocavam o cheque e pagavam sua

continha. Mas a maioria que vai são desempregados ou pessoas que trabalham por dia e também peão que não tem carteira assinada, vão ficar 40 dias na época de raleio e garante o seu PIS/PASEP na época de colheita é em torno de 3 a 6 meses, muitos foram trabalhar na colheita aproveitaram e fizeram curso técnico e ficaram trabalhando nas fabricas Caxias. (entrevista com Vereador de Caçapava do Sul)

4.6 PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL

Os agricultores familiares das comunidades rurais pesquisadas representam uma amostra da diversidade de características e estratégias de reprodução, apresentadas pela produção rural familiar no Município. As desigualdades econômicas, o tamanho das propriedades, a força de trabalho familiar disponível, a reduzida tecnologia disponível, o perfil do produtor justificam as diferentes estratégias produtivas dessas unidades familiares e sua maior ou menor inserção no mercado.

Grande parte dos produtores entrevistados para esse estudo corresponde à mão de obra disponível nas comunidades, representando os trabalhadores temporários, que também produzem em regime de parceria, trocam dias de serviços e têm alguns membros da família exercendo atividades não-agrícolas no município ou fora dele.

Todas as unidades produtivas pesquisadas são administradas pelos próprios donos que, juntamente com a família, executam a maioria das atividades agrícolas. A propriedade constitui uma unidade de produção e de consumo, com ausência de trabalho assalariado e com pouca ou nenhuma tecnologia.

Os agricultores do município de Caçapava do Sul – RS podem ser definidos como produtores pluriativos, uma vez que articulam o trabalho familiar e o apego à terra. Têm acionadas umas séries de atividades para complementar a renda, desde o trabalho temporário, nas próprias localidades, a parceria no aumento das áreas produtivas, a produção com a apicultura, as variedades de produtos da indústria caseira, o artesanato e a produção do autoconsumo. Em todas as comunidades constatamos a articulação entre o trabalho agrícola e outras atividades. No entanto, a maioria dos agricultores em trabalho temporário fora de

suas propriedades continua exercendo funções ligadas às atividades agrícolas. Seja no trato de animais, conserto de cercas, preparo da terra e colheitas. Mas também registramos o exercício de atividades não-agrícolas, como o caso das professoras na comunidade do Rincão de Lourdes, conselheira tutelar na Coxilha São José, pintor, carpinteiros e comerciários em todas as comunidades pesquisadas e, ainda, a migração temporária para colheita da maçã fora do município.

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, faz-se necessário, refletir sobre o conceito de “pluriatividade” que aqui adotamos nesse estudo, ou seja, estamos admitindo as noções de pluriatividade como nos propõe Schneider (2003); Anjos (1994); Carneiro (1998); Mattei (2008), entendida como a combinação da atividade agrícola com atividade não - agrícolas por uma mesma unidade familiar. Para estes especialistas na questão da pluriatividade, o seu exercício é ditado pelo conjunto das forças externas que define o contexto em que a família tomará suas decisões e definirá suas estratégias de produção. Esses estudos também definiram a noção de que a unidade de análise não pode ser mais o proprietário, o homem, o titular da unidade produtiva, mas família rural, que lança mão de inúmeros artifícios para garantir a reprodução social de seus membros.

A pluriatividade tem sido vista como resultado do processo de modernização técnico – produtiva da agricultura, em razão do intenso processo de modernização tecnológica experimentado pelas atividades agropecuárias. E também provocada por variáveis externas aos estabelecimentos agropecuários.

No entanto, ainda que esses elementos possam influenciar as decisões tomadas no núcleo familiar do município, ao contrário de outras regiões que foram favorecidas pelos processos de reconversão produtivos, a pluriatividade exercida pelas unidades produtivas no município, guarda menos correspondência com as variáveis externas e relaciona-se mais às estruturas internas das famílias.

Temos que observar que o município não conta com complexos agroindustriais que poderiam inserir os produtores na cadeia produtiva, dando nova dinamicidade à agropecuária. De outro lado, não há adoção de tecnologia, em função de seu custo e, principalmente, pelos tamanhos reduzidos das áreas das unidades produtivas.

Outro elemento a ressaltar é o envelhecimento da população rural, considerada em 80% da população com idade avançada no meio rural do município, nas comunidades estudadas, dado também justificado pela presença do número elevado de aposentados encontrados na pesquisa de campo.

Esses elementos somados: ausência de mão de obra jovem nas localidades; reduzida áreas produtivas, levam a um determinado arranjo de organização das unidades familiar de produção. Primeiro, se coloca a dificuldade da contratação de mão-de-obra nas comunidades estudadas, justificada pela ausência de jovens nas localidades, fazendo com que aqueles produtores com menos idades se transformem em mão de obra disponível. O trabalho temporário resulta numa fonte de renda para as unidades produtivas. O contrato disponibilizado nas localidades compreende um arranjo onde o valor do pagamento varia de acordo com o fornecimento de alimentação ou não. O valor pago aos diaristas permanece em torno de R\$15, 00 a R\$ 20,00 dependendo, como já dito, do fornecimento ou não da alimentação.

A busca do aumento de ingressos nas unidades produtivas também pode ser considerada pelas combinações entre o arrendamento de áreas para o aumento da produção e as parcerias, seja ela através de produtos com um percentual que varia de acordo com os contratos estabelecidos. Em muitas situações a falta de condição do proprietário da terra, seja ela financeira ou física (representado pela idade do proprietário da terra), nesta situação específica, o proprietário cede a terra e em troca recebe produtos.

Outro arranjo é localizado no arrendamento da propriedade para a produção da apicultura. Esse arranjo consiste na cedência da terra por parte do proprietário e, em contrapartida, o apicultor entrega ao proprietário 1,5Kg do produto, por caixa, isto é, o mel.

Em se tratando da apicultura, é uma atividade expressiva e disseminada no município que vem contribuindo para elevação da renda dos agricultores-apicultores e também em sua organização, a exemplo da estruturação e organização da cooperativa dos apicultores– COOAPI. A apicultura também tem proporcionada captação de renda ao município uma vez que as produções do mel vêm apresentando um grande potencial. Atualmente a produção está sendo comercializada através do Apis Nativa empresa do estado de Santa Catarina que

realiza a exportação para a Europa, atendendo também o mercado interno. Estão sendo providenciadas as condições legais para que a COOAPI passe a realizar o processo de exportação, visando eliminar a intermediação da Apis Nativa e com isto reter os encargos financeiros pagos àquela empresa. Em síntese, a apicultura esta proporcionando ingressos de renda importantes e se apresenta com uma estratégia de manutenção e reprodução da agricultura familiar no município.

A pluriatividade no município também é encontrada nas atividades dos agricultores-artesões localizados na comunidade de Vila Progresso. Aqui, o artesanato em lã ovina e couro bovino envolvem grande parte da população. O produto é comercializado nas próprias propriedades às margens da BR 290, em feiras e demais cidades do estado e até fora dele, através de pedidos prévios aos produtores. O artesanato é a maior fonte de renda para os agricultores-artesões, seguida pelo gado de corte e em pequena escala pela produção agrícola reduzida, de acordo com a capacidade das propriedades mantidas paralelas a unidade artesanal. A atividade artesanal não pode ser vista apenas como uma fonte complementar de renda. Ela é parte de uma estratégia de permanência dos agricultores em suas terras, ao lado do emprego de alguns membros da família como assalariados, envolvendo boa parte dos moradores da região.

Entre as diversas possibilidades que se manifestam no espaço rural e que possibilitam a complementação de renda nas unidades familiares de produção, encontramos a indústria caseira. A produção de doces movimenta um segmento de agricultores e agricultoras relativamente grande no município. A produção é artesanal e a matéria prima em sua grande maioria é produzida pelos agricultores como as frutas, legumes e o leite. Para essa produção o único produto que não é produzido é o açúcar, no entanto, em algumas propriedades, também é produzido o açúcar mascavo. Em 90% dos casos, quem organiza, produz e comercializa os produtos é a mulher. Em muitas propriedades o marido ajuda, o trabalho é pesado principalmente na produção de figada. Além do açúcar é preciso adquirir a embalagem para condicionar os produtos. Os produtos são comercializados em supermercados, feiras, postos de gasolina e diretamente para o consumidor. Algumas produtoras expandiram a comercialização de seus produtos para outros municípios vizinhos. A renda resultada dessa produção é superior a renda gerada na comercialização dos produtos agropecuária. Uma boa parte das atividades de

transformação no interior da agricultura familiar está, em nosso entendimento, na autonomia que essas atividades podem ganhar em algumas circunstâncias como expressão da própria dinâmica desses agricultores, pois, eles conseguem organizar a sua indústria caseira cultivando os produtos destinados a transformação, sejam os doces, licores, salame, rapaduras, conservas, queijos, e tantos outros.

A colheita da maçã é uma alternativa de renda para muitos agricultores familiares no município. Muitos migram para a zona da maçã em dois períodos do ano. A primeira ocorre no período de raleio e o segundo na colheita do fruto. Os trabalhadores permanecem três meses nessa atividade. Recebem pagamento de passagens para o deslocamento até as regiões produtoras da maçã, situadas na região de Caxias do Sul, Vacaria e também para o estado de Santa Catarina. Como trabalhadores temporários, têm carteira assinada, alimentação e alojamento. Esses agricultores mantêm suas atividades agrícolas em suas propriedades, geralmente produzindo alimentos destinados ao autoconsumo. Muitos são acompanhados pelos filhos jovens que buscam, nessa atividade, recursos não só para a ajuda do grupo familiar, mas também para projetos pessoais, como a aquisição de carteira de motorista e outros. Um número pequeno de entrevistados que trabalham na colheita da maçã são proprietários de terra, mas não plantam, não têm nenhum tipo de cultivos em suas propriedades. Ela permanece como residência. Fora do período de colheita da maçã são trabalhadores temporários na localidade em que residem. A média de salários pagos para os trabalhadores da maçã é superior ao salário mínimo. Recebendo três salários mínimos na colheita da maçã o produtor consegue uma poupança relativamente superior aos ganhos em outras atividades, mesmo aquelas que se empregam como temporários no trato e manejo de animais.

Podemos dizer que a pluriatividade exercitada pelos agricultores familiares no município de Caçapava do Sul garante a busca de maior renda sem haver necessidade de abandono da área rural. Esse exercício seja na apicultura, indústria caseira e nas atividades não-agrícolas, como o caso da produção artesanal, proporciona uma complementação de renda cada vez mais necessária em virtude da baixa remuneração dos produtos agrícolas. Pois, de acordo com Wanderley (1994), é justamente essa diversidade de culturas que assegura o equilíbrio alimentar da família, além de garantir a ocupação da mão-de-obra familiar no decorrer do ano. Deve-se ressaltar a grande importância dada à agricultura familiar

como a questão fundamental do equilíbrio alimentar da família, exposto por Chayanov (1974).

Portanto, a pluriatividade vem contribuindo de forma importante para a sustentação e manutenção das famílias rurais. Os agricultores têm mostrado sua vitalidade em criar espaços de trabalho e alternativas de geração de renda que lhes proporciona um bem estar material e social que são decisivos, em muitos casos, para que o rural se mantenha como espaços de reprodução e afirmação de sua sociedade que insiste em resistir às análises que pregavam sua total destruição. Assim, pode-se dizer que a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam, necessariamente, a desagregação da agricultura familiar, mas constituem elementos positivos com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou através da análise da agricultura familiar determinar se o fenômeno da pluriatividade é o elemento utilizado como estratégia de reprodução e manutenção das unidades familiares de produção no contexto do município de Caçapava do Sul – RS, particularmente nas comunidades estudadas.

A agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. O agricultor familiar é aquele que não se apropria do trabalho alheio no processo de produção, ou seja, o agricultor familiar possui como principal característica a auto-exploração na unidade produtiva, o que torna o caráter familiar um fator essencial para a organização da produção.

No trabalho foi contextualizada a agricultura familiar das comunidades Vila Progresso, Rincão da Salete, Rincão de Lourdes, Santa Barbinha e Coxilha de São José, município de Caçapava do Sul em termos de estrutura agrária, organização da produção, divisão de trabalho, produtos cultivados e tecnologia disponível.

As famílias das comunidades rurais pesquisadas caracterizam-se por apresentarem diferenças socioeconômicas e diversas estratégias de reprodução, como troca de dia de serviço, produção a meia e pagamento por dia de serviço entre as unidades produtivas que compõem cada comunidade.

As estruturas das propriedades variam muito de uma localidade para outra. Na comunidade de Santa Barbinha, considerada área de pecuária familiar, a média das propriedades é de 105 hectares. Enquanto nas comunidades de Rincão de Lourdes, Rincão da Salete, Coxilha São José e Vila Progresso, as propriedades são menores, com exceção de uma propriedade com 130 hectares, as demais perfazem uma média de 17 hectares.

Constatamos que a principal forma de acesso à propriedade ocorreu por meio da transmissão do patrimônio, ou seja, 54,16% o que também justifica a fragmentação das propriedades e a manutenção de um sistema cultural no modo de organização e de cultivos nas unidades familiares de produção. O processo de

transmissão do patrimônio hoje afeta principalmente os jovens filhos dos agricultores, visto que a escassez de terra dificulta a reprodução desses como proprietários, impulsionando-os em busca de atividades não-agrícolas.

Os agricultores familiares, das comunidades estudadas, desenvolvem uma agricultura diversificada com poucos recursos, com pouca tecnologia, pouca disponibilidade de terra e mão de obra. Para o preparo do solo, os proprietários contam com os serviços da patrulha agrícola da prefeitura municipal, que muitas vezes não chega a tempo devido à grande demanda pelos seus serviços. Na ausência da patrulha agrícola, o recurso é usar a tração animal. De acordo com os produtores, em sua maioria, utilizam 50% de adubo, 20% de uréia, 30% de calcário, numa combinação que visa diminuir o gasto com os insumos, e que em suas concepções “se tem o mesmo resultado”.

A produção de parte de suas necessidades alimentares, principalmente, feijão, batata, mandioca, cebola, leite, hortaliça, frutas, mel, produção suína e aves e, ainda o milho destinado à alimentação bovina, suína e aves, constituem meio efetivos de rendimentos, sendo visto como indispensáveis a sua reprodução.

Além da produção de alimentos, muitos produtores destinaram parte de suas áreas para a plantação de eucalipto e acácia-negra, hoje presença visível no município. A plantação de acácia-negra exige pouco cuidado, tem atraído segmento de produtores que plantam visando garantir uma poupança futura, além de dispensar tratos e manejos de cultivos.

As transações comerciais possuem destinos conforme os produtos: a sobra do milho é comercializada entre vizinhos; o feijão através da COFASUL e por intermediários, isto é, um caminhão que percorrem o interior comprando a produção. O mel é encaminhado para a COOAPI para sua comercialização. Nos últimos anos com a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do governo federal, o qual passa a adquirir 30% dos produtos da agricultura familiar, os agricultores encontraram espaço de canalização de seus produtos, com a garantia de pagamento. É preciso ressaltar que esse programa também vem organizando os produtores e seus produtos, uma vez que a possibilidade de aquisição exige que os produtores estejam organizados em forma de cooperativas ou associações. E de outro lado, há exigências em relação aos produtos, tais como

limpeza e embalagens, que ao serem adotadas, que passam a agregar valores aos produtos, a exemplo, da mandioca e do feijão

Além do reflorestamento, a fruticultura, apicultura constituem estratégia produtiva desenvolvida por produtores familiares capaz de garantir sua reprodução e permanência no campo.

Em termos de organização social dos produtores, os mesmos contam com a UAR – União das Associações Rurais que por sua vez agrega quarenta e três (43) associações rurais entre associações dos fruticultores, olivicultores, piscicultores, produtores de terneiros e de ovino, e também a associação dos feirantes. São espaços não só de representações, mas também de encaminhamentos das reivindicações de seus associados.

Verificamos que os produtores vêm-se organizando, tanto em termos de associações de classe como nas áreas de comercialização e recebimento de seus produtos, caso das cooperativas. No entanto, muitos ainda continuam utilizando os arranjos tradicionais tais como a comercialização de seus produtos com vizinhos e intermediários, uma justificativa para a continuidade dessas ações, pode ser encontrada na pequena quantidade de produtos com essa finalidade, pois a comercialização para muitos produtores é resultado da sobra do consumo.

No que se refere as estratégias familiares podemos identificar que dentre as adotadas pelos agricultores estão: a utilização do gado de corte que funcionam como uma espécie de poupança, vendendo-os quando surgem algumas dificuldades financeiras. Outra estratégia constatada são as plantações de árvores: eucaliptos e acácia, representando uma poupança futura. Além dessas estratégias citadas, a busca de ingressos de renda é constatada na produção da indústria caseira, a qual tem crescido, assegurando uma demanda regular e, principalmente, uma renda específica para as mulheres. Pois, são rendimentos diários e mensais superiores à venda dos produtos da agricultura.

Os agricultores do município têm acionadas umas séries de atividades para complementar a renda, desde o trabalho temporário, nas próprias localidades, a parceria no aumento das áreas produtivas, a produção com a apicultura, as variedades de produtos da indústria caseira, o artesanato e a produção do autoconsumo. Em todas as comunidades constatamos a articulação entre o trabalho agrícola e outras atividades. No entanto, a maioria dos agricultores em

trabalho temporário fora de suas propriedades continua exercendo funções ligadas às atividades agrícolas. Seja no trato de animais, conserto de cercas, preparo da terra e colheitas. Mas também registramos o exercício de atividades não-agrícolas, como o caso das professoras na comunidade do Rincão de Lourdes, conselheira tutelar na Coxilha São José, pintor, carpinteiros e comerciantes em todas as comunidades pesquisadas e, ainda, a migração temporária para colheita da maçã fora do município.

Entretanto, a reprodução e manutenção das unidades familiares de produção vêm sendo conseguida num processo somatório entre as diversas atividades desenvolvidas pelos agricultores e suas famílias, mas principalmente pela manutenção de uma produção destinada ao autoconsumo familiar em que, acrescidas das atividades pluriativas, reforçam rendas que garantem a continuidade do ciclo produtivo e a manutenção dos membros familiares.

Assim, pode-se dizer que a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam, necessariamente, a desagregação da agricultura familiar, mas constituem elementos positivos com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras. Para os agricultores familiares o que predominantemente está em jogo é sua possibilidade de reprodução social e econômica, a manutenção de seu estilo de vida e de trabalho seu patrimônio sociocultural e seu patrimônio material representado pela propriedade rural e seus meios de produção e sobrevivência.

Para finalizar, sabemos dos limites do nosso trabalho no que se refere à visualização de toda a complexidade que envolve a agricultura familiar, portanto, não deve ser considerado como conclusivo, mas apenas uma primeira aproximação com a realidade do município. No caso da pluriatividade, pode-se aprofundar o estudo acerca de sua importância na composição da renda dos agricultores do município de Caçapava do Sul – RS.

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, Nicolau da Silveira. **História do Município de Caçapava do Sul**. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**. Abr/Jun, vol.11, nº 2, p.73-78.1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão nº 702, FEA e PROCAM/USP.2000.

BRAMOVAY, Ricardo. **Inter-relação entre as transformações demográficas e agenda social**. Brasília, NEAD, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 2. ed. São Paulo:Hucitec.Unicamp, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Novas e velhas questões na análise do espaço agrário brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15, GOIÂNIA. **Anais**. Goiânia. UFG, 2000, p.1-14.

ALONSO, J.A.F; Benetti, M.D.; BANDEIRA, P.S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994

ANJOS, Flávio Sacco dos ; CALDAS, N.V. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. **Revista Ensaios 9FEE**. Porto Alegre, V.26, n.1, 2005. P 661-694.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. **O rural brasileiro**: velhas e novas questões em debate. 2008.Disponível em: <www.teoriapesquisa.ufscar.br/index.php/tp>.Acesso em: 18 mai. 2010.

ANJOS, Flávio Sacco; CALDAS, Nádia Velledas. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

ANJOS, Flávio Sacco dos. A agricultura familiar em transformação: o surgimento dos part time farmer em Santa Catarina. In: **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. V.i, Brasília, SOBER, 1994.

ANJOS, Flávio Sacco dos. Imprecisões, ambigüidades e contradições. Das Sociologias do “Rural” às fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano. In: XXXIII

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais**, v 2, Brasília: Sober, 1995. p.1196-1207.

ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e a agricultura contemporânea. In: VII ENCONTRO DO PROJETO DE INTERCAMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – REGIÃO SUL DO BRASIL. Pelotas, 1995c.

ANTUNIASSI. M.H.DA R., AUBRÉE, M. CHONCHOL, M.E. De sitiante a assentado: trajetória e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 7, n. 3, jul/set, 1993.

AZÊVEDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

BARTRA, Roger. **Campesinato e Poder Político no México**. In: Carvalho, Edgar A. Antropologia Econômica. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas Ltda. 1978, 197-221 p.

BAUMAN, Z. Comunidade – a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BORBA, M. Flávio Silva (Coord.). **Avaliação das condições para a ecologização da pecuária familiar na área de abrangência do COREDE Campanha**. Minog. EMBRAPA Pecuária Sul, Bagé RS. 2005/2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PAA**. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em: 10 out. 2010.

BRUMER, Anita. Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha. In: **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed, Passo Fundo:UPF, 2001.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, v.41, nº1 e 2, p.141 – 155, Abr. Out., 2007.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 5 ed., São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARNEIRO, M.J. Pluriatividade:uma resposta à crise da exploração familiar? **Anais do XVII Encontro Nacional do PIPSA** (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura). Porto Alegre, RS. P.50 -58,1995.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho et al. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Maud, 1999. p.325 – 344.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: Uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R; COSTA, L. F. (Orgs.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Maud, 2002, p. 223 – 240.

CARNEIRO, Maria José. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA et al (Orgs.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: Uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p.165-185.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade na sociedade contemporânea**: Uma reflexão teórico-metodológica: modos de viver e pensar o mundo rural na sociedade brasileira. CLACSO, 2000.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n11, p.53-75, out.1998.

CNM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICIPIOS. Dados Geral – Demografia. Capturado em WWW.cnm.org.br em agosto de 2009.

CARVALHO, Maria Luiza; SILVA, Rosa Maria Ribeiro. **O trabalho feminino em áreas rurais da América Latina**. Uma revisão de literatura. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979.

CASSOL, A.L. **Poder legislativo de Caçapava do Sul**. Santa Maria: Pallotti, 1995.

CHALITA, M. A. N. **Cultura, Política e Agricultura familiar**: a identidade sócio-profissional de empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento da citricultura paulista. Tese (Doutoramento em sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COLE, Dorlei Marcos. **Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade**: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari-RS. UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2003.

COTRIM, Décio Souza; MIGUEL, Lovois de Andrade. Pluriatividade: uma noção aplicável em pescadores artesanais? In: 4º ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA. Maio, 2008. Disponível em: <[www.Fee.br/4 encontro –economia.../trabalhos.htm..](http://www.Fee.br/4_encontro-economia.../trabalhos.htm..)>. Acesso em:

DEL GROSSI, M.; SILVA, J. Graziano, J. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. In: **Parcerias Estratégicas** – Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004), Número 22, Junho 2006, Edição especial.

DEPONTI, C. Machado. **Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea**: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. SOBER- Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina-PR, 22 a 25 jul. 2007.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura S. **A condição camponesa**: aparência e realidade no capitalismo. Dissert. Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1985.

DURHAM, Eunice. A reprodução das desigualdades. In: MACEDO, Carmem Cinira. 2 ed . São Paulo: Vértice, 1986.

ELIAS, D. **Reestruturação produtiva da agricultura e trabalho agrícola no baixo Jaguaribe. CE.** Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/vicbg-2004/eixo_1/e_1520095>. Acesso em: 17 jan. 2007.

EMATER/RS. Caçapava do Sul. **Sumário do diagnóstico sócio econômico do município Caçapava do Sul.** 1994.

EMATER/RS. Escritório Central/DPLAN. **Dados sócio econômicos da região e dos municípios da área piloto.** Porto Alegre, 1994.a

EMATER/RS – Escritório de Caçapava do Sul – Dados atualizados ÀREA PILOTO, Caçapava do Sul, 2004.

EMATER/RS – Escritório Central/DPLAN. **Pesquisa Rural** (Estudos da Situação) do município de Santana da Boa Vista. Porto Alegre, 1995.

EMATER. RIO GRANDE DO SUL/ASCAR. **PROJETO ÁREA PILOTO**: Dez anos de ação participativa na construção do Desenvolvimento territorial sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2004.

ESTRADA, E.M. Prólogo. 2002 IN: ANJOS SACCO, Flávio dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**: O Brasil redescoberto. Disponível em: <www.Incra.gov.br/Sade/,1996>.. Acesso em: 05 dez. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra- Formação e Territorialização em São Paulo.**São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Campinas, v.29, n1,p.1-12 jan/ago, 1999. (ABRA).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual do campesinato**. 2004. Disponível em ; <www.mst.org.br>. Acesso em: 07 jun. 2009 .

FERNANDES, Bernardo M. Espaços Agrários de inclusão e exclusão social: Novas configurações do campo brasileiro. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.3, nº1, pp.11-27, jan/jun.2003.

FONSECA, Cláudia. **Trabalhadoras sem terra**. Um estudo de caso do trabalho feminino. Rio de Janeiro: Encontros com a Civilização Brasileira, Civilização Brasileira.26:173-88, 1980.

FONSECA, P.C.D. **RS: Economia & conflitos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.144p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE) REGIÃO SUL/RS. **Indicadores econômicos**. Porto Alegre, 1995.36.p.

GARCIA JR, A.R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 236 p.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do alto Uruguai/RS.2004, 306p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: BRANDENBURG, A; FERREIRA, A.D.D (Orgs.) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998, p.51-70.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo, v.35, p.57-63, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Anais da SOBER, Aracajú, vol.1, 1996, p.71-90.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2 ed.Porto Alegre:UFRGS, 238p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados. São Paulo, v.15, n.43, p.37 -50, 2001.

GRAZIANO DA SILVA. **Por que separar o urbano do rural?** Globo Rural. São Paulo, n 197, p.64-.65, mar.2002

GRAZIANO DA SILVA, J; Del grossi, Mauro Eduardo. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro, 1992 – 1995. In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Natal, RN, SOBER, 1997.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria y Praxis**. Trad. Salvador Mas Torres e Carlos Moya. Espi. Madri: Tecnos, 1987.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 1995.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 2000**. Rio de Janeiro: IBGE,

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades@** capturado em WWW.ibge.gov.br em agosto de 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**: informações básicas. Rio de Janeiro, 1998,42p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio Grande do Sul v.34. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

KAGEYAMA, Ângela. **Pluriatividade e ruralidade**: Alguns aspectos metodológicos.1998. Instituto de Economia.p.1-21, acessado em 14/01/2007.

KAUTSKY, K. **A Questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329 p.

LAMARCHE, H (Coord.). **Agricultura familiar**: Comparação internacional. Uma Realidade Multiforme. Coleção Repertórios Campinas: UNICAMP, 1993. 336p.

LÊNIN. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. .402 p.

LOPES, José Leite. **A ciência e a construção da sociedade**. Rio de Janeiro: Ciência e Cultura, SBPC, 36(10):1732-41, 1984

LOPES, E.S.A; MOTA, D.M; SILVA, T.E.M. (Orgs.). **Ensaio**: Desenvolvimento rural e transformações na agricultura , Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p.133 – 159,

LÜDKE, M, ANDRÉ, M.E.D. **A Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 1986.

MAESTRELLI. S. R. A pluriatividade como fator de desenvolvimento do espaço rural do Médio Vale do Itajaí. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 31. p. 183 – 2001, abr. 2002.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Nera**, Presidente Prudente. ano 11, n.12.p.57 – 67, jan/ jun. 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A emergência da identidade camponesa do movimento dos trabalhadores rurais sem terra** (MST), Brasil. 2008. Disponível em: <lasa.international.pitt.edu/membs/CONGRSS.PAPERS/LASA>. Acesso em:

MARTINE, George. Introdução. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. Impasses sociais e políticos em relação à Reforma Agrária e à agricultura familiar no Brasil. 2001. Disponível em: <http://www.neard.org.br/artigodomes> Acesso em: 28 fev. 2010.

MASSUQUETTI, A. Modernização Agrícola Francesa: A construção de um modelo analítico. In: **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Acre, 2008.

MATTEI, Lauro. Novas formas de ocupações da população rural catarinense nos anos noventa. In: XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais**. Foz do Iguaçu (PR), 1999.

MATTEI, Lauro. Pluriatividade no contexto da ruralidade contemporânea: Evolução histórica dos debates sobre o tema. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n.3, jul/set. 2008.

MEDEIROS, L.S. Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar e Organização Sindical. **São Paulo em Perspectivas**. Fundação SEADE, V.11, nº 2, abr – jun, 1997. p. 65-72. 136p.

MENDES, E. P. Pontes. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, SP, 2005.

MORAES, R. Análise de conteúdo. Educação. **Revista Quadrimestral**. V.23, PUC, Porto Alegre, 1998.

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Tese (Doutoramento em Economia Aplicada) Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. 2005.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº8, p.7-25, abril, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Orgs.). **Ensaio: Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 133-159.

NEVES, Delma. Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Reforma Agrária**, Campinas, v25, n.2 3, p.21 – 36, mai./dez. 1995mm,

NEVES, D.P. Agricultura familiar: categoria de ação política. IN: LOPES, E.S.A; MOTA, D.M. e SILVA, T.E.M. (Org.) **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Embrapa/Universidade Federal Sergipe, 2002, p.135-159.

NEVES, Delma Pessanha. **O produtor agrícola**: ambigüidades, mitos e impasses teóricos Disponível em: <<http://www.ufpe.br/eso/revista4>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

OFFE de, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRAS. Cultura das oliveiras. Capturado em WWW.paginarural.com.br/em julho de 2009.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PLOEG, J. D. V. der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.p.13 -54.

PORTO, R. G. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional**: estudo de caso no município de Bagé – RS. Dissertação (dissertação de mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). Programa de Pós – Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar.Universidade Federal de Pelotas, , Pelotas, 2008.

PORTO, M.S.G; SIQUEIRA, D.E. **A pequena produção no Brasil**: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. Cadernos de Sociologia/Programa de Pós Graduação em Sociologia. V.6.Porto Alegre:PPFS/UFRGS, 1994.

PRAXEDES DA SILVA, E. Agricultura Familiar: Um todo indivisível. In: IV COLÓQUIO HISPANO-PORTUGUÊS DE ESTÚDIOS RURAIS. 07 e 08 de junho de 2001. Santiago de Compostela.

PRAXEDES DA SILVA, E. **Questão Agrária e MST**. São Paulo: Cortez Editora. 2001.

QUEIROZ, M.I.P. Por que uma sociologia dos grupos rurais? In: MENDRAS, H.: GURVITCH, G: COURTIN, P. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indivisível” ao “divisível”. **Ciência e cultura**. São Paulo: n3, v.39, mar., 1987

RAMIREZ, Eduardo; BERDEGUÉ, Júlio. Ação coletiva e melhorias nas condições de vida da América Latina. Disponível em: <www.fundominkachorvali.org>. Acesso em: dez. 2009.

RIBEIRO, C.M.; BALDASSO, N.A. **Diagnóstico dos sistemas agrários de Caçapava do Sul**. Porto Alegre: EMATER-RS, 1998.127 p.

RIBEIRO, Claudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul**. Tese (Tese em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2009., 300 p.

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo de quatro municípios da Serra do Sudoeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento**. Lavras: Universidade Federal de Lavras. MG, 1996.141p. (Dissertação de mestrado).

RIBEIRO, M.M. **Pesquisa das condições sociais no Santa Barbinha**. Caçapava do Sul- RS, 2006. Mineog.

ROESE, M .A. A metodologia do estudo de caso. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v.9, p.189-200, 1998.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1984

SANTOS, J. Rodrigues dos. Questões sobre a análise do trabalho familiar no campo frente a complexidade do espaço agrário contemporâneo. In: XXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA. Passo Fundo. RS UFP, 2005.

SCHNEIDER, S.Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul. Campinas: UNICAMP. (Dissertação de Mestrado), 1994.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar em uma época de transformações: a pluriatividade como estratégia familiar de reprodução social. In: XXXVII CONGRESSO DA SOBER. Rio de Janeiro 2000.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. As novas formas do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v.9, n.3, p.75 -109, 2005.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social. **Estudos Sociedades e Agricultura**, Abril, nº 16, 2001.

SCHNEIDER, S. **As transformações recentes da agricultura no Rio Grande do Sul**: o caso da agricultura em tempo parcial. Ensaio FEE, v.16, p.105-129, 1995.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil. In: VII CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL/ALASRU -20-24 de noviembre, Ecuador, 2006.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. Ensaio para uma Abordagem Territorial da Ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 107, jul/dez, 2004 , p.109-135

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M.A.; KOPPE, L.R.; SILVA, C.C. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009 p.139 -166 p.

SFM – SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL-RS. Dados Econômicos do Município de Caçapava do Sul – Rs.2007.

SEMAG. SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA AGROPECUÁRIA. Dia de Campo – Pecuária FAMILIAR. Caçapava do Sul. Mineog.2008.

SHANIN, T. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – O velho e novo em discussão marxista. Estudos Cebrap, 26, 1980.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

SORJ, B. & WILINSON, John. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, B. & A.,M.H. **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984, 164-190p.

TEDESCO, J. C. Contratualização e Racionalidade Familiar. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed, Passo Fundo;UPF, 2001.

TEDESCO, J. C. Pluriatividade: estratégias alternativas ou fim da agricultura familiar?. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v,4, n.1. p.175 – 202, jan/abr.1999,

TEDESCO, J.C. **Pluriatividade :estratégias alternrnativas ou o fim da agricultura familiar?** Texto para discussão nº 07/1998. Universidade de Passo Fundo.

TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3.ed.Passo Fundo:UPF, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, ABRA, Campinas, v.25, n2 e 3, p 128- 141, mai/dez, 1995.

VEIGA, J. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **Globalização e emergência de múltiplas ruralidades**: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de filosofia e ciências humanas da UNICAMP. Campinas, 1999.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**. O rural como espaço singular e ator coletivo. RJ, Estudos Sociedade e Agricultura, nº15, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Produção familiar na agricultura brasileira: notas preliminares para um estudo comparativo. In: XIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu 1990.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma (comp). **Uma nueva ruralidade em America Latina**. Buenos Aires: CLACSO. 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDERBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Laboratório de observação permanente sobre as transformações do mundo rural do Nordeste**. Recife: UFPE, 1999.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Política de desenvolvimento e o “novo Rural”. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo Rural Brasileiro: políticas públicas**. V,4. Jaguariúna, São Paulo: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do campesinato Brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. G17, Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, Outubro, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Uma categoria rural esquecida: Os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. Uma homenagem a M. I. P. de Queiroz. In: V JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UNESP, Marília, ago. 1994.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. **Anuário Antropológico**: Tempo Brasileiro/UNB, 1990.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005

APÊNDICES

PESQUISA
A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL:
UM ESTUDO DE CASO EM CINCO COMUNIDADES.

QUESTIONÁRIO I

LOCALIDADE: _____ DATA: _____

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Data de Nascimento: _____

1.2 Sexo () Feminino () Masculino

1.3 Estado Civil

() Solteiro () Casado () Amigado () Separado () Desquitado () Divorciado () Viúvo

1.4 Naturalidade: _____

1.5 Número de Dependentes:

() até 2

() 3 a 5

() 6 a 8

() 8 a 10

() acima de 10

2 QUAL A CONDIÇÃO COMO PRODUTOR RURAL?

() proprietário

() arrendatário

() parceiro/meeiro

() posseiro

() mão-de-obra familiar sem remuneração

() outra (especificar) _____

3 ASSOCIAÇÃO

3.1 O senhor faz parte de alguma associação?

() Sim

() Não

3.2 Costuma participar das assembléias?

() sim

() não

() às vezes

3.3 Qual a sua postura em relação às reuniões da Associação?

- ☐ Participante
- ☐ Não participante
- ☐ Discute
- ☐ Apenas ouve

4 FAMÍLIA

4.1 Como são tomadas as decisões sobre a produção na sua propriedade?

- ☐ Dentro da família a partir de discussões com os membros que trabalham na propriedade.
- ☐ Pelo chefe da família e a esposa.
- ☐ Pelo chefe da família e os filhos que trabalham
- ☐ Somente pelo chefe da família

4.2 Quantos membros da família trabalham na propriedade:

- ☐ Somente o chefe da família
- ☐ Chefe da família e a esposa
- ☐ Chefe da família e filhos (até dois)
- ☐ Casal e filhos (até dois)
- ☐ Casal mais filhos (até quatro)
- ☐ Outros (especificar) _____

4.3 Há algum membro da família que exerce atividades remuneradas fora da propriedade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4.4 Que tipo de atividade?

- ☐ Assalariado rural permanente
- ☐ Assalariado rural temporário
- ☐ Assalariado urbano permanente
- ☐ Assalariado urbano temporário

4.5 A renda familiar é proveniente somente da propriedade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4.6 Qual outro tipo de renda que a família tem exterior à propriedade?

- ☐ Ajuda de filhos ou parentes que moram fora
- ☐ Aluguel de algum imóvel na cidade
- ☐ Renda proveniente de algum comércio informal
- ☐ Outros (especificar) _____

4.7 Há participação de membros externos à família no processo de produção?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4.6 De que tipo?

- ☐ Trabalhador(es) permanente(s)
- ☐ Trabalhador(es) assalariado(s)

4.8 Em que fase do processo produtivo ele(s) é(são) contratado(s):

- ☐ Durante o preparo do solo
- ☐ Na época do plantio ou sementeira
- ☐ Período de adubação
- ☐ Durante a colheita
- ☐ Cuidam do beneficiamento

5 MAQUINÁRIO / ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1 Possui máquinas e implementos agrícolas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5.2 De que tipo?

- ☐ Trator
- ☐ Colhedeira
- ☐ Arado mecânico
- ☐ Arado manual

5.3 Recebe orientação técnica?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5.4 De quem?

- ☐ Técnicos da EMATER
- ☐ Técnicos do INCRA
- ☐ Outros (especificar): _____

5.5 A opinião do técnico ajuda nas tomadas de decisão sobre a produção?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5.6 Ao decidir sobre a produção, o que pesa na decisão?

- ☐ Consumo familiar
- ☐ Valor comercial
- ☐ Facilidade de comercialização do produto
- ☐ Melhor adequação às condições de clima e solo
- ☐ O que exige poucos cuidados
- ☐ Maior experiência sobre o produto
- ☐ Mais facilidade de assistência
- ☐ Maior produtividade de acordo com o tamanho da propriedade
- ☐ Outros (especificar) _____

QUESTIONÁRIO II

1 LÓGICAS E FAMILIARES

1.1 Se o senhor tivesse alguma economia, em que gastaria?

- ☐ Investir na reparação ou melhoramento da casa
- ☐ Investir na reparação da propriedade e reposição de material
- ☐ Investir na construção de cercas e curral
- ☐ Compra de maquinário e insumos
- ☐ Compra de mais terra
- ☐ Compra de algum imóvel na cidade
- ☐ Compra de gado
- ☐ Compra de automóvel

1.2 Seus pais eram agricultores?

- ☐ Sim
- ☐ Não

1.3 Na sua opinião, os jovens de hoje se sentem pouco estimulados a continuarem no campo?

- ☐ Sim
- ☐ Não

1.4 Na sua opinião, qual seria o caminho para melhor estimular o jovem a continuar no campo?

- ☐ Ter acesso a melhor conhecimento técnico
- ☐ Ter nível maior de escolarização
- ☐ Receber apoio institucional (financeiro e tecnicamente)
- ☐ Não sabe

1.5 Para o senhor, para ter sucesso na sua propriedade é preciso:

1.5.1 Diversificar a produção

- ☐ Muito importante ☐ Pouco importante ☐ Mais ou menos importante

1.5.2 Investir sempre na propriedade e nos meios de produção

- ☐ Muito importante ☐ Pouco importante ☐ Mais ou menos importante

1.5.3 Ter formação técnica

- ☐ Muito importante ☐ Pouco importante ☐ Mais ou menos importante

1.5.4 Ter conhecimento de movimentação dos preços no mercado

- ☐ Muito importante ☐ Pouco importante ☐ Mais ou menos importante

1.5.5 Ter acesso facilitado para o transporte da mercadoria

- ☐ Muito importante ☐ Pouco importante ☐ Mais ou menos importante

1.5.6 Utilizar cada vez mais máquinas e insumos agrícolas

- ☐ Muito importante ☐ Pouco importante ☐ Mais ou menos importante

- 1.5.7 Fazer parte de uma associação de pequenos produtores e/ou cooperativa
() Muito importante () Pouco importante () Mais ou menos importante
- 1.5.8 Ter rendas exteriores às rendas da propriedade
() Muito importante () Pouco importante () Mais ou menos importante
- 1.5.9 Aumentar a propriedade
() Muito importante () Pouco importante () Mais ou menos importante
- 1.6 Se o senhor vendesse sua propriedade, seria por que razão?
() Porque não tem sucessor ou condição de trabalhar
() Para comprar uma propriedade maior em outro lugar
() Para comprar uma casa na cidade
() Para ajudar os filhos
() Para comprar um carro
() Para saldar dívidas
() Para mudar de profissão
() Não venderia
- 1.7 Se o senhor pudesse aumentar sua propriedade, como faria?
() Comprando mais terra
() Alugando mais terra
() Se associando a alguém
- 1.8 Para o senhor, segundo as suas condições, qual a quantidade ideal de terra para explorar?
() 10 a 20ha
() 21 a 30 ha
() 31 a 50 ha
() acima de 50 ha
- 1.9 O senhor pensa que é mesmo necessário ser proprietário de terra para ser agricultor?
() Sim
() Não

2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA PROPRIEDADE
2.1 Participação da Família no Processo Produtivo

	Preparo do solo	Plantio	Adubação	Trato culturais	Colheita	Beneficia-mento	Trato de animais de grande porte	Trato de animais de pequeno porte
Família	Pai							
	Mãe							
	Filho (- de 14 anos)							
	Filho (+ de 14 anos)							
	Filhas (- de 14 anos)							
	Preparo do solo	Plantio	Adubação	Tratos culturais	Colheita	Beneficia-mento	Trato de animais de grande porte	Trato de animais de pequeno porte
	Filhas (+ de 14 anos)							
	Idosos							
	Agregados							
	Assalariados							
	Diaristas							
	Troca/serv.							

2.2 Participação da Família no Trato dos Animais

	Gado		Porco		Galinha		Peixe	
	Manejo	Alimentação	Manejo	Alimentação	Manejo	Alimentação	Manejo	Alimentação
Pai								
Mãe								
Filhos(- de 14 anos)								
Filhos (+ de 14 anos)								
Filhas (- de 14 anos)								
Filhas (+ de 14 anos)								
Idosos								

S = Sempre

AV = Às Vezes

N = Nunca

2.3 Quem realiza as Seguintes Tarefas:

Atividades	Marido	Esposa	Casal	Filhos	Filhas	Filhos(as) menores e idosos
Transações financeiras						
Transações comerciais						
Reunião com técnicos						
Reunião na associação						
Compras de alimentos						
Compra de equipamentos e insumos						
Trabalho na lavoura						
Tratar da criação (gado/suíno)						
Cuidar das galinhas						
Cozinhar						
Limpar casa e quintal						
Lavar e passar roupa						
Tempo de trabalho médio anual dispensado à exploração agrícola						

3 PLURIATIVIDADE:

3.1 Atividades e Rendas Externas da Família

	Tempo integral (1)	Entre tempo integral e parcial (1)	Tempo parcial (1)	Renda média anual	Outras fontes de renda anuais (2)	Utilização dessas rendas		
						Pessoal	Familiar	Propried.
Chefe da família								
Cônjuge								
Filhos								

Responder sim ou não

Pensão, aposentadoria, seguro desemprego, outros

3.2 Qual a origem da renda familiar? (Salários mínimos)

3.3 Qual é a principal renda agrícola da propriedade?

☐ comercialização de cereais

☐ comercialização de hortaliças

☐ comercialização de frutas

☐ comercialização de algodão

☐ comercialização de semente de capim

☐ gado leiteiro

☐ gado de corte

☐ frango

☐ suínos

3.4 Por que o senhor não exerce atividades não agrícolas?

☐ não acha necessário

☐ não quer

☐ não sabe o que poderia fazer além das atividades agrícolas

☐ não tem condições

3.5 Qual é a principal renda não agrícola da propriedade? (por atividade)

☐ comércio

☐ artesanato

☐ professor

☐ costureira

☐ cozinheira

☐ pedreiro

☐ serviço público

☐ empregada doméstica/ diarista

3.6 Com relação às atividades não agrícolas, o senhor:

☐ acha normal seu exercício

☐ não acha normal

3.7 Por que o senhor exerce atividades não agrícolas:

- ☐ porque é a principal fonte de renda da família
- ☐ porque precisa para complementar a renda da família
- ☐ porque é a única saída para continuar na terra

3.8 Acha que o exercício das atividades não agrícolas é/seria o ideal na sua situação?

- ☐ sim
- ☐ não

3.9 Se pudesse escolher, o senhor preferiria

- ☐ ficar somente com as atividades agrícolas
- ☐ acha normal exercer outras atividades paralelas

3.10 Com relação ao futuro dos seus filhos, o senhor preferiria

- ☐ que continuassem a exercer somente atividades agrícolas
- ☐ que pudessem conciliar as atividades agrícolas com as não agrícolas

3.11 Na sua família, a renda não agrícola é considerada como:

- ☐ complementar
- ☐ principal

3.12 O senhor pode calcular, em termos de %, como ficariam seus rendimentos sem as atividades não agrícolas?

- ☐ menos de 10%
- ☐ entre menos 10 e 20%
- ☐ entre menos 20 e 30%
- ☐ entre menos 30 e 40%
- ☐ entre menos 40 e 50%
- ☐ acima de 50%

3.13 O que o senhor pensa sobre as atividades não agrícolas

- ☐ são essenciais para a sobrevivência da família
- ☐ sem elas, o rendimento familiar fica alterado em mais de 50%
- ☐ sem elas, o rendimento familiar fica alterado em menos de 50%
- ☐ não altera muito o rendimento familiar

3.14 A partir das atividades não agrícolas, o senhor notou alguma alteração no nível de vida familiar

- ☐ sim
- ☐ não

3.15 Se sim, em que sentido

- ☐ a família passou a adquirir bens para melhorar o conforto da casa
- ☐ a família passou a investir mais na propriedade
- ☐ a família começou a poupar dinheiro
- ☐ a família passou a ter mais lazer
- ☐ a família passou a se alimentar melhor

3.16 Em que o senhor investe a renda não agrícola

- ☐ aquisição de imóvel
- ☐ em benfeitorias na propriedade (cercas, curral, pocilga, galinheiro)
- ☐ em melhoramentos na casa
- ☐ em maquinário e insumos agrícolas

- ☐ compra de automóvel
- ☐ poupança
- ☐ ajuda filhos e / ou parentes que estão fora
- ☐ despesas pessoais
- ☐ sustento da família

4 PROJETO EDUCATIVO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS FILHOS

4.1 O senhor tem filhos na idade escolar?

- ☐ sim
- ☐ não

4.2 Quantos?

4.3 O senhor acha importante os filhos irem à escola?

- ☐ sim
- ☐ não

4.4 Até quando pretende que seus filhos estudem

- ☐ até completarem o 1º grau
- ☐ até completarem o 2º grau
- ☐ até completarem um curso profissionalizante
- ☐ até completarem um curso universitário

4.5 Onde e com quem ficam as crianças em idade não escolar quando os pais estão trabalhando?

- ☐ sozinhos
- ☐ acompanham os pais no trabalho

☐ com irmãos mais velhos

☐ com vizinhos/parentes

4.6 Com que idade as crianças começam a ajudar os pais na roça?

- ☐ antes dos 7 anos
- ☐ a partir dos 7 anos
- ☐ entre 8 e 9 anos
- ☐ entre 10 e 11 anos
- ☐ acima de 11 anos

4.7 O que o senhor pensa sobre o investimento em escolas (ampliação, melhoramento das instalações, aumento das salas de aula) na comunidade:

- ☐ importante e necessário
- ☐ o dinheiro poderia ter sido investido em outras instalações
- ☐ tanto faz

4.4 O senhor preferiria que seus filhos (homens):

- ☐ continuassem na terra
- ☐ ou fossem para a cidade
- ☐ tanto faz

4.9 E para suas filhas?

- ☐) continuassem na terra
- ☐) ou fossem para a cidade
- ☐) tanto faz

4.10 Qual profissão que o senhor gostaria que seus filhos (homens) tivessem

- ☐) agricultor
- ☐) comerciante ou artesão
- ☐) engenheiro, agrônomo ou técnico
- ☐) profissional liberal (advogado, médico...)
- ☐) professor ou funcionário público
- ☐) **operário ou empregado**
- ☐) padre
- ☐) não sabe

4.11 E para as filhas?

- ☐) agricultora
- ☐) comerciante ou artesã
- ☐) engenheira, agrônoma ou técnica
- ☐) profissional liberal (advogada, médica...)
- ☐) professora ou funcionária pública
- ☐) operária ou empregada
- ☐) freira
- ☐) não sabe

4.12 O senhor pensa que hoje é melhor para seus filhos (homens)

- ☐) estudar e encontrar um trabalho rapidamente
- ☐) estudar o máximo que puder
- ☐) estudar e trabalhar na terra

4.13 E para as filhas?

- ☐) estudar e encontrar um trabalho rapidamente
- ☐) estudar o máximo que puder
- ☐) estudar e trabalhar na terra
- ☐) se casar

4.14 Para o senhor, a propriedade é um patrimônio que quer transmitir para os filhos?

- ☐) sim
- ☐) não

4.15 O senhor tem sucessor?

- ☐) **sim**
- ☐) **não**

4.16 O senhor já pensou em como organizar a sucessão da propriedade?

- ☐) sim
- ☐) não

4.17 Com relação à sucessão da propriedade, como o senhor fará?

- ☐) será igualitária para homens e mulheres
- ☐) somente os homens herdarão, havendo uma compensação para as mulheres
- ☐) somente os homens herdarão, sem compensação para as mulheres
- ☐) somente o filho mais velho herdará
- ☐) somente as filhas herdarão
- ☐) não tem sucessor
- ☐) ainda não decidiu

4.18 Quando seus filhos forem mais velhos, querem que eles se preparem para trabalhar na terra?

- ☐) sim
- ☐) não

4.19 Na opinião do senhor, qual o número ideal de filhos por família:

- ☐) nenhum
- ☐) 1 a 2
- ☐) 3 a 4
- ☐) 5 a 6
- ☐) mais de 7

4.20 Para os filhos(as) que se casam, o senhor pensa que o ideal seria

- ☐) viver na mesma casa que os pais
- ☐) viver no mesmo lote, mas em outra casa
- ☐) viver na cidade

4.21 No caso da sua família

- ☐) todos residem na mesma casa
- ☐) há os que residem na mesma propriedade, mas em outra(s) casa(s)
- ☐) filhos casados deixam a propriedade
- ☐) vivem no lote pais, avós e tios

4.22 Na sua propriedade, cada membro da família exerce uma atividade específica

- ☐) sim
- ☐) não

4.23 Como são divididas as tarefas? Por sexo?

- ☐) sim
- ☐) não

4.24 Para o senhor, as duas situações acima:

- ☐) devem ficar como está
- ☐) acha que deve mudar

5 DEPENDÊNCIA

5.1 O senhor possui:

- () trator
 () semeadeira
 () colheitadeira
 () arado
 () carroça
 () caminhão/camionete

5.2 Como é distribuído o uso da terra:

	Hectares
Área de vegetação natural - mata	
Área de vegetação natural – alterada	
Área desmatada	
Pasto plantado	
Solo exposto	
Campo natural	
Área de preservação	
Lavouras temporárias	
Pomar	
Horta	
Benfeitorias	

6 TÉCNICAS DE PRODUÇÃO UTILIZADAS:

6.1 O senhor pratica várias culturas ao mesmo tempo dentro da propriedade?

- () sim
 () não

6.2 O senhor pratica a estocagem de produtos? (em paióis, silos)

- () sim
 () não

6.3 O senhor faz rotação de culturas?

- () sim
 () não

6.4 O senhor faz curva de nível?

- () sim
 () não

6.5 O senhor faz irrigação?

- () sim
 () não

7 DEPENDÊNCIA DO MERCADO

7.1 Produção Vegetal

Prod	Produção total anual	Autoconsumo	Comercialização	*
------	----------------------	-------------	-----------------	---

Produto	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária	Forma de comercialização
Arroz													
Feijão													
Milho													
Mandioca													
Cana-de-açúcar													
Café													
Batata													
Grão-de-bico													
Algodão													
Alface													
Cenoura													
Repolho													
Beterraba													
Couve													
Tomate													
Horticultura													
Fruticultura													

* VD = Venda Direta

EP = Empresa Privada

A = Associação

AI = Agroindústria

C = Cooperativa

7.2 Produção Animal (anual)

Animais	Produção total	Autoconsumo	Comercialização	Quantidade adquirida no último ano
Gado (leite e corte)				
Suínos				

Eqüinos				
Galinhas				
Outros				

7.3 Produtos

- ☐ Leite
☐ Queijos / Requeijão
☐ Doces / Compotas
☐ Pimentas curtidas
☐ Manteiga
☐ Ovos
☐ Farinha (milho e mandioca)
☐ Polvilho
☐ Fubá

8 DEPENDÊNCIA FINANCEIRA – Importância que os produtores dão à utilização de crédito para desenvolver o estabelecimento

9 Família e Vida Social Local

9.1 O senhor mantém relações de amizade com seus vizinhos?

- ☐ sim
☐ não

9.2 Que tipo de relação, além de amizade, o senhor mantém com seus vizinhos:

- ☐ social
☐ de trabalho
☐ política

9.3 O senhor está satisfeito com essas relações?

- ☐ sim
☐ não

9,4 Costumam discutir problemas da propriedade (produção, comercialização) com seus vizinhos?

- ☐ sim
☐ não

9.4 Se houver algum problema de doença em sua família, sabe se pode contar com seus vizinhos?

- 9.5 ☐ sim
☐ não

9.6 O senhor costuma participar de algum culto religioso na cidade?

- ☐ sim
☐ não

9.7 Costuma freqüentar a cidade nos fins de semana para algum lazer, manifestações ou festas locais:

- ☐ sim
☐ não

9.8 O senhor e sua família saem com frequência da propriedade para atividades de lazer?

() sim

() não